



RODRIGO CAVALCANTI DO NASCIMENTO

**OS CAFÉS ESPECIAIS NO CERRADO MINEIRO:
O CIRCUITO ESPACIAL PRODUTIVO E OS CÍRCULOS DE COOPERAÇÃO NO
MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO, MG.**

CAMPINAS

2014



NÚMERO: 232/2014

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS**

RODRIGO CAVALCANTI DO NASCIMENTO

**“OS CAFÉS ESPECIAIS NO CERRADO MINEIRO: O CIRCUITO ESPACIAL
PRODUTIVO E OS CÍRCULOS DE COOPERAÇÃO NO MUNICÍPIO DE
PATROCÍNIO, MG”**

ORIENTADOR: PROF. DR. SAMUEL FREDERICO

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA AO INSTITUTO DE
GEOCIÊNCIAS DA UNICAMP PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE
EM GEOGRAFIA NA ÁREA DE ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA
TERRITORIAL**

**ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA
DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELO RODRIGO CAVALCANTI DO
NASCIMENTO E ORIENTADA PELO PROF. DR. SAMUEL
FREDERICO**

CAMPINAS

2014

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Geociências
Cássia Raquel da Silva - CRB 8/5752

N17c Nascimento, Rodrigo Cavalcanti, 1980-
Os cafés especiais no Cerrado Mineiro : o circuito espacial produtivo e os círculos de cooperação no município de Patrocínio, MG / Rodrigo Cavalcanti do Nascimento. – Campinas, SP : [s.n.], 2014.

Orientador: Samuel Frederico.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências.

1. Café - Cultivo. 2. Território nacional. 3. Responsabilidade social da empresa. 4. Comércio. I. Frederico, Samuel, 1979-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Geociências. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: The specialty coffees in the Cerrado Mineiro : the productive spatial circuit and the cooperation circles in the municipality of Patrocínio, MG

Palavras-chave em inglês:

Coffee Growing

National territory

Social responsibility of the company

Commerce

Área de concentração: Análise Ambiental e Dinâmica Territorial

Titulação: Mestre em Geografia

Banca examinadora:

Samuel Frederico [Orientador]

Vicente Eudes Lemos Alves

Mirlei Fachini Vicente Pereira

Data de defesa: 11-08-2014

Programa de Pós-Graduação: Geografia



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL

AUTOR: Rodrigo Cavalcanti do Nascimento

“Os cafés especiais no Cerrado Mineiro: o circuito espacial produtivo e os círculos de cooperação no município de Patrocínio/MG”.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Samuel Frederico

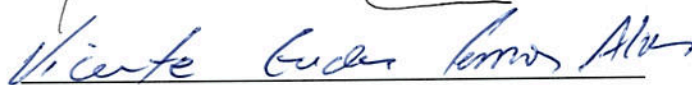
Aprovado em: 11 / 08 / 2014

EXAMINADORES:

Prof. Dr. Samuel Frederico

 - Presidente

Prof. Dr. Vicente Eudes Lemos Alves



Prof. Dr. Mirlei Fachini Vicente Pereira



Campinas, 11 de agosto de 2014.

Para Michele

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais Isabel e Damião, e a minha irmã Carolina, pelos diversos esforços e incentivos a minha educação e, principalmente, pela paciência que tiveram para que eu pudesse completar mais uma etapa de um longo caminho profissional.

Confesso que passei por um momento muito delicado da minha carreira, se seguia ou não a profissão. Mas graças à oportunidade dada pelo professor Samuel Frederico, um professor que passei a admirar a sua dedicação e o seu conhecimento, resgatei a minha paixão e identidade pela Geografia. O sonho de ser mestre que até então era longínquo, tornou-se real.

Agradeço a FAPESP pelo apoio financeiro, que sem o qual não seria possível a concretização deste objetivo.

Um agradecimento mais que especial aos senhores Célio, José da Cruz e esposa, Carlos, Cláudio Hister e membros das instituições visitadas de Patrocínio/MG pela colaboração e confiança na presente pesquisa. Ao Luiz Bocalini, pela parceira no trabalho de campo, e aos membros do grupo de pesquisa Regiões Competitiva Agrícolas, da Universidade de Rio Claro. E aos meus amigos colombianos, alemão e os estudantes da UNB que tive a grande satisfação de conhecê-los no Peru.

Gostaria de agradecer também aos meus novos amigos de Campinas/SP, cidade que nunca imaginei estudar ou morar, pelos diversos momentos de descontração e companheirismo. A Marli, minha segunda mãe, por ajudar na realização de mais uma etapa de extrema importância na minha vida.

E, por fim, a minha amada Michele. Mulher, companheira, amiga, incentivadora...

Sem você, esta conquista não seria possível!

“A beleza é a única coisa preciosa na vida. É difícil encontrá-la, mas quem consegue descobre tudo.” – Charles Chaplin.

“De fato, se desejamos escapar à crença de que esse mundo assim apresentado é verdadeiro, e não queremos admitir a permanência de sua percepção enganosa, devemos considerar a existência de pelo menos três mundos num só. O primeiro seria o mundo tal como nos fazem vê-lo: a globalização como fábula; o segundo seria o mundo tal como ele é: a globalização como perversidade; e o terceiro, o mundo como ele pode ser uma outra globalização.”

(SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. 2000, p. 18)



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

OS CAFÉS ESPECIAIS NO CERRADO MINEIRO:
O CIRCUITO ESPACIAL PRODUTIVO E OS CÍRCULOS DE COOPERAÇÃO NO
MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO, MG.

RESUMO

Dissertação de Mestrado

Rodrigo Cavalcanti do Nascimento

O presente estudo tem como objetivo analisar a regulação do circuito espacial produtivo dos pequenos produtores do município de Patrocínio (MG). Parte-se da hipótese que a produção do café do Comércio Justo pode atenuar a vulnerabilidade a que os produtores de café *commodity* estão fortemente submetidos. Porém, à medida que as grandes empresas de torrefação e moagem têm se apropriado do mercado do Comércio Justo, principalmente, a partir da última década, esse tem se comportado novamente como uma *commodity*. Originalmente, a produção do Comércio Justo assumiu características de uma espécie de *anticommodity*, devido à diferenciação qualitativa do produto e ao acesso privilegiado a determinados nichos de mercado. No entanto, a padronização estabelecida pelas empresas certificadoras tem promovido uma *recommoditização* da produção, ao permitir que as grandes empresas do comércio e de torrefação substituam os fornecedores, acabando com a identidade dos produtores. A presente pesquisa propõe analisar, no caso dos pequenos produtores do município de Patrocínio (MG), vinculados a Associação dos Pequenos Produtores do Cerrado (APPCER), como a produção do café do Comércio Justo, conjuntamente com a certificação *FLO-Cert*, promove ou não uma *descommoditização* da produção cafeeira, permitindo formas alternativas de inserção dos pequenos produtores nos mercados nacional e internacional.

Palavras-chaves: Cafeicultura; Circuito espacial produtivo; Comércio Justo; (des)commoditização; Região do Cerrado Mineiro.



**UNIVERSITY OF CAMPINAS
INSTITUTE OF GEOSCIENCE**

**THE SPECIALTY COFFEES IN THE CERRADO MINEIRO: THE PRODUCTIVE
SPATIAL CIRCUIT AND THE COOPERATION CIRCLES IN THE
MUNICIPALITY OF PATROCÍNIO, MG.**

ABSTRACT

Masters Degree

Rodrigo Cavalcanti do Nascimento

This study aims to analyze the productive spatial circuit of the small producers in the municipality of Patrocínio/MG. It is assumed that the production of fair trade coffee can mitigate the vulnerability that coffee commodity producers are heavily subjected. However, as large companies of roasting and grinding have appropriate fair trade market, mainly, from the last decade, this has behaved again as a commodity. Originally, production of fair trade took on characteristics of a species of anticommodity, due to the qualitative differentiation of product and the privileged access to certain market niches. However, the standardization established by the certification companies have promoted a recommodification of production, by allowing large companies trading and roasting replace suppliers, ending with the identity of the producers. This research proposes to examine, in the case of small producers of the municipality of Patrocinio (MG), linked to the Associação dos Pequenos Produtores do Cerrado (APPCER), as the production of fair trade coffee, together with FLO-Cert, promotes or is not a de-commodification of coffee production, allowing alternative forms of integration of small producers in the national and international markets.

Keywords: Coffee Growing; productive spatial circuit; Fair Trade, de-commodification; Cerrado Mineiro.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO		1
CAPÍTULO 1	Modernização e expansão da fronteira agrícola: a cafeicultura no Cerrado Mineiro	9
1.1	Regiões Competitivas Agrícolas: considerações necessárias	11
1.2	Transformações da base técnica e política da agricultura brasileira e o Cerrado Mineiro (1960 – 1980)	19
1.3	As políticas nacionais e internacionais no setor cafeeiro: o Instituto Brasileiro de Café (IBC) e os Acordos Internacionais do Café (AIC)	32
1.4	A cafeicultura no Cerrado Mineiro (1970 – 1980)	36
CAPÍTULO 2	A cafeicultura científica globalizada e sua consolidação no Cerrado Mineiro	51
2.1	A nova regulação nos mercados internacionais: a configuração de uma agricultura científica globalizada	53
2.2	A cafeicultura científica globalizada e a ascensão corporativa no mercado mundial de café	65
2.3	A Região Cafeeira do Cerrado Mineiro	72
2.4	Patrocínio: “cidade do agronegócio”	81
2.5	O “Sistema Café do Cerrado” e a Federação dos Cafeicultores do Cerrado	103
CAPÍTULO 3	A emergência dos cafés especiais: certificações e novos atores e estratégias de produção/comercialização	113
3.1	A emergência dos cafés “especiais”: surgimento e proliferação das certificadoras	115
3.2	O mercado <i>Fair Trade</i> (Comércio Justo)	128

3.2.1	Gênese do Comércio Justo	128
3.2.2	<i>Fairtrade International (FLO)</i>	129
3.2.3	O “sistema” Comércio Justo	131
3.3	As contradições no mercado do Comércio Justo	134
CAPÍTULO 4	O circuito espacial produtivo do café do Comércio Justo em Patrocínio/MG: <i>anticommodity</i> ou mais uma <i>commodity</i> agrícola (<i>recommoditização</i>)?	139
4.1	A noção de circuito espacial produtivo e escala geográfica	141
4.2	O circuito espacial produtivo do café commodity em Patrocínio/MG	143
4.3	Os circuitos espaciais produtivos dos cafés especiais em Patrocínio: certificações Rainforest, UTZ, 4C, CAFE Practices, Nespresso AAA	162
4.4	A formação da Associação dos Pequenos Cafeicultores do Cerrado (APPCER) e a constituição do circuito espacial produtivo do café do Comércio Justo em Patrocínio	169
4.5	O café do Comércio Justo de Patrocínio: <i>commodity</i> ou <i>anticommodity</i> ?	182
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	185
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	191

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1.1	Localização dos municípios que compõem a Região Cafeeira do Cerrado Mineiro	14
Mapa 1.2	Produtividade (ton./ha) e quantidade produzida (ton.) dos municípios que compõem a Região Cafeeira do Cerrado Mineiro	15
Mapa 2.1	Localização do município de Patrocínio/MG	83

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1.1	Financiamentos* concedidos (contratos) a produtores e cooperativas agrícolas através do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) entre os anos de 1975** – 1990	22
Gráfico 1.2	Número de publicações de pesquisa com café por milhões de hectares cultivados nas regiões do Brasil entre os anos de 1960/1969 e 1970/1977	38
Gráfico 1.3	Área colhida (hectares) e produção de café (toneladas) na mesorregião do Sul/Sudoeste de Minas entre os anos de 1974 – 1990	41
Gráfico 1.4	Total de tratores (unidades) existentes nos estabelecimentos agropecuários nos municípios que compõem a Região Cafeeira do Cerrado Mineiro (1970 – 1985)	44
Gráfico 1.5	Total de áreas irrigadas* (hectares) nos municípios que compõem a Região Cafeeira do Cerrado Mineiro (1960 – 1985)	45
Gráfico 1.6	Área colhida (hectares) e produção de café (toneladas) dos municípios que compõem a Região Cafeeira do Cerrado Mineiro entre os anos de 1974 – 1990	46
Gráfico 1.7	Produtividade (ton./ha.) de café dos municípios que compõem a Região Cafeeira do Cerrado Mineiro entre os anos de 1974 – 1990	47
Gráfico 2.1	Média anual (pontos) do índice Dow Jones	56
Gráfico 2.2	Financiamentos* concedidos (número de contratos) a produtores e cooperativas agrícolas através do SNCR 1975 - 2012	59
Gráfico 2.3	Valores (em reais) concedidos pelos bancos públicos (federal e estadual) e privados para a agricultura entre 1998 a 2012	60

Gráfico 2.4	Consumo (toneladas) de fertilizantes no Brasil entre 1995 – 2011	64
Gráfico 2.5	Total de áreas irrigadas* (hectares) nos municípios que compõem a Região Cafeeira do Cerrado Mineiro (1960 – 2006)	73
Gráfico 2.6	Total de tratores (unidades) existentes nos estabelecimentos agropecuários nos municípios que compõem a Região Cafeeira do Cerrado Mineiro (1970 – 2006)	74
Gráfico 2.7	Total de colheitadeiras (unidades) existentes nos municípios que compõem a Região Cafeeira do Cerrado Mineiro (1970 – 2006)	76
Gráfico 2.8	Área (hectares) e produção de café (toneladas) nos municípios que compõem a Região Cafeeira do Cerrado Mineiro entre os anos de 1990 – 2012	77
Gráfico 2.9	Produtividade (ton./ha) de café nos municípios que compõem a Região Cafeeira do Cerrado Mineiro e do Brasil entre os anos de 1990 – 2012	78
Gráfico 2.10	População total, rural e urbana dos municípios que compõem a Região Cafeeira do Cerrado Mineiro (1991 – 2010)	80
Gráfico 2.11	Quantidade de tratores (unidades) em Patrocínio (1970 – 2006)	87
Gráfico 2.12	Total de áreas irrigadas* (hectares) em Patrocínio (1970 – 2006)	88
Gráfico 2.13	Área (hectares) e produção de café (toneladas) em Patrocínio entre 1974 e 2012	89
Gráfico 2.14	Produtividade (ton./ha) de café em Patrocínio entre os anos de 1974 – 2012	90
Gráfico 2.15	Distribuição do PIB de Patrocínio em 2013	91

Gráfico 2.16	População total, rural e urbana de Patrocínio entre 1960 a 2010	92
Gráfico 2.17	Valor das exportações de café em Patrocínio (em milhões de dólares) entre os anos de 2005 e 2013	96
Gráfico 2.18	Dinâmica do mercado de trabalho agropecuário em Patrocínio entre os meses de janeiro de 2012 e dezembro de 2013	99
Gráfico 4.1	Volume total de café comercializado (convencional ou Comércio Justo) pela APPCER	181

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1.1	Produção (toneladas) dos municípios que compõem a Região Cafeeira do Cerrado	18
Figura 2.1	Variação dos preços do café verde (1965 a 2011)	71
Figura 2.2	Logomarca “Região do Cerrado Mineiro”	107
Figura 2.3	Estrutura organizacional do “Sistema Café do Cerrado”	110
Figura 3.1	Selo Rainforest Alliance-certified Coffee	118
Figura 3.2	Selo UTZ Certified	120
Figura 3.3	Selo 4C	122
Figura 3.4	Selo AAA	123
Figura 3.5	Selo Starbucks	124
Figura 3.6	Selo Fair Trade	129
Figura 3.7	O sistema Comércio Justo	132
Figura 3.8	O sistema financeiro do Comércio Justo	133
Figura 4.1	Circuito espacial produtivo do café <i>commodity</i>	146
Figura 4.2	Sistema modal rodoviário (federal, em vermelho; estadual, em amarelo) de Patrocínio	149
Figura 4.3	Círculos de cooperação do café <i>commodity</i>	150
Figura 4.4	Círculos de cooperação dos cafés certificados	163
Figura 4.5	Circuito espacial produtivo do café do Comércio Justo	172
Figura 4.6	Círculos de cooperação do café do Comércio Justo	174

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 2.1	Bancos, número de agências e linhas e programas de financiamento agropecuário em Patrocínio – 2013	93
Quadro 2.2	Associações e Cooperativas do Sistema Café do Cerrado	106
Quadro 3.1	Critério de “premiação” das certificadoras: FLO-Cert, UTZ, 4C e Rainforest Alliance	127
Quadro 4.1	Empresas comerciais ligadas ao ramo de insumos agrícolas	152
Quadro 4.2	Empresas comerciais ligadas ao ramo de máquinas e equipamentos agrícolas e sistema de irrigação	153
Quadro 4.3	Empresas e cooperativas do ramo de armazéns em Patrocínio	155
Quadro 4.4	Empresas do ramo de transportes em Patrocínio	156
Quadro 4.5	Empresas do ramo de corretagem em Patrocínio	157
Quadro 4.6	Empresas do ramo de exportação de café <i>commodity</i> em Patrocínio	158
Quadro 4.7	Ranking nacional das empresas de café torrado/moído (2013)	159
Quadro 4.8	Ranking nacional das empresas exportadoras de café solúvel (2013)	160
Quadro 4.9	Ranking nacional das empresas exportadoras de café verde (2013)	161

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1.1	Total de tratores (unidades) existentes nos estabelecimentos agropecuários e quantidade de terras irrigadas (hectares) no país de 1970 a 1980	23
Tabela 1.2	Quantidade anual produzida (toneladas) e consumida (toneladas) de defensivos e fertilizantes agrícolas de 1975 a 1980	24
Tabela 1.3	Área total, número total e área média* dos estabelecimentos dos municípios que compõem a Região Cafeeira do Cerrado Mineiro nos anos de 1975 e 1985	29
Tabela 1.4	Evolução populacional dos municípios* que compõem a Região Cafeeira do Cerrado Mineiro nas décadas de 1960** – 1980	30
Tabela 1.5	Pessoal ocupado* - familiar, permanente e temporário** – nos municípios que compõem a Região Cafeeira do Cerrado Mineiro entre os anos de 1975 a 1985	32
Tabela 1.6	Área colhida (hectares) e produção (toneladas) de café nas regiões produtoras de São Paulo, Paraná e no Brasil entre 1974 – 1977	37
Tabela 1.7	Os 25 maiores municípios produtores de café da região Sul de Minas (2012)	42
Tabela 2.1	As seis maiores empresas torrefadoras do mundo	67
Tabela 2.2	Participação no mercado mundial estabelecido pelas <i>tradings</i>	69
Tabela 2.3	Área média (ha.) dos estabelecimentos agropecuários por tipo de utilização (2006)	79
Tabela 2.4	Financiamento agrícola concedido aos produtores e cooperativas - contratos e valores (em milhões de reais) – em Patrocínio entre os anos de 2000 a 2012	94

Tabela 2.5	Principais produtos exportadores de Patrocínio no ano de 2013	95
Tabela 2.6	Profissões do agronegócio em Patrocínio (2006 – 2013)	97

ÍNDICE DE FOTOS

Foto 2.1	Alargamento do espaçamento nos corredores, propriedade em Patrocínio (2013)	85
Foto 2.2	Adensamento entre plantas, propriedade em Patrocínio (2013)	85
Foto 2.3	Placa do programa “Minha Casa, Minha Vida” em Patrocínio, 2013	101
Foto 2.4	Casas do programa “Minha Casa, Minha Vida” em Patrocínio, 2013	101
Foto 2.5	Infraestrutura realizada pelo programa “Minha Casa, Minha Vida” em Patrocínio, 2013	102
Foto 2.6	Embalagem de café 100% arábica para exportação com o selo de Indicação Geográfica da Região do Cerrado Mineiro – 2014	109
Foto 4.1	Armazém EXPOCACCER, município de Patrocínio	164
Foto 4.2	<i>Big Bag</i>	165
Foto 4.3	Café sendo classificado	166
Foto 4.4	Saca de café certificado pela Rainforest armazenado na EXPOCACCER	167
Foto 4.5	Sede da APPCER	171
Foto 4.6	Coleta seletiva	176
Foto 4.7	Sede da COOPA, município de Patrocínio	179

ABREVIATURAS E SIGLAS

4C	Código Comum para a Comunidade de Café
ABIC	Associação Brasileira da Indústria de Café
ACA	Associação dos Cafeicultores de Araguari
ACANOR	Associação dos Cafeicultores do Noroeste Mineiro
ACARPA	Associação dos Cafeicultores da Região de Patrocínio
AIC	Acordo Internacional do Café
AMOCA	Associação dos Cafeicultores de Monte Carmelo
ANDA	Associação Nacional para a Difusão de Adubos
APPCER	Associação dos Pequenos Produtores do Cerrado
ASSOCAFÉ	Associação dos Cafeicultores de Carmo do Paranaíba
ASSOGOTARDO	Associação dos Cafeicultores de São Gotardo
BB	Banco do Brasil
BACEN	Banco Central do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CACCER	Conselho das Associações dos Cafeicultores do Cerrado Mineiro
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CAPAL	Cooperativa Agropecuária de Araxá
CARPEC	Cooperativa Agropecuária de Carmo do Paranaíba
CECAFÉ	Conselho dos Exportadores de Café do Brasil
COAGRIL	Cooperativa Agrícola de Unaí
COPERMONTTE	Cooperativa Agrícola de Monte Carmelo
COOCACER	Cooperativa de Produção dos Cafeicultores do Cerrado de Araguari

COOCACER	Cooperativa dos Cafeicultores do Cerrado Núcleo Carmo do Paranaíba
COOPA	Cooperativa de Patrocínio
COOPACREDI	Cooperativa de Crédito
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
D.O	Denominação de Origem
ED&F Group	<i>Edward Desborough and Fredrick Man Group</i>
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPAMIG	Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
ESTBAN	Estatística Bancária
EXPOCACCER	Central das Cooperativas dos Cafeicultores do Cerrado Mineiro
FLO	<i>Fairtrade International</i>
Fundacer	Fundação de Desenvolvimento do Café do Cerrado
GERCA	Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura
IAC	Instituto Agrônomo de Campinas
IBC	Instituto Brasileiro do Café
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
I.G	Indicação Geográfica
IMAFLORA	Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola
INPI	Instituto Nacional da Propriedade Industrial
IPEADATA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ITC	<i>International Trade Centre</i>
LI	<i>Labelling Initiatives</i>
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OIC	Organização Internacional do Café

OMPI	Organização Mundial de Propriedade Intelectual
OXFAM	<i>Oxford Committee for Famine Relief</i>
PADAP	Programa de Assentamento Dirigido ao Alto Paranaíba
PIB	Produto Interno Produto
PCI	Programa de Crédito Integrado e Incorporações do Cerrado
PDET	Programa de Disseminação de Estatística do Trabalho
POLOCENTRO	Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
PRODECER	Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento do Cerrado
PRRC	Plano de Renovação e Revigoramento de Cafezais
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SCAA	<i>Specialty Coffee Association of America</i>
SEAE	Secretaria de Acompanhamento Econômico
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECEX	Secretaria de Comércio Exterior
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
TCC	<i>Tropical Commodity Coalition</i>

INTRODUÇÃO

A proposta do presente estudo é analisar o *circuito espacial produtivo* e os *círculos de cooperação* (SANTOS, 2008, 2012c; MORAES, 1985; ARROYO, 2001; SANTOS; SILVEIRA, 2001; CASTILLO; FREDERICO, 2010b) do café do Comércio Justo no município de Patrocínio (MG). Tal conceito permite captar os fluxos que perpassam as diferentes etapas da produção espacialmente fragmentadas, além de identificar os agentes que detêm o poder de regulação da produção.

A implantação da cafeicultura nos Cerrados, a partir da década de 1970, está atrelada aos eventos de modernização e expansão da fronteira agrícola moderna (FREDERICO, 2010). Naquele momento, o Estado foi o principal indutor e articulador dos agentes responsáveis pela modernização da agricultura brasileira, através de incentivos fiscais, crédito agrícola, infraestruturas de transporte e armazenagem e apoio à inovação tecnológica (MAZZALI, 2000).

Assim como a produção de grãos, a difusão da cafeicultura em áreas de Cerrado vinculase ao contexto de modernização da agricultura brasileira da década de 1970, caracterizado: pela internalização do paradigma da Revolução Verde (PORTO-GONÇALVES, 2006); pela formação dos complexos agroindustriais (MÜLLER, 1989) e pela maior atuação do Estado, no financiamento agrícola e na articulação entre os diferentes agentes produtivos. No Cerrado Mineiro, as menores rugosidades (SANTOS, 2012a), isto é, heranças físico-territoriais e sócio-políticas, somadas aos incentivos estatais de renovação e modernização da cafeicultura, permitiram sua rápida difusão.

Contudo, o padrão de modernização e organização da cafeicultura brasileira, iniciado na década de 1970, se esgota no final da década de 1980. A forte regulação estatal, garantida pelos Acordos Internacionais do Café, firmados entre os países exportadores e importadores, e pelo Instituto Brasileiro do Café, cede lugar a uma maior regulação das grandes empresas internacionais de torrefação e moagem e *tradings*.

O final do século XX marcou a inserção da formação sócioespacial brasileira no período da globalização (SANTOS, 2011; 2012a), caracterizado, entre outros, pela hegemonia das políticas neoliberais (HARVEY, 2005a), pela lógica financeira mundializada (CHESNAIS, 1996) e pela ubiquidade da informação (CASTELLS, 2000; LOJKINE, 2002).

No Brasil, a cafeicultura moderna paulatinamente foi substituída, pelo menos em algumas regiões, por uma *cafeicultura científica globalizada* (FREDERICO, 2012), pautada numa maior eficiência produtiva, com redução de custos, diferenciação produtiva, uso do *marketing* e inserção competitiva nos mercados internacionais.

Daviron e Ponte (2007) alegam que com as modificações ocorridas na regulação da produção mundial a partir da década de 1990, a cafeicultura passou a enfrentar um verdadeiro “paradoxo”. De um lado, a valorização e a diversificação dos produtos derivados do café e comercializados pelas grandes empresas de torrefação e moagem e *tradings*; de outro lado, a apropriação cada vez menor do valor final do produto por parte dos produtores. As grandes empresas sediadas nos países consumidores passaram a agregar valor e diferenciar os produtos derivados do café, enquanto os preços pagos aos produtores tornavam-se cada vez menores.

Em grande parte das vezes, senão em sua totalidade, a produção de *commodities* agrícolas opõem agentes atrelados ao lugar ou região (em particular, o caso dos pequenos produtores) aos agentes que atuam em rede na escala mundial, como as empresas globais. Numa tentativa de se contrapor esta lógica global, alguns pequenos cafeicultores dos países periféricos buscam formas de diferenciação e valorização da produção a partir da melhoria da qualidade da bebida e da inserção em nichos específicos de mercado, como o caso do Comércio Justo (*Fair Trade*).

Para os autores Daviron e Vagneron (2010), por primar pela qualidade do produto e pelo acesso privilegiado a determinados nichos de mercado, a produção de café do Comércio Justo assumia inicialmente características de uma espécie de *anticommodity*. Contudo, a partir da padronização produtiva estabelecida pelas certificadoras, o mercado do Comércio Justo passou a ter características de uma *commodity*, ao permitir que as grandes empresas do comércio e de torrefação substituam os fornecedores, acabando com a identidade dos produtores.

Diante deste fato, o grande desafio dessa pesquisa é analisar até que ponto a organização desse novo circuito espacial produtivo e de seu consequente círculo de cooperação confere uma maior autonomia e identidade aos pequenos produtores, ou, se de maneira contraditória, tem promovido uma *recommoditização* da cafeicultura. Para tanto, a pesquisa foi norteada por algumas questões, como: quais as relações que a *FLO-Cert* estabelece com os produtores rurais? Essa certificação protege o produtor de Patrocínio das constantes oscilações de preços do mercado internacional? O Comércio Justo permite aos pequenos produtores de Patrocínio obter um salto de escala (SMITH, 2004) na produção? O café do Comércio Justo de Patrocínio pode

ser considerado uma *anticommodity* ou simplesmente mais uma *commodity* agrícola?

Metodologia da pesquisa

Como ponto de partida, consideramos o espaço geográfico como um híbrido (LATOUR, 1994; SANTOS, 2012a) constituído por conteúdos materiais e normativas, objetos e ações, que se condicionam e se articulam mutuamente. Dentre os compartimentos derivados do espaço geográfico (território, região, lugar e paisagem), a região se torna essencial para o presente estudo. Apesar da noção de região ser expressa em diversas formas – como fato e como ferramenta (RIBEIRO, 2004) que coexistem e se sobrepõem -, com a exacerbação da especialização territorial produtiva ela comporta-se no presente como funcional aos ditames dos mercados internacionais (SANTOS, 2008), podendo ser designada como *região competitiva* (CASTILLO; FREDERICO, 2010a).

Para Castillo e Frederico (2010a), a principal ideia que sustenta esse conceito remete a distribuição desigual de densidades materiais (infraestruturas produtivas, de circulação, comunicação, energia elétrica, sistemas de armazenamento, entre outros) e normativas (benefícios fiscais, recursos públicos locais, acordos entre instituições de pesquisa e empresas, entre outros) no território. Tal desigualdade promove diferentes graus de competitividade a frações do espaço que buscam atender a um determinado produto ou atividade econômica, cujo interesse privilegia determinados agentes produtivos.

Apesar de existir inúmeros exemplos de regiões competitivas no território brasileiro (CASTILLO; FREDERICO, 2010a), a presente pesquisa propõe estudar a cafeicultura na Região do Cerrado Mineiro. Esta se destaca pela reunião de sistemas técnicos, organizacionais e normativos vinculados quase que exclusivamente à cafeicultura, como: o uso intensivo de insumos químicos e mecânicos, redes de armazenamento e transporte, irrigação e a existência de normas específicas para produção e comercialização e a presença de inúmeros agentes (produtores, empresas exportadoras, cooperativas, associações, instituições públicas e privadas, transportadoras, entre outros).

Na região em questão, o município de Patrocínio se destaca por apresentar alguns aspectos voltados à produção cafeeira, como: a) a inserção proeminente nos mercados internacionais; b) a busca por uma logística eficiente de beneficiamento e escoamento dos grãos;

d) forte densidade de capital e tecnologia; e) a presença de grandes empresas exportadoras e de insumos agrícolas; e f) um elevado grau de especialização produtiva.

De maneira a tentarmos compreender como se estabelece a organização, regulação e o uso do território em Patrocínio, os conceitos de *circuito espacial produtivo* e de *círculos de cooperação* (SANTOS, 2008, 2012c; MORAES, 1985; ARROYO, 2001; SANTOS; SILVEIRA, 2001; CASTILLO; FREDERICO, 2010b) tornam-se fundamentais por permitir captar os principais agentes atuantes na produção - neste caso a do café.

Sendo assim, a pesquisa propõe estudar o café a partir da formação regional (como decorrência do intenso uso dos sistemas técnico científico) e da circulação (com base no *circuito espacial produtivo*), elaborando uma periodização geográfica necessária pautada no comportamento das principais variáveis técnicas e normativas.

Com o intuito de manter a sintonia epistemológica no decorrer da pesquisa e permitir a sistematização dos resultados encontrados, além dos conceitos norteadores supracitados, nossa leitura também procurou aprofundar os conceitos de: 1) globalização (SANTOS, 2011; 2012a); 2) neoliberalismo (HARVEY, 2005a); 3) financeirização (CHESNAIS, 1996); 4) novas tecnologia da informação (CASTELLS, 2000; LOJKINE, 2002); 4) agricultura científica globalizada (SANTOS, 2011); 5) cafeicultura científica globalizada (FREDERICO, 2012); 6) cidades do agronegócio (ELIAS, 2007, 2011); e 7) escala geográfica (FREDERICO, 2014).

A bibliografia temática baseada em diversos livros, artigos científicos, teses e dissertações, permitiu obter um embasamento mais específico sobre o objeto de estudo, como: 1) o paradigma da Revolução Verde (PORTO-GONÇALVES, 2006); 2) a formação dos complexos agroindustriais (MÜLLER, 1989); 3) as políticas nacionais e internacionais do setor cafeeiro (BACHA, 1988; SILVA, 1994; SAES, 1995); 4) a cafeicultura em áreas de cerrado (ORTEGA et al., 2010; BACHA, 1988); 5) agricultura organizada em rede (MAZZALLI, 2000); 6) a regulação corporativa (PONTE, 2001; TALBOT, 2004; DAVIRON; PONTE, 2007; GOODMAN, 2008; TOPIK, 2009) 7) capitalismo cultural (ŽIŽEK, 2011); e 8) *descommoditização* do café (DAVIRON; VAGNERON, 2010).

Além dos sites de pesquisa acadêmica, foram utilizadas também as seguintes fontes para a consulta: 1) Biblioteca do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE-UNICAMP); 2) Biblioteca do Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas (IG-UNICAMP); 3) Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade

Estadual de Campinas (IFCH-UNICAMP); 4) Biblioteca da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Rio Claro.

O levantamento de dados secundários serviu com o propósito de atender as necessidades da pesquisa quanto ao levantamento de dados quantitativos, como: 1) população total, urbana e rural dos municípios cafeeiros da Região do Cerrado Mineiro; 2) profissões ligadas ao agronegócio em Patrocínio/MG; 3) dinâmica do mercado de trabalho agropecuário em Patrocínio/MG; 4) número de tratores, colheitadeiras e uso do sistema de irrigação na região e no município de Patrocínio/MG; 5) total da área colhida, da produção e da produtividade de café na região e em Patrocínio/MG; 6) financiamentos concedidos através do Sistema Nacional de Crédito Rural para os produtores e as cooperativas agrícolas; e 7) índice histórico da Bolsa Dow Jones.

O levantamento dos dados foi realizado pelas seguintes fontes de consulta: 1) Secretaria de Acompanhamento Econômico (SEAE); 2) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); 3) Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA); 4) Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC); 5) Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) / Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED); 6) Programa de Disseminação de Estatística do Trabalho (PDET); 7) Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEADATA); 8) Empresa Brasileira de Pesquisa (EMBRAPA-CAFÉ); 9) Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB); 10) Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (CECAFÉ); 11) Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES); 12) Banco Central do Brasil (BACEN); 13) Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC).

Em relação ao trabalho de campo e as visitas técnicas, estes foram de suma importância para a substantivação e operacionalização dos conceitos utilizados, sendo realizados com os produtores e as instituições do município de Patrocínio, como: a Central das Cooperativas dos Cafeicultores do Cerrado Mineiro (EXPOCACCER), Associação dos Pequenos Produtores do Cerrado (APPCER), Federação dos Cafeicultores, corretoras locais, Associação dos Cafeicultores da Região de Patrocínio (ACARPA) e Cooperativa de Patrocínio (COOPA), além do Instituto de Agronomia de Campinas (IAC).

A entrevista semi-estruturada (MANZINI, 1991) foi o método escolhido para abordar questões relevantes à pesquisa junto aos agentes supracitados. Neste tipo de método, a entrevista se condiciona a partir de um roteiro com perguntas principais, complementada por outras

questões pertinentes ao momento da entrevista. Ou seja, permite surgir informações mais livremente com respostas não padronizadas e alternativas (MANZINI, 1991).

A partir da coleta dos dados foram elaborados quadros, tabelas e gráficos (Windows Office) e mapas temáticos de maneira a permitir identificar e localizar de forma precisa o recorte de estudo em questão.

Estrutura da dissertação

O primeiro capítulo, intitulado “*Modernização e expansão da fronteira agrícola: a cafeicultura no Cerrado Mineiro*” consiste em compreender os principais fatores responsáveis pela modernização da agricultura brasileira e a sua consequente expansão em áreas do Cerrado Mineiro, em particular, a cafeicultura. Inicialmente, propomos uma breve consideração teórica sobre o conceito de região, especialmente, da ideia de região competitiva agrícola. Este item se faz necessário para compreendermos como que uma determinada produção agrícola hegemônica, no caso a cafeicultura, se apropria das singularidades de uma determinada região.

Em seguida, realizamos uma periodização de modo a apontar os principais eventos responsáveis pela “*transformação da base técnica agrícola brasileira*”, apresentando dados relevantes de como se deu este processo e quais foram as suas consequências nos municípios cafeeiros da Região do Cerrado Mineiro. Ainda no primeiro capítulo, também são abordadas as “*políticas nacionais e internacionais do setor cafeeiro*”, mostrando os principais projetos e programas vinculados ao Instituto Brasileiro do Café (IBC) e a importância dos Acordos Internacionais do Café (AIC) na regulação mundial da cafeicultura entre as décadas de 1960 e 1980; e de que maneira tais políticas contribuíram para a “*implantação e consolidação da cafeicultura no Cerrado Mineiro*”.

O segundo capítulo, “*A cafeicultura científica globalizada e sua expansão no Cerrado Mineiro*”, trata das transformações de ordem técnica (tecnologia da informação) e política (neoliberalismo e financeirização) ocorridas no final do século XX, conhecido como período da globalização (SANTOS, 2011; 2012a).

Com a emergência do atual período, a agricultura se configura como “científica e globalizada” (SANTOS, 2011) e organizada em rede (MAZZALLI, 2000). No caso do café, essas

transformações resultaram numa maior eficiência produtiva, com redução de custos, diferenciação produtiva, uso do *marketing* e inserção competitiva nos mercados internacionais.

Não imune à nova configuração da cafeicultura mundial, a Região do Cerrado Mineiro passou a ter um papel significativo na cafeicultura nacional, ao se caracterizar pelo intenso uso de sistemas técnicos agrícolas (tratores, colheitadeiras, irrigação) em sua produção, de modo a promover um crescimento da produção com elevada produtividade relativa. Por concentrar diversos sistemas técnicos e normativos que o fizeram funcional às exigências produtivas do campo moderno, Patrocínio se configura como uma *cidade do agronegócio* (SANTOS, 1993; ELIAS, 2007, 2011) especializado na produção de café e um dos maiores produtores de café *commodity* do país.

No encerramento do segundo capítulo, enfatizamos a força institucional da Região do Cerrado Mineiro, com a organização de cooperativas e associações de cafeicultores e a criação do “*Sistema Café do Cerrado*” e da “*Federação dos Cafeicultores do Cerrado*”.

No terceiro capítulo, intitulado “*A emergência dos cafés especiais: certificações e novos atores e estratégias de produção*”, contempla o surgimento e a ascensão de um novo canal de comercialização do café que tem como atributo a qualidade dos grãos – o mercado de cafés especiais.

Sob o viés do movimento “capitalismo cultural” (ŽIŽEK, 2011), o primeiro item do presente capítulo - “*a emergência dos cafés especiais: surgimento e proliferação das certificadoras*” - faz referência ao processo inicial de produção dos cafés especiais e o surgimento das empresas certificadoras. Esse item aborda também a maior proximidade das certificadoras com as grandes empresas do setor cafeeiro, e a consequente proliferação de diferentes tipos de certificações (*FLO-Cert, Rainforest Alliance, UTZ, 4C, AAA Nespresso e CAFE Practices Starbucks*) e a ascensão política e econômica das grandes empresas certificadoras no mercado de cafés especiais.

O segundo item remete ao “*mercado do Comércio Justo*”, enfatizando a sua gênese, princípios, objetivos e a formação da *Fairtrade International* (FLO). O terceiro e último item apresenta as principais contradições do Comércio Justo, como o processo de *recomoditização* (DAVIRON; VAGNERON, 2010) derivado de novos padrões produtivos estabelecidos pelas certificadoras.

O quarto e último capítulo, “*O circuito espacial produtivo do café do Comércio Justo em Patrocínio: Anticommodity ou mais uma commodity agrícola (recommoditização)?*”, analisa se a produção do café do Comércio Justo de Patrocínio se comporta como uma *anticommodity* ou se de forma contraditória se comporta como mais uma *commodity*.

Primeiramente, partimos de uma discussão sobre a definição e a articulação dos conceitos de “*circuito espacial produtivo e escala geográfica*”. Em seguida, é realizada uma análise das relações de poder entre os agentes que compõem o circuito espacial produtivo do café no município de Patrocínio/MG e suas respectivas escalas geográficas de ação. No município em questão são encontrados três tipos de circuitos: o primeiro ligado ao café *commodity*; o segundo atrelado a certificação dos cafés especiais (Rainforest, UTZ, 4C, CAFE Practices, Nespresso AAA) junto aos médios e grandes produtores; e o terceiro somente à pequena produção – FLO-Cert (Comércio Justo). No caso do Comércio Justo, além da análise do circuito e suas escalas geográficas, é abordado também a “*formação da Associação dos Pequenos Produtores do Cerrado – APPCER*”.

No último item é feito um embate entre os circuitos citados de maneira a analisar se a produção do café do Comércio Justo, conjuntamente com a certificadora *FLO-Cert*, promove ou não a *descommoditização* na produção cafeeira estabelecida pela APPCER, permitindo formas alternativas de inserção dos pequenos produtores nos mercados nacional e internacional. Vale salientar que os pequenos produtores da APPCER já participaram do circuito espacial produtivo do café *commodity* na Região do Cerrado Mineiro, e agora, estão constituindo um circuito alternativo sob o viés do Comércio Justo.

**Modernização e expansão da fronteira agrícola: a cafeicultura no
Cerrado Mineiro**

1.1 Regiões Competitivas Agrícolas: considerações necessárias

Antes de adentrarmos na periodização para assim podermos analisar e identificar os principais agentes que controlam os circuitos espaciais produtivos se faz necessário abordar o que venha a ser “*Região Competitiva Agrícola*”. Ressalta-se que não é o propósito deste estudo fazer um resgate sobre o conceito de região na história do pensamento geográfico.

Primeiramente, compreendemos como proposto por Santos (2012a) que o espaço geográfico é um híbrido (LATOUR, 19942) constituído pela conformação de “coisas materiais (naturais e construídas historicamente) entre si e com as normas (sociais, políticas, jurídicas, econômicas, culturais) que regulam o uso, o acesso e a propriedade dessas coisas” (CASTILLO; FREDERICO, 2010a, p. 18).

Segundo Santos (2012a), no atual período de globalização, a região comporta-se como funcional ao se tornar especializada numa determinada produção que segue os ditames dos mercados internacionais. Castillo e Frederico (2010a) designam esta relação de forças que estabelecem uma coesão, ao menos teoricamente, como *Região Competitiva*¹. Isto é, trata-se de um compartimento do espaço geográfico “caracterizado pela especialização produtiva obediente a parâmetros externos (em geral internacionais) de qualidade e custos” (CASTILLO; FREDERICO, 2010a, p. 20).

Em síntese, “a região competitiva é a expressão geográfica da produção na era da globalização” (CASTILLO; FREDERICO, 2010a, p. 20). As quais, de um modo geral, atraem certo grau de investimento proveniente do Estado (estradas, portos, aeroportos, entre outros) e dos grandes conglomerados empresariais, em detrimento de outras regiões, “transformando grandes porções do território em áreas de exclusão” (CASTILLO; FREDERICO, 2010a, p. 20).

Os autores relatam ainda que certas Regiões Competitivas, atreladas a determinadas atividades produtivas - seja na agricultura, na indústria ou nos serviços -, coexistem com outros tipos de regiões, como as históricas e administrativas. Para tal, Ribeiro (2004) aborda estas regiões como região/regionalização – como *fato* e como *ferramenta*.

¹ “Partimos da concepção de que a competitividade não é um atributo circunscrito às empresas ou aos produtos no período da globalização, mas designa também uma condição dos lugares e regiões. A distribuição desigual de densidades materiais e normativas no território confere diferentes graus de competitividade às regiões para determinados tipos de produtos e, por conseguinte, a alguns agentes produtivos que nelas atuam e que delas fazem parte” (CASTILLO; FREDERICO, 2010a, p. 18).

A *região como fato* remete às condições históricas e culturalmente construídas. Encontra-se vinculada na resistência a ação hegemônica do presente, das tensões existentes entre conservação e mudança, entre o tradicional e o moderno, pela “disputa de poder nas diferentes formas de apropriação (construção e uso) do território” (RIBEIRO, 2004, p. 197). Já a *região como ferramenta* está vinculada a uma hierarquização de poder sendo conduzida por forças econômicas (agentes internos e externos) e políticas que dominam o território nacional.

Um exemplo emblemático da coexistência entre as diversas formas de região (como fato, como ferramenta e competitiva) é o caso da reivindicação e obtenção por parte da Federação dos Cafeicultores do Cerrado do registro de Denominação de Origem denominado “Região do Cerrado Mineiro”, a exemplo dos vinhos franceses.

O registro de Denominação de Origem faz referência ao local de produção do produto e também às características naturais e culturais de modo a agregar e conferir uma qualidade diferenciada ao produto. Neste caso, a Federação dos Cafeicultores do Cerrado é o órgão responsável por conceder o selo de origem para os cafés produzidos na “Região do Cerrado Mineiro” - a primeira região a receber o registro para cafés no Brasil (FEDERAÇÃO DOS CAFEICULTORES, 2014).

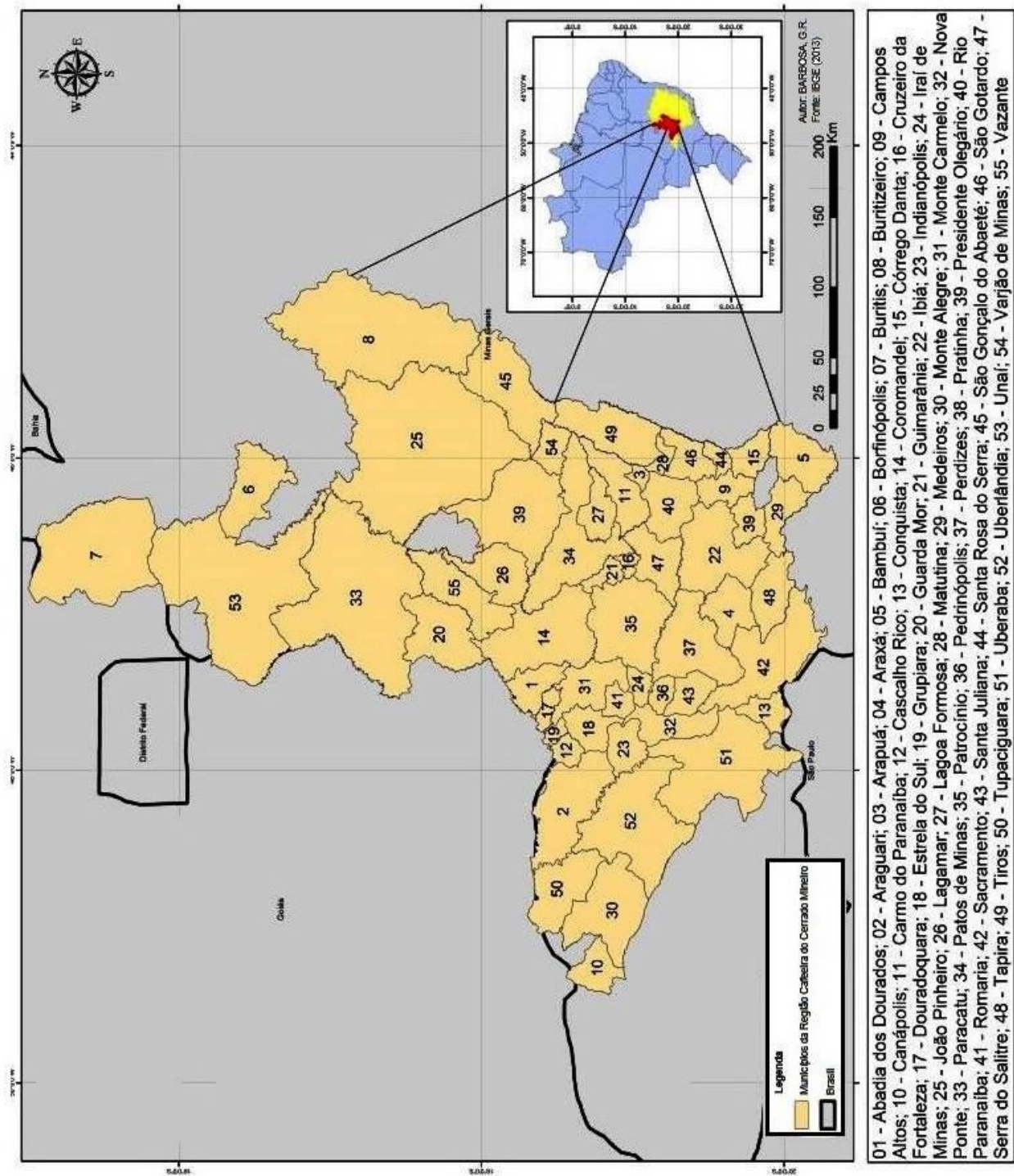
Para Castillo e Frederico (2010a), a denominação de origem se apropria das particularidades e dos atributos culturais ímpares de uma região histórica – *região como fato* - e fundamenta a criação de uma circunscrição administrativa – *região como ferramenta* - para conferir maior competitividade a uma determinada fração do espaço – *região competitiva*.

Castillo e Frederico (2010a) relatam ainda que o território brasileiro possui inúmeros exemplos de regiões competitivas. Dentre elas destacam-se as regiões produtoras de *commodities* agrícolas. Nestas regiões, algumas cidades locais tornam-se funcionais às demandas da produção regionalmente hegemônica, contando com uma forte presença de empresas internacionais e de sistemas técnicos especialmente concebidos para viabilizar a produção, principalmente aquela voltada à exportação.

São aquelas regiões cuja produção especializada é hegemônica sobre as demais atividades, fazendo com que a região reúna uma forte densidade técnica (infraestrutura de transporte e comunicação, sistemas de armazenamento, centros de pesquisa, agroindústrias) e normativa (desoneração fiscal setorial, normas que facilitam o desembaraço das mercadorias, selos de denominação de origem etc.) vinculada à atividade agrícola dominante (CASTILLO; FREDERICO, 2010a, p. 20).

No caso das áreas produtoras de café, são elencadas algumas Regiões Competitivas Agrícolas no Brasil, como: Sul de Minas, Cerrado Mineiro e Oeste da Bahia. Desta forma, a região produtora de café aqui denominada de Cerrado Mineiro corresponde à reunião de 55 municípios designados pela Federação dos Cafeicultores do Cerrado, possuindo cerca de 4.500 cafeicultores localizados entre as mesorregiões do IBGE, do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e Noroeste de Minas (Mapa 1.1).

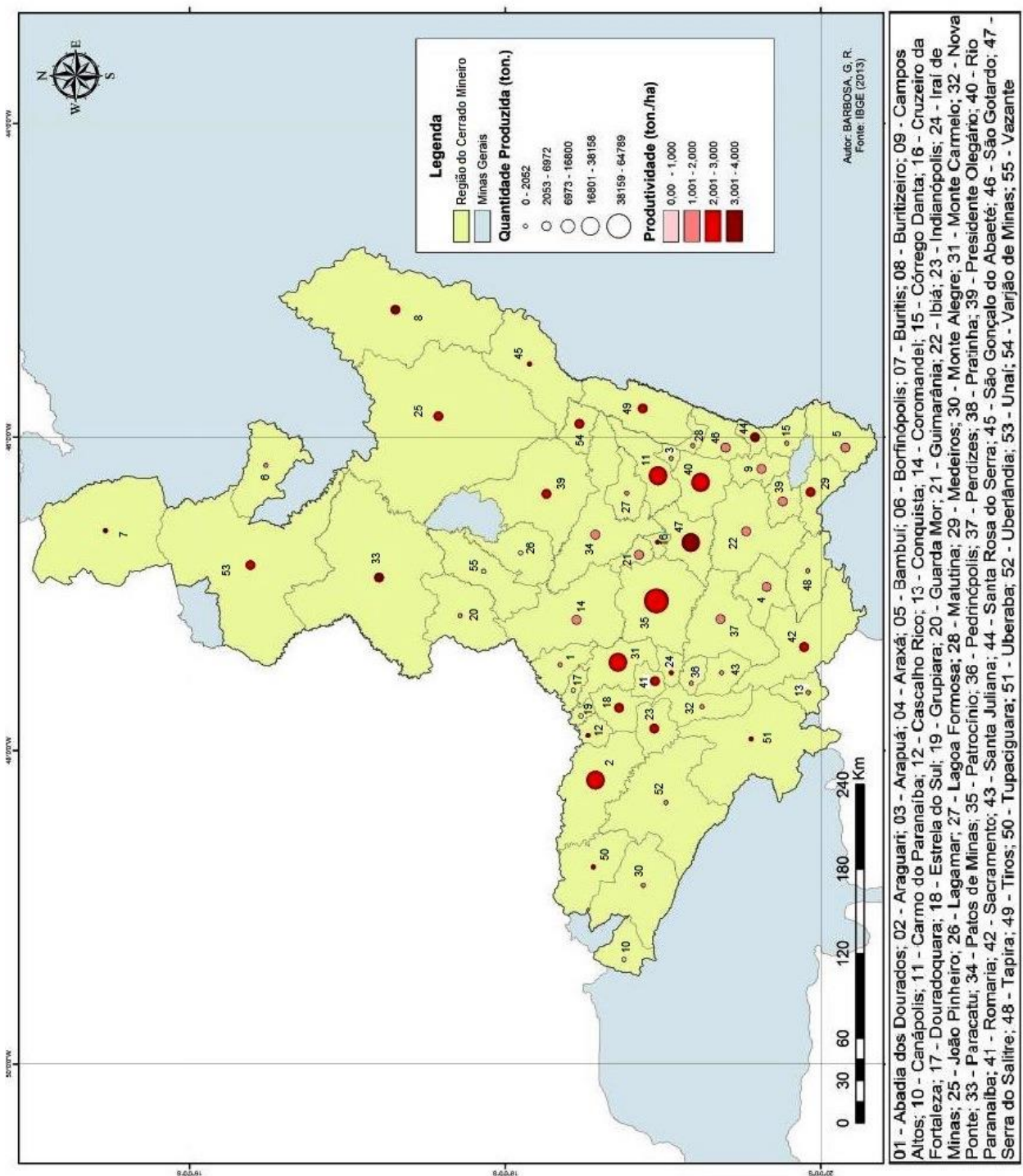
Mapa 1.1 - Localização dos municípios que compõem a Região Caffeira do Cerrado Mineiro



Fonte: IBGE (2013)

O Cerrado Mineiro é a quarta maior região produtora de café do país. Em 2012, foi produzido cerca de 380 mil toneladas de café, numa área colhida de aproximadamente 175 mil hectares (PAM/IBGE, 2013), tendo uma produtividade de 2,19 ton./ha. A partir do Mapa 1.2 é possível verificar a produção e a produtividade de café por município na região no ano de 2012.

Mapa 1.2 - Produtividade (ton./ha) e quantidade produzida (ton.) dos municípios que compõem a Região Cafeeira do Cerrado Mineiro



Fonte: IBGE (2013).

Dentre os 55 municípios observados no Mapa 1.2, Patrocínio e Buritizeiro destacam-se como os que registraram a maior quantidade produzida e a maior produtividade, respectivamente, no ano de 2012. Patrocínio registrou uma produção de 64.789 sacas de café (em grão), correspondente a 16,87% do total produzido na região; e Buritizeiro registrou uma produtividade de 3,60 ton./ha, bem acima da produtividade média da região que foi de 1,93 ton./ha.

A seguir os 55 municípios produtores de café (em grão) na região do Cerrado Mineiro e a quantidade produzida (toneladas) no ano de 2012 (Figura 1.1).

Figura 1.1. - Produção (toneladas) dos municípios que compõem a Região Cafeeira do Cerrado Mineiro em 2012

Municípios	Produção (toneladas)
Patrocínio	64.789
Serra do Salitre	38.158
Monte Carmelo	29.133
Araguari	26.671
Rio Paranaíba	26.287
Carmo do Paranaíba	21.067
Coromandel	16.800
Campos Altos	16.632
Perdizes	13.692
Patos de Minas	12.111
Romaria	10.500
Unai	9.646
Presidente Olegário	9.188
Indianópolis	8.640
Medeiros	6.972
Bambuí	5.578
Ibiá	5.568
Santa Rosa da Serra	5.386
Estrela do Sul	4.440
Paracatu	4.216
Tiros	3.995
Sacramento	3.774
Buritizeiro	3.708
Araxá	3.696
São Gotardo	3.684
João Pinheiro	3.623
Varjão de Minas	3.322
Guimarânia	3.150
Pratinha	2.985
Cruzeiro da Fortaleza	2.052
Bonfinópolis	2.050
Iraí de Minas	1.890
Uberaba	1.500
Cascalho Rico	1.176
Lagoa Formosa	1.057
Buritís	967
Arapuá	924
São Gonçalo do Abaeté	708
Pedrinópolis	652
Nova Ponte	626
Tapira	525
Uberlândia	522
Guarda Mor	445
Córrego Danta	438
Tupaciguara	435
Matutina	321
Abadia dos Dourados	104
Monte Alegre	96
Santa Juliana	42
Conquista	13

*Os municípios de Canápolis, Douradoquara, Grupiara, Lagamar e Vazante não obtiveram produção.

Fonte: IBGE (2014)

Elaboração: NASCIMENTO, R.C (2014).

Na tentativa de classificar a tipologia das regiões cafeeiras, Frederico (2011) caracteriza a Região Cafeeira do Cerrado Mineiro: pela produção de café Arábica, em médias e grandes propriedades; pelo uso intensivo de insumos químicos e mecanizados (colheitadeiras, tratores culturais e irrigação); pelo relevo plano; e pela maior articulação política por parte dos produtores em se organizarem através de associações. Estas questões serão abordadas no decorrer do trabalho.

1.2 Transformações da base técnica e política da agricultura brasileira e o Cerrado Mineiro (1960 – 1980)

Com o propósito de aumentar a produção e a produtividade agrícola, num momento de forte industrialização e urbanização nas décadas de 1960/70, o Estado brasileiro promoveu a modernização da agricultura brasileira. Esta modernização se deu de forma seletiva a partir da reformulação de sua base técnica agrícola, com a internalização do paradigma da Revolução Verde (PORTO-GONÇALVES, 2006), a formação dos complexos agroindustriais (MÜLLER, 1989) e a maior centralidade da atuação do Estado.

Para Porto-Gonçalves (2006), o paradigma da Revolução Verde refere-se à difusão de novos sistemas técnico-científicos (máquinas, fertilizantes, agrotóxico, irrigação, sementes melhoradas) na produção agrícola, sendo caracterizado pela combinação de um conjunto de inovações mecânicas, físico-químico e biológicas (DELGADO, 1985) que permitiu: a criação de novas variedades de cultivares (mudas e sementes), fertilizantes, defensivos, corretivos do solo, rações, insumos de adubação, novas técnicas de plantio (espaçamento entre plantas), equipamentos para irrigação e beneficiamento, dentre outros.

A implantação da cafeicultura em áreas de Cerrado foi um caso emblemático da modernização da agricultura promovida pelo Estado em cooperação com empresas internacionais. Segundo Bacha (1988), as pesquisas realizadas pelo Instituto de Pesquisa Agropecuária do Centro-Oeste, atual Centro Nacional de Milho e Sorgo da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), possibilitaram a produção de café em larga escala na região do Cerrado Mineiro, devido à disseminação do pacote tecnológico da Revolução Verde (uso de insumos mecânicos, físicos e químicos) para a correção e adubação dos solos ácidos do cerrado.

Com o intuito de desenvolver pesquisas voltadas à agricultura na década de 1960, em particular, a cafeicultura, o Instituto Agrônomo de Campinas (IAC) criou os Fundos de Pesquisa a partir de doações de empresas privadas fornecedoras de insumos, como: a Fundação Rockefeller, Cooperativa Agrícola de Cotia, Shell Mex, Standard Oil, Anderson Clayton (financiadora de soja), Moinho Santista (de trigo), Serrana e Quimbrasil S.A (para algodão), Manah (para pesquisas de adubos) (SILVA, 1994).

Através de experimentos utilizando fertilizantes e defensivos químicos, foram desenvolvidos pelo IAC novas sementes e cultivares para a produção agrícola, como: o milho híbrido, cultivares da soja, algodão, feijão, cana-de-açúcar. Além do café do tipo Catuaí, proveniente das variedades Mundo Novo e Caturra (BACHA, 1988).

A modernização da produção agrícola brasileira, que tinha como referência o paradigma da Revolução Verde, incluía também uma maior relação com a indústria, tornando-a assim, “menos dependente da dotação de recursos naturais” (MAZZALI, 2000 p.20). Têm-se, portanto, na década de 1970, a formação dos complexos agroindustriais (CAI).

Para Müller (1989), o CAI é compreendido pelo estreitamento das relações produtivas entre agricultura e indústria, tanto a montante (bens de produção) quanto à jusante (agroindústrias). De maneira que as diferentes instâncias da produção (produção em si, distribuição, troca e consumo) estabelecidas pelos CAIs passaram a se subordinar ao capital financeiro e industrial.

Apesar do debate se a produção cafeeira conformaria um complexo agroindustrial², devido à sua incipiente integração da cadeia à jusante (Kageyama *et al.*, 1990), a disseminação dos novos cultivares sensíveis ao uso dos insumos químicos - desenvolvidos pelo IAC - e a criação e consolidação da indústria de café torrado e moído e solúvel aprofundaram a inter-relação entre a produção agrícola, a indústria e o capital financeiro.

De maneira a dar maior dinamismo e integrar os diversos ramos agrícolas - como no caso da soja, da cana, do café, do algodão e do trigo - aos complexos agroindustriais era necessário um grande aporte financeiro. Segundo Kageyama et al. (1990, p. 122), “a compra de insumos pela

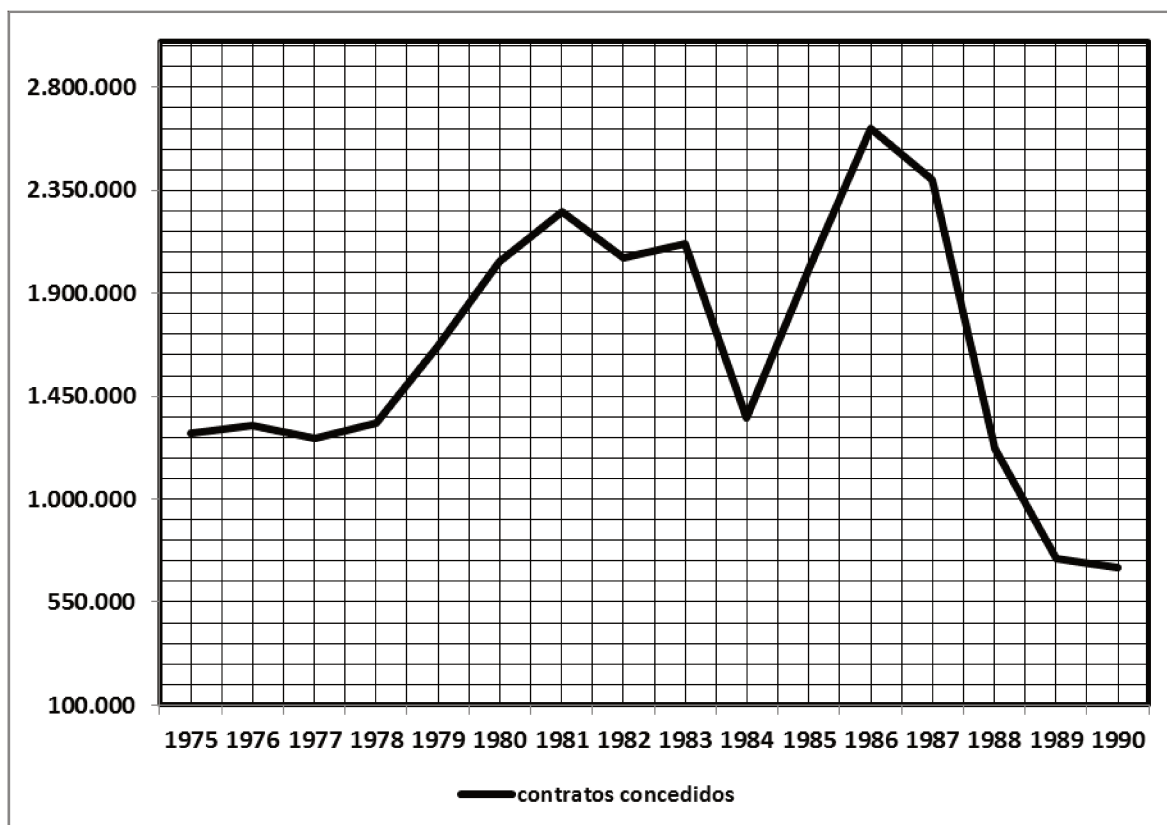
² “Os CAIs, em cada ramo de atividade específico em que se apresentam, respondem por uma dinâmica própria, particular, que não guarda necessariamente o mesmo ritmo e os mesmos pontos de inflexão de outros segmentos da economia” (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 53).

agricultura, por exemplo, impõe-se a princípio como necessidade técnica, mas implica de imediato a necessidade de financiamento”.

Para tanto, o Estado instituiu em 1965 o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR)³. O intuito do SNCR consistia na captação de excedentes financeiros livres que permitissem ao Estado “bancar” a expansão do crédito rural a prazos relativamente longos e juros reais negativos (DELAGADO, 1985). De acordo com Delgado (1985) e Kageyama et al. (1990), o SNCR veio a ser o elo do capital financeiro com a agricultura por meio de diversos contratos concedidos pelo Estado junto aos produtores e às cooperativas agrícolas para o financiamento de custeio, investimento e comercialização (Gráfico 1.1).

³ O Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) era constituído por agentes, como: “Banco Central, Banco do Brasil, bancos estaduais, bancos regionais de desenvolvimento, bancos privados, Caixa Econômica, sociedades de crédito, investimento e financiamento, cooperativas, órgãos de assistência técnica e extensão rural” (SILVA, 2012, p. 22).

Gráfico 1.1 - Financiamentos* concedidos (contratos) a produtores e cooperativas agrícolas através do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) entre os anos de 1975** – 1990



* financiamentos para custeio, investimento e comercialização.

** não possuem dados sobre o SNCR anteriores a 1975.

Fonte: CENSO AGROPECUÁRIO (1979; 1980; 1981; 1982; 1983; 1984; 1986; 1987; 1988; 1989; 1990; 1991).

Elaboração: NASCIMENTO, R.C (2013)

Nos onze primeiros anos do SNCR, período de grande intervenção do Estado, houve um crescimento de 103,15% no número de contratos concedidos para produtores e cooperativas agrícolas. A partir da década de 1980, a crise fiscal do Estado associada ao esgotamento das políticas intervencionistas e desenvolvimentistas levou a queda significativa do crédito rural.

A política agrícola do Estado de conceder grande número de financiamentos para produtores e cooperativas agrícolas criou um mercado atrativo para a produção de máquinas, equipamentos e insumos agrícolas (GRAZIANO DA SILVA, 1996). A associação entre agricultura e indústria confluía naquele momento para o significativo aumento do consumo e da produção agroindustrial no país, desencadeando no processo de internalização das indústrias de bens de capital (tratores e irrigação) (Tabela 1.1) e de insumos agrícolas (defensivos e fertilizantes) (Tabela 1.2).

Tabela 1.1 - Total de tratores (unidades) existentes nos estabelecimentos agropecuários e quantidade de terras irrigadas (hectares) no país de 1970 a 1980

Ano	1970	1975	1980
Tratores (<i>uni.</i>)	165.731	323.109	545.204
Áreas irrigadas (<i>hectares</i>)	795.250,00	1.086.830,44	1.481.219,57

Fonte: IPEADATA, 2013.

Elaboração: NASCIMENTO, R.C (2013)

De acordo com a Tabela 1.1, em apenas dez anos o uso de tratores nos estabelecimentos agropecuários no país registrou um crescimento de 228,97% e quantidade de áreas irrigadas expandiu em 86,26%.

Tabela 1.2 - Quantidade anual produzida (toneladas) e consumida (toneladas) de defensivos e fertilizantes agrícolas de 1975 a 1980

Ano	1975	1976	1977	1978	1979	1980
-----	------	------	------	------	------	------

Defensivos

Produção (ton.)	25.184	17.380	26.288	40.088	53.534	70.406
Consumo (ton.)	77.803	68.214	78.357	81.447	84.394	97.054

Fertilizantes

Produção (ton.)	2.051.694	3.079.830	3.510.657	3.895.731	4.385.134	5.606.604
Consumo (ton.)	4.880.840	6.116.704	7.814.271	7.821.501	8.707.574	10.272.127

Fonte: CENSO AGROPECUÁRIO (1980; 1981).

Elaboração: NASCIMENTO, R.C (2013)

Percebe-se pela Tabela 1.2 que em apenas cinco anos a produção de defensivos agrícolas registrou um crescimento de 179,57%, e um consumo de 24,74%. Já a produção de fertilizantes obteve um crescimento de 173,27%, e um consumo de 110,46%.

Em suma, a maior centralidade de atuação do Estado, através da política monetária e financeira, criou as condições necessárias para a elevação da produção e do consumo de bens de capital e de insumos agrícolas. Isto permitiu às empresas integradas verticalmente na agricultura e na indústria “margens de lucratividade mais estáveis e generosas” (DELGADO, 2012, p. 29).

Segundo Delgado (2012, p. 29), aquele momento foi caracterizado pela “integração de capitais”, em que a fusão de capitais agrários, industriais, comerciais e bancários, associada ao aporte financeiro dessas corporações junto à política de Estado, representou “uma maneira particular de articulação do capital financeiro com a agricultura”.

A partir da integração de capitais, Delgado (2012, p. 34) aponta ainda para a formação dos conglomerados empresariais, “por meio das fusões, organização de *holdings*, cartéis e trustes, entre grandes grupos econômicos”. Com a maior articulação destes conglomerados junto às instituições financeiras, estes passaram a direcionar a aplicação do capital em mercados distintos, como o de terra, que se tornou um ramo atrativo para a especulação financeira principalmente a partir da expansão da fronteira agrícola em áreas de Cerrado.

Na década de 1970, concomitantemente aos complexos agroindustriais, a expansão da fronteira agrícola moderna em áreas de Cerrado foi outro evento que contou com forte suporte estatal. Para Castillo (2007a), a fronteira agrícola moderna é entendida como:

[...] áreas ocupadas por atividades agrícolas com alto conteúdo tecnológico e organizacional (em termos de uso de insumos e maquinário, formas de crédito e comercialização, armazenamento, beneficiamento e transporte) em substituição à pecuária extensiva, a formas tradicionais de cultura (particularmente a pequena produção familiar de origem ancestral ou de frentes de ocupação) e/ou à cobertura vegetal original (2007a, p. 03).

Naquele momento, segundo Moraes (2002), a ocupação dos fundos territoriais, isto é, das áreas de reserva ainda não inseridas completamente ao modo de produção hegemônica, atendia aos anseios do Estado de promover a integração do território nacional de forma mais efetiva.

No caso do Cerrado Mineiro, o Estado, em particular, durante o período da ditadura militar, promoveu diversos programas oficiais de colonização e expansão da fronteira agrícola (CASTILLO, 2007a), como: o Programa de Crédito Integrado e Incorporações do Cerrado (PCI), em 1972; o Programa de Assentamento Dirigido ao Alto Paranaíba (PADAP), em 1973; o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), em 1975; e o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER), em 1978.

O PCI (Programa de Crédito Integrado e Incorporações do Cerrado) foi criado em 1972, a partir da iniciativa do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BMG). O objetivo desse Programa consistia na incorporação de novos sistemas técnicos agrícolas numa área de 292.798 ha do Cerrado Mineiro (PÊSSOA, 1988). As mesorregiões⁴ do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e o Oeste de Minas foram os principais alvos desse Programa.

⁴ As regiões do PCI foram: o Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba, Paracatu, Alto São Francisco, Alto Médio São Francisco e Zona Metalúrgica. Atualmente, estas regiões são designadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, como sendo: mesorregiões do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e Oeste Minas.

Segundo Pêsoa (1988), o PCI contou com o apoio de vários órgãos estaduais, como: a Companhia Agrícola de Minas Gerais (CAMIG); a Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais (CASEMG); a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR/MG) - atual Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER); e o Programa Integrado de Pesquisas Agropecuárias do Estado de Minas Gerais (PIPAMIG) – atual Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG). Além dos empréstimos concedidos pelo Banco Central e Banco Mundial.

Para Pêsoa (1988) e Cleps Júnior (1998), o PCI forneceu boa parte de seus recursos apenas aos médios e grandes proprietários de terra, cuja área média de cada beneficiado era de 486 hectares. O programa em si atendeu somente 50% da área estipulada inicialmente, ficando em torno de 111.025 hectares.

Em suma, apesar do PCI não conseguir promover uma total incorporação dos novos sistemas técnicos agrícolas nas áreas pretendidas, o programa criou as condições necessárias para a expansão da agroindústria no Cerrado Mineiro (CLEPS JÚNIOR, 1998).

No ano de 1973, o estado de Minas Gerais, em parceria com a Cooperativa Agrícola de Cotia (MG), criou o PADAP (Programa de Assentamento Dirigido ao Alto Paranaíba). O objetivo desse Programa foi promover o assentamento de descendentes de imigrantes japoneses numa área de 60 mil hectares nos municípios de Campos Altos, Ibiá, São Gotardo e Rio Paranaíba. Cerca de 90 colonos foram previamente selecionados pela Cooperativa Agrícola de Cotia e pela Secretaria da Agricultura de Minas Gerais, numa área média de 250 hectares nos respectivos municípios (PÊSSOA, 1988; CLEPS JUNIOR, 1998).

Para Pêsoa (1988), o PADAP representou a primeira experiência de exploração intensiva agrícola em áreas de Cerrado. No primeiro ano de implantação, iniciou-se com os cultivos de café, soja e arroz, passando no segundo ano para o cultivo de trigo e no terceiro e último ano definindo as culturas básicas: café, soja e trigo.

O PADAP concedeu recursos para a construção de estradas; linhas de transmissão de energia; armazéns e habitações. Para tanto, sob a alegação de “interesse social” (PÊSSOA, 1988, p. 103), o governo estadual desapropriou uma área superior a 20 mil hectares, principalmente, aquelas que possuíam topografias favoráveis à mecanização, energia e transporte, nos municípios citados, de maneira a permitir a exploração e o escoamento dos principais cultivos do programa: café, soja e trigo.

Em 1975, o governo federal criou o POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados) com o objetivo de promover um conjunto de medidas (incentivos fiscais e créditos agrícolas) para incorporar a área de Cerrado à agropecuária “moderna”. A partir de tais medidas, o POLOCENTRO proporcionou: a rápida difusão de inovações tecnológicas (recursos para correção do solo e fertilizantes); o desenvolvimento de instituições de pesquisa federais e estaduais; a construção de rodovias e de redes de energia elétrica em áreas rurais; e a implantação de sistemas de beneficiamento; armazéns e transporte de produtos agrícolas (SALIM, 1988).

Contudo, após quatro anos houve uma significativa redução nos recursos do POLOCENTRO. Segundo Pêssoa (1988), o corte objetivava a diminuição da especulação das terras de maneira a facilitar a compra destas pela CAMPO, empresa responsável pelo PRODECER.

O PRODECER (Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento do Cerrado) foi outro programa promovido pelo Estado brasileiro em parceria com o Japão, em 1978. Seu objetivo consistia em promover a agricultura moderna por meio de projetos de colonização e de expansão da agricultura moderna a partir da criação de unidades agrícolas, de base empresarial, fundamentadas no sistema cooperativista (CLEPS JUNIOR, 1998).

Para tanto, com o intuito de coordenar o PRODECER, foi criada uma empresa binacional, a Companhia de Promoção Agrícola (CAMPO), que consistia num conglomerado de empresas, nacional e internacional, e de inúmeros bancos de capital nacional e estrangeiro. A CAMPO⁵ era constituída por 51% do capital pertencente à Companhia Brasileira de Participação Agroindustrial (BRASAGRO), *holding* composta por 44 acionistas; e 49% do capital pertencente a *holding* japonesa *Japan-Brasil Agricultural Development* (JADECO), composta por 49 acionistas, sendo liderados pela *Japon International Corporation Agency* (JICA) (CLEPS JUNIOR, 1998).

⁵ Os principais acionistas da BRASAGRO eram: o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG); o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE); o Banco Nacional de Crédito Cooperativo S.A (BNCC); o Banco do Brasil; o Banco América do Sul; o Bamerindus; o Banco Econômico; o Banco Nacional; o UNIBANCO; DESENBANCO; Banco da Amazônia; Companhia Vale do Rio Doce; Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM); Companhia Agrícola de Minas Gerais (CAMIG); COBEC; Cataguases Leopoldina; Cica Norte; Manah; Eucatex; Solorrício; Minasa; Brahma; Nutrícia; Florestal Acesita; Madal e Granja Resende. E os principais acionistas da JADECO, *holding* japonesa, foram: JICA; Banco de Tóquio; Central de Cooperativas do Japão; Banco Nacional de Crédito Agrícola e Florestal; Mitsui; Mitsubishi; Toshiba; Marubeni; Sumitomo; Ishikawajima; Yakult; Kawasaki; Komatsu; C. Itoh, entre outras (CLEPS JUNIOR, 1998).

A parceria entre Brasil-Japão, via PRODECER, sob coordenação geral da CAMPO, resultou em diversos projetos de colonização e de expansão agrícola sendo distribuídos em três zonas localizadas nas mesorregiões do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e Noroeste de Minas, numa área total de 58.754 hectares.

Os principais projetos de colonização e de expansão agrícola foram segundo Cleps Junior (1998):

- Projeto de Colonização Iraí de Minas: (sob a coordenação da Cooperativa Agrícola Mista Iraí LTDA - COPAMIL) beneficiou 26 produtores, numa área média de 342,7 hectares, nos municípios de Nova Ponte e Romaria;
- Projeto de Colonização Coromandel: (sob a coordenação da Associação de Produtores de Coromandel) beneficiou 18 produtores, numa área média de 333,3 hectares, abrangeu além de Coromandel os municípios de Patrocínio, Guimarães e Patos de Minas;
- Projeto de Colonização Mundo Novo: (sob a coordenação da Cooperativa Agrícola de Cotia - CAC) beneficiou 48 produtores, e abrangeu os municípios próximos da divisa de Goiás e o município de Unaí.

O programa promoveu também na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: a difusão de novos sistemas técnicos, atrelados ao paradigma da Revolução Verde (novos cultivares e insumos químicos); investimentos em infraestrutura (ferrovias, rodovias, portos, silos, armazéns) e facilitou a aquisição de terras, especialmente, pelos chamados *gaúchos* (CLEPS JUNIOR, 1998).

Para Graziano da Silva (1996), a modernização da agricultura brasileira se deu de forma “conservadora”. Pois ao mesmo tempo em que solucionou os problemas agrícolas, agravou a questão agrária. Enquanto de um lado, pequenos lotes de terras foram sendo incorporados a determinados grupos econômicos e segmentos sociais, culminando na centralização da produção e na concentração produtiva (GRAZIANO DA SILVA, 1996), de outro houve a expropriação de parcela significativa de camponeses (FERNANDES, 2001) e um maior aprofundamento na concentração da estrutura fundiária, acentuando ainda mais as desigualdades sócio-espaciais.

A expropriação de parcela significativa de camponeses no processo produtivo do Cerrado Mineiro teve como consequência o aumento do êxodo rural e da agricultura patronal em detrimento do trabalho familiar.

Os programas realizados no Cerrado Mineiro promoveram inúmeras desapropriações de pequenos lotes de terras. Estes eram redistribuídos, de forma seletiva, para os produtores de outras regiões e médios e grandes proprietários localizados na própria região. Tal medida proporcionou um aprofundamento da concentração da estrutura fundiária nos municípios que compõem a Região Cafeeira do Cerrado Mineiro (Tabela 1.3).

Tabela 1.3 - Área total, número total e área média* dos estabelecimentos dos municípios que compõem a Região Cafeeira do Cerrado Mineiro nos anos de 1975 e 1985

	1975			1985		
Tamanho/ Esta.	Menos de 01 ha a 200 ha	200 ha a 2.000 ha	Mais de 2.000 ha	Menos de 01 ha a 200 ha	200 ha a 2.000 ha	Mais de 2.000 ha
Área total	2.006.710 ha	5.010.080 ha	2.866.189 ha	2.363.754 ha	5.271.421 ha	3.028.065 ha
Total/Esta	35.176	9.709	633	42.258	10.534	667
Área Média	57,05	516,02	4.527,94	55,94	500,42	4.539,83

* divisão da área dos estabelecimentos pelo número de estabelecimentos

Fonte: CENSO AGROPECUÁRIO, 1975; 1985.

Elaboração: NASCIMENTO, R.C. 2013.

Na Tabela 1.3 percebe-se que durante uma década, enquanto os estabelecimentos entre 01 ha e 200 ha e entre 200 ha e 2.000 ha obtiveram uma retração em suas áreas médias, houve um crescimento nas áreas com mais de 2.000 ha.

A concentração fundiária proporcionou também o deslocamento de alguns camponeses para as áreas urbanas dos municípios que compõem a Região Cafeeira do Cerrado Mineiro. Ressalta-se também a migração de diversos trabalhadores de outras regiões (Tabela 1.4).

Tabela 1.4 - Evolução populacional⁶ dos municípios* que compõem a Região Caffeira do Cerrado Mineiro nas décadas de 1960** – 1980

Municípios	1960		1970		1980		Variação %		
	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural %	Urbana %	População %
Uberlândia	52.573	35.105	13.226	111.480	9.384	231.583	-82,15	559,69	174,83
Uberaba	52.521	35.060	16.177	108.313	16.707	182.501	-68,19	420,54	127,46
Paracatu	15.205	10.143	19.349	17.472	19.114	29.900	25,71	194,78	93,36
Araxá	16.783	11.227	4.093	31.583	2.075	51.339	-87,64	357,28	90,70
João Pinheiro	16.738	11.145	30.698	10.804	26.705	19.153	59,55	71,85	64,47
Araguari	31.063	20.722	13.559	49.809	9.252	74.267	-70,22	258,40	61,28
Buritiz			7.653	2.157	9.657	5.772	26,19	167,59	57,28
Buritizeiro			7.749	4.466	8.501	9.768	9,70	118,72	49,56
Pedrinópolis			1.622	850	1.553	2.117	-4,25	149,06	48,46
Unai	27.614	18.361	38.257	14.046	38.044	29.841	37,77	62,52	47,66
Romaria			820	1.143	623	2.209	-24,02	93,26	44,27
Patrocínio	18.911	12.646	14.146	21.432	13.174	31.202	-30,34	146,73	40,62
Vazante	6.647	4.418	7.081	2.933	8.286	6.658	24,66	50,70	35,06
Coromandel	9.589	6.383	12.476	7.622	8.822	12.112	-8,00	89,75	31,07
Borfinópolis de Minas			11.889	1.407	14.021	2.366	17,93	68,16	23,25
Campos Altos	5.487	3.666	2.664	6.023	1.942	8.602	-64,61	134,64	15,20
Guarda-Mor			3.651	874	3.585	1.552	-1,81	77,57	13,52
Ibiá	8.566	5.712	6.241	10.541	4.381	11.726	-48,86	105,29	12,81
Carmo do Paranaíba	14.577	9.710	14.879	11.099	9.515	15.867	-34,73	63,41	4,51
Serra do Salitre	3.656	2.434	3.933	1.727	3.369	2.930	-7,85	20,38	3,43
Guimarânia			3.247	2.170	2.356	3.091	-27,44	42,44	0,55
Monte Carmelo	16.408	10.937	6.838	13.579	5.191	21.679	-68,36	98,22	-1,74
Monte Alegre	9.295	6.170	8.937	5.750	6.975	8.135	-24,96	31,85	-2,30
Tupaciguara	15.614	10.399	11.639	13.488	7.641	17.600	-51,06	69,25	-2,97
Iraí de Minas			3.065	515	2.261	1.166	-26,23	126,41	-4,27
Lagoa Formosa			14.912	4.268	10.623	6.927	-28,76	62,30	-8,50
Cruzeiro da Fortaleza			1.419	1.556	1.040	1.677	-26,71	7,78	-8,67
São Gonçalo do Abaeté	7.248	4.829	9.430	2.536	7.471	3.404	3,08	-29,51	-9,95
Patos de Minas	57.989	38.704	31.253	44.958	22.737	63.384	-60,79	63,77	-10,93
Abadia dos Dourados	5.418	3.614	7.974	2.103	4.949	3.055	-8,66	-15,47	-11,38
Bambu	14.303	9.538	9.915	10.722	6.408	14.136	-55,20	48,21	-13,83
Tapira			2.597	609	1.755	968	-32,42	58,95	-15,07
Lagamar			9.687	1.529	6.112	3.506	-36,91	129,3	-15,47
Sacramento	13.368	8.924	13.594	9.217	8.265	10.527	-38,17	17,96	-15,70
Medeiros			2.247	770	1.588	919	-29,33	19,35	-16,9
Perdizes	6.707	4.474	8.505	1.468	6.463	2.775	-3,64	-37,97	-17,38
Indianópolis	2.776	1.851	2.683	1.208	2.041	1.637	-26,48	-11,56	-20,51
Conquista	5.489	3.658	4.477	3.205	3.354	3.890	-38,9	6,34	-20,8
Matutina	3.242	2.156	3.470	1.608	2.215	2.055	-31,68	-4,68	-20,9
Nova Ponte	4.105	2.733	3.946	2.315	2.372	2.953	-42,22	8,05	-22,13
Rio Paranaíba	8.508	5.658	5.704	1.886	6.792	3.976	-20,17	-29,73	-23,99
Arapuá			3.488	1.014	2.419	989	-30,65	-2,47	-24,30
Estrela do Sul	6.180	4.115	5.381	3.143	3.910	3.440	-36,73	-16,40	-28,61
Presidente Olegário	20.668	13.780	24.262	2.988	16.099	8.142	-22,11	-40,91	-29,63
São Gotardo	15.165	10.127	9.807	8.416	4.785	12.535	-68,45	23,78	-31,52
Douradoquara			2.322	872	1.277	848	-45,00	-2,75	-33,47
Santa Juliana	5.597	3.726	3.264	2.244	2.381	3.650	-57,46	-2,04	-35,31
Tiros	9.426	6.274	10.117	2.727	6.192	3.650	-34,31	-41,82	-37,31
Grupiara			1.457	716	535	824	-63,00	15,08	-37,46
Canápolis	6.813	4.528	6.422	3.355	2.931	4.153	-56,98	-8,28	-37,54
Córrego Danta	5.606	3.734	5.239	1.869	3.669	2.130	-34,55	-42,96	-37,91
Pratinha	2.429	1.619	2.395	964	1.411	1.061	-41,91	-34,47	-38,93
Cascalho Rico	2.477	1.652	2.664	739	1.753	694	-29,23	-57,99	-40,74
Santa Rosa da Serra			3.566	1.391	1.473	1.284	-58,69	-7,69	-44,38
População Total	524.761	349.932	476.086	571.679	376.154	952.325	-28,32	172,15	51,88

* o município de Varjão de Minas não consta na seguinte figura por ter sido fundado em 1995.

** os municípios que estão em branco no ano de 1960 não possuem dados no IBGE.

Fonte: IPEADATA, 2014

Elaboração: NASCIMENTO, R.C (2014)

⁶ Ressalta-se que neste mesmo período a população do país como um todo se urbaniza. Portanto, esta evolução populacional (urbana e rural) na região não foi causada somente pela produção cafeeira, mas sim por uma tendência da sociedade brasileira e do território como um todo.

Verifica-se na Tabela 1.4 um significativo crescimento populacional da área urbana frente à área rural durante as três décadas levantadas (1960 a 1980) nos 54 municípios que compõem a atual Região Cafeeira do Cerrado Mineiro. Enquanto, que na década de 1960 a população da área urbana nos municípios representava 40,01% da população total, na década de 1980 este índice saltou para 71,69%. Durante os 30 anos apresentados, a população da área urbana obteve um crescimento vertiginoso de 172,25%, em contrapartida a área rural obteve uma retração de 28,32% na sua população.

Em relação ao aumento da agricultura patronal frente ao trabalho familiar na região, dois fatores corroboram para o seu entendimento. O primeiro, apontados pelos autores Bacha (1988) e Pessoa (1988), refere-se aos pequenos produtores que se tornaram trabalhadores temporários. Apesar do significativo crescimento do uso de novos sistemas técnico-científicos junto à produção cafeeira, como veremos no item 1.4, esta demandava um número expressivo de mão-de-obra, sobretudo temporário, para suprir a elevada produção existente. Deste modo, com o intuito de agregar renda extra à família, muitos dos trabalhadores temporários eram pequenos produtores que se tornaram “assalariados nas lavouras de café” (PÊSSOA, 1988, p.88).

O segundo, apontado por Ortega et al. (2010), refere-se a migração de trabalhadores de outras regiões do país em busca de emprego, seja permanente ou temporário nas lavouras de cana-de-açúcar e de café. No caso do Cerrado Mineiro, os trabalhadores são oriundos das porções norte e nordeste de Minas Gerais, dos estados de São Paulo, Paraná e de vários estados do Nordeste. Tais apontamentos podem ser observados na Tabela 1.5 a respeito do número de pessoal ocupado por categoria - familiar, permanente e temporário – nos municípios cafeeiros do Cerrado Mineiro entre os anos de 1975 a 1985.

Tabela 1.5 - Pessoal ocupado* - familiar, permanente e temporário** – nos municípios que compõem a Região Cafeeira do Cerrado Mineiro entre os anos de 1975 a 1985

Ano	Agricultura familiar	Emprego Permanente	Emprego Temporário
1975	121.025	28.953	418.174
1980	111.643	49.665	631.010
1985	125.844	61.845	851.780
Variação%	3,98	113,60	103,69

*pessoal ocupado (familiar e permanente), com ou sem remuneração, que na data do Censo encontravam-se executando as suas atividades.

**número máximo de empregados temporários contratado, mês a mês.

Fonte: CENSO AGROPECUÁRIO DE MINAS GERAIS, (1975; 1980; 1985).

Elaboração: NASCIMENTO, R.C. 2014.

De acordo com a Tabela 1.5 percebe-se que durante os dez anos levantados (1975 – 1985) a agricultura familiar nos municípios da Região Cafeeira do Cerrado Mineiro ficou muito abaixo dos empregos permanente e temporário. Enquanto, a agricultura familiar obteve um aumento de 3,98%, os empregos permanente e temporário registraram um crescimento de 113,60% e 103,6%, respectivamente.

Dessa forma, a modernização da agricultura brasileira entre as décadas de 1960 e 80 além de ser denominada “conservadora”, ela é considerada de “caráter excludente” (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 171), ao promover a expropriação de parcela significativa de camponeses do processo produtivo.

1.3 As políticas nacionais e internacionais no setor cafeeiro: o Instituto Brasileiro de Café (IBC) e os Acordos Internacionais do Café (AIC)

Em 1952 foi criado o Instituto Brasileiro do Café (IBC) com o propósito de normatizar e regulamentar a produção e a exportação de café. Dentre seus objetivos, o IBC se propunha organizar e fomentar a produção cafeeira nacional de modo a torná-la mais competitiva frente ao contexto internacional (SILVA, 1994).

Por meio do IBC, o Estado brasileiro adotou medidas de expansão da produção cafeeira visando aumentar a produtividade e as exportações. O café, até então, era o principal produto brasileiro negociado no mercado externo, sendo “responsável direto pela geração das divisas necessárias à industrialização (via substituição de importações)” (FREDERICO, 2011, p. 187).

No início da década de 1960, através do Convênio Internacional do Café, do Conselho Interamericano Econômico e Social, foi recomendado ao Brasil que realizasse políticas de limitação de plantio e da produção por possuir um grande excedente de estoques de cafés em relação às reservas mundiais (SILVA, 1994).

Para tanto, o IBC criou o Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA), no ano de 1961, com o intuito de eliminar os pés de café de baixo rendimento, de modo a liberar terras para o plantio de outras culturas alimentares e matérias primas industriais, e promover a modernização das plantações cafeeiras restantes. O GERCA elaborou um Plano Diretor que previa a erradicação de dois bilhões de pés de café tradicionais (variedades Bourbon e Comum) e o plantio de 500 milhões de pés (Mundo Novo e Catuaí) de alto rendimento (BACHA, 1988).

No final da década de 1960, o GERCA criou o Plano de Renovação e Revigoramento de Cafezais (PRRC) com o intuito de promover o aumento da produção e da produtividade de café, através da renovação e do cultivo mais racional em áreas climaticamente favoráveis, com menor propensão a geadas e outras intempéries naturais (BACHA, 1988).

Segundo Bacha (1988) e Silva (1994) o PRRC possuía diversos programas específicos à produção cafeeira e de crédito, como:

- Programa de Financiamento à Formação de Mudas (1970/1971): tinha por objetivo suprir as necessidades de plantio, com mudas de boa qualidade, de alto potencial produtivo e de boa origem, nas áreas zoneadas como ecologicamente aptas para a cultura; sendo somente financiada muda da variedade Bourbon Amarelo, do cultivar Mundo Novo e do Catuaí;
- Programa de Financiamento ao Plantio de Cafezais (1969/1970 e 1977/1978): tinha por objetivo o plantio e a formação de lavouras tecnicamente orientadas, promovendo a implantação de cafezais com altos níveis de produtividade;
- Programa de Financiamento para Recepta e Decote de Cafezais (1971/1972 e 1976/1977): tinha por objetivo recuperar ou aumentar a produtividade de cafezais, de

maneira a diminuir o adensamento de cafezais antigos para facilitar os tratamentos culturais e fitossanitários que as novas técnicas de produção exigiam;

- Programa de Incentivo ao Uso de Fertilizantes e Corretivos (1970/1971 e 1974/1975): consistiu em incentivar a aplicação de fertilizantes e corretivos, com o intuito de aumentar a produtividade e a recuperação dos cafezais utilizando técnicas adequadas e indicadas pelo IBC;
- Programa de Financiamento de Defensivos na Lavoura Cafeeira (1970/1971): consistiu na defesa fitossanitária dos cafezais, que abrangeu na intensificação dos tratamentos em uso para o combate às pragas e a aplicação de fungicidas no controle da Ferrugem, observada em cafezais paulistas;

Para Andrade (1994), após chegar à conclusão que o parque cafeeiro brasileiro renovado teria condições de atender ao mercado interno e externo, em 1981, o PRRC foi extinto.

Ao mesmo tempo em que se mantinha uma política cafeeira nacional, o Estado brasileiro procurou também incentivar acordos entre os países produtores de café numa tentativa de compartilhar os custos da política de valorização. Segundo Saes (1995, p.61), o Brasil era quem arcava com a maior parte do ônus da política de sustentação de preços, “retendo praticamente sozinho os estoques excedentes”.

Deste modo, em 1962, foi estabelecido o primeiro Acordo Internacional do Café (AIC). O AIC contou com a adesão de países produtores e importadores de café, totalizando 58 países envolvidos (SILVA, 1994). A sua regulação ficou a cargo da Organização Internacional do Café (OIC), criada em 1963.

Durante a vigência do AIC, até 1989, o sistema de quotas foi utilizado como o principal mecanismo de intervenção para a política de manutenção de preços. Quando a cotação⁷ do café no mercado de ações excedia o limite estabelecido pela OIC, às quotas eram rebaixadas, e quando o preço cotado ficava abaixo do limite, as quotas eram elevadas (DAVIRON; PONTE, 2007).

Com o AIC, os preços do café no mercado futuro eram relativamente previsíveis e estáveis devido ao maior controle dos Estados. Segundo Talbot (2004), o volume de negociação

⁷ O café foi cotado pela primeira vez em ações futuras em 1881, na Bolsa de Nova York (DAVIRON; VAGNERON, 2010). A partir da década de 1970, as ações de café, denominado de contrato “C”, passaram a ser negociados no chamado mercado de Café, Açúcar e Cacau de Nova York (*Coffee, Sugar and Cocoa Exchange* - CSCE) (TALBOT, 2004).

no mercado futuro de café era tão baixo que a sua manutenção na Bolsa de Valores de Nova York chegou a ser questionada.

Para os autores Daviron e Ponte (2007), o sistema de quotas obteve relativo sucesso devido a fatores como:

(1) a participação dos países consumidores no funcionamento do sistema de quotas; (2) a existência de países produtores como 'unidades de mercado', onde os governos estavam no controle das tomadas de decisões relativas às exportações; e (3) a aceitação por parte do Brasil no encolhimento das quotas de mercado, resultando em sucessivos AICs (DAVIRON; PONTE, 2007, p. 124).

Contudo, com a seca ocorrida no Brasil em 1985, enquanto o país conseguiu manter os mesmos valores de quotas do ano anterior, “os países médios e pequenos da África e América Central receberam quotas pequenas diante das suas produções, incitando-os a negociar, com os países não-membros, seu excesso de oferta, com deságios” (SAES, 1990, p. 67). Tal medida tomada pelos países produtores resultou num conflito de interesses com os países consumidores membros do AIC.

A disputa consistia no desejo dos países produtores, em querer aumentar a sua participação no mercado mundial de café, frente aos países consumidores membros do AIC, “que se mostravam descontentes com a distorção de preços em relação à oferta crescente e a sensível disparidade de preços e qualidade entre os cafés vendidos aos países membros e aos não-membros” (SAES, 1990, p. 67).

Na tentativa de reformular as cláusulas do AIC, os países consumidores propuseram estabelecer uma quota universal (para membros e não-membros) e a adoção da seletividade, em que “os cafés de qualidade superior (suaves) ao brasileiro seriam privilegiados, o que implicaria na diminuição da participação do Brasil no mercado internacional do café” (SAES, 1995, p. 68). Proposta não aceita pelo Brasil.

Além do impasse a respeito das quotas, a seca no Brasil fez com que o preço do café disparasse na Bolsa de Valores, o que proporcionou uma série de alterações no mercado futuro.

A primeira alteração consistiu na proliferação geral de instrumentos financeiros derivativos⁸, o que permitiu a entrada de pequenos comerciantes e torrefadores (especuladores), bem como empresas internacionais (torrefadores, importadores e financiadores) no mercado

⁸ Para Castells (2000, p. 145), “os derivativos são certificados sintéticos que quase sempre combinam os valores de ações, títulos, opções, *commodities* e moedas de vários países”.

futuro. A segunda alteração se refere à ascensão dos fundos de *commodities*, em que grandes conglomerados de capital financeiro passaram a investir intensamente em carteiras diversificadas ligadas às *commodities*, como: petróleo, metais e alimentos agrícolas (soja, trigo e café) (TALBOT, 2004).

Deste modo, os impasses a respeito das quotas somados às novas tendências mundiais de liberalização econômica levaram a maior centralidade do mercado, como analisado no Capítulo 2.

1.4 A cafeicultura no Cerrado Mineiro (1970 – 1980)

A partir da década de 1970, com a modernização da agricultura promovida pelo Estado, o Cerrado Mineiro passou a receber diversos incentivos fiscais e creditícios vinculados a pacotes tecnológicos e programas de colonização e expansão da fronteira agrícola (CASTILLO, 2007b). Tais eventos proporcionaram a ocupação de novas áreas, em substituição à cobertura vegetal original, as áreas de pastagens e as formas de cultivo tradicionais.

Anteriormente ao período da modernização da agricultura, o Cerrado brasileiro não era uma área desocupada, um grande vazio, ela possuía áreas urbanas, mesmo que dispersas, decorrente de uma ocupação descontínua que tinha como base econômica a mineração (GUIMARÃES; LEME, 2002).

No caso do Cerrado Mineiro, por dispor de áreas de vegetação pobre e de baixa fertilidade natural, a produção agrícola naquele momento era baseada principalmente na pecuária extensiva e na agricultura de subsistência. A produção do café era acompanhada por outras culturas (BACHA, 1985).

Como vimos anteriormente, no final da década de 1960, o Estado brasileiro adotou medidas de expansão da produção cafeeira visando aumentar a produtividade e as exportações. Entretanto, em meados da década de 1970, a área colhida e a produção de café no Brasil sofreu uma forte retração devido aos problemas enfrentados nas regiões produtoras do Paraná e de São Paulo (Tabela 1.6).

Tabela 1.6 - Área colhida (hectares) e produção (toneladas) de café nas regiões produtoras de São Paulo, Paraná e no Brasil entre 1974 – 1977

<i>Abrangência</i>	<i>Área (hectare)</i>	<i>Produção (toneladas)</i>
1974		
São Paulo	641.000	1.160.000
Paraná	933.677	1.248.000
Brasil	2.155.017	3.230.618
1975		
São Paulo	690.841	887.000
Paraná	942.589	1.226.000
Brasil	2.216.921	2.544.596
1976		
São Paulo	405.550	220.000
Paraná	3.724	461
Brasil	1.121.015	751.969
1977		
São Paulo	637.100	903.881
Paraná	619.101	213.774
Brasil	1.941.473	1.950.771

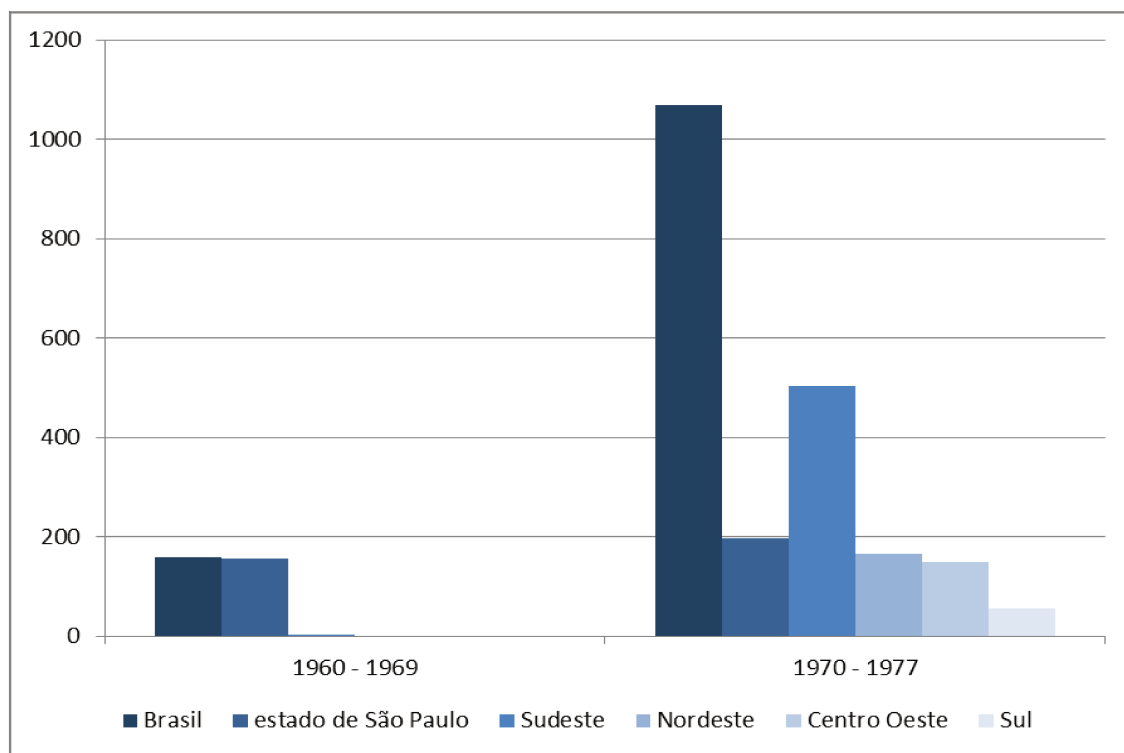
Fonte: IPEADATA, 2013

Elaboração: NASCIMENTO, R.C. 2013.

No Paraná, a ocorrência de fortes geadas em 1975, que eliminaram 100% da plantação de café, e a concorrência com a produção de soja, que possuía um preço mais elevado no mercado externo, foram os principais fatores para a diminuição significativa da área colhida e da produção cafeeira. A queda da área colhida e da produção de café no ano de 1976, registrados em São Paulo, foi devido à elevação da renda da terra, decorrente da expansão da produção de cana-de-açúcar (estimulada pelo Programa Proálcool) e da laranja (BACHA, 1988).

Com o intuito de “poupar o fator terra” (BACHA, 1988, p. 148) e aumentar a produtividade das áreas cafeeiras, devido aos problemas enfrentados nas duas maiores regiões produtoras de café do país, o Estado passou a fomentar diversas pesquisas científicas no setor de forma a promover a sua produção em outros estados, sobretudo, Minas Gerais. Ressalta-se que até o ano de 1969, boa parte das pesquisas com o café no Brasil era desenvolvida no estado de São Paulo pelo IAC. Todavia, segundo dados publicados por Bacha (1988), sobre o número de publicações de pesquisa com café por milhões de hectares cultivados nas regiões do Brasil entre os anos de 1960/1969 e 1970/1977 (Gráfico 1.2), a partir da década de 1970, o IBC passou a financiar projetos de pesquisas com instituições de outros estados produtores.

Gráfico 1.2- Número de publicações de pesquisa com café por milhões de hectares cultivados nas regiões do Brasil entre os anos de 1960/1969 e 1970/1977



Fonte: BACHA (1988)

Elaboração: NASCIMENTO, R.C. 2013.

Bacha (1988) revela que entre os anos de 1960/1969, foi publicado um total de 157 pesquisas a respeito do café no Brasil. Neste período, o estado de São Paulo foi responsável por

98,6% das pesquisas publicadas em todo Brasil. Entretanto, entre os anos de 1970 a 1977, o número de pesquisas publicadas não se concentrou somente no estado de São Paulo, mas também nas regiões Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), Nordeste (Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Ceará, Piauí, Maranhão e Rio Grande do Norte) e Centro-Oeste (Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal).

Para Ab'Saber (2003), o Cerrado brasileiro está inserido no Domínio dos Chapadões Tropicais. Sua área corresponde a quase dois milhões de km², representando 23% do território brasileiro. O Cerrado brasileiro possui uma topografia de planalto, com grandes áreas planas, pouco acidentadas, com uma altitude entre 800 a 1.300 metros acima do nível do mar e solos profundos. Sua temperatura varia entre 18 a 28°C, com duas estações do ano bem definidas, uma seca e outra chuvosa.

Como citado anteriormente, o café é uma cultura perene com bianualidade nas safras e muito sensível a intempéries climáticas (seca, geada, granizo) e doenças (como a ferrugem). Como o solo de Cerrado não era propício para o plantio de café foi necessário adaptá-lo com base no uso do padrão tecnológico da Revolução Verde.

Dentre as alterações necessárias para a adaptação do cerrado à cafeicultura destacam-se: a aplicação de calcário para reduzir a acidez do solo; a utilização de aração e gradagem para corrigir o solo; a adoção de sistemas de irrigação nas áreas mais secas; aplicação de adubos orgânicos, contendo nutrientes (nitrogênio, fósforo e potássio – NPK) e micronutrientes (sulfato de zinco e ácido bórico) e defensivos agrícolas (herbicidas e fungicidas) (ORTEGA et al., 2010).

Em relação aos pacotes tecnológicos desenvolvidos, destacam-se também os novos cultivares de café e as técnicas de produção. O IAC desenvolveu o cultivar Catuaí, como abordado anteriormente; as mudas aparadas; balainhos com quatro mudas; mudas de raízes nuas e semeadura direta na cova. O IBC passou a compor certo padrão tecnológico na formação de viveiros e de espaçamento⁹ entre as fileiras de café (largura das ruas), entre as covas e o número de mudas por covas (BACHA, 1988).

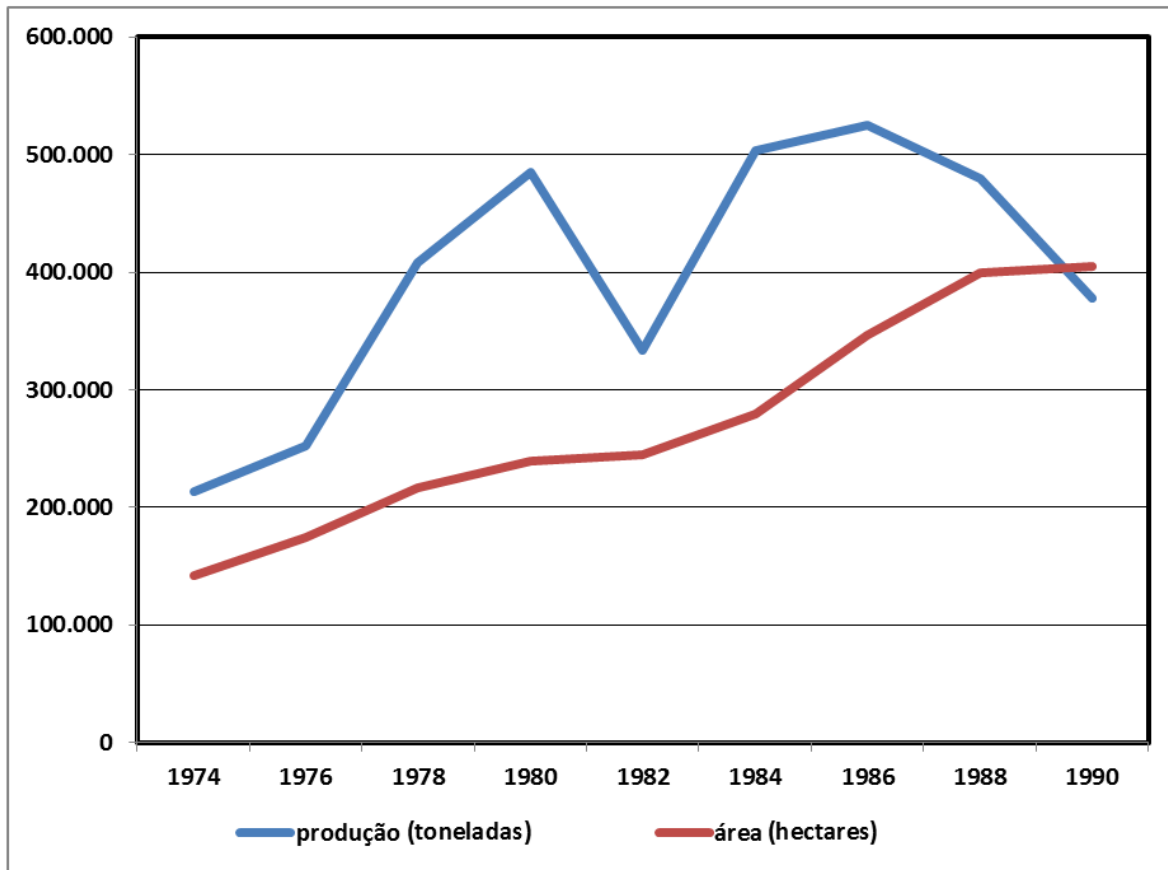
⁹ “A largura entre as ruas passou de cinco para três a quatro metros, e a distância entre as plantas, que antes era de até dois metros, passou a ser de entre meio e um metro. Com isso, houve um aumento do número de plantas por hectare, expandindo, pois, a produtividade por área” (ORTEGA et al., 2009b, p. 61).

Para Ortega et al. (2010), a partir destas inovações biológicas e nos tratos culturais foi possível uma melhor utilização de máquinas (tratores, arados e grades, roçadeiras, arruadores, distribuidores, carretas, pulverizadores e aplicadores de herbicidas) para a produção de café.

Com a diminuição da área colhida e da produção nas duas principais regiões cafeeiras do território brasileiro e a necessidade do Estado em manter a geração de divisas derivada da exportação de café, o IBC/GERCA passou a promover via PRRC o deslocamento das áreas produtoras para o estado de Minas Gerais, principalmente, nas regiões do Sul de Minas e do Cerrado Mineiro.

O deslocamento das áreas cafeeiras via PRRC para o Sul de Minas propiciou o aumento da área colhida e da produção de café na região entre os anos de 1974 e 1990 (Gráfico 1.3).

Gráfico 1.3- Área colhida (hectares) e produção de café (toneladas) na mesorregião¹⁰ do Sul/Sudoeste de Minas entre os anos de 1974 – 1990



Fonte: IPEADATA (2014); SIDRA (2014).
Elaboração: NASCIMENTO, R.C. 2014.

A expansão cafeeira na região iniciada na década de 1970 é sentida até os dias atuais. Atualmente, o Sul de Minas é a maior região brasileira produtora de café. Na safra 2012/13, os 117 municípios da região produziram 13,3 milhões de sacas, equivalente a 48% da produção estadual e cerca de 27% da produção nacional (ABIC, 2014). A seguir os vinte e cinco municípios que mais produziram café na região no ano de 2012 (Tabela 1.7).

¹⁰ Para fins estatísticos estamos utilizando a mesorregião Sul/Sudoeste de Minas designado pelo IBGE.

Tabela 1.7- Os 25 maiores municípios produtores de café da região Sul de Minas (2012)

Municípios	Produção (toneladas)
Três Pontas	30.636
Campos Gerais	28.076
Boa Esperança	27.144
Ibiraci	24.402
Nepomuceno	23.063
Machado	18.433
Monte Santo de Minas	17.983
São Sebastião do Paraíso	16.848
Cabo Verde	16.746
Alfenas	16.350
Andradas	15.384
Piumhi	15.049
Carmo do Rio Claro	14.995
Itamogi	13.599
Carmo da Cachoeira	13.596
Campestre	13.466
Muzambinho	12.349
Conceição da Aparecida	12.043
Três Corações	11.513
Elói Mendes	11.160
Santo Antônio do Amparo	11.088
São Tomás de Aquino	10.214
Varginha	10.124
Guaxupé	9.538
São Gonçalo do Sapucaí	9.216

Fonte: SIDRA (2014).

Elaboração: NASCIMENTO, R.C. 2014.

Para Frederico (2011), a Região Sul de Minas caracteriza-se pelo predomínio do cultivo da variedade Arábica, da pequena propriedade - possuindo 37 mil propriedades, sendo 80% destas com área inferior a 50 hectares e área plantada média de 12 hectares - e da colheita manual, com forte atuação das cooperativas¹¹ de produtores, e responsável pela produção de cafés especiais¹² em relevos ondulados e altitudes acima de 700 metros.

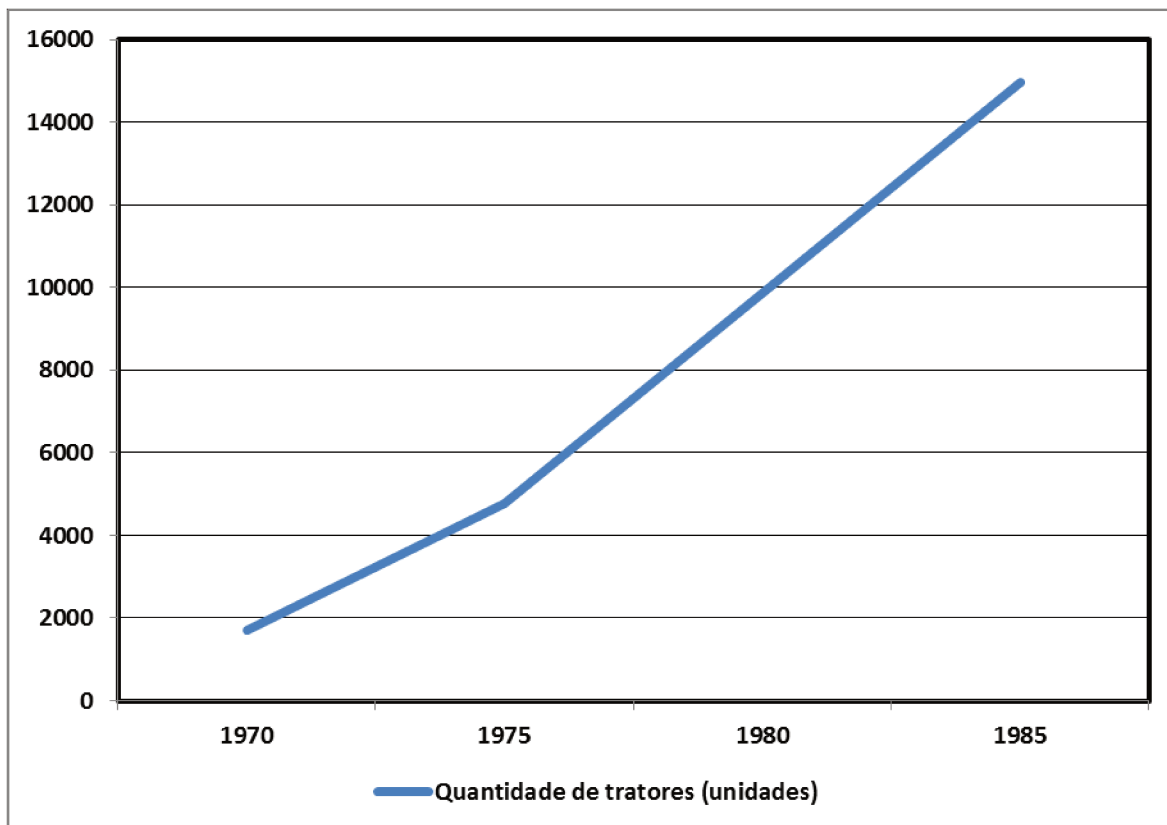
No caso do Cerrado Mineiro, o PRRC foi o programa responsável por conceder financiamentos inteiramente voltados à produção de café, em que envolviam: o plantio, a formação de mudas, poda, compra de fertilizantes, defensivos químicos, máquinas e equipamentos, além das despesas em infraestrutura.

Apesar dos programas, PCI, PADAP, POLOCENTRO e PRODECER não serem direcionados diretamente aos cafeicultores, como foi o PRRC, estes programas foram o alicerce para a implantação e consolidação das atividades agropecuárias na região, como o caso do café. Por meio destes programas, foram concedidos: incentivos fiscais e creditícios baratos para a aquisição e financiamento de terras; investimentos em infraestrutura (ferrovias, rodovias, silos, armazéns); energia elétrica em áreas rurais; implantação de sistemas de beneficiamento; inovações tecnológicas (recursos para correção do solo e fertilizantes), entre outros. Além do maior aprofundamento das ações modernizantes na produção agrícola no Cerrado Mineiro que resultou na ruptura da produção tradicional para emergir uma produção mais tecnicizada (Gráfico 1.4).

¹¹ COOXUPÉ (Guaxupé/MG); COOPARAÍSO (São Sebastião do Paraíso/MG); MINASUL (Varginha/MG); COCCAMIG (Varginha/MG); COCATREL (Três Pontas/MG); COOPFAM (Poço Fundo/MG).

¹² A região Sul de Minas “possui também as duas empresas pioneiras na exportação de cafés especiais - a *Bourbon Speciality Coffee*, em Poços de Caldas, e a *Carmo Coffee*, em Carmo de Minas -, o que ressalta outra importante característica regional que é a produção de cafés de qualidade superior e certificados (*gourmet*, *Fairtrade*, orgânico). No ano de 2012, dos 24 vencedores do *Cup of Excellence*, principal concurso nacional de qualidade de café, 19 eram provenientes do Sul de Minas, sendo que 18 eram dos municípios de Carmo de Minas, Olímpio Noronha e Dom Viçoso (Cup of Excellence, 2012), que conjuntamente com outros 19 municípios vizinhos receberam, em 2011, o registro de Indicação de Procedência para café denominado Região da Serra da Mantiqueira de Minas Gerais” (FREDERICO, 2014a, p. 65).

Gráfico 1.4 - Total de tratores (unidades) existentes nos estabelecimentos agropecuários nos municípios que compõem a Região Cafeeira do Cerrado Mineiro (1970 – 1985)



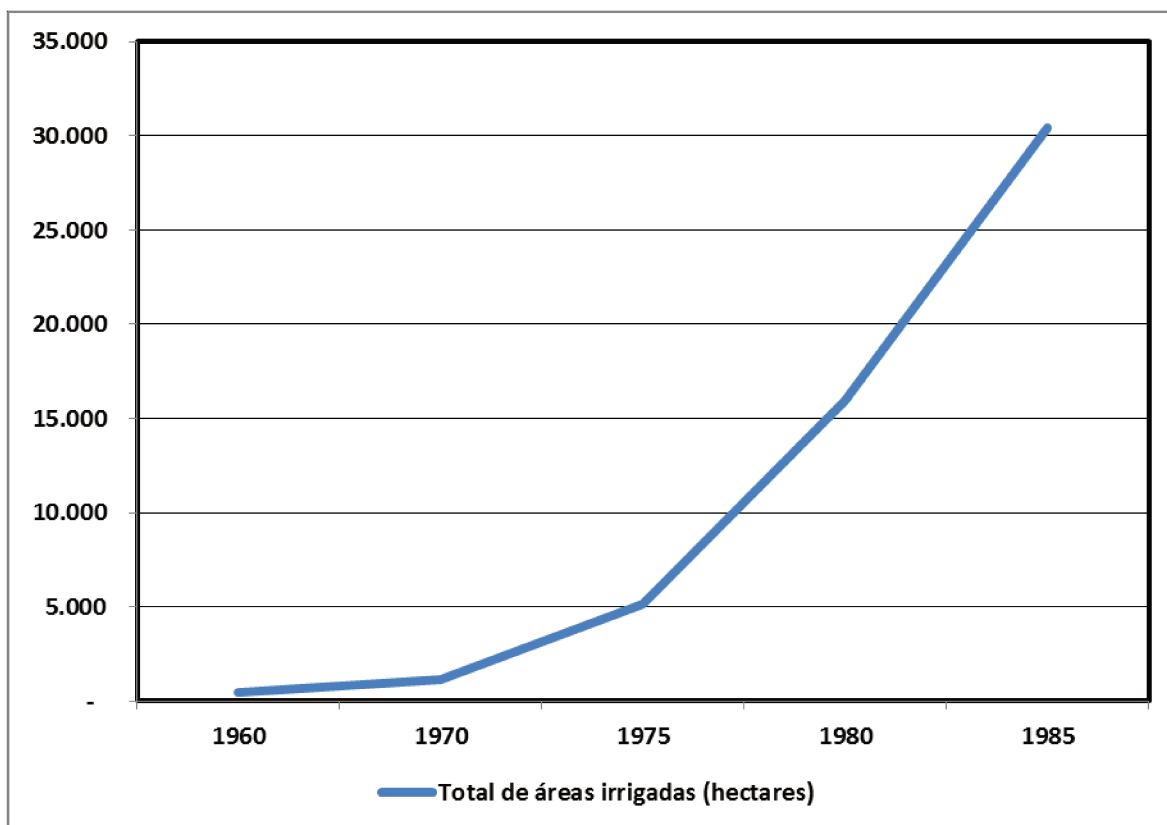
Fonte: CENSO AGROPECUÁRIO DE MINAS GERAIS, (1960, 1970, 1975, 1980, 1985).

Elaboração: NASCIMENTO, R.C. 2014.

A quantidade de tratores nos estabelecimentos agropecuários nos municípios que compõem a atual Região Cafeeira do Cerrado Mineiro teve um crescimento de 785,22% entre os anos de 1970 a 1985. Destaque para o ano de 1985, que registrou 14.969 unidades de tratores, o que enfatiza o intenso uso dos sistemas técnicos agrícolas em áreas de Cerrado.

A irrigação é outro sistema técnico agrícola que enfatiza o aumento das ações modernizantes na Região Cafeeira do Cerrado Mineiro (Gráfico 1.5).

Gráfico 1.5 - Total de áreas irrigadas* (hectares) nos municípios que compõem a Região Cafeeira do Cerrado Mineiro (1960 – 1985)



*estabelecimento que habitualmente utilizavam métodos de irrigação, como: inundação, infiltração, aspersão, entre outros, sendo excluído a simples rega manual (baldes, regadores, pequenas mangueiras domésticas, entre outros).

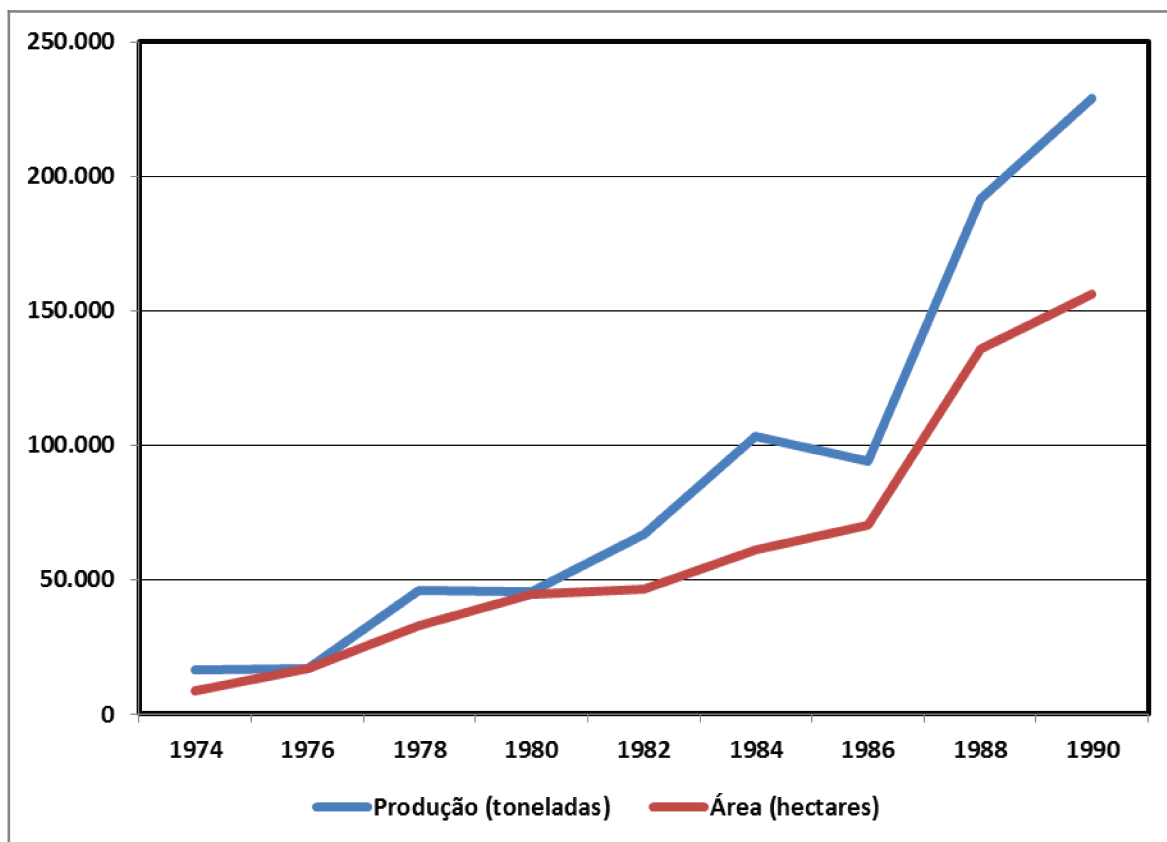
Fonte: CENSO AGROPECUÁRIO DE MINAS GERAIS, (1960, 1970, 1975, 1980, 1985).

Elaboração: NASCIMENTO, R.C. 2014.

Entre os anos de 1960 a 1985, houve um crescimento de 6.091,45% de áreas irrigadas nos municípios da região. Destaque para o ano de 1985, que registrou 30.400 ha de terras irrigadas.

Para Bacha (1988), o desenvolvimento de novos sistemas técnicos agrícolas associados ao baixo preço da terra estimulou a ocupação das áreas de Cerrado pelos empresários agrícolas, tendo como consequência o aumento da área e da produção de café (Gráfico 1.6) e da sua produtividade (Gráfico 1.7) na Região Cafeeira do Cerrado Mineiro entre os anos de 1974 a 1990, período de forte intervenção estatal.

Gráfico 1.6 - Área colhida (hectares) e produção de café (toneladas) dos municípios que compõem a Região Cafeeira do Cerrado Mineiro entre os anos de 1974 – 1990

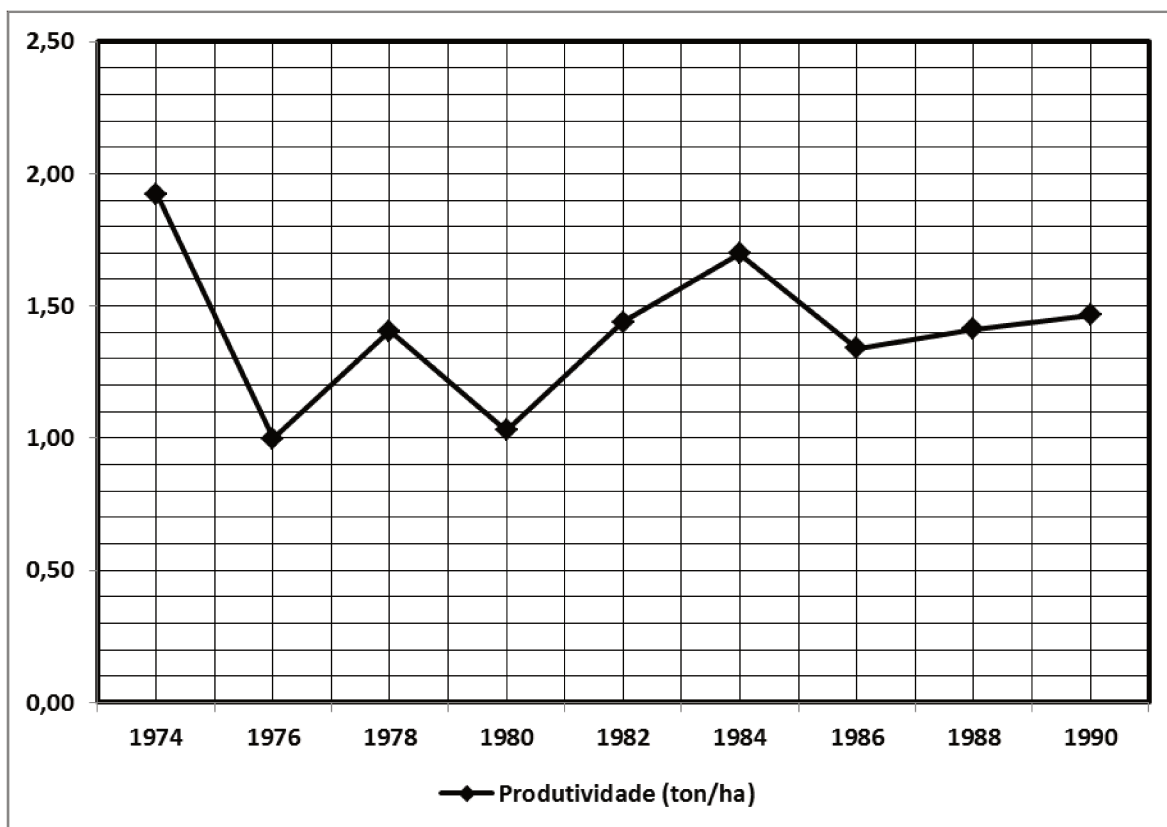


Fonte: IPEADATA, 2012.

Elaboração: NASCIMENTO, R.C. 2012.

Levando em conta a bianualidade da produção de café, durante os quinze anos de produção, os municípios da região registraram um crescimento de 1.312,90%, já a área colhida obteve 1.755,27%. Naquele momento, é observada uma relação diretamente proporcional entre a expansão da área com o aumento da produção.

Gráfico 1.7 - Produtividade (ton./ha.) de café dos municípios que compõem a Região Cafeeira do Cerrado Mineiro entre os anos de 1974 – 1990



Fonte: IPEADATA, 2013.

Elaboração: NASCIMENTO, R.C. 2013.

De acordo com o Gráfico 1.7, entre os anos de 1974 a 1990, a produtividade de café na região registrou uma retração de 23,84%. Apesar da retração na produtividade, naquele momento a região se caracterizava pelo aumento da área e da produção de café. Contudo, a incorporação dos novos sistemas técnico-científicos promovidos pelos programas supracitados não ocorreu de forma homogênea. Pois privilegiou boa parte dos médios e grandes proprietários e excluiu parte significativa de pequenos produtores do processo produtivo.

Em relação à incorporação dos sistemas técnicos agrícolas junto aos pequenos produtores, Graziano da Silva (1996) os diferencia de duas maneiras. De um lado, estão os pequenos produtores que não possuem a tecnificação necessária para manter a produção agrícola de acordo com as exigências das agroindústrias, convertendo a sua terra em moradia ou, quando muito, sua produção a subsistência. De outro, estão os pequenos produtores que possuem certa tecnificação,

o que permite a fixação de sua família no campo, se aliam aos “menores níveis de autonomia e organização de seu próprio processo produtivo” (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p.173).

Para Graziano da Silva (1996), estes pequenos produtores tecnificados tornaram-se *integrados* ou *não integrados* aos complexos agroindustriais. Os pequenos produtores tecnificados *não integrados* foram condenados à produção de subsistência e ao fornecimento e abastecimento direto dos comércios locais. Já os pequenos produtores tecnificados *integrados*, na tentativa de barganhar melhores condições para a sua produção frente aos interesses das grandes empresas internacionais, buscaram vincular por meio de associações, cooperativas e sindicatos rurais.

Na década de 1980, o Cerrado Mineiro não possuía órgãos locais responsáveis pelo setor cafeeiro. Os sindicatos rurais eram mais voltados para outras atividades, como a pecuária (ANDRADE, 1994). As cooperativas de café existentes, em sua grande maioria, eram oriundas de outras regiões, como: a COOXUPÉ (Cooperativa Regional de Cafeicultores de Guaxupé Ltda), a COTIA (Cooperativa Agrícola de Cotia) e a GARCAFÉ (Cooperativa dos Cafeicultores da Região de Garças). Segundo Andrade (1994, p. 138), estas cooperativas “privilegiavam o interesse de suas matrizes, em detrimento da região do Cerrado Mineiro”.

Deste modo, em 1984, foi fundada a Associação dos Cafeicultores de Araguari (ACA), no município de mesmo nome. A ACA foi criada com o objetivo de representar e defender os interesses dos cafeicultores locais (ACA, 2012).

Após a criação da ACA, outras associações também foram sendo criadas, como: a Associação dos Cafeicultores de São Gotardo (ASSOGOTARDO), a Associação dos Cafeicultores da Região de Patrocínio (ACARPA) e a Associação dos Cafeicultores de Carmo do Paranaíba (ASSOCAFÉ), em 1987; a Associação dos Cafeicultores de Monte Carmelo (AMOCA), em 1992; a Associação dos Cafeicultores do Noroeste Mineiro (ACANOR), em 1992; e a Associação dos Pequenos Produtores do Cerrado (APPCER), em 2010. Com o intuito de fortalecer as associações locais foi fundado o Conselho das Associações de Cafeicultores do Cerrado (CAC CER), abordado no Capítulo 2.

Portanto, a partir dos programas promovidos pelo Estado, a produção cafeeira no Cerrado Mineiro passou a ser praticada em propriedades maiores e com maior intensidade em capital, tecnologia e organização, quando comparada com as antigas regiões produtoras do norte do Paraná e do interior paulista.

Silva (1994) fala em uma verdadeira revolução tecnológica da cafeicultura, com a substituição dos cultivares tradicionais (Comum e Bourbon) pelos de maior rendimento (Mundo Novo e Catuaí) e dos insumos orgânicos (produzidos na própria fazenda) pelos insumos químicos (produzidos em sua maioria pelas multinacionais). Desde então, a cafeicultura do Cerrado Mineiro passou a ser reconhecida pelo uso de sistemas técnicos modernos, com elevada produtividade relativa.

**A cafeicultura científica globalizada e sua consolidação no Cerrado
Mineiro**

2.1 A nova regulação nos mercados internacionais: a configuração de uma agricultura científica globalizada

O final do século XX marca o atual período da Globalização (SANTOS, 2011; 2012a), caracterizado pela articulação entre as políticas neoliberais (HARVEY, 2005a), a lógica financeira mundializada (CHESNAIS, 1996) e a ubiquidade da informação (CASTELLS, 2000; LOJKINE, 2002).

Para Santos (2011, p. 23), “a globalização é, de certa forma, o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista” que se manifesta a partir da junção de três unicidades: a *unicidade da técnica*; a *unicidade do tempo* ou *convergência dos momentos* e a *unicidade do motor* ou a busca universal pela mais-valia.

A *unicidade técnica* é o movimento de unificação das técnicas ao longo dos tempos (SANTOS, 2011). Cada técnica carrega um momento da história, uma época. A técnica que representa o atual momento é a informação, seja através da cibernética, da informática, da eletrônica, da biotecnologia, da agricultura de precisão, da rastreabilidade, etc. Santos (2011) salienta dois pontos que diferenciam a atual técnica para com as demais: a primeira, é que as técnicas precedentes não desapareceram elas apenas se comunicam e se articulam com o conjunto de novas técnicas. O segundo faz referência às suas ações, que hoje permitem estar presente em todos os lugares, assegurando-lhe assim, uma técnica dominante perante as outras.

A *unicidade do tempo* ou *convergência dos momentos* é o que nos permite a possibilidade de conhecer ou saber de algo ao redor do planeta instantaneamente e simultaneamente (SANTOS, 2012a), como a definição dos preços das *commodities* (Nova Iorque, Chicago). Para Santos (2012a, p. 203), “hoje, cada momento compreende, em todos os lugares, eventos que são interdependentes, incluídos em um mesmo sistema global de relações”. Ou seja, presenciamos um meio que nos permite estreitar as relações sociais, políticas e econômicas de forma quase que instantânea.

Concomitantemente com a unicidade técnica e dos momentos, tem-se a *unicidade do motor*. Na qual, a mais-valia emerge globalmente contribuindo para a ampliação e para o aprofundamento do processo de internacionalização do capital.

Esse conjunto de manifestações mundializadas, “em que cada uma sustenta, arrasta, ajuda a impor a outra”, (SANTOS, 2012a, p. 204), emerge nos territórios a partir da adoção dos Estados

pela ideologia política neoliberal¹³; pela lógica financeira mundializada e pela ubiquidade da informação.

Segundo Harvey (2005a), a ideologia política/econômica neoliberal é entendida como um discurso hegemônico sobre as virtudes da privatização, livre mercado e do livre comércio, na qual vem implicando na deterioração dos poderes institucionais bem como nas relações sociais.

A partir da década de 1980, com a efetivação das políticas neoliberais em escala mundial, setores antes geridos ou regulados pelos Estados foram fechados ou passaram à iniciativa privada em decorrência das inúmeras privatizações de instituições estatais e na denominada “desregulamentação”¹⁴ dos mercados.

No caso da cafeicultura mundial, a adoção por parte dos Estados da ideologia política/econômica neoliberal resultou na “desregulamentação” do mercado internacional do café levando ao fim os Acordos Internacionais do Café (AIC), em 1989; e ao fechamento da maioria dos institutos nacionais do café. No Brasil, o IBC foi fechado em 1990. A partir de então, as grandes empresas de torrefação e moagem e *tradings* agrícolas passaram a ter um maior poder na comercialização e na produção mundial de café *commodity* convergindo para uma regulação corporativa, como será abordado no item 2.2.

Juntamente com a ideologia política/econômica neoliberal, a *financeirização* constitui um dos principais pilares do atual período da globalização. Para Chesnais (1996), a financeirização é compreendida como um processo de acumulação e concentração do capital, tendo nas instituições financeiras certa interdependência que impõe exigências aos Estados, às empresas de menor dimensão e às classes sociais pobres. Este processo fez acentuar “os aspectos financeiros dos grupos industriais e imprimiu uma lógica financeira no setor de manufaturas e serviços” (CHESNAIS, 1996, p. 33).

Castells (2000) aponta cinco fatores que foram determinantes para a interdependência global dos mercados financeiros¹⁵: 1) a desregulamentação dos mercados e a liberalização das

¹³ O neoliberalismo surgiu na década de 1970, nos EUA, como uma proposta teórico-ideológica para se transformar uma década depois num projeto político e econômico colocado em prática pelos governos Reagan (EUA) e Thatcher (Inglaterra), sendo difundido posteriormente em diversos países com a criação do “Consenso de Washington”, no final da década de 1980 (PECK; TICKEL, 2001; HARVEY, 2005a).

¹⁴ Trata-se na verdade da noção de novas formas de regulação corporativa.

¹⁵ De acordo com a reportagem do site Correio do Brasil, do dia 20/01/2014, “apenas 85 pessoas no mundo detêm 46% de toda a riqueza produzida no planeta – mesmo percentual de metade da população – segundo um novo relatório, divulgado nesta segunda-feira no Fórum Econômico de Davos, na Suíça... No mundo, de acordo com Mapa da Desigualdade em 2013, os 10% mais ricos do planeta detêm atualmente 86% da riqueza mundial. Destes, 0,7%

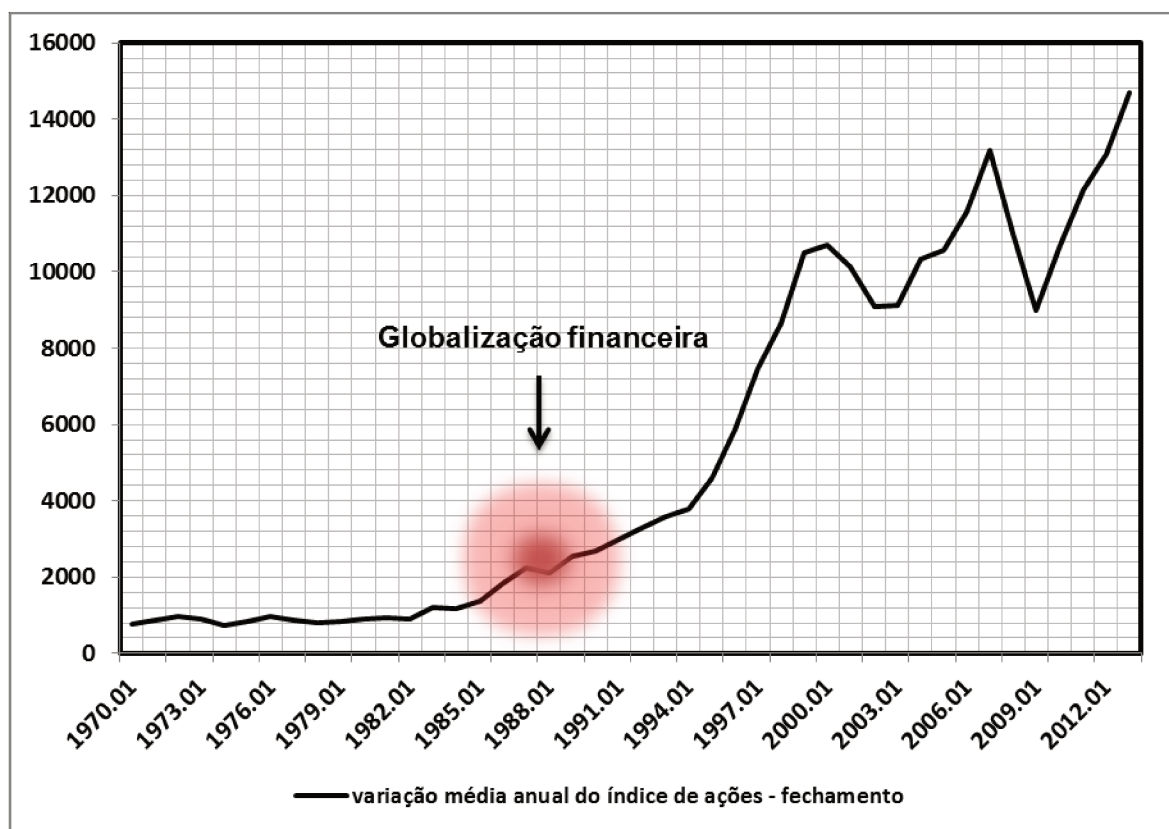
transações internacionais; 2) os novos produtos financeiros, como os derivativos¹⁶ (futuros, opções, *swaps* e outros produtos complexos); 3) os movimentos de fluxos especulativos financeiros; 4) as agências de avaliação do mercado, que certificam sobre os riscos ou estabilidade junto aos investidores, como: *Standard & Poor's*, *Moody's*, *JP Morgan e Fitch*; e 5) a criação de uma infraestrutura tecnológica pautada no desenvolvimento das tecnologias da informação, como veremos a seguir.

A maior interdependência global dos mercados financeiros resultou na ascensão das ações em diversas Bolsas de Valores espalhados pelo mundo. Dentre eles destacamos a média anual do índice Dow Jones, principal indicador de ações na Bolsa de Valores de Nova Iorque (New York Stock – NYSE) (Gráfico 2.1).

tem US\$ 98,7 trilhões e a posse de 41% da riqueza mundial, maior valor já registrado na História da Humanidade. Com uma enorme soma de capital em suas mãos, um reduzido grupo de multimilionários, donos de grandes bancos, fundos de investimentos e monopólios espalhados pelo planeta, controla a indústria, o comércio e a agricultura... Estudo realizado pelo Instituto Federal de Tecnologia da Suíça enfocando 43 mil empresas multinacionais concluiu que 174 delas (na maioria bancos) controlam 40% da economia mundial. Nos Estados Unidos, maior país capitalista do mundo, apenas cinco bancos (JP Morgan, Goldman Sachs, Citigroup, Bank of América e Weels Fargo) têm ativos de US\$ 8,5 trilhões, cerca de 56% do PIB, e 10 empresas controlam 85% dos alimentos de base negociados no mundo."

¹⁶ Os derivativos são responsáveis pela volatilidade nas redes financeiras globais devido a grande complexidade do seu funcionamento (CASTELLS, 2000).

Gráfico 2.1 - Média anual (pontos) do índice Dow Jones



Fonte: IPEADATA (2013).

Elaboração: NASCIMENTO, R.C. 2013.

Entre os anos de 1970 a 1989, a Bolsa Dow Jones registrou um crescimento de 232,06%; registrando em 1970, uma média de 765 pontos aproximadamente; e em 1989, um pouco mais de 2.500 pontos. Nos anos de 1990 a 2000, ela registrou um crescimento de 301,18%, batendo pela primeira vez a barreira dos 10 mil pontos em 2000. Entre os anos de 2001 a 2013, a média anual do índice Dow Jones apresentou certa oscilação. Devido à crise na economia global em 2008, o ano de 2009 registrou a menor média neste período, 8.900 pontos aproximadamente. Entretanto, nos primeiros meses do ano de 2013, o índice médio ficou em cerca de 14.700 pontos, o maior índice médio registrado na história da Bolsa de Nova Iorque.

O período da globalização marca também a emergência de um novo paradigma tecnológico, organizado em torno das novas *tecnologias da informação* (CASTELLS, 2000; LOJKINE, 2002).

A partir das tecnologias da informação, o capital financeiro passou a ser gerenciado eletronicamente, vinte e quatro horas por dia. As redes de computadores interligados globalmente permitiram a participação nas transações dos pregões de forma quase que instantânea. Por meio da telemática (união entre as telecomunicações e a informática) são obtidas informações a respeito de questões políticas, econômicas (moedas estrangeiras, previsão de safras, investimentos públicos e privados) ou até mesmo previsões meteorológicas dos países produtores.

Contudo, as novas tecnologias da informação não estão presentes somente nos mercados financeiros, elas inserem-se também na produção agrícola. A união entre a ciência e a informação permitiu o desenvolvimento dos novos sistemas técnicos agrícolas ligados à biotecnologia, à microeletrônica e à agricultura de precisão, resultando numa crescente demanda externa de racionalidade (SANTOS, 2011).

Na biotecnologia vegetal foram desenvolvidas variedades mais resistentes e de melhor desempenho no pós-colheita (supressão de substâncias aceleradoras do amadurecimento das frutas) (MAZZALLI, 2000). Com a crescente exigência por parte dos consumidores com a ecologia, nutrição e a saúde, a biotecnologia passou a auxiliar as agroindústrias no desenvolvimento de produtos alimentares com baixo teor de gordura e calorias e ausência de aditivos.

Com o desenvolvimento da microeletrônica foi possível criar programas de *softwares* (GPS - *Global Positioning System*, SIG - Sistemas de Informação Geográfica), *chips* e *microchips* que permitiram um maior controle da produção agrícola por meio dos microprocessadores.

Da integração entre os *softwares* desenvolvidos para a geotecnologia (GPS e SIG) com os equipamentos mecânicos (colheitadeiras, plantadeiras, tratores) resultou a “agricultura de precisão” (ARACRI, 2008). O seu funcionamento basicamente consiste no conhecimento em detalhes de cada trecho da área a ser plantada para a aplicação dos insumos. As informações sobre as propriedades físico-químicas dos solos, topografia e da produtividade são armazenadas num banco de dados e atualizadas a cada safra.

Outro exemplo da presença das novas tecnologias da informação na produção agrícola é o uso do sistema de rastreabilidade nas sacas de café no Cerrado Mineiro. Por meio do uso de um código de barras e do selo de garantia costurados na saca de café é possível rastrear a origem e

todas as etapas de comercialização do produto, evitando misturas e falsificações, além de obter informações sobre o sistema de produção por parte dos seus compradores (JESUS et al., 2010).

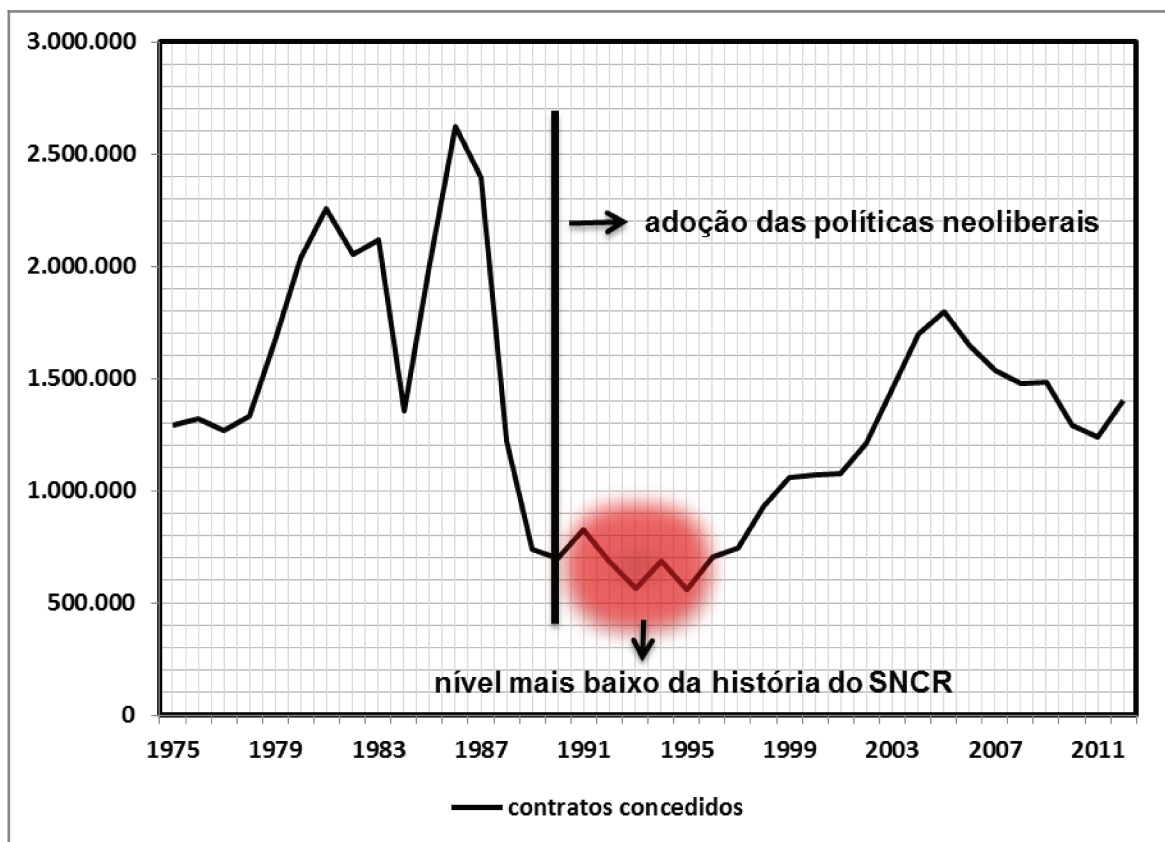
A partir dos adventos supracitados, o padrão de modernização da agricultura, que se iniciou em meados da década de 1960 e tinha como referência o Estado como principal articulador e financiador dos CAI's, cede lugar a uma *agricultura científica globalizada* (SANTOS, 2011). Isto é, a maior subordinação e vulnerabilidade dos lugares da produção agrícola moderna às lógicas externas, pautada pelo uso dos novos sistemas técnicos informacionais e por uma nova forma de regulação (financeirização e neoliberalismo) da produção.

Trata-se de um novo período da agricultura brasileira e mundial caracterizada por uma menor intervenção estatal e uma maior participação das grandes empresas internacionais e *tradings* na regulação da produção agrícola.

Na década de 1980, em decorrência da forte crise fiscal gerada pelo aumento da dívida pública (interna e externa) e pela baixa poupança pública (MAZZALLI, 2000), o Estado brasileiro reduziu os gastos governamentais.

No final desta mesma década, foi reduzida substancialmente a capacidade de expansão do crédito rural via SNCR para atender às crescentes demandas do setor agrícola, tendo como consequência a redução do número de contratos concedidos aos produtores e cooperativas (Gráfico 2.2). Ressalta-se que o SNCR figurou como o principal elo entre o capital financeiro e a agricultura a partir da década de 1970 (DELGADO, 1985; KAGEYAMA et al., 1990).

Gráfico 2.2 - Financiamentos* concedidos (número de contratos) a produtores e cooperativas agrícolas através do SNCR 1975 - 2012



* financiamentos para custeio, investimento e comercialização.

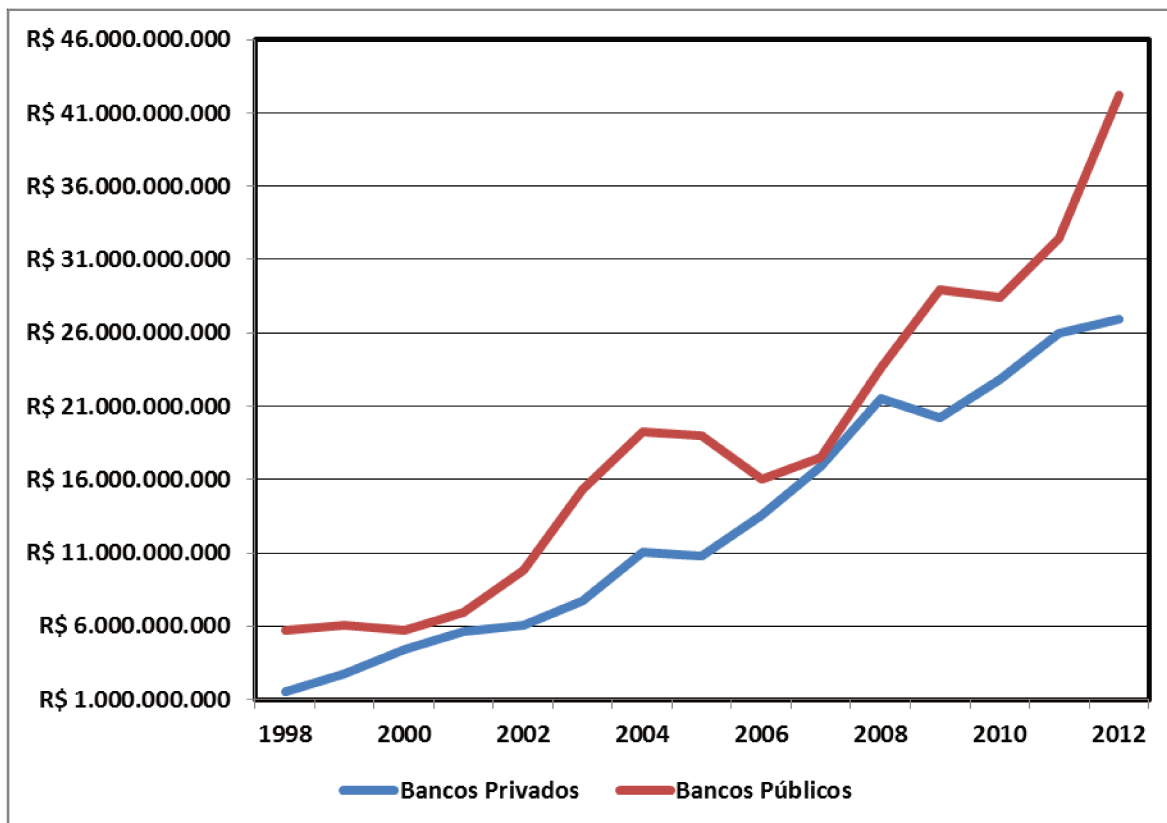
Fonte: IBGE (1979 a 2012).

Elaboração: NASCIMENTO, R.C. 2013.

A forte crise fiscal iniciada na década de 1980 refletiu na primeira metade da década de 1990 como o período de menor número de contratos concedidos para o financiamento de custeio, investimento e comercialização junto aos produtores e cooperativas pelo SNCR. Entre os anos de 1991 a 1995, houve uma redução de 32% no número de contratos concedidos via SNCR.

Até a primeira metade da década de 1990, os bancos privados timidamente concediam recursos para o setor agrícola devido ao cenário de endividamento dos produtores rurais e pela política econômica vigente, caracterizada pela elevação dos juros bancários (SILVA, 2012). A partir do final da segunda metade da década de 1990, o contexto mudou drasticamente e os bancos privados passaram a configurar como um dos principais financiadores do setor agrícola (Gráfico 2.3).

Gráfico 2.3 - Valores (em reais) concedidos pelos bancos públicos (federal e estadual) e privados para a agricultura entre 1998 a 2012



Fonte: IBGE (1998 a 2012)
Elaboração: NASCIMENTO, R.C. 2013.

Destaque para o ano de 2007, ano em que os bancos privados responderam por um total de 49,10% dos financiamentos concedidos para o setor agrícola, registrando cerca de 16 bilhões de reais frente aos 17 bilhões de reais, aproximadamente, concedidos pelos bancos públicos.

A redução da participação do Estado associada às profundas transformações dos mercados confluíram para uma maior articulação intra e interempresas, conformando um processo de reestruturação das atividades agroindustriais que passaram a ser organizadas em “rede” (MAZZALLI, 2000).

A organização em rede consiste no maior aprofundamento da interdependência entre os agentes econômicos, unidos pelas múltiplas formas de relações entre empresas (MAZZALLI, 2000).

No âmbito da gestão interna, as principais mudanças ocorreram na estrutura administrativa, na organização da produção e nas relações de trabalho. Na *estrutura administrativa*, emergiu duas tendências: a descentralização e a consolidação. A descentralização consistiu no “achatamento” da hierarquia, reduzindo e eliminando cargos de gerência e de supervisão nos setores administrativos e de produção. A divisão dos setores administrativos e de comercialização foi transformada numa espécie de “empresas” (células administrativas), com maior autonomia e responsabilidade para a efetuação de compra e venda para as demais “empresas”. A consolidação consistiu na implantação de medidas que visavam à redução/aglutinação de funções, departamentos e competências. A *organização da produção e dos processos de trabalho* se constituiu em forma de células, substituindo a organização em linhas, promovendo a redução ou a eliminação da função de “supervisor de produção”. As *condições e relações de trabalho* consistiram no maior envolvimento dos funcionários nas decisões referentes à organização e às condições de trabalho, tornando-os polivalentes (MAZZALLI, 2000).

Naquele momento, vale ressaltar o abandono do regime *fordista* para emergir novos métodos de gerenciamento pautado no *toyotismo*. O regime *fordista* centra-se na produção em massa de produtos padronizados. O *toyotismo*, por sua vez, em mecanismos de produção pautadas no *just-in-time*¹⁷ e na automação da produção. Isto permitiu obter respostas rápidas, múltiplas e solidárias, visando buscar o aumento da produtividade e da competitividade (CLEPS JUNIOR, 1998).

Mazzalli (2000) relata que a partir da intervenção das atividades de produção, comercialização e distribuição, resultaram em novos padrões estratégicos, como: a concepção mais ampla dos produtos, através da incorporação crescente de serviços (pré e pós-venda); o aprofundamento da interdependência e da maior articulação entre o *design*, a produção e a comercialização; a frequente reorganização no processo produtivo; e a exigência de competências

¹⁷ O sistema *just-in-time* foi desenvolvido por Ono Taiichi, no Japão, em 1948. “No qual, os estoques são eliminados ou reduzidos substancialmente mediante entregas pelos fornecedores no local da produção, no exato momento da solicitação, e com características específicas para a linha de produção; “controle de qualidade total” dos produtos ao longo do processo produtivo, visando um nível tendente a zero defeito e melhor utilização dos recursos; envolvimento dos trabalhadores no processo produtivo por meio de trabalho em equipe, iniciativa descentralizada, maior autonomia para a tomada de decisão no chão de fábrica, recompensa pelo desempenho das equipes e hierarquia administrativa horizontal, com poucos símbolos de status na vida diária da empresa” (CASTELLS, 2000 p. 178).

cada vez mais especializadas (*marketing*, publicidade, finanças, relações públicas, projetos, assessoria jurídica).

Em relação à estratégia de mercado, o atual período da globalização é marcado pela multiplicidade de demandas (CLEPS JUNIOR, 1998). A significativa mudança da preferência dos consumidores por novos produtos impeliu uma maior proximidade dos mercados finais e a maior diversificação/diferenciação dos produtos (embutidos, enlatados, *in natura*, congelados) (MAZZALLI, 2000).

Ainda no âmbito da estratégia de mercado, as grandes corporações agroindustriais passaram a se articular por meio de complexas alianças, decidindo sobre onde produzir e a quem se associar. Para tanto, foram realizadas diversas aquisições ou controles de empresas e/ou departamentos de empresas; “marcas”; *joint-ventures*; fusões; franquias e compra e venda de tecnologias (CLEPS JUNIOR, 1998).

No Brasil, após o intenso processo de privatizações e concessões de instituições públicas realizadas pelo Estado na década de 1990, os diversos ramos do setor agrícola passaram a ser controlados por grandes corporações internacionais e *tradings*, constituindo assim, um verdadeiro oligopólio.

Atualmente, as alianças entre *tradings* com as empresas concessionárias resultaram no maior controle das principais infraestruturas e sistemas de transporte construídos para o escoamento das *commodities* agrícolas (FREDERICO, 2013a). O Grupo Maggi, em parceria com a América Latina Logística (ALL) e a empresa Bunge, construíram o Terminal de Granéis do Guarujá (TGG), localizado no Porto de Santos, o maior terminal de recepção, armazenamento e embarque de grãos sólidos agrícolas da América Latina; as *tradings* Cargill e a ADM (*Archer Daniels Midland*) em parceria com a ALL para o uso da ferrovia Ferronorte, principal artéria de exportação de grãos do Centro-Oeste; as *tradings* Cargill, Bunge e a ADM em parceria com a empresa Vale, concessionária das ferrovias do Carajás e Norte-Sul, para o escoamento dos grãos produzidos nos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Pará pelo Porto de Itaqui/MA (FREDERICO, 2010).

No ramo de fertilizantes¹⁸, em 2009, a empresa norte-americana Bunge detinha 52,3% do mercado nacional de fertilizantes. Enquanto, no mesmo ano, a empresa também norte-americana

¹⁸ “Foram privatizadas as empresas Fosfertil (agosto de 1992), Goiásfertil (outubro de 1992), Ultrafertil (junho de 1993), além das participações na Indag e Arafertil, vendidas em fevereiro de 1992 e abril de 1994, respectivamente.

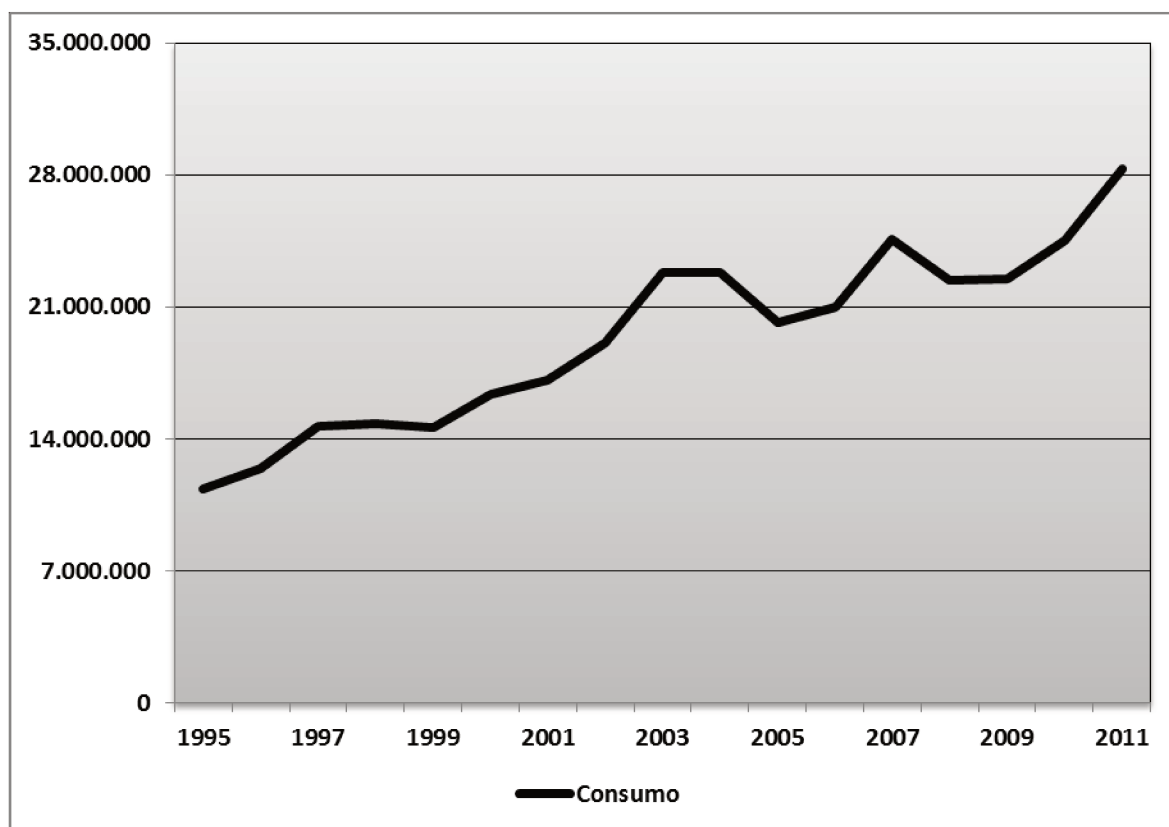
Mosaic/Cargill possuía 33,4%; e a empresa norueguesa Yara/Trevo detinha 12,8% do mercado (KULAIIF et al., 2010).

O interesse das grandes corporações internacionais e *tradings* agrícolas para o mercado brasileiro de fertilizantes se justifica pelo país ser um dos maiores produtores e exportadores de *commodities* agrícolas do mundo. Em 2011, o Brasil produziu cerca de 162,8 milhões de toneladas de grãos, recorde para o setor, chegando a obter um valor bruto da produção em 200 bilhões de reais (MAPA, 2012). Os principais gêneros produzidos no país foram: complexo da cana (açúcar e álcool); café; complexo da soja e milho. Juntos, estes produtos chegaram a consumir mais de 70% dos fertilizantes produzidos no país - 35% pela soja; 21% pelo milho; 14% pela cana-de-açúcar; e 6% pelo café - (OGASAWARA et al., 2010).

Em 2009, o setor de fertilizantes registrou um faturamento líquido de 9,7 bilhões de dólares (ANDA, 2011). No ano de 2010, o Brasil figurou como o quarto maior consumidor de fertilizantes do mundo, representando cerca de 6% do mercado global (BNDES, 2012). Este crescente consumo de fertilizantes no Brasil pode ser verificado pelo Gráfico 2.4.

A Nitrofertil, apesar de ter sido incluída no decreto do Programa Nacional de Desestatização, foi posteriormente excluída, tendo sido, em dezembro de 1993, incorporada à Petrobras. A ICC foi liquidada em fevereiro de 1994, uma vez que a avaliação econômico-financeira realizada na empresa concluiu pela sua inviabilidade operacional” (KULAIIF et al., 2010, p. 06).

Gráfico 2.4 - Consumo (toneladas) de fertilizantes no Brasil entre 1995 – 2011



Fonte: IBGE (1996 a 2012)
Elaboração: NASCIMENTO, R.C. 2013.

No ano de 1995, o consumo de fertilizantes no Brasil foi de 19,3 milhões de toneladas, aproximadamente. Em 2011, o Brasil consumiu cerca de 28,3 milhões de toneladas de fertilizantes, o maior pico da história registrado no setor. Entre os anos de 1995 a 2011, houve um crescimento de 46,11% no consumo de fertilizantes no Brasil.

Segundo Castells (2000), estas complexas alianças entre empresas conferiram ao mesmo tempo, de forma contraditória, uma relação de cooperação e competitividade nos mercados internacionais. Devido à liberalização dos mercados e a emergência das tecnologias da informação, que permitiu obter informações mais rápidas e precisas a respeito de um determinado mercado longínquo, as grandes corporações já não são autônomas ou autossuficientes. Elas necessitam de outras empresas (pequeno, médio ou grande porte) para expandir os seus negócios.

A maior proximidade da agricultura com a indústria resultou na consolidação da ideia de “*agribusiness*”¹⁹ ou “agronegócio”. Segundo Heredia et al. (2010, p. 160), no agronegócio “o lado “agrícola” perde importância e o lado “industrial” é abordado tendo como referência não a unidade industrial local, mas o conjunto de atividades do grupo que a controla e suas formas de gerenciamento”.

A partir das transformações de ordem técnica (tecnologia da informação) e política (neoliberalismo e financeirização) ocorrida no final do século XX, a agricultura se configura como científica e globalizada (SANTOS, 2011), organizada em rede (MAZZALLI, 2000). Neste contexto, ao estabelecerem um maior controle nos mercados internacionais, as grandes corporações agroindustriais – ou do agronegócio - e as *tradings* assumiram paulatinamente o papel anteriormente exercido pelo Estado, como no caso da cafeicultura (FREDERICO, 2012).

2.2 A cafeicultura científica globalizada e a ascensão corporativa no mercado mundial de café

A partir da década de 1990, a cafeicultura brasileira e mundial passou por profundas transformações de ordem técnica e política. A cafeicultura técnico-científica, fortemente regulada pelo Estado, paulatinamente foi substituída, pelo menos em algumas regiões, por uma *cafeicultura científica globalizada*²⁰ (FREDERICO, 2012).

Para Frederico (2012), a *cafeicultura científica globalizada* se define pela articulação entre a criação e difusão de novos sistemas técnicos agrícolas informados, a adoção da ideologia e das políticas neoliberais, com a nova regulação do comércio cafeeiro internacional, e preponderância dos mercados financeiros nas alterações de preços.

A nova regulação do mercado extinguiu os AICs (1989) e os institutos nacionais - como o IBC (1990), no Brasil -, destinando o controle para as grandes empresas internacionais de torrefação e moagem e *tradings* agrícolas localizadas nos países consumidores.

Segundo autores como Ponte (2001), Talbot (2004), Daviron e Ponte (2007), Goodman (2008) e Topik (2009), a alteração de poder no mercado cafeeiro resultou no aumento da

¹⁹ “O termo *agribusiness* foi cunhado numa conferência em Boston (EUA) em 1955 por J.H Davis e apareceu pela primeira vez publicado na literatura internacional já no início do ano seguinte” (GRAZIANO DA SILVA, 1991, p. 05).

²⁰ A noção de cafeicultura científica globalizada deriva da ideia de agricultura científica globalizada exposta por Santos (2011).

participação e na consolidação das grandes empresas internacionais, ao concentrarem grandes quantidades de estoques de café oriundos dos países produtores.

Para tanto, como abordado anteriormente, as grandes corporações promoveram diversas fusões e alianças entre si ou com empresas complementares com o intuito de expandir os seus negócios (CASTELLS, 2000). Essa é a face do motor único do capitalismo pela interminável busca por uma mais-valia universal, em que “a produção se dá à escala mundial, por intermédio de empresas mundiais que competem entre si segundo uma concorrência extremamente feroz, como jamais existiu” (SANTOS, 2011, p. 30).

As torrefadoras são empresas responsáveis pela “torrefação, inovação, desenvolvimento de novos produtos e a divulgação e venda de suas marcas” (FREDERICO, 2013b, p.10). Elas surgiram nos EUA, no início do século XX, como empresas locais que produziam cafés de forma artesanal preservando as tradições familiares (TOPIK, 2003). Na década de 1970, essas pequenas empresas de torrefação passaram a ser adquiridas pelos grandes conglomerados do setor agroalimentar norte-americano, iniciando a tendência à oligopolização do mercado.

Com a abertura dos mercados internacionais na década de 1990, a oligopolização do mercado de café tornou-se mundial. Em 1998, apenas cinco grandes empresas detinham 69% do mercado internacional de café torrado e moído. São elas: *Phillip Morris*²¹, *Nestlé*, *Sara Lee*, *Procter & Gamble* (P&G) e *Tchibo*. Destaque para *Phillip Morris* e *Nestlé* que juntas possuíam cerca de 49% do mercado (PONTE, 2001). Em 2008, a empresa *Procter & Gamble* foi adquirida pela empresa *J.M Smucker's*.

No ano de 2012, apenas seis empresas torrefadoras controlavam cerca de 50% do mercado de café torrado e moído mundial (Tabela 2.1). O aumento no número de empresas, de cinco (1998) para seis (2012) na participação do mercado mundial de café torrado e moído ocorreu devido à ascensão do mercado de cafés especiais, como será abordado no Capítulo 3.

²¹ Para se tornar uma das maiores empresas de café do mundo, a estratégia adotada pela empresa de tabaco, *Phillip Morris* (renomeada de *Altria*, em 2003), baseou-se na expansão dos seus negócios através da aquisição e fusão de uma gama de empresas no ramo alimentício, como a aquisição da empresa *Kraft General Foods*, em 1988.

Tabela 2.1 - As seis maiores empresas torrefadoras do mundo

Torrefadoras	Comércio de café verde – Milhões sacas (60 kg)	Participação no mercado mundial
<i>Kraft/Philip Morris</i>	13,5	14,5%
<i>Nestlé</i>	12,8	13,8%
<i>Sara Lee</i>	8,5	9,2%
<i>J.M. Smucker's</i>	5,5	5,9%
<i>Strauss-Elite</i>	3,5	3,8%
<i>Tchibo</i>	2,8	3,0%
Total	46,6	50,2%

Fonte: FREDERICO (2013b)
Org. NASCIMENTO, R.C. 2013.

Segundo Talbot (2004), dentre as *commodities* o café é o segundo principal produto em valor negociado no mundo, perdendo somente para o comércio de petróleo. De acordo com os dados da Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC), em 2012, os três maiores países exportadores (Brasil, Vietnã e Colômbia) e importadores (EUA, Alemanha e Itália) foram responsáveis por cerca de 60% dos cafés comercializados no mundo. Os países que mais consumiram café no mundo foram: EUA (22,04 milhões de sacas), Brasil (19,5 milhões de sacas), Alemanha (9,46 milhões de sacas), Japão (7,01 milhões de sacas), França (6,0 milhões de sacas) e Itália (5,7 milhões de sacas) (OIC, 2012).

A crescente demanda por grandes volumes de café, ao mesmo tempo em que confluuiu para a oligopolização por parte das grandes empresas de torrefação e moagem, conformou também para o oligopsônio das grandes empresas de comércio - denominadas de *tradings* -, “ao exigir que elas fossem capazes de movimentar volumes cada vez maiores” de café (FREDERICO, 2013b, p. 12).

As *tradings*, por sua vez, são empresas responsáveis pelos serviços de importação, logística e armazenamento, além de atuarem intensamente nos países produtores como exportadores e no mercado financeiro (FREDERICO, 2013b).

Na década de 1990, apenas seis empresas eram responsáveis por quase metade do comércio mundial de café: *Neumann*, *Volcafé*, *Cargill*, *Esteve*, *Aron* e *ED&F Man*. Contudo, em 2000, a empresa *Ecom Agroindustrial Corporation* (controladora da *Esteve*) adquiriu a divisão de café da *Cargill*. Em 2004, a empresa *ED&F Man* adquiriu a *Volcafé*.

Esta dinâmica promovida pelas *tradings* modificou apenas a posição entre elas na participação no mercado, pois mais de 50% da comercialização mundial de grãos de café continuam sob o poder de apenas seis *tradings* (Tabela 2.2).

Tabela 2.2 - Participação no mercado mundial estabelecido pelas *tradings*

<i>Tradings</i>	Comércio de café verde – Milhões sacas (60 kg)	Participação no mercado mundial
<i>Neumann</i> ²²	13,5	14,5%
<i>Ecom</i> ²³	10,0	10,8%
<i>Olam</i> ²⁴	8,0	8,6%
<i>ED&F Man</i> ²⁵	7,0	7,5%
<i>Louis Dreyfus</i> ²⁶	6,5	7,0%
<i>Noble</i> ²⁷	5,0	5,4%
Total	50	53,8%

Fonte: FREDERICO (2013b)

Org. NASCIMENTO, R.C (2013)

Após o fim do AIC e com a menor regulação estatal, a especulação no mercado futuro do café passou a ser altamente atrativa devido à ascensão dos instrumentos financeiros derivativos e

²² A empresa *Neumann Gruppe* surgiu na cidade portuária alemã de Hamburgo, no início do século XX, e atualmente possui 46 empresas localizadas em 28 países e mais de 1,5 mil torrefadores em todo o mundo. A *Neumann* também é produtora de café, com fazendas no Brasil, Uganda, Guatemala, El Salvador e México (FREDERICO, 2013b).

²³ A *Ecom Agroindustrial Corp. Ltda.* foi fundada na Espanha em 1849. Porém, sua sede atual localiza-se na Suíça. A *Ecom* está presente em 18 países através da comercialização de açúcar, café, algodão e cacau. Os negócios com o café começaram em 1935, com a instalação do primeiro escritório na cidade de São Paulo, Brasil (ECOM, 2013).

²⁴ A *Olam International* surgiu em 1989, na Nigéria. Durante a década de 1990, a *Olam* expandiu os seus negócios para os países produtores de *commodities* localizados na África, Ásia e América Latina. Atualmente, a Empresa possui mais de 20 produtos alimentares em 65 países, estando presente nas diferentes etapas da produção (desde o fornecimento de agrotóxicos, na produção propriamente dita, na distribuição, comércio, processamento final e venda de produtos com marca própria) (FREDERICO, 2013b).

²⁵ O Grupo inglês *ED&F Man* surgiu no ano de 1783. Atualmente, está presente em mais de 50 países através do comércio de açúcar, melaço, ração animal e operações financeiras. O Grupo atua em 16 países produtores de café localizados na América Central e do Sul, África, Ásia e Oceania (EDFMAN, 2013).

²⁶ A empresa francesa de *commodities* *Louis Dreyfus* foi fundada em 1851. Em 1942, o Grupo adquire no Brasil a empresa Comércio e Indústrias Brasileiras – Coimbra -, expandindo os seus negócios para o comércio de açúcar, produtos cítricos, oleaginosas e café. No Brasil, atualmente o Grupo possui mais de 360 mil hectares distribuídos em 12 estados, possui mais de 30 armazéns (soja, milho, café, algodão, açúcar), 05 terminais portuários e 02 hidroviários (LOUIS DREYFUS, 2013).

²⁷ A empresa de Hong Kong, *Noble*, foi fundada em 1986. Atualmente, o Grupo está presente em 40 países, por meio de produtos ligados as *commodities*, como: café, açúcar, cacau, minério de ferro, petróleo, ente outros (NOBLE, 2013).

dos fundos de *commodities*, como abordado no Capítulo 1. Para tanto, Frederico (2013b) aponta a maior participação por parte das *tradings* no mercado financeiro:

a *Olam's Commodity Financial Services*, pertencente à *trading* de mesmo nome, iniciou sua atuação em 2003, tornando-se rapidamente uma das principais atuantes no mercado de opções, derivativos, administração de riscos e fundos de investimentos ligados a *commodities* agrícolas na *London International Financial Futures and Options Exchange* (LIFFE) e na *Intercontinental Exchange / Chicago Board of Trade* (ICE/CBOT). As empresas *ED&F Man* e *Neumann* seguiram o mesmo caminho e criaram respectivamente as empresas *ED&F Man Commodity Advisors Limited* e *TRX Futures*, ambas com escritórios de análise financeira localizados em Londres (FREDERICO, 2013b, p. 14).

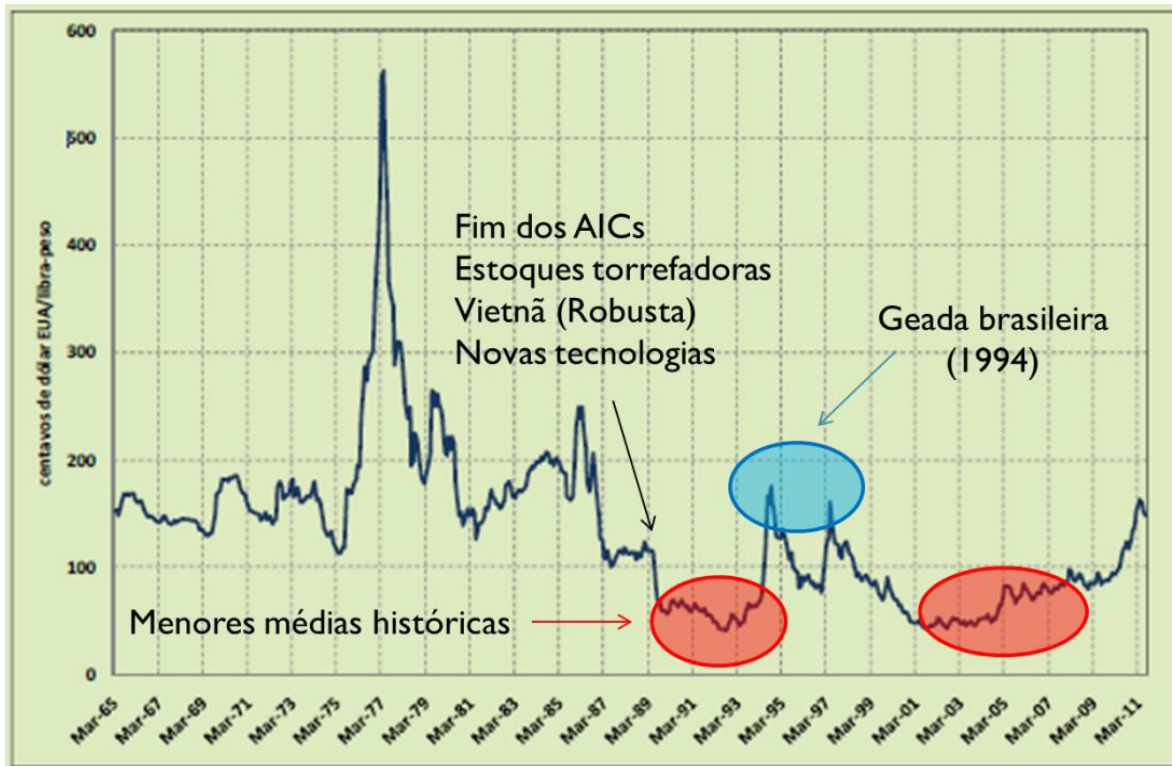
Ressalta-se também a manifestação da unicidade técnica, que através do desenvolvimento das tecnologias da informação permitiu contribuir para o aumento significativo das operações especulativas nos mercados futuros. No qual, Talbot (2004, p. 114) relata que “sob estas condições a informação se tornou uma mercadoria no comércio de café”.

Com o auxílio da informática algumas empresas de torrefação dispõem de mecanismos de informação que minimizam os riscos com os custos das matérias-primas negociadas no mercado futuro. Como aponta a Oxfam (2002):

As torrefadoras dispõem de mecanismos extremamente avançados para administrar e minimizar riscos para custos com matérias-primas. Em vez de pagar o preço real de mercado, elas assinam contratos com comerciantes que lhes garantem proteção contra riscos da volatilidade de preços no futuro. Complexos modelos matemáticos permitem que, mediante um simples clique do mouse de computador, firmem hoje acordos nos mercados de futuro para preços a serem pagos pelo café que comprarão daqui a seis ou 18 meses. Esses instrumentos financeiros permitem que otimizem suas estratégias de compra – algo muito distante das opções de mercado que os produtores enfrentam (OXFAM, 2002, p. 27).

Já a unicidade do tempo permitiu a ascensão e a interdependência global dos mercados financeiros. Como o café é uma cultura perene com binualidade nas safras e sujeita a intempéries climáticas e doenças, a produção cafeeira favorece a instabilidade dos preços e a consequente especulação nas principais Bolsas de Valores (Nova Iorque, Chicago). Deste modo, Daviron e Ponte (2007) relatam que a nova regulação do mercado cafeeiro, que ocasionou a monopolização dos estoques de café por parte das grandes empresas internacionais, tem sido acompanhada por preços cada vez mais baixos e voláteis, alcançando as piores médias históricas (Figura 2.1).

Figura 2.1 - Variação dos preços do café verde (1965 a 2011)



Fonte: FREDERICO (2013b, p. 104).

Percebe-se pela Figura 2.1 que os preços do café verde registraram uma maior oscilação após o fim dos AICs. Entre as décadas de 1990 e de 2000, ocorreram os dois menores índices históricos. A primeira foi devido à incerteza do mercado cafeeiro após o fim dos AICs e do fechamento dos institutos nacionais. A segunda sucede a alta no preço do café no mercado internacional ocasionado pela geada no Brasil, em 1994.

Para Daviron e Ponte (2007), as modificações de ordem técnica (emergência das tecnologias da informação) e política (neoliberalismo e financeirização) ocorrida na produção mundial de café criou um verdadeiro “paradoxo”. De um lado, uma valorização e diversificação dos produtos derivados do café e comercializados pelas grandes empresas de torrefação e moagem; e de outro, uma apropriação cada vez menor do valor final do produto por parte dos produtores.

Como abordado anteriormente, o atual período da globalização é marcado pela multiplicidade de demandas (CLEPS JUNIOR, 1998). No caso do café, surgiram novos métodos de preparo e formas de consumo (gelado, expresso, *cappuccino*, creme, chicória, licor), assim

como os produtos derivados do café (balas, biscoitos, bolos) e serviços prestados pelas cafeterias (*cyber*, livrarias).

Contudo, ao mesmo tempo em que as grandes empresas sediadas nos países consumidores passaram a agregar valor e diferenciar os produtos derivados do café, os preços pagos aos produtores tornaram-se cada vez menores.

Ponte (2001) salienta que na década de 1980, os produtores localizados nos países periféricos se apropriavam de cerca de 20% do valor final do café vendido ao consumidor. Enquanto, os países consumidores detinham 55% desse montante. Com o fim do AIC, em 1989, esta proporção modificou drasticamente. Entre os anos de 1990 e 1995, os produtores passaram a adquirir apenas 13% da renda total, enquanto as empresas localizadas nos países consumidores adquiriram 78%.

De acordo com Frederico (2013b, 104), “os Acordos Internacionais e as agências estatais do café serviam como um anteparo, protegendo os produtores da “política” das grandes empresas torrefadoras e *tradings*”. No caso da cafeicultura nacional, a maior atuação por parte destas grandes empresas internacionais tem promovido nas regiões produtoras diversas especializações vinculadas a sua produção, conformando verdadeiras regiões competitivas do café (CASTILLO, 2008; CASTILLO; FREDERICO, 2010a) - como na Região do Cerrado Mineiro.

2.3 A Região Cafeeira do Cerrado Mineiro

No atual período da globalização, a *região* se expressa como um compartimento produtivo do espaço geográfico (SANTOS, 2012a). De modo que o Cerrado Mineiro é caracterizado por uma região produtiva especializada na produção do café, isto é, reúne fatores de produção vinculados à cafeicultura que permitem maior produção e produtividade, tornando-a mais competitiva (CASTILLO; FREDERICO, 2010a).

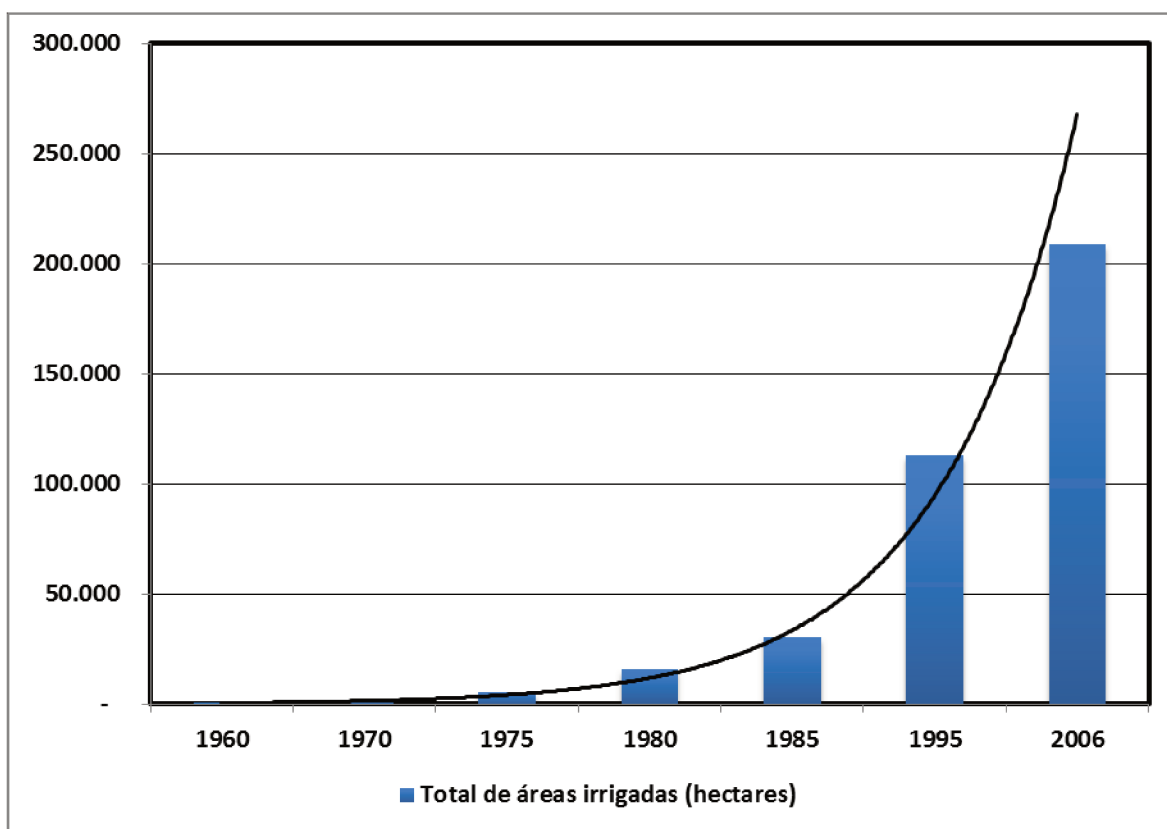
Na globalização, as inovações tecnológicas conjugadas com a maior exigência das economias globais pela rentabilidade do capital²⁸ fizeram com que o aumento da extensão da área

²⁸ “A rentabilidade é um indicador de atratividade do negócio, pois mostra ao empreendedor a velocidade de retorno do capital investido. Esse resultado é obtido sob a forma de valor percentual por unidade de tempo, e mostra a taxa de retorno do capital investido em um determinado período, por exemplo, mês ou ano” (SEBRAE, 2011).

deixasse de ser sinônimo de crescimento produtivo para priorizar uma maior produção e proporcionar, conseqüentemente, um aumento mais constante da produtividade (ELIAS, 2003).

Fruto das políticas pretéritas do Estado, uma das principais características da região do Cerrado Mineiro é o intenso uso de sistemas técnicos agrícolas na produção de café. Isto pode ser verificado a partir do número de terras que utilizam o sistema de irrigação (Gráfico 2.5) e pelo número de estabelecimentos agropecuários que possuem tratores (Gráfico 2.6) ao longo da expansão da fronteira agrícola até os dias atuais.

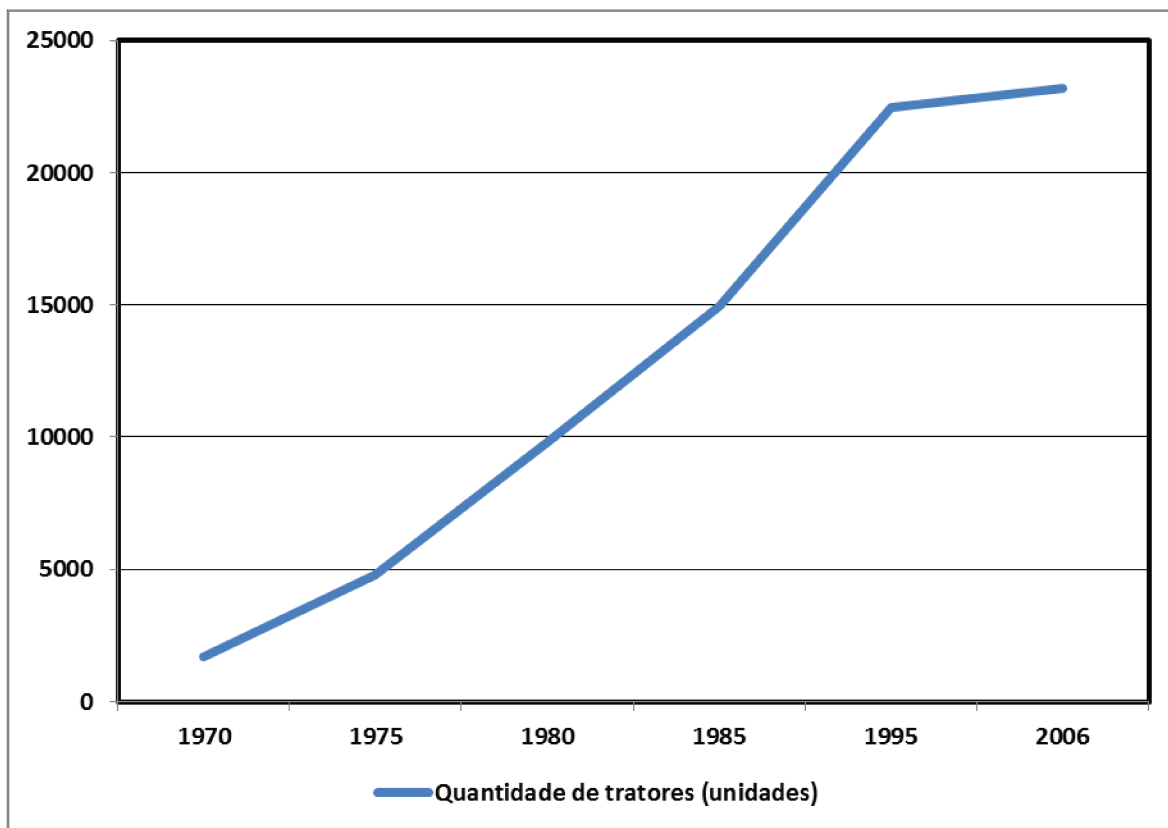
Gráfico 2.5 - Total de áreas irrigadas* (hectares) nos municípios que compõem a Região Cafeeira do Cerrado Mineiro (1960 – 2006)



*estabelecimento que habitualmente utilizavam métodos de irrigação, como: inundação, infiltração, aspersão, entre outros, sendo excluído a simples rega manual (baldes, regadores, pequenas mangueiras domésticas, entre outros).
Fonte: CENSO AGROPECUÁRIO DE MINAS GERAIS (1960, 1970, 1975, 1980, 1985, 1995, 2006).
Elaboração: NASCIMENTO, R.C. 2013.

Percebe-se no Gráfico 2.5 que há uma consolidação quanto ao uso da técnica de irrigação nos municípios da região. Entre os anos de 1995 a 2006²⁹, houve um expressivo crescimento de 85,04% de terras irrigadas, tendo o ano de 2006 como destaque na região, ao registrar 208.542 ha de terras irrigadas.

Gráfico 2.6 - Total de tratores (unidades) existentes nos estabelecimentos agropecuários nos municípios que compõem a Região Cafeeira do Cerrado Mineiro (1970 – 2006)



Fonte: CENSO AGROPECUÁRIO DE MINAS GERAIS (1970, 1975, 1980, 1985, 1995, 2006).
Elaboração: NASCIMENTO, R.C. 2013.

Neste segundo momento, de 1995 a 2006, percebe-se pelo Gráfico 2.6 que houve um pequeno acréscimo de 3,17% na quantidade de tratores existentes nos estabelecimentos agropecuários nos municípios da região. Destaque novamente para o ano de 2006 que registrou 23.194 unidades, a maior já registrada na região.

²⁹ Vale ressaltar que o ano de 2006 foi o último ano do Censo, por isso os dados não estão atualizados.

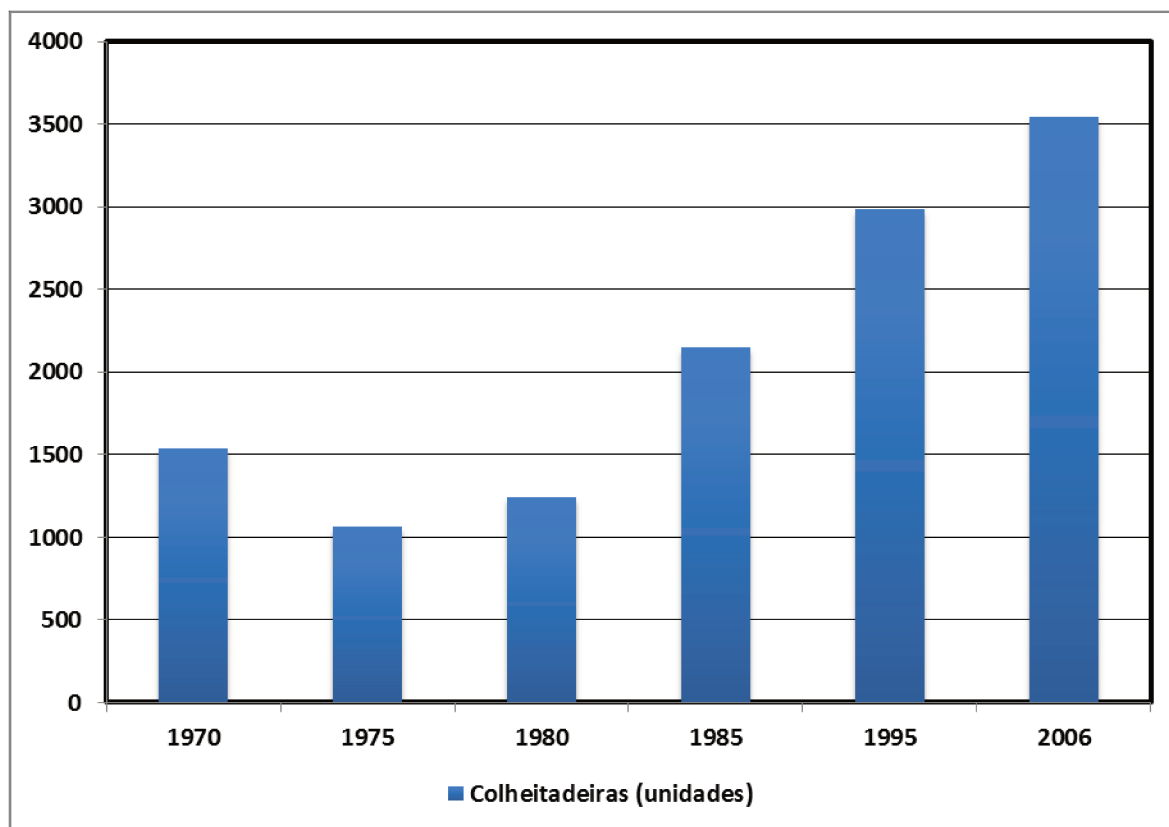
Em entrevista concedida com os pequenos produtores de café do município de Patrocínio/MG, no dia 23 de maio de 2013, a colheita é o momento de maior custo na produção devido à forte demanda por mão de obra. Para tanto, a partir do uso de equipamentos mecânicos, o custo da produção chega a reduzir entre 30% a 40% na região do Cerrado Mineiro.

Ortega et al. (2009a) relata que, em média, uma colheitadeira mecânica chega a colher 60 sacos de café por hora, entre 18 e 22 horas por dia, chegando a substituir mais de cem trabalhadores em um único dia de trabalho.

Na região é bastante recorrente a prática do aluguel de máquinas agrícolas (tratores, colheitadeiras) por meio das inúmeras empresas terceirizadas e entre os próprios produtores, associações e cooperativas, devido ao elevado custo de manutenção e aquisição. Ortega et al. (2009a) relata ainda que uma colheitadeira pode ser comercializada entre 200 mil e 500 mil reais, e sob estas condições “sua aquisição somente é viável para os grandes produtores e as empresas prestadoras de serviços.”

Mesmo sendo um equipamento que possui um preço muito elevado, a colheitadeira promove uma significativa redução nos custos da produção, o que favorece a sua grande expansão na Região Cafeeira do Cerrado Mineiro (Gráfico 2.7).

Gráfico 2.7 - Total de colheitadeiras (unidades) existentes nos municípios que compõem a Região Caffeira do Cerrado Mineiro (1970 – 2006)



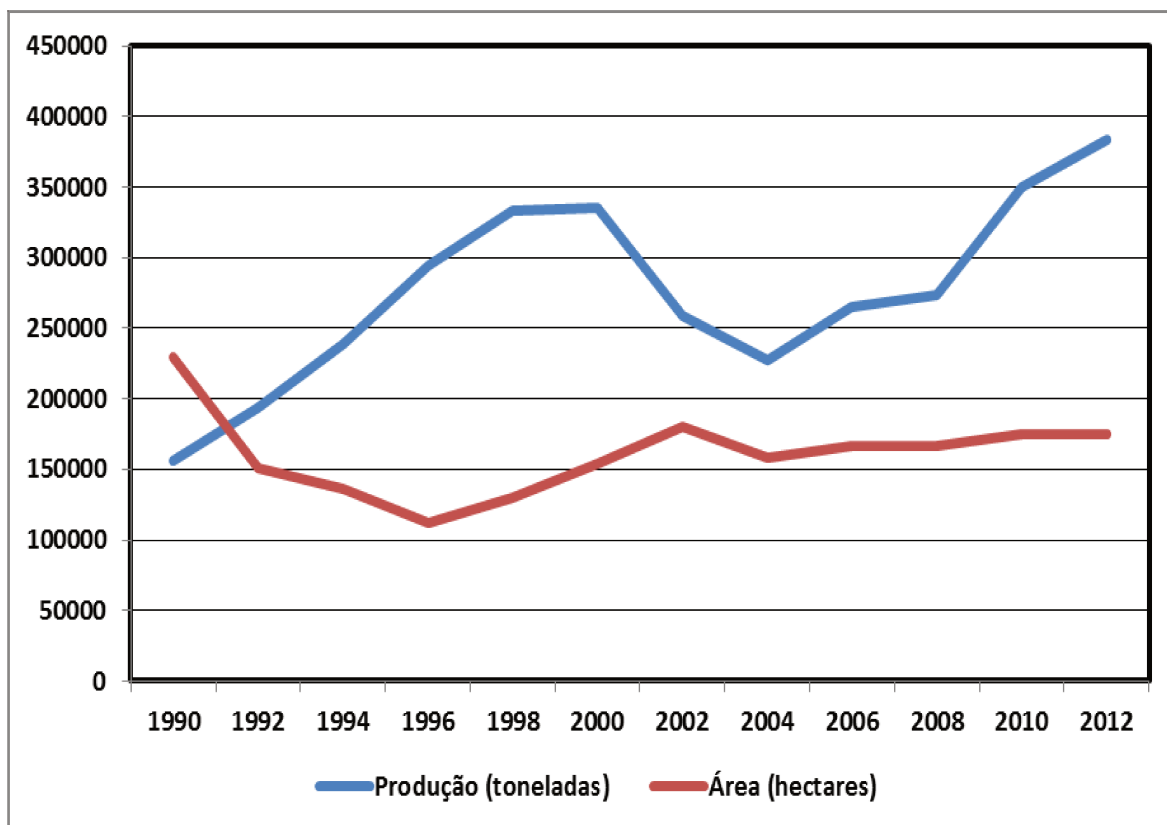
Fonte: CENSO AGROPECUÁRIO DE MINAS GERAIS (1970, 1975, 1980, 1985, 1995, 2006).
Elaboração: NASCIMENTO, R.C. 2014.

De acordo com o Gráfico 2.7, o uso da colheitadeira entre os anos de 1995 a 2006 na região registrou um expressivo crescimento de 18,79% de unidades. No ano de 2006 registrou 3.547 unidades nos municípios cafeeiros.

Com o intenso uso dos principais sistemas técnicos agrícolas³⁰ supracitados, a Região Caffeira do Cerrado Mineiro passou a obter elevados níveis de crescimento na produção e na produtividade de café em relação à área. Como podemos verificar nos Gráficos (2.8) e (2.9).

³⁰ Ressalta-se que os sistemas técnicos apresentados (tratores, sistema de irrigação e colheitadeira) não são de uso exclusivo da produção cafeeira na região.

Gráfico 2.8 - Área (hectares) e produção de café (toneladas) nos municípios que compõem a Região Cafeeira do Cerrado Mineiro entre os anos de 1990 – 2012

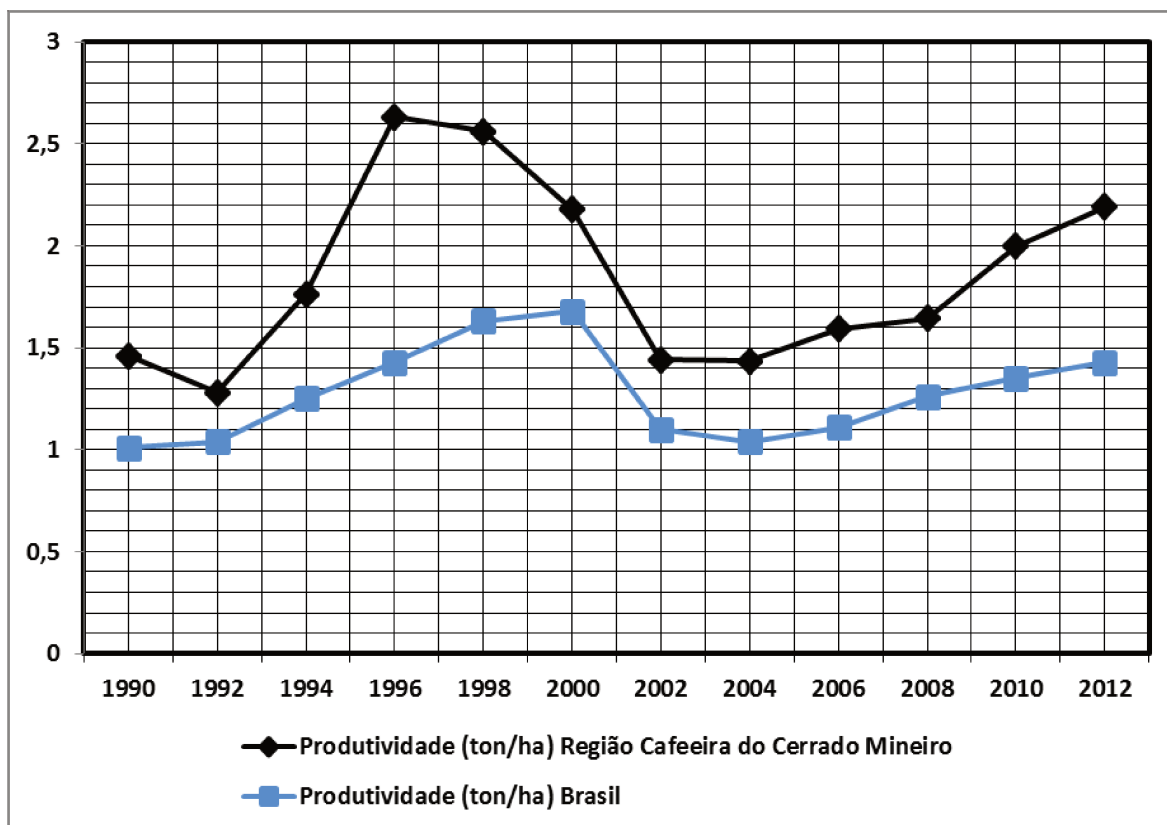


Fonte: IPEADATA, 2013.

Elaboração: NASCIMENTO, R.C. 2013.

No período anterior, a Região Cafeeira do Cerrado Mineiro foi caracterizada pelo crescimento superior da área em relação à quantidade produzida. No atual período, a produção é quem prevalece em relação a área. Exemplo disto, é o ano de 1996. Percebe-se no Gráfico 2.8 que mesmo com um decréscimo da área, a produção continuou crescendo. Naquele ano, a área chegou a reduzir 15,65% e a produção cresceu 26,84%, em relação ao ano de 1994 (sempre respeitando a binualidade da produção de café). Durante os vinte e dois anos, a área teve um crescimento de 20,74% e a produção de 78,59%.

Gráfico 2.9 - Produtividade (ton./ha) de café nos municípios que compõem a Região Caffeira do Cerrado Mineiro e do Brasil entre os anos de 1990 – 2012



Fonte: IPEADATA (2014).
Elaboração: NASCIMENTO, R.C. 2014.

Ao compararmos a produtividade da Região Caffeira do Cerrado Mineiro com a média brasileira, verifica-se que entre os anos de 1990 a 2012, enquanto a produtividade de café na região obteve um significativo aumento de 50,17%, a produtividade nacional obteve 41,58%.

Portanto, a partir da análise dos Gráficos 2.8 e 2.9, o intenso uso dos sistemas técnicos agrícolas na produção cafeeira fez da região se caracterizar por uma elevada produção e produtividade frente a expansão da área.

Porém, a modernização da agricultura foi acompanhada de um agravamento da questão agrária³¹ na região. Como é o caso da concentração da estrutura fundiária, que segundo os dados do Censo Agropecuário de 2006, revela uma grande discrepância na área média por hectare entre

³¹ Ressalta-se que não estamos afirmando aqui que este agravamento na estrutura fundiária foi causado somente pela produção de café na região.

as propriedades ligadas a agricultura familiar e não familiar nos municípios que compõem a Região Cafeeira do Cerrado Mineiro (Tabela 2.3).

Tabela 2.3 - Área média (ha.) dos estabelecimentos agropecuários por tipo de utilização (2006)

Discriminação		Brasil	Minas Gerais	Mun. que compõem a Região Cafeeira do Cerrado Mineiro
Área média por (ha)	Total	63,75	59,19	144,13
	Não familiar	309,18	208,42	395,17
	Familiar	18,37	20,22	38,91

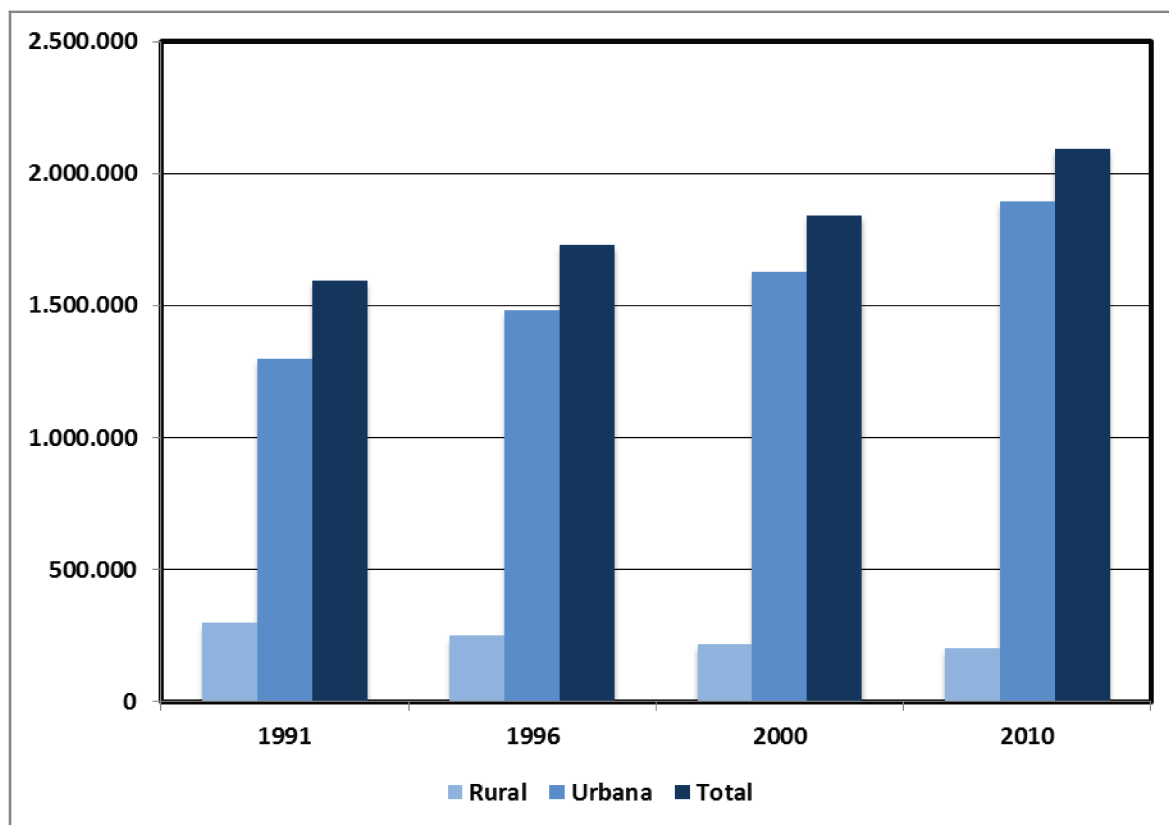
Fonte: CENSO AGROPECUÁRIO (2006); ORTEGA; JESUS (2011).

Elaboração: NASCIMENTO, R.C. 2013.

De acordo com a Tabela 2.3, enquanto o tamanho médio dos estabelecimentos agropecuários do país era de 63,75 ha, nos municípios que compõem a Região Cafeeira do Cerrado Mineiro era de 144,13 ha. Em relação à diferença entre os estabelecimentos de produtores familiares e não familiares, enquanto no estado de Minas Gerais o tamanho médio dos estabelecimentos para agricultura familiar era de 20,22 ha e para a não familiar de 208,42 ha; na Região Cafeeira do Cerrado Mineiro era de 38,91 ha para a agricultura familiar e 395,17 ha para não familiar.

Para Elias (2011), a modernização do campo, acompanhada do intenso uso dos sistemas técnicos agrícolas e da concentração fundiária, pode ser considerada uma das principais causas do aumento do êxodo rural (Gráfico 2.10).

Gráfico 2.10 - População total, rural e urbana dos municípios que compõem a Região Cafeeira do Cerrado Mineiro (1991 – 2010)



Fonte: IPEADATA, 2013.

Elaboração: NASCIMENTO, R.C. 2013.

Entre os anos de 1991 a 2010, enquanto a área rural teve um decréscimo populacional de 32%, a área urbana nos municípios cafeeiros cresceu 46%, sendo o principal responsável pelo crescimento de 32% do total de habitantes nestes municípios.

Ao analisarmos somente os dados do ano de 2010, verifica-se outra grave discrepância em relação ao número de habitantes da área rural e urbana. Naquele ano, a população total dos municípios da região era de 2.094.865 habitantes. Enquanto, a área rural registrou o pior índice histórico na região com 201.059 habitantes - ou seja, apenas 9,6% da população total dos municípios cafeeiros -; a área urbana registrou o maior índice já registrado para a região, ao conter uma população de 1.893.806 habitantes – o equivalente a 90,4% da população total dos municípios que compõem a Região Cafeeira do Cerrado Mineiro.

A crescente urbanização ocorrida em boa parte dos municípios da região se deu a partir das novas relações entre o campo e a cidade. Segundo Elias (2011, p. 159), uma determinada produção agrícola hegemônica “exige dos espaços urbanos próximos ao espaço agrícola racionalizado se adaptem para atender às suas principais demandas e de todos os demais produtos e serviços necessários à sua realização”. Tem-se, portanto, o surgimento das “cidades do agronegócio” (ELIAS, 2007; 2011).

2.4 Patrocínio: “cidade do agronegócio”

Nas regiões cafeeiras, a um controle técnico local, expresso pela eficiência produtiva, ressaltada anteriormente, se opõe a falta de um controle político, derivado da regulação externa (do crédito, do preço dos produtos, dos insumos químicos e mecânicos, das inovações físicas, químicas e biológicas) exercida pelas grandes empresas internacionais de torrefação e moagem e *tradings*. Isto tem acarretado numa maior subordinação das regiões de produção à lógica das empresas hegemônicas³², localizadas nos países centrais.

Santos (2012a, p. 230) salienta que “as normas das empresas são, hoje, uma das locomotivas do seu desempenho e de sua rentabilidade”. Para tanto, novas normas e regras de produção são impostas “aos vários lugares onde a ordem global se instala” (ANTAS JR, 2003, p. 03).

Tais imposições, instituídas pelas empresas internacionais do agronegócio, demandam o crescimento de uma série de atividades comerciais e de serviços especializados (ELIAS, 2011). Para Frederico (2010, p. 60), “quanto maior a especialização produtiva do campo, e seu respectivo conteúdo em ciência e informação, maior será a urbanização e a inter-relação entre o campo e a cidade”.

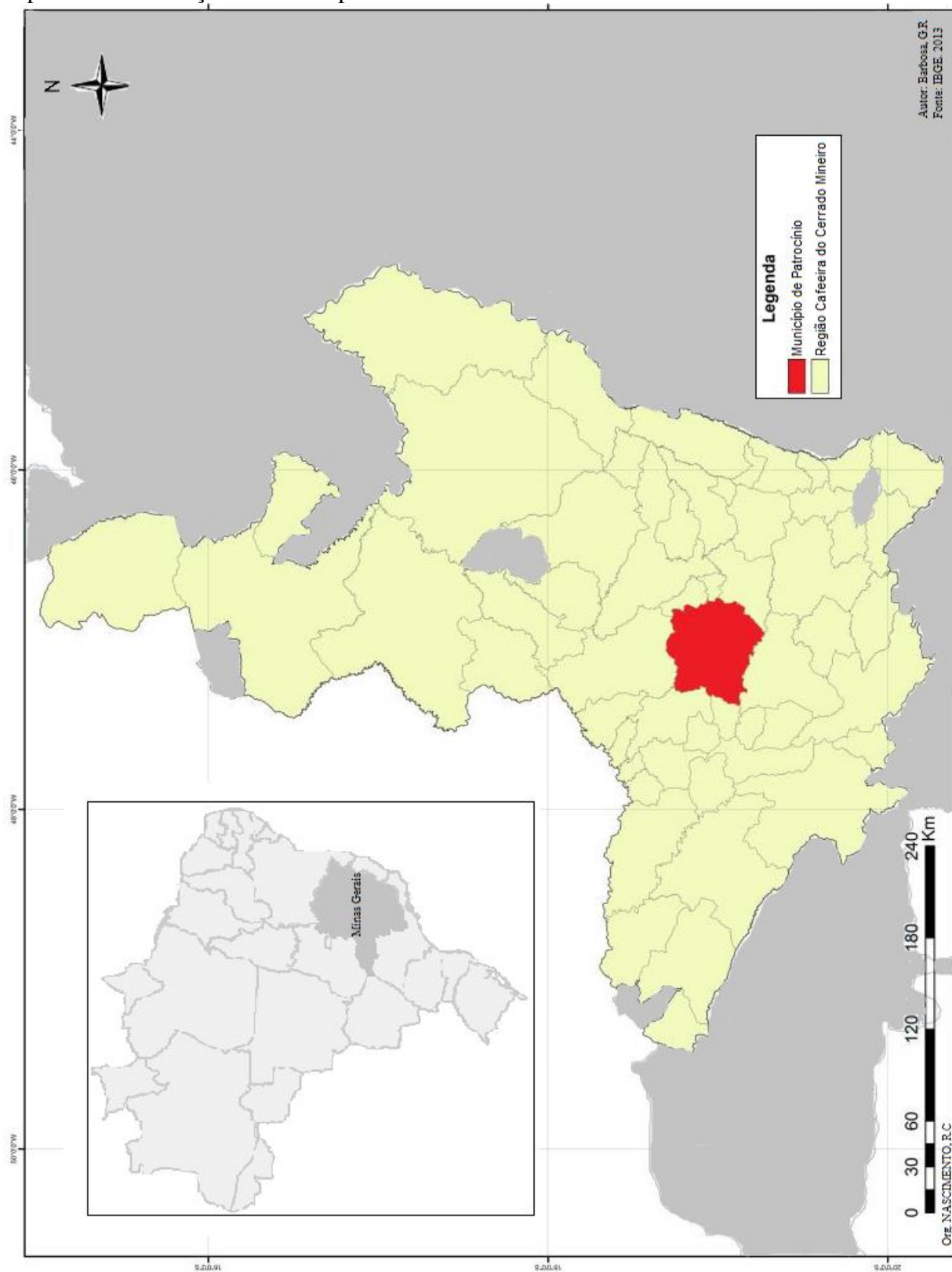
A partir do estreitamento na relação campo e cidade e a maior adaptação dos espaços urbanos à produção agrícola, Elias (2007; 2011) caracteriza-os como “cidades do agronegócio”. Isto é, aquelas “cujas funções de atendimento às demandas do agronegócio globalizado são hegemônicas sobre as demais funções” (ELIAS, 2011, p. 162).

³² “Conforme o Centro de Estudos sobre Empresas Multinacionais (CEREM, da Universidade de *Nanterre*), no início da década de 1980, 886 dos maiores conglomerados transnacionais já controlavam cerca de 76% da produção manufatureira mundial; em meados da década de 1990, “1/3 das atividades e negócios das 37 mil empresas transnacionais que atuam na economia globalizada – por meio de 200 mil filiais e subsidiárias – é realizado entre elas próprias” (ANTAS JR, 2003, p. 11).

Em Patrocínio, além de concentrar diversos sistemas técnicos e normativos, o que permite ser o maior produtor dentre os 55 municípios da região e um dos maiores do país, conta também com a presença da EXPOCACCER (torna Patrocínio um centro exportador e articulador da produção de cafés especiais) bem como da Federação dos Cafeicultores (que organiza politicamente - os produtores, as cooperativas e as associações - e pensa as estratégias de *marketing* territorial da produção), como veremos a seguir. Tais traços conferem Patrocínio como “cidade do agronegócio” e funcional às exigências produtivas do campo moderno (SANTOS, 1993; ELIAS, 2007).

De acordo com Moraes (2006), Patrocínio (Mapa 2.1) possui uma temperatura média entre 18°C e 22°C, altitude média de 900 metros e chuvas concentradas nos meses de setembro a abril, com possibilidades reduzidas de geadas. Seu relevo se divide em duas grandes áreas: a parte leste caracterizada por menores altitudes (800 metros) e a porção oeste de maiores altitudes (1000 metros). Além de possuir uma topografia pouco acidentada, o que permite a maior utilização da mecanização em todo o processo produtivo. Estas condições, segundo o autor, foram fatores essenciais para que Patrocínio obtivesse um café de melhor qualidade.

Mapa 2.1 - Localização do município de Patrocínio/MG



Fonte: IBGE (2013)

A implantação da cafeicultura em Patrocínio ocorreu paralelamente com o processo de modernização da agricultura no Cerrado Mineiro. Segundo Moraes (2006), os primeiros produtores de café, oriundos de São Paulo e Paraná, começaram a se instalar no município a partir da década de 1970. Estes produtores eram atraídos pelas grandes extensões de terra, com valores relativamente menores quando comparados ao do estado do Paraná e São Paulo, e pelos fortes subsídios do Estado.

Como vimos anteriormente, a introdução dos novos sistemas técnicos agrícolas foram de fundamental relevância para o desenvolvimento de novos cultivares que melhor se adaptassem ao solo de Cerrado. A introdução de novos cultivares, mais resistentes ao ataque de pragas e doenças, permitiu elevar a produtividade e a qualidade dos grãos.

Para tanto, a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG), sediada em Patrocínio, foi de suma importância nas inovações mecânicas, físicas e biológicas. Algumas das novas plantas possuem porte mais baixo, galhos distribuídos mais uniformemente ao longo do tronco e frutos que desprendem mais facilmente das ramas. A introdução de variedades precoces, semiprecoces e tardia possibilitou maior racionalização da colheita. Com o intuito de visar à redução dos custos de produção e o aumento da produtividade, os cafeicultores de Patrocínio realizaram uma série de modificações nas lavouras para adaptá-las à mecanização, como: técnicas de adensamento, aumento do espaço entre corredores e diminuição entre as plantas. Tais técnicas são utilizadas até os dias de hoje, como podemos verificar nas Fotos (2.1) e (2.2), tiradas em trabalho de campo numa propriedade de Patrocínio no ano de 2013.

Foto 2.1 - Alargamento do espaçamento nos corredores, propriedade em Patrocínio (2013)



Foto: NASCIMENTO, R.C. 2013.

Foto 2.2 - Adensamento entre plantas, propriedade em Patrocínio (2013)



Foto: NASCIMENTO, R.C. 2013.

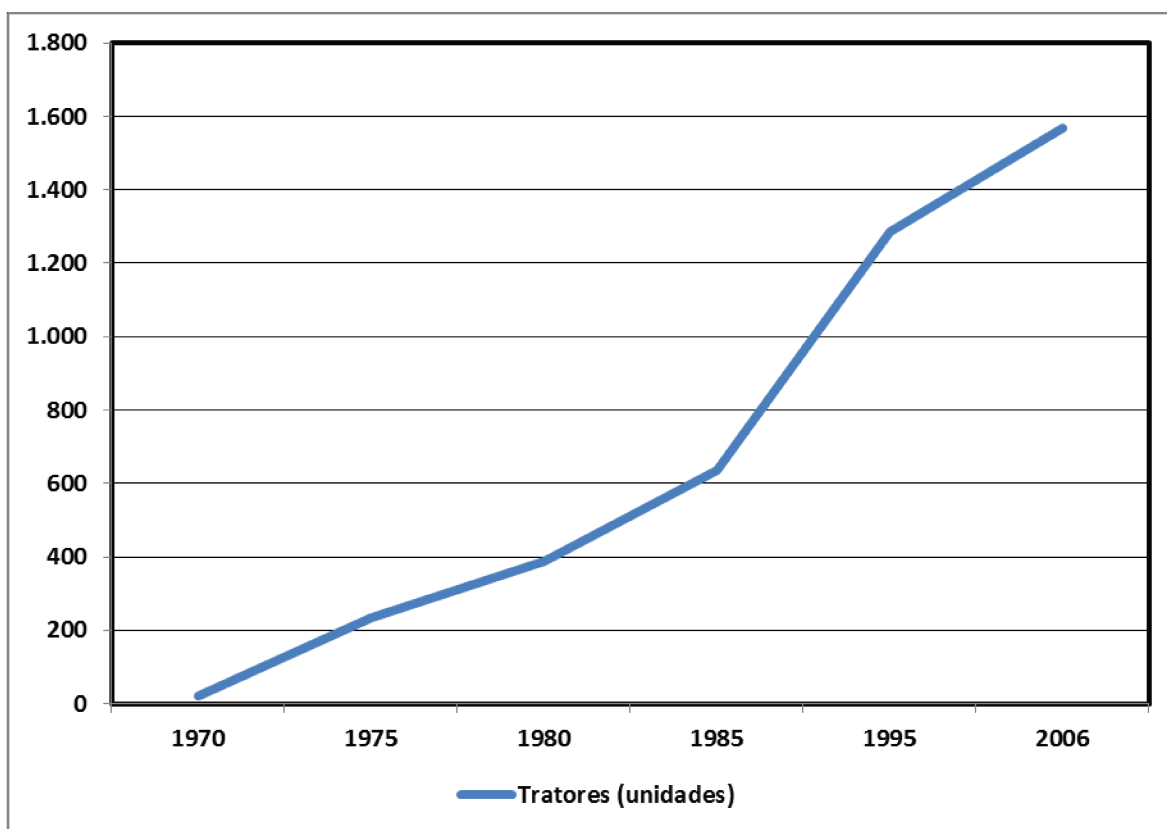
As fotos apresentadas mostram o alargamento do espaçamento nos corredores (Foto 2.1) para a passagem de tratores e o adensamento entre plantas (Foto 2.2) para aumento da produtividade por hectare. Para Ortega e Jesus (2011), a partir dessas novas técnicas, se fez necessário um maior planejamento por parte dos cafeicultores em relação ao plantio de novas lavouras para a alocação e locomoção de máquinas e outros equipamentos utilizados na produção.

Todavia, a utilização de novas máquinas na produção demanda um maior cuidado com o plantio de novos cultivares. Isto exige dos produtores um melhor planejamento quanto ao alinhamento dos pés de café; o comprimento das ruas; o cuidado com a eliminação de árvores no meio da lavoura; e o plantio cada vez mais nivelado (ORTEGA; JESUS, 2011).

Outra prática adotada na cafeicultura de Patrocínio é o plantio direto. Nesta prática, o tamanho da vegetação é mantido quase que o ano inteiro sendo controlado por roçadeiras; na colheita é aplicado herbicida e, depois, são utilizados equipamentos mecânicos visando o preparo da terra para a colheita. Assim há menores gastos com herbicidas e uma maior manutenção da massa verde que contribui para preservar a umidade do solo (ORTEGA; JESUS, 2011).

No plantio e colheita são utilizados tratores com equipamentos acoplados, colheitadeiras, irrigadores e arados. Os gráficos a seguir mostram o aumento do número de tratores e de propriedades irrigadas no município de Patrocínio desde o ano de 1970.

Gráfico 2.11 - Quantidade de tratores (unidades) em Patrocínio (1970 – 2006)

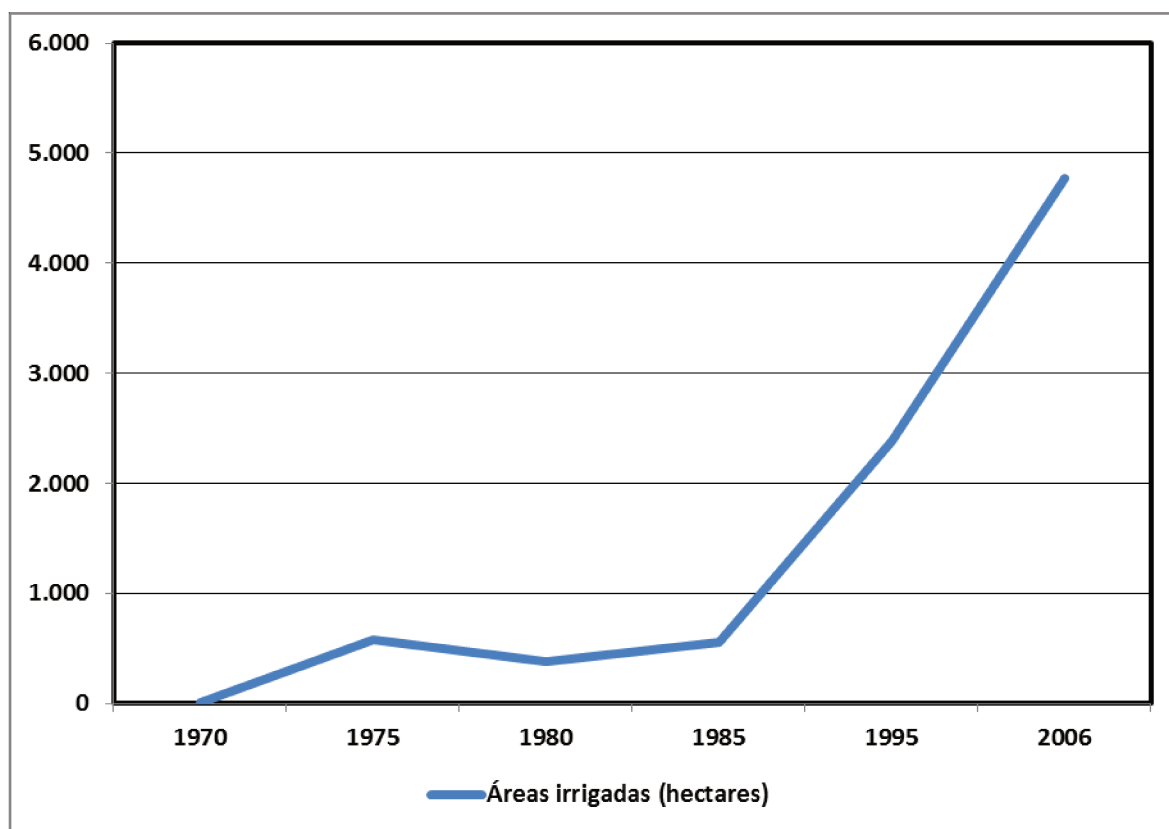


Fonte: IPEADATA (2014).

Elaboração: NASCIMENTO, R.C. 2014.

Durante os trinta e seis anos levantados, destaque para o ano de 2006 que registrou 1.567 unidades de tratores nos estabelecimentos agropecuários em Patrocínio.

Gráfico 2.12 - Total de áreas irrigadas* (hectares) em Patrocínio (1970 – 2006)



*estabelecimento que habitualmente utilizavam métodos de irrigação, como: inundação, infiltração, aspersão, entre outros, sendo excluído a simples rega manual (baldes, regadores, pequenas mangueiras domésticas, entre outros).

Fonte: IPEADATA (2014).

Elaboração: NASCIMENTO, R.C. 2014.

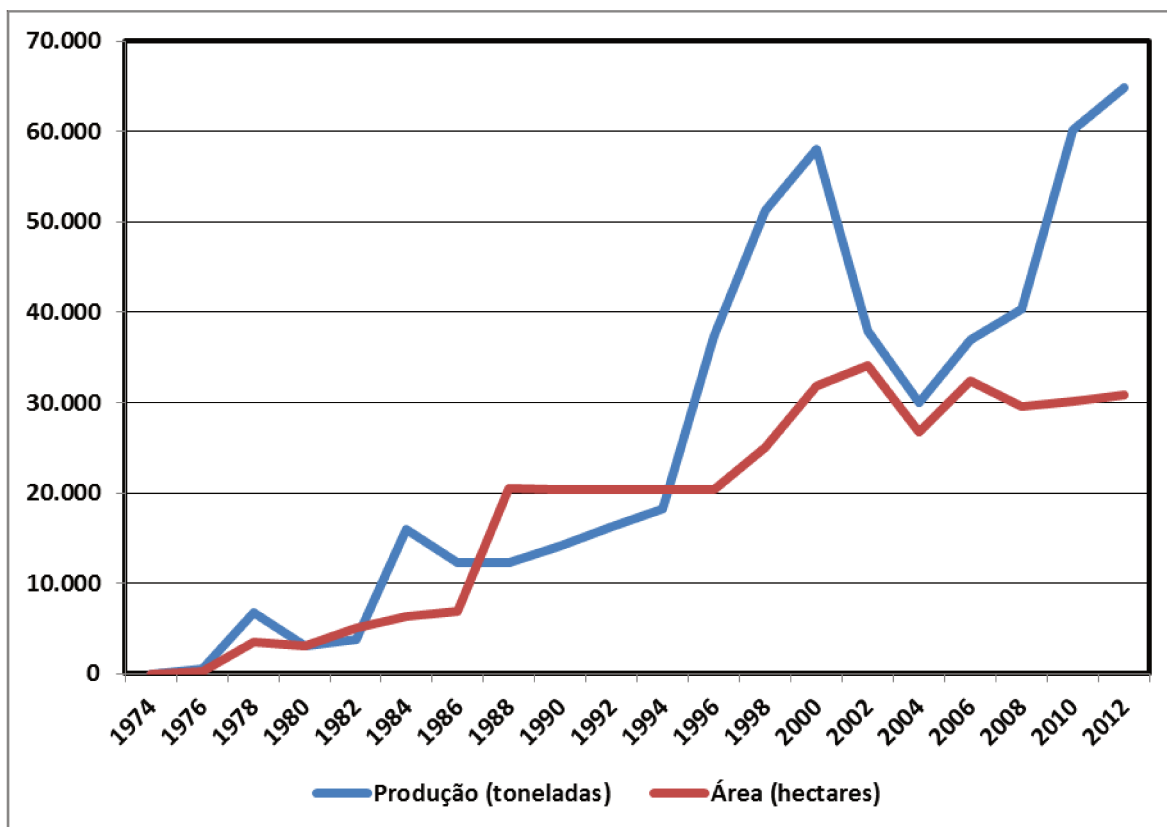
Nestes trinta e seis anos levantados, o ano de 2006 registrou 4.777 ha de áreas irrigadas, a maior já registrada em Patrocínio. Segundo Ortega e Jesus (2011), a utilização da técnica de irrigação no momento da florada possibilita a uniformização do amadurecimento dos frutos, favorecendo o uso de máquinas na colheita e conferindo melhor qualidade ao produto. Ressalta-se também a adição de insumos orgânicos (biofertilizante³³) proveniente do biodigestor

³³ “O biofertilizante derivado dos biodigestores anaeróbios é um efluente líquido que, após a fermentação das bactérias no interior do equipamento, pode alterar benéficamente as propriedades físicas, químicas e biológicas do solo. Pode, ainda, melhorar a capacidade de retenção de água, por ser uma matéria orgânica, além de possuir macronutrientes como nitrogênio (N), fósforo (P) e potássio (K)” (NASCIMENTO, 2010, p. 61).

anaeróbico³⁴, de gado ou de suíno, para a prática da fertirrigação na produção de café em Patrocínio (NASCIMENTO, 2010).

A técnica de irrigação é uma das inovações fundamentais para o constante aumento da produção frente à área (Gráfico 2.13) e, consequentemente, da produtividade de café (Gráfico 21) em Patrocínio a partir da década de 1990.

Gráfico 2.13 - Área (hectares) e produção de café (toneladas) em Patrocínio entre 1974 e 2012



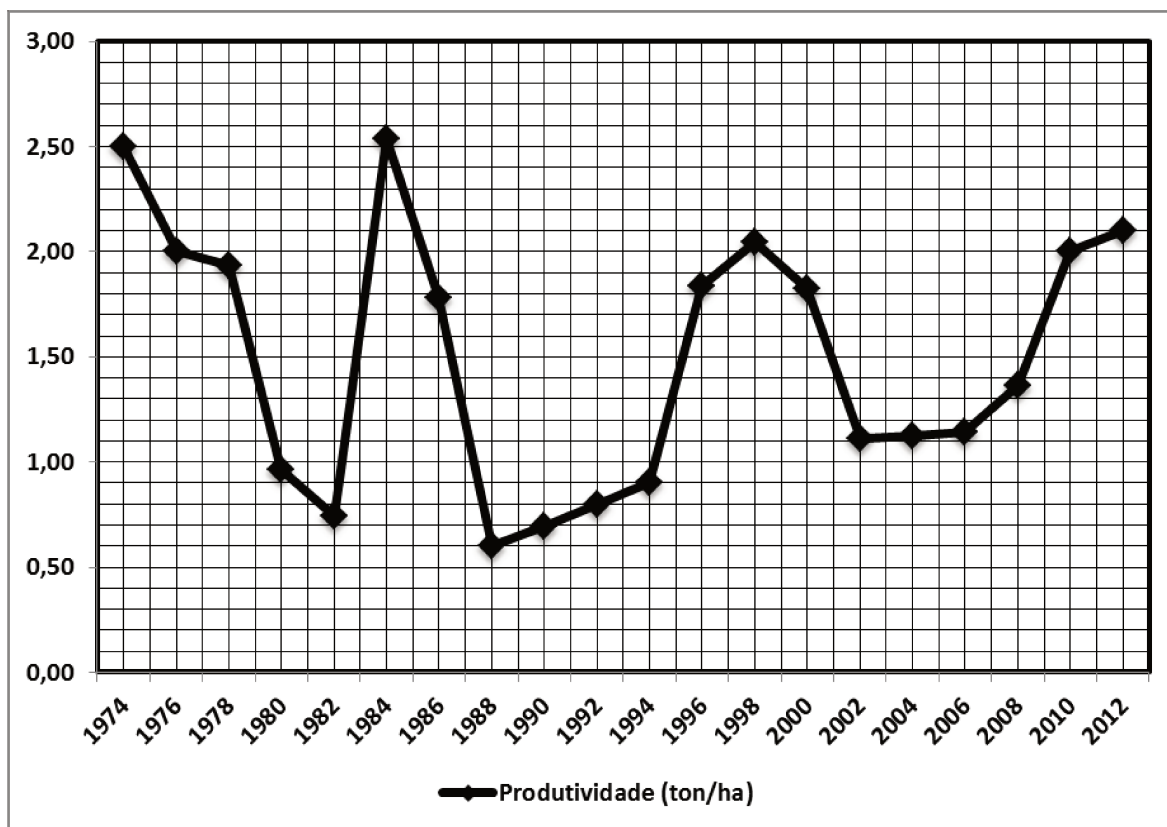
Fonte: SIDRA/IBGE (2014).

Elaboração: NASCIMENTO, R.C. 2014.

Não diferente da Região Cafeeira do Cerrado Mineiro, percebe-se pelo Gráfico 2.13 que em Patrocínio o aumento da produção foi bem mais expressivo que a área no período que vai de 1990 a 2012. Enquanto, a área registrou um aumento 50,91% em sua extensão, a produção obteve um significativo aumento de 359,37%.

³⁴ “Gaspar (2003) define os biodigestores anaeróbios como uma câmara fechada, onde dejetos de animais são introduzidos para o seu interior e fermentados anaerobicamente por bactérias, sem a presença de ar” (NASCIMENTO; RODRIGUES, 2012, p. 234).

Gráfico 2.14 - Produtividade (ton./ha) de café em Patrocínio entre os anos de 1974 – 2012



Fonte: SIDRA/IBGE (2014).

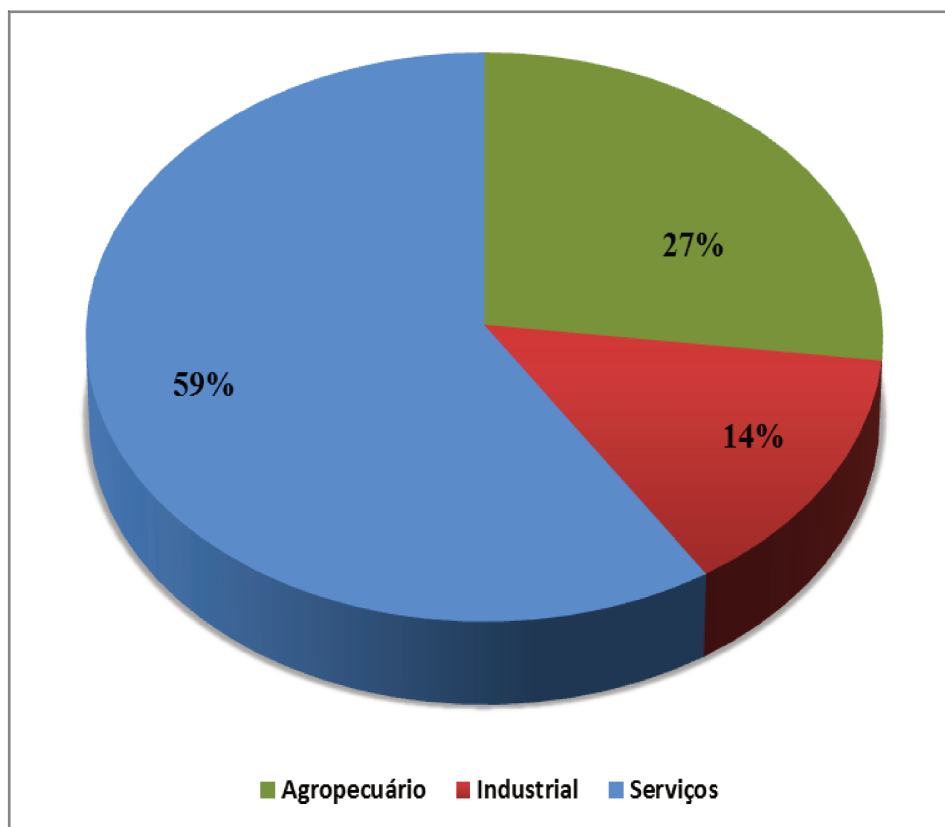
Elaboração: NASCIMENTO, R.C. 2014.

Com relação à produtividade, enquanto entre os anos de 1974 e 1988 ocorreu uma retração de 76%, muito devido ao crescimento da área frente à produção; entre os anos de 1990 e 2012 houve um expressivo aumento de 202,4%, muito acima dos 50,17% registrados na Região Cafeeira do Cerrado Mineiro para o mesmo período, puxado pelo forte crescimento da produção frente à área.

O expressivo aumento do uso dos sistemas técnicos agrícolas em Patrocínio remete para uma das principais características das cidades do agronegócio que é o elevado Produto Interno Bruto (PIB) do setor de serviços com relação à indústria e agricultura.

De acordo com Frederico (2012, p. 07), é nas “cidades que ocorre o consumo dos serviços e o tratamento e retransmissão das informações oriundas de diversas partes do globo. A cidade tornou-se o centro da realização da produção agrícola moderna”. Dessa forma, o setor de serviços de Patrocínio no ano de 2013 se destaca perante o setor agropecuário – relativo à produção agropecuária - e industrial – relativo às agroindústrias (Gráfico 2.15).

Gráfico 2.15 - Distribuição do PIB de Patrocínio em 2013

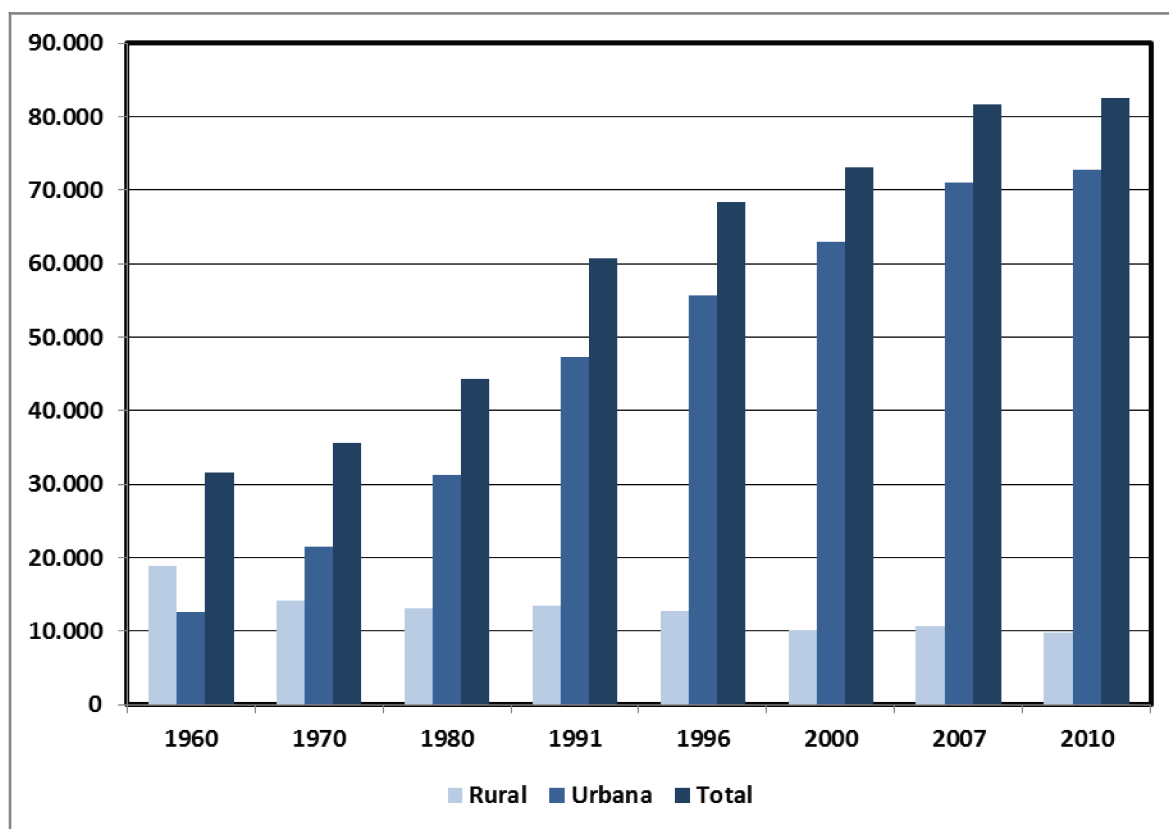


Fonte: IBGE (2014)

Elaboração: NASCIMENTO, R. C. 2014.

A maior proporção do PIB no setor de serviços (59%) perante os demais – agropecuário (27%) e industrial (14%) - corrobora com aquilo que Elias (2003) e Santos (1996) abordam como *consumo produtivo agrícola* e o *consumo consumptivo*. O consumo produtivo está estritamente ligado à produção agropecuária moderna (ELIAS, 2003), como: bancos, armazéns, transportadoras, maquinários agrícolas, comércio de exportação e importação, corretoras, assistências técnicas e *tradings*. Já o consumo consumptivo (SANTOS, 1993), está ligado ao consumo familiar. Este, por sinal, complementa o consumo produtivo de maneira a contribuir na ampliação da urbanização e no aumento dos centros urbanos (Gráfico 2.16).

Gráfico 2.16- População total, rural e urbana de Patrocínio entre 1960 a 2010



Fonte: IPEADATA (2014)

Elaboração: NASCIMENTO, R. C. 2014

No ano de 1960, a população rural representava cerca de 60% da população total de Patrocínio. Quatro décadas depois, a população rural de Patrocínio teve uma retração de 48,64%, sendo que em 2010 a população rural registrou 11,78%, a menor proporção frente à população urbana, que registrou 88,22% da população total. Durante estas quatro décadas, enquanto a população urbana cresceu 475,34%, a população total de Patrocínio cresceu 161,34%. Portanto, o crescimento da população urbana representa mais que o dobro do crescimento da população total nestes quarenta anos.

Para Santos (1993, p. 50), no atual período da globalização, o consumo produtivo agrícola “não se adapta as cidades, mas, ao contrário, as adapta”. Devido à importância do consumo produtivo³⁵ nestas cidades, o crédito torna-se fator primordial e essencial para o campo moderno.

³⁵ As principais atividades (empresas de irrigação, transportadoras, armazéns, máquinas e equipamentos) ligadas ao consumo produtivo agrícola em Patrocínio serão apresentadas no capítulo 4.

Exemplo disto são o número de agências bancárias e as linhas e programas de financiamento agropecuário existentes em Patrocínio no ano de 2013 (Quadro 2.1).

Quadro 2.1 - Bancos, número de agências e linhas e programas de financiamento agropecuário em Patrocínio – 2013

Bancos	Número de agências	Linhas e programas de financiamento agropecuário
Caixa Econômica Federal	01	Não
Banco do Brasil S.A	01	Sim
Banco Mercantil do Brasil S.A	01	Sim
Banco Santander (Brasil) S.A	01	Sim
Bradesco S.A	01	Sim
HSBC Bank Brasil S.A	01	Sim
ITAÚ UNIBANCO BM S.A	01	Sim

Fonte: ESTBAN/BACEN (2014)

Elaboração: NASCIMENTO, R.C. 2014

Percebe-se no Quadro 2.1 uma maior participação das principais instituições públicas e privadas atuantes no país que concedem crédito agrícola aos produtores e cooperativas de Patrocínio. A Tabela 2.4 mostra a quantidade de crédito concedido às cooperativas e produtores de Patrocínio entre os anos de 2000 e 2012.

Tabela 2.4 - Financiamento agrícola concedido aos produtores e cooperativas - contratos e valores (em milhões de reais) – em Patrocínio entre os anos de 2000 a 2012

Ano	Custeio		Investimento		Comercialização		Total	
	Nº contra.	Valor (Mil.R\$)	Nº contra.	Valor (Mil.R\$)	Nº contra.	Valor (Mil.R\$)	Contra.	Valor (Mil.R\$)
2000	755	27,66	56	2,35	48	0,82	859	30,83
2001	688	21,27	55	2,17	19	0,26	762	23,70
2002	947	43,25	103	3,40	11	3,00	1061	49,66
2003	1009	32,00	92	4,20	98	5,84	1199	42,05
2004	920	44,00	104	7,10	95	9,36	1119	60,47
2005	1199	59,77	115	11,46	177	14,29	1491	85,53
2006	1217	74,45	120	9,06	186	12,97	1523	96,50
2007	1247	93,90	187	13,59	116	16,36	1550	123,86
2008	1144	104,02	272	20,35	100	22,49	1516	146,87
2009	1336	132,17	221	20,43	88	19,43	1645	172,04
2010	1105	134,58	266	17,89	66	59,59	1437	212,08
2011	1033	146,13	252	51,39	110	71,06	1395	268,60
2012	1144	235,73	630	71,58	235	92,72	2009	400,05

Fonte: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO CRÉDITO RURAL – BACEN (2014)

Elaboração: NASCIMENTO, R.C. 2014

O valor total em crédito concedido pelas instituições públicas e privadas aos produtores e cooperativas de Patrocínio nos doze anos levantados na Tabela 2.4 ultrapassou R\$ 1,5 bilhão. Os recursos foram investidos em insumos agrícolas, mecanização, transporte, infraestrutura na propriedade, custeio e comercialização dos produtos agrícolas. Dentre os investimentos destaque para o item custeio que representou quase 60% da maioria dos recursos anuais.

Patrocínio possui também diversos escritórios comerciais de grandes empresas (*tradings*)³⁶ exportadoras dedicadas à exportação de café (Tabela 2.5) e (Gráfico 2.17).

³⁶ A atuação destas empresas em Patrocínio será explorada no Capítulo 4.

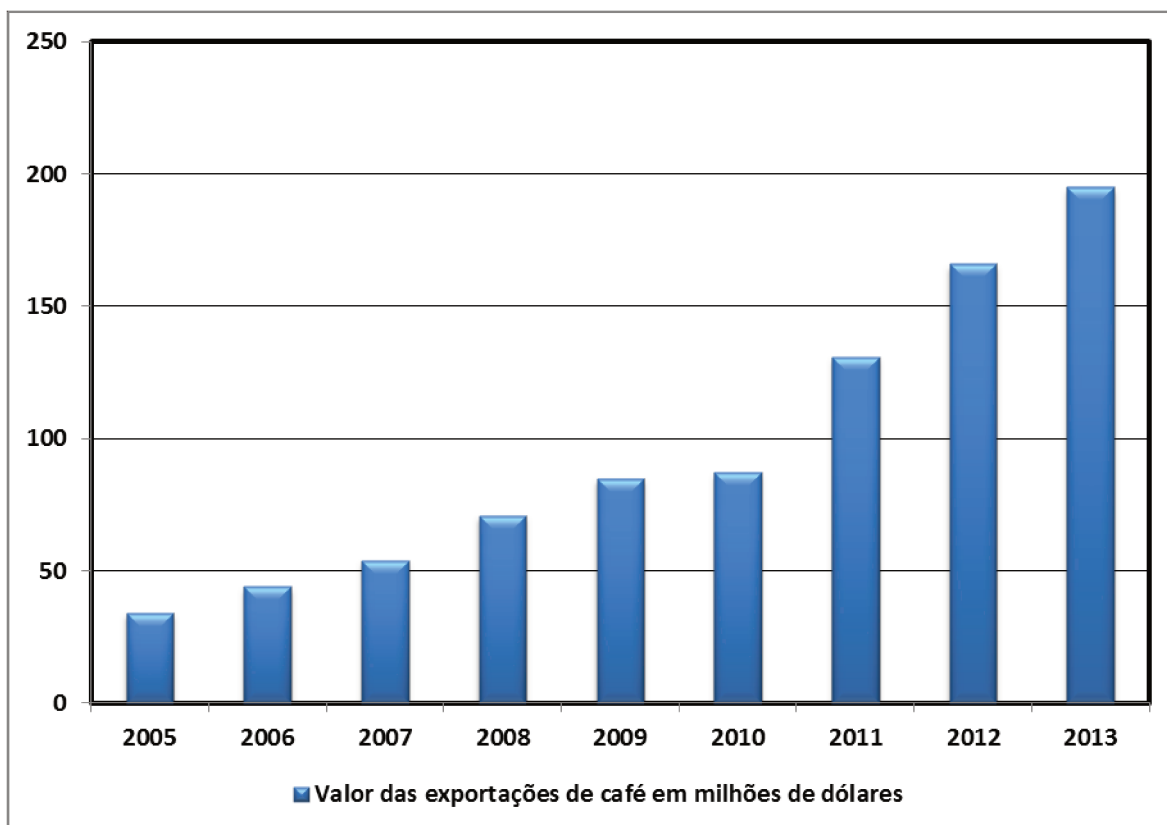
Tabela 2.5 - Principais produtos exportadores de Patrocínio no ano de 2013

Principais produtos exportadores	US\$ F.O.B	Part. %	Kg líquido
1 Café não torrado, não descafeinado, em grão.	195.514.341	82,62	60.513.998
2 Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura.	38.313.635	16,19	69.620.984
3 Outras miudezas comestíveis de suínos, congelados.	1.689.058	0,71	765,093
4 Tripas de suínos, frescas, refrigerados, congelados, salgados, defumadas.	708.265	0,30	159.760
5 Outros ossos e núcleos córneos, em bruto, desengordurados, etc.	419.806	0,18	778.041
6. Milho em grão, exceto para semeadura.	7.952	0,00	0,00
Total dos principais produtos exportados	236.653.057	100,00	131.865.876

Fonte: SECEX (2013)

Elaboração: NASCIMENTO, R.C. 2013

Gráfico 2.17 - Valor das exportações de café em Patrocínio (em milhões de dólares) entre os anos de 2005 e 2013



Fonte: SECEX (2014)

Elaboração: NASCIMENTO, R.C. 2014

Percebe-se pela Tabela 2.5 que o café em grão no ano de 2013 foi responsável por 82,6% do volume total dos produtos exportados por Patrocínio. O valor total naquele ano, 2013, é quase o equivalente ao total dos financiamentos obtidos em 2012 (Tabela 2.4) em Patrocínio, revelando a dependência dos financiamentos para a atividade. Ao verificarmos o Gráfico 2.17 percebe-se também que, entre os anos de 2005 e 2013, ocorreu uma crescente expansão no valor das exportações de café de 473,33%.

A partir de tais dados, podemos afirmar que Patrocínio é uma cidade do agronegócio especializado na produção de café. Tendo como principal destino o mercado externo.

Para Santos e Silveira (2001, p.135), “a especialização dos lugares alimenta a especialização do trabalho”. A partir da crescente especialização produtiva dos lugares tem

resultado no surgimento de novas formas de trabalho. Não diferente Patrocínio passou a ter novas formas de profissões ligadas ao agronegócio (Tabela 2.6).

Tabela 2.6 - Profissões do agronegócio em Patrocínio (2006 – 2013)

Profissões	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Gerentes de Produção e Operações	1	51	55	56	50	46	51	54
Profissionais de Organização e Administração de Empresas e Afins	53	51	62	64	72	80	56	62
Técnicos das Ciências Administrativas	60	62	65	64	76	67	86	77
Supervisores na Exploração Agropecuária	46	52	52	46	48	55	30	30
Agrônomos e Afins	3	2	7	10	7	10	8	7
Biólogos e afins	2	2	2	2	1	4	2	6
Técnicos em Transportes (Logística)	3	3	3	2	0	2	1	3
Técnicos da Produção Agropecuária	22	35	32	18	24	37	24	21
Trabalhadores na Exploração Agropecuária em Geral	1447	1405	1382	891	1157	1149	1144	846
Trabalhadores Agrícolas	10627	10521	7590	8133	7580	6642	5724	4423
Trabalhadores da Mecanização Agropecuária	294	358	313	391	462	409	432	442
Trabalhadores da Irrigação e Drenagem	9	4	0	0	3	6	9	1
Mecânicos de Manutenção de Maquinas Pesadas e Equipamentos Agrícolas	2	13	9	14	42	77	60	72

Fonte: MTE/CAGED (2014)

Elaboração: NASCIMENTO, R.C. 2014

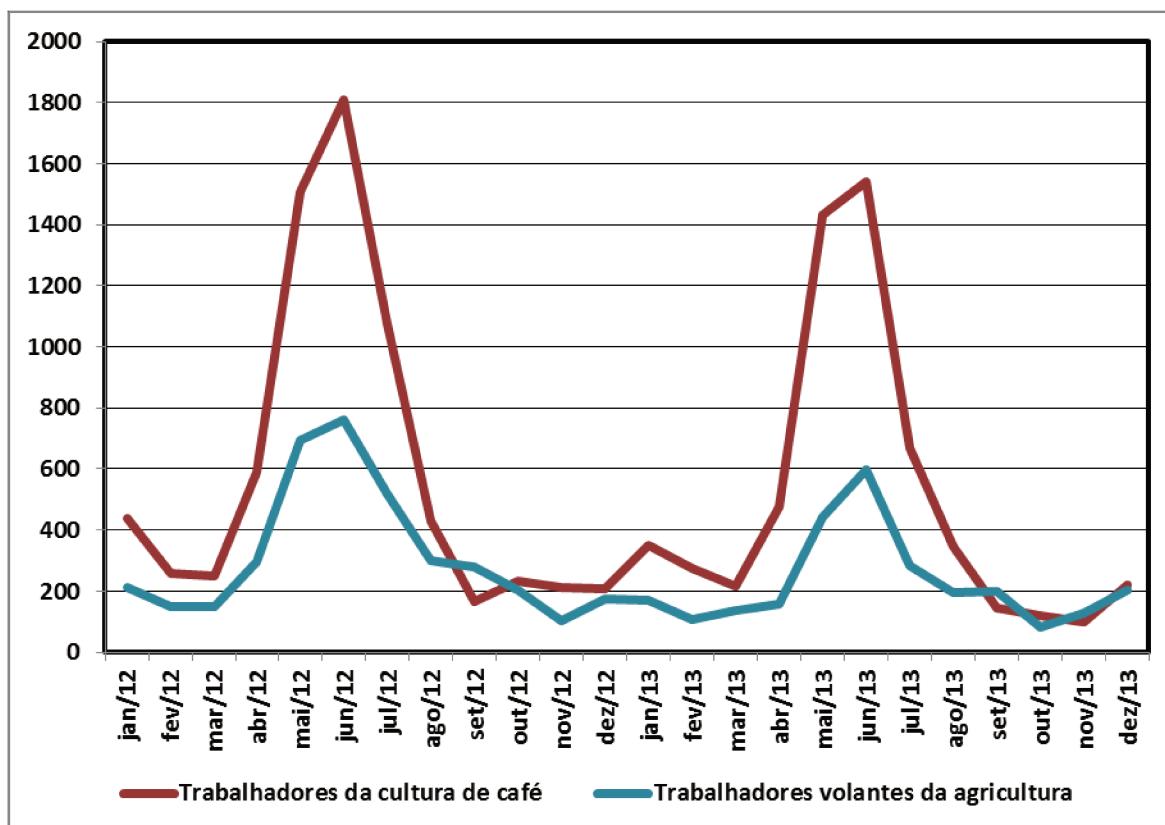
Percebe-se pela Tabela 2.6 um crescimento na contratação de profissionais ligados à área de gerência e administrativa (gerentes de produção e operações; profissionais de organização e administração de empresas e afins e técnicos das ciências administrativas). Este crescimento indica a forte presença de empresas do agronegócio em Patrocínio. Outro ponto a destacar é a presença de trabalhadores especializados na área de “pesquisa agrícola” e técnica, como: agrônomos e afins, biólogos e afins, técnicos em transportes, técnicos da produção agropecuária, mecânicos de manutenção de máquinas pesadas e equipamentos agrícolas e trabalhadores da mecanização agropecuária.

Devido ao alto custo da mão de obra e o aumento da tecnologia na produção, percebe-se um decréscimo nas profissões ligadas aos trabalhadores diretos, como: trabalhadores na exploração agropecuária em geral, trabalhadores agrícolas e trabalhadores de irrigação e drenagem.

Apesar do intenso uso dos sistemas técnicos agrícolas em Patrocínio, a produção de café ainda demanda um grande contingente de trabalhadores temporários durante o período da colheita, como: operadores de colheitadeiras, misturador de café, trabalhadores da colheita de café, trabalhadores volantes da agricultura, entre outros.

Como citado anteriormente, a dinâmica do mercado de trabalho nos municípios cafeeiros está diretamente atrelada à colheita de café entre os meses de abril e setembro (Gráfico 2.18).

Gráfico 2.18 - Dinâmica do mercado de trabalho agropecuário em Patrocínio entre os meses de janeiro de 2012 e dezembro de 2013



Fonte: MTE/RAIS (2014)

Elaboração: NASCIMENTO, R.C. 2014.

Percebe-se no Gráfico 2.18 que há um grande número de trabalhadores da cultura de café e volantes da agricultura contratados nos meses que iniciam o período de colheita de café, de abril a junho. Após este período, ocorre uma brusca redução destes profissionais do campo voltando a serem contratados novamente no ano seguinte durante a colheita.

Segundo Frederico (2010, p.19), “ao receber e emitir fluxos³⁷, as cidades do agronegócio passam a ser um mosaico de interações, devido ao estabelecimento de uma nova divisão social, técnica e territorial do trabalho”, de maneira a se caracterizarem também pelas desigualdades sócio-espaciais.

³⁷ As cidades do agronegócio recebem fluxos de toda ordem que perpassam seus territórios, “desde aqueles promovidos e controlados pelas grandes empresas, como fluxos de mercadorias, dinheiro, informação e profissionais qualificados, até a imigração de trabalhadores não qualificados atraídos pelos signos da modernidade” (FREDERICO, 2010, p. 19).

Como vimos anteriormente, os municípios que compõem a Região Cafeeira do Cerrado Mineiro – assim como em Patrocínio – tiveram um acelerado crescimento no processo de urbanização em decorrência do êxodo rural e da migração iniciada pelas políticas pretéritas do Estado. Tal movimento fez aumentar as desigualdades, sobretudo com relação ao acesso às estruturas urbanas básicas, como: moradia, escolas, postos de saúde, saneamento básico.

Por ser uma cidade do agronegócio, Patrocínio está sujeita a vulnerabilidade territorial (CASTILLO; FREDERICO, 2010a). Ressalta-se que a produção de café está vinculada aos mercados internacionais sob o comando de grandes corporações. A dependência destas cidades com relação à uma determinada produção hegemônica resulta numa maior instabilidade econômica.

De acordo com os dados do IBGE Cidades (2014), a incidência de pobreza em Patrocínio no ano de 2003 foi de 24,94% da população e 8,2% dos domicílios não possuíam saneamento básico adequado em 2010.

Em relação ao acesso à moradia, a partir da visita de campo foi observado no bairro Enéas de Aguiar, área periférica de Patrocínio, o programa do Governo Federal, “Minha Casa, Minha Vida” (Fotos 2.3 e 2.4). Esse programa habitacional visa facilitar o financiamento da casa própria para pessoas de baixa renda através da Caixa Econômica Federal. Para tanto, o programa conta com a parceria das três esferas de poder (federal, estadual e municipal).

Foto 2.3 - Placa do programa “Minha Casa, Minha Vida” em Patrocínio, 2013



Foto: NASCIMENTO, R.C. 2013.

Foto 2.4 - Casas do programa “Minha Casa, Minha Vida” em Patrocínio, 2013



Foto: NASCIMENTO, R.C. 2013.

Apesar da efetivação do programa quanto à implantação de algumas infraestruturas na área, como: asfalto, energia elétrica, água encanada e esgoto sanitário, pouco é investido no local onde as novas casas estão inseridas. No bairro, não há postos de saúde ou unidades de educação infantil, e apenas uma linha de ônibus que dá acesso ao centro da cidade e aos serviços essenciais.

Um fato que chamou a atenção é o movimento especulativo do mercado imobiliário, que se apropriou da infraestrutura instalada pelo Programa para promover a venda futura de grandes lotes próximos ao local (Foto 2.5). No bairro, enquanto uma casa do programa do governo federal custava em torno de 20 mil reais, um lote particular no mesmo bairro custava em média 60 mil reais.

Foto 2.5 - Infraestrutura realizada pelo programa “Minha Casa, Minha Vida” em Patrocínio, 2013



Foto: NASCIMENTO, R.C. 2013.

Em relação ao acesso a saúde, Patrocínio conta com 71 estabelecimentos, porém nenhum dos estabelecimentos públicos possui serviço de internação, emergências cirúrgicas e equipamentos de hemodiálise (IBGE, 2010). Para os atendimentos clínicos específicos, o morador de Patrocínio precisa se deslocar para as cidades de Uberaba/MG, Uberlândia/MG ou Belo Horizonte/MG.

2.5 O “Sistema Café do Cerrado” e a Federação dos Cafeicultores do Cerrado

O Sistema Café do Cerrado consiste na integração entre as associações e as cooperativas representativas dos produtores de café da Região Cafeeira do Cerrado Mineiro. O sistema é gerido pela Federação dos Cafeicultores, e sua dinâmica se dá através da Fundação de Desenvolvimento do Café do Cerrado (Fundacer) e pelo processo de “Denominação de Origem Região do Cerrado Mineiro”.

Como ressaltado anteriormente, com a liberalização do mercado cafeeiro no final da década de 1980, os preços internacionais chegaram aos níveis históricos mais baixos o que gerou uma grave crise para os produtores brasileiros.

Na busca de novas alternativas, os cafeicultores do Cerrado Mineiro passaram a agregar os atributos naturais da região como estratégia de diferenciação, através da origem e qualidade da bebida, com o intuito de adquirir vantagens competitivas no mercado internacional (SAES et al., 1997).

Naquele momento, ressalta-se o papel da empresa italiana de torrefação *Illy-caffè*. A queda do preço do café no mercado internacional no início da década de 1990 refletiu também na queda da qualidade do café brasileiro (SAES et al., 1997). Em 1991, com o intuito de estimular a qualidade da bebida e de identificar os melhores cafés no mercado brasileiro, a torrefadora *Illy-caffè* instituiu um concurso anual, denominado de “Prêmio Brasil de Qualidade do Café para *Espresso*”. Segundo Saes et al. (1997), o sucesso dos cafeicultores do Cerrado Mineiro neste concurso serviu como recurso de *marketing* para promover a qualidade da bebida da região.

Para tanto, as associações locais³⁸ se uniram e fundaram o Conselho das Associações de Cafeicultores do Cerrado (CACCER) (SAES et al., 1997). O objetivo do CACCER, atual Federação dos Cafeicultores do Cerrado, é de representar os interesses dos cafeicultores inseridos no “Sistema Café do Cerrado” na perspectiva política, comercial, social, de *marketing* e pesquisa.

As funções executivas do CACCER são desempenhadas pelo presidente e pelos gerentes contratados de cada associação. Os diretores eleitos não são remunerados e cada associação possui o direito de ter ao menos dez representantes na direção do CACCER (SAES et al., 1997).

³⁸ A criação do CACCER se deu através da iniciativa da: Associação dos Cafeicultores de Araguari (ACA); Associação dos Cafeicultores de São Gotardo (ASSOGOTARDO); Associação dos Cafeicultores da Região de Patrocínio (ACARPA); Associação dos Cafeicultores de Carmo do Paranaíba (ASSOCAFÉ) e da Associação dos Cafeicultores de Monte Carmelo (AMOCA).

Das atividades desenvolvidas pelo CACCER, destaca-se a obtenção no ano de 1995 da primeira certificação de Indicação de Procedência³⁹ para os cafés da região do Cerrado Mineiro, sendo criada a marca “Café do Cerrado” (ORTEGA; JESUS, 2009b). A certificação se deu por meio da Indicação de Procedência reconhecida pelo INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial). Em 2005, a Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI) reconheceu o Cerrado Mineiro como região produtora de café, se tornando a primeira região mundial nesse segmento em obter a Indicação Geográfica (SAES, 2008).

A marca “Café do Cerrado” está inserida no “Sistema Café do Cerrado” que, atualmente, possui 4.500 produtores, distribuídos nos 55 municípios que compõem a Região Cafeeira do Cerrado Mineiro, englobando associações e cooperativas filiadas à Federação, além da fundação de pesquisa.

Como vimos anteriormente, as associações surgiram em meados da década de 1980 devido à falta de uma organização política voltada aos interesses dos cafeicultores locais. No caso das cooperativas, elas surgiram no início da década de 1990 a partir da aquisição de um armazém no município de Patrocínio (ORTEGA; JESUS, 2011).

A aquisição deste armazém resultou na fundação da Cooperativa dos Cafeicultores do Cerrado (COOCACER) de Patrocínio, em 1993, o que impulsionou a formação de outras cooperativas da região, como: a COOCACER - Cooperativa de Produção dos Cafeicultores do Cerrado de Araguari, em 1993; COPERMONTE - Cooperativa Agrícola de Monte Carmelo, em 1995; COOCACER - Cooperativa dos Cafeicultores do Cerrado Monte Carmelo, em 1997; COOCACER - Cooperativa dos Cafeicultores do Cerrado Núcleo Carmo do Paranaíba, em 2002.

Em 1993, a partir da união dos integrantes do “Sistema Café do Cerrado” foi criada a Central das Cooperativas dos Cafeicultores do Cerrado Mineiro – EXPOCACCER -. A EXPOCACCER tem como objetivo operacionalizar a logística e a comercialização de café de todas as cooperativas e associações filiadas. Além de representar politicamente a região do

³⁹ No Brasil, a Lei no 9.279/96 estabelece duas modalidades de indicações geográficas: a Indicação de Procedência e a Denominação de Origem. Indicação de procedência é considerada o nome geográfico de um país, cidade da região ou da localidade do seu território, que tenha se tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou prestação de serviço. Na denominação de origem, o nome geográfico designa produto ou serviço cujas características ou qualidades se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos aí os fatores naturais e humanos (SEBRAE, 2013).

Cerrado Mineiro, como na feira internacional de cafés especiais: a *Specialty Coffee Association of America* (SCAA⁴⁰) (SAES et al., 1997).

Com o fortalecimento das cooperativas de café, outras cooperativas agrícolas (leite, insumos, máquinas, cereais, grãos) da região passaram a atender o café passando a integrar ao “Sistema Café do Cerrado”, como: a CAPAL - Cooperativa Agropecuária de Araxá, de 1958; a COOPA - Cooperativa de Patrocínio, de 1961; a CARPEC – Cooperativa Agropecuária de Carmo do Paranaíba, de 1964; e a COAGRIL - Cooperativa Agrícola de Unaí, de 1985.

As entidades representativas do Sistema Café do Cerrado são mantidas por meio de financiamentos mensais. O valor da contribuição é diretamente proporcional ao tamanho das propriedades dos produtores e de outras fontes de receitas. Para tanto, as propriedades rurais são enquadradas da seguinte forma: minifundistas — até 10 hectares; pequenos cafeicultores — de 10 a 20 hectares; médios cafeicultores — de 20 a 50 hectares; e grandes cafeicultores — acima de 50 hectares (ORTEGA; JESUS, 2011).

O Sistema Café do Cerrado engloba também a Fundação de Desenvolvimento do Café do Cerrado (Fundacer), fundada no ano de 1999. A função da Fundacer é fomentar linhas de pesquisa para a produção de cafés especiais (FEDERAÇÃO DOS CAFEICULTORES, 2014).

Portanto, o Sistema Café do Cerrado possui sete associações, nove cooperativas e uma instituição de pesquisa (Quadro 2.2).

⁴⁰ “A SCAA (Associação Americana de Cafés Especiais) utiliza uma ampla definição sobre os cafés especiais, sempre com foco central em alta qualidade, partindo da análise do tipo, origem e cuidados no trato do produto do grão verde, passando pelas técnicas e resultados apurados na torrefação e preparo da bebida” (SEBRAE, 2013).

Quadro 2.2 - Associações⁴¹ e Cooperativas do Sistema Café do Cerrado

Sistema Café do Cerrado		
Municípios	Associações	Cooperativas
Araguari	ACA - Associação dos Cafeicultores de Araguari	COOCACER - Cooperativa de Produção dos Cafeicultores do Cerrado de Araguari
Araxá		CAPAL - Cooperativa Agropecuária de Araxá
Carmo do Paranaíba	ASSOCAFÉ - Associação dos Cafeicultores de Carmo do Paranaíba	COOCACER - Cooperativa dos Cafeicultores do Cerrado Núcleo Carmo do Paranaíba CARPEC – Cooperativa Agropecuária de Carmo do Paranaíba
Monte Carmelo	AMOCA - Associação dos Cafeicultores de Monte Carmelo	COOCACER - Cooperativa dos Cafeicultores do Cerrado Monte Carmelo Ltda COPERMONTTE - Cooperativa Agrícola de Monte Carmelo
Patrocínio	ACARPA - Associação dos Cafeicultores de Patrocínio; APPCER - Associação dos Pequenos Produtores do Cerrado	COOPA - Cooperativa de Patrocínio EXPOCACCER – Cooperativa dos Cafeicultores do Cerrado
São Gotardo	ASSOGOTARDO - Associação dos Cafeicultores de São Gotardo	
Unaí	ACANOR - Associação dos Cafeicultores do Noroeste Mineiro	COAGRIL - Cooperativa Agrícola de Unaí

Fonte: FEDERAÇÃO DOS CAFEICULTORES (2013).

Elaboração: NASCIMENTO, R.C. 2013.

⁴¹ A ACA possui 200 associados; a ASSOCAFÉ, 57 associados, AMOCA, 77 associados; ACARPA, 480 associados; APPCER, 57 associados; ASSOGOTARDO, 19 associados; e a ACANOR, 36 associados (FEDERAÇÃO DOS CAFEICULTORES, 2014).

As associações diferem-se das cooperativas por serem órgãos políticos representantes dos interesses de seus associados. Elas não possuem meios legais para exercer ações mercantis (ANDRADE, 1994). As cooperativas, por sua vez, são responsáveis pelos aspectos referentes à comercialização da produção: operações de vendas futuras; Adiantamento de Contratos de Câmbio (ACC) nas operações de exportação; busca por menores tributações e maiores facilidades de crédito; transporte e armazenagem (SAES et al., 1997).

Em 2009, o CACCER passou a ser chamado de Federação dos Cafeicultores do Cerrado. O intuito desta mudança foi facilitar a comunicação com o mercado devido às diversas nomenclaturas de terminação “CER” na região. Em 2010, a Federação firmou uma parceria com a empresa de consultoria, a *Be Consulting*, para formular um projeto de estratégia de reposicionamento da marca “Região do Cerrado Mineiro”. A partir de então surgiram os três pilares expressos na logomarca do Sistema Café do Cerrado (Figura 2.2) (FEDERAÇÃO DOS CAFEICULTORES, 2012).

Figura 2.2 - Logomarca “Região do Cerrado Mineiro”



Fonte: FEDERAÇÃO DOS CAFEICULTORES (2014).

Os três pilares expressos na logomarca são: *integrar* (a região e os produtores), que é representada pela colmeia; *desenvolver* (novos negócios, novas formas de produzir café), representada pela folha; e *conectar* (produtores com as torrefadoras), representada pela cereja.

Com a ativação da marca, a Federação criou o Departamento de Inteligência de Mercado com o objetivo de desenvolver novos projetos e ações capazes de gerar e capturar valor para o Sistema Café do Cerrado (FEDERAÇÃO DOS CAFEICULTORES, 2012).

No ano de 2009, o ainda CACCER em parceria com o SEBRAE-MG, estruturaram um projeto junto ao INPI para a obtenção do selo de “Denominação de Origem”. Em 2014, já como Federação dos Cafeicultores do Cerrado, o INPI concedeu o selo “Denominação de Origem”, tornando-se assim, a primeira região a receber o selo de origem para cafés no Brasil, a exemplo dos vinhos franceses (FEDERAÇÃO DOS CAFEICULTORES, 2014).

Para vincular o selo de origem ao produto (Foto 2.6), é necessário que o produtor passe por uma série de critérios e exigências, como: a propriedade deve estar inserida num dos 55 municípios cafeeiros pertencentes a “Denominação de Origem Região do Cerrado Mineiro”; o produtor deve estar associado e ter as suas obrigações em dia com uma das associações e/ou cooperativas credenciadas à Federação; a lavoura deve ser formada por café da espécie *Coffea arabica* e estar situada a, no mínimo, 800 metros acima do nível do mar; o produtor precisa assinar o termo de responsabilidade, na qual respeitará a legislação brasileira vigente nas esferas ambiental, social e trabalhista; o lote de café necessita ser depositado em uma cooperativa ou armazém credenciado pela Federação; o café deve ser analisado pelo árbitro de prova de café e pontuar no mínimo 80 pontos segundo a metodologia da Associação de Cafés Especiais – SCAA (FEDERAÇÃO DOS CAFEICULTORES, 2014).

Foto 2.6 - Embalagem de café 100% arábica para exportação com o selo de Indicação Geográfica* da “Região do Cerrado Mineiro”– 2014



*até aquele momento, março de 2014, os produtos ainda não possuíam o selo D.O para a “Região do Cerrado Mineiro”.

Foto: NASCIMENTO, R. C. 2014.

O logo a seguir apresenta a estrutura organizacional do “Sistema Café do Cerrado”, com a Federação no centro da estrutura cafeeira (Figura 2.3).

Figura 2.3- Estrutura organizacional do “Sistema Café do Cerrado”



Fonte: FEDERAÇÃO DOS CAFEICULTORES (2014).

Com o intuito de promover a união das cooperativas e associações, a Federação realiza diversas saídas de campo e encontros em feiras e seminários promocionais sobre o café, como o Seminário do Café do Cerrado Mineiro⁴². Além dos diversos planos e programas junto aos produtores, com o propósito de garantir a origem, a valorização da qualidade do produto e a rastreabilidade dos grãos de café da região, como por exemplo: o Programa de Qualidade do Café⁴³ (FEDERAÇÃO DOS CAFEICULTORES, 2013).

⁴² O Seminário do Café do Cerrado Mineiro é realizado anualmente no município de Patrocínio, em parceria entre a Federação com a ACARPA (Associação dos Cafeicultores de Patrocínio).

⁴³ O Programa de Qualidade do Café promove ações de workshops em pós-colheita; formação do Time de qualidade do café; diagnóstico em cooperativas filiadas a Federação com foco em rastreabilidade. Além de contar com diversos parceiros, como: a Universidade de Lavras, Sebrae e Agrocert (FEDERAÇÃO DOS CAFEICULTORES, 2013).

No projeto *EDUCAMPO* – Café, em parceria com o SEBRAE-MG, a Federação promove ações de assistência técnica e gestão de negócios visando principalmente aos pequenos produtores, com a intenção de torná-los aptos a gerir sua atividade. Atualmente, o projeto abrange mais de 300 propriedades e conta com mais de 20 profissionais na área de agronomia para auxiliar os produtores (FEDERAÇÃO DOS CAFEICULTORES, 2013).

A Federação realiza ainda diversas ações de *marketing* por meio da participação em feiras nacionais e internacionais e da divulgação e veiculação periódica em publicidades voltadas ao setor cafeeiro. Além de estabelecer uma parceria com a Universidade Federal de Lavras na elaboração do diagnóstico de pós-colheita e de rastreabilidade das propriedades cafeeiras da Região Cafeeira do Cerrado Mineiro. O intuito deste diagnóstico é de fazer um mapeamento da qualidade do grão na região. Até o presente momento foram mapeadas aproximadamente 200 propriedades.

A emergência dos cafés especiais: certificações e novos atores e estratégias de produção/comercialização

3.1 A emergência dos cafés “especiais”: surgimento e proliferação das certificadoras

Após o fim da Segunda Guerra, o mercado mundial de café *commodity* passou a ser controlado pelas grandes empresas de torrefação e moagem e *tradings*. Nos EUA, este controle culminou no enfraquecimento e na exclusão de boa parte das pequenas torrefadoras existentes naquele país, como abordado no Capítulo 2.

Como alternativa a este modelo e como uma forma de se inserir novamente no mercado de café, entre as décadas de 1960 e 1970, pequenas torrefadoras dos EUA passaram a produzir e comercializar cafés de qualidade superior – os chamados cafés especiais (TALBOT, 2004).

Para que se tenha um café de qualidade superior é necessário que as regiões produtoras possuam uma combinação ideal entre clima e solo. Com a junção destes dois elementos naturais, somados com o modo de produção, é possível que as regiões consigam produzir um café com características diferenciadas ou até mesmo exclusivas, a exemplo da produção dos vinhos franceses.

De maneira a garantir a qualidade do produto, as pequenas torrefadoras dos EUA passaram a comprar pequenos lotes de cafés em diferentes regiões produtoras, chegando a pagar preços bem acima do praticado pelo mercado (TALBOT, 2004).

O preparo destes cafés era feito de forma artesanal, sem mistura de lotes e servido pelas próprias torrefadoras ou por pequenos comerciantes. Como o valor do custo da comercialização era muito alto (produtor/torrefador), os preços dos cafés especiais eram cobrados acima dos praticados nos supermercados. Sendo assim, os consumidores de alta renda dos grandes centros urbanos localizados nos países desenvolvidos eram os principais clientes deste tipo de mercado.

Afim de aumentar a oferta de café de alta qualidade, as torrefadoras especializadas passaram a trocar informações com os produtores sobre modos de produção ideais para cafés de alta qualidade. A crescente demanda por certos tipos de cafés estimulou o aumento da oferta, propiciando a abertura de um canal alternativo de comercialização.

No ano de 1982, com o intuito de promover e verificar os cafés de alta qualidade, 40 pequenas torrefadoras de café dos EUA se organizaram e formaram a *Specialty Coffee Association of America* (SCAA). Atualmente, a Associação é a responsável por estabelecer os padrões com referência mundial para cultivo, torrefação e fabricação de cafés especiais. A partir dos padrões estabelecidos pela SCAA, o degustador de café - profissional responsável pela

verificação -, atribui uma determinada pontuação aos grãos. A SCAA possui mais de 2.600 membros ao redor do mundo, desde organizações de produtores, empresas de torrefação artesanal, comerciantes e até mesmo grandes empresas, como a Starbucks (SCAA, 2014).

A produção de cafés especiais iniciada na década de 1970 se insere no contexto da emergência de um “novo espírito do capitalismo”, abordado pelos autores franceses Boltanski e Chiapello (2009), que foi denominado por Žižek (2011) de “capitalismo cultural”. Isto é, com relação ao consumo, “compramos mercadorias não pela utilidade ou pelo símbolo de *status*; compramos para ter a experiência que oferecem, consumimos para tornar a vida prazerosa e significativa” (ŽIŽEK, 2011, p. 53).

Ao exemplificar o termo “capitalismo cultural”, Žižek (2011) aponta para uma campanha publicitária da empresa Starbucks que foi anunciada numa página do *USA Today*, no mês de maio de 2009.

Quando você compra na Starbucks, percebendo ou não, você passa a acreditar em algo muito maior do que uma xícara de café. Passa a acreditar em uma ética do café. Com nosso programa [Planeta Compartilhado da Starbucks], compramos mais café do comércio justo do que qualquer outra empresa do mundo, garantindo que os agricultores que cultivam os grãos recebam um preço justo por seu trabalho. Aprimoramos e investimos em comunidades e práticas de cultivo de café no mundo inteiro. É o *karma* bom do café. [...] Ah, e parte do preço de uma xícara de café da Starbucks ajuda a dar ao lugar cadeiras confortáveis, boa música e o clima certo para sonhar, trabalhar e conversar. Todos precisamos de lugares assim hoje em dia [...] Quem escolhe a Starbucks compra uma xícara de café de uma empresa que se importa com tudo isso. Não admira que seja tão gostoso (ŽIŽEK, 2011, p. 54).

O autor relata ainda de que maneira tal propaganda realizada pela Starbucks revela nos mínimos detalhes como ocorre o excedente “cultural”:

o café é mais caro que em qualquer outro lugar porque, na verdade, o que estamos comprando é a “ética do café”, e isso inclui preocupação com o meio ambiente, responsabilidade social para com os produtores e um lugar onde podemos participar da vida comunitária (a Starbucks sempre apresentou suas lojas como uma comunidade *Ersatz* [substituta]. E, como se não bastasse, se a sua necessidade ética ainda não estiver satisfeita e você continuar preocupado com a miséria do Terceiro Mundo, você pode comprar outros produtos (ŽIŽEK, 2011, p. 54).

Portanto, no “capitalismo cultural”, o consumo incorpora os movimentos contraculturas existente na década de 1960 – críticas à alienação da vida cotidiana, a mercantilização do consumo, a inautenticidade da sociedade de massas, entre outras –, para ser ressignificado sob a retórica igualitária de uso corporativo (ŽIŽEK, 2011).

De acordo com Talbot (2004), no ano de 1979, havia cerca de 40 pequenas torrefadoras nos Estados Unidos que produziam e comercializavam cafés especiais. No ano de 1989, o número saltou para 385 torrefadoras; e, em 1999, para 1.200 torrefadoras. No ano de 1979, a venda de cafés especiais no mercado norte-americano ficou estimada em 750 milhões de dólares. Já, em 1989, o valor de venda passou para 1,5 bilhões de dólares; para registrar, em 1999, 5,4 bilhões de dólares. O autor revela ainda que, em 1998, o café especial chegou a ser responsável por cerca de 18% do total da importação de café verde dos EUA. Segundo Bacon (2008), o mercado de cafés especiais norte-americano cresce cerca de 5 a 10% ao ano.

No mercado mundial de cafés especiais, outro elemento proveniente desse “novo espírito do capitalismo” e que se tornou a expressão máxima do “capitalismo cultural”, é o surgimento e a proliferação das certificadoras. O papel das certificadoras é estabelecer as diversas normas e padrões em todas as etapas e agentes do processo produtivo.

Para Ponte (2004), as certificações podem ser classificadas em três categorias: *compulsória*, *voluntária* e *privada*. As normas *compulsórias* remetem a regulamentação de cunho legal, por meio de leis, decretos, entre outros. As normas *voluntárias* são decorrentes de práticas ou exigências do mercado como resposta à solicitação do consumidor (como no rótulo ecológico, como nos produtos orgânicos) ou de iniciativa de ONG's (e.g. *FLO* junto ao mercado do Comércio Justo). Estas, geralmente, são verificadas por meio de auditoria. As normas *privadas* são monitoradas e elaboradas pela própria empresa, sem a participação de terceiros, acarretando num menor grau de transparência e participação das partes afetadas (*Nespresso AAA Sustainable Quality*, da empresa Nestlé; e a *Starbucks' Coffee and Farmer Equity Practices - CAFE Practices*, da empresa *Starbucks Coffee Company*).

Em 2010, 16% da produção mundial de café foi vendida com algum tipo de certificação ou verificação. As vendas de cafés especiais foram estimadas em quase 12 milhões de sacas, equivalente a 9% do consumo mundial de café. Os principais consumidores foram os países europeus e os EUA. De acordo com os dados do TCC (2012), são mais de 100 milhões de pessoas envolvidas na produção e no processamento do café. Destes, 25 milhões são pequenos produtores que dependem diretamente da produção de café para sua subsistência.

Sendo assim, os cafés especiais podem ser classificados de acordo com suas características, capazes de agregar fatores *tangíveis* – físicos (tamanho do grão, variedades, cor); sensoriais (sabor, corpo, aroma) e químicos (umidade e cafeína) – e *intangíveis* - quando há

agregação de valor final ao produto por meio de normatizações e padronizações estabelecidas pelas certificadoras (Denominação de Origem, *FLO-Cert*, *UTZ Certified*, *4C Association*, *Rainforest Alliance*, *Nespresso AAA*, *BSCA – Brazil Specialty Coffee Association*, *CAFE Practices*).

A produção dos cafés sombreados, orgânicos e do Comércio Justo segue especificações técnicas e normativas pautados no ideário da “sustentabilidade” e do comércio “socialmente justo” de forma a atender às exigências dos consumidores dos países centrais (SOUZA, 2006). Segundo Castillo (2008), a partir da globalização o discurso da “sustentabilidade” tornou-se uma dimensão política das empresas. Estas, por sua vez, se apropriaram do conceito e o transformaram num negócio, seja para o mercado financeiro (créditos de carbono) bem como inundando as prateleiras nos grandes mercados varejistas, como: *Wall Mart Stores Incorporated*, *Starbucks Coffee Company*, *Green Mountain Coffee Roasters*.

Deste modo, outro fator de extrema relevância em relação à ascensão econômica do mercado de cafés especiais - principalmente aos ditos “sustentáveis” -, é quanto a maior proximidade das grandes empresas de torrefação e moagem e *tradings*, que inicialmente não possuíam qualquer interesse por este mercado, com as principais certificadoras do segmento, como: *Rainforest Alliance*, *UTZ*, *4C* e Comércio Justo, que veremos mais adiante.

A certificadora *Rainforest Alliance* surgiu em 1986, nos EUA, a partir de um grupo de ambientalistas preocupados com o desmatamento das florestas tropicais (Figura 3.1). A primeira plantação de café a ser certificada pela *Rainforest Alliance* se deu somente no ano de 1995, na Guatemala.

Figura 3.1 - Selo Rainforest Alliance-certified Coffee



A *Rainforest Alliance* é um programa que leva em conta os critérios sociais, ambientais e econômicos pautados no ideário da “sustentabilidade”. A certificadora é credenciada pela Rede de Agricultura Sustentável⁴⁴, responsável por gerar os sistemas de certificação dentro das normas da Agricultura Sustentável, aplicável a pequenos, médios e grandes produtores. A certificadora não possui preço mínimo para os produtores e seu *blend* é composto por pelo menos 30% de produto certificado (RAINFOREST ALLIANCE, 2014).

Segundo os dados da IMAFLORA, parceira da *Rainforest Alliance* no Brasil, no ano de 2011, havia 55 fazendas de café certificadas que ocupavam 96.500 ha, com área média de 1.755 ha. A menor possuía 128 ha e a maior 14.000 ha. Dentre estas, 73% são consideradas de grande porte (maior que 450 ha ou 15 módulos fiscais) e 27% médio porte (entre 120 e 450 ha). Quanto às fazendas certificadas em grupos, que variam entre 04 até 45 membros formando ao todo 11 grupos, naquele mesmo ano, havia 144 fazendas de café certificadas que ocupavam um total de 34.370 ha, com área média de 235 ha por fazenda. A menor possuía 3,80 ha e a maior 2.773 ha. Neste tipo de certificação, mais da metade dos produtores possuem minifúndios (até um módulo fiscal) ou pequenas fazendas (com até 120 ha), 35% eram de médias propriedades e 15% em grandes propriedades. Em 2012, o Brasil exportou 704 mil toneladas de café que continha o selo da *Rainforest Alliance*, os principais destinos foram: a Europa, EUA e Japão (IMAFLORA, 2014).

De acordo com Courville (2008), o volume de cafés certificados pela *Rainforest Alliance* entre os anos de 2002 e 2005 obteve um crescimento de 174%, saindo de 10 mil toneladas em 2002; para registrar, em 2005, 27 mil toneladas aproximadamente. Esta expansão contou com a participação das empresas líderes do setor de café, como: a *Kraft*, a *Procter & Gamble* e a *Lavazza*. Até aquele momento (2008), os cafés certificados pela *Rainforest Alliance* estavam presentes em mais de 20 mil lojas de varejo e escritórios corporativos localizados na América do Norte, Europa e Japão.

Dentre as principais empresas do varejo, destaca-se o McDonald's do Reino Unido, que em 2009 passou a comercializar os cafés com o selo *Rainforest Alliance*. Em apenas seis meses,

⁴⁴ A Rede de Agricultura Sustentável é uma coalizão de organizações conservacionistas autônomas e sem fins lucrativos que gera a sustentabilidade socioambiental das atividades agrícolas por meio do desenvolvimento de uma norma e da certificação de propriedades que atuam de acordo com a norma (RAINFOREST ALLIANCE, 2014).

com as vendas dos cafés certificados, a empresa de alimentos obteve um crescimento de 15% somente naquele país (CHAGAS *et al.*, 2009).

A empresa *Kraft/Philip Morris* é a maior compradora dos cafés certificados pela *Rainforest Alliance*. Em 2010, a empresa comprou mais de 50 mil toneladas de cafés certificados.

Até o ano de 2015, a empresa *Kraft* planeja a certificação de todo o seu café vendido na Europa, o equivalente a cerca de 30% do seu volume total (TCC, 2012). A empresa *Tchibo* também planeja para o ano de 2015 certificar 25% de todo o seu café de acordo com as normas da *Rainforest Alliance*, *UTZ*, orgânico e Comércio Justo (TCC, 2012).

A certificadora *UTZ*⁴⁵ (Figura 3.2) foi fundada na década de 1990, a partir da iniciativa de um produtor belga-guatemalteco e um torrador de café holandês. Atualmente, a sua sede está localizada na Holanda.

Figura 3.2 - Selo UTZ Certified



A *UTZ-Certified* utiliza-se de um código de conduta que atende aos padrões da *EurepGAP*⁴⁶, tendo como base as “Boas Práticas Agrícolas” (UTZ-CERTIFIED, 2013). Segundo Ponte (2004), o código de conduta “Boas Práticas Agrícolas” contém critérios para a gestão dos solos; o uso de fertilizantes; manejo integrado de pragas; gestão de resíduos de poluição; saúde do trabalhador; segurança e bem-estar e outros aspectos socioeconômicos e culturais.

⁴⁵ O nome “*UTZ Kapeh*” significa “café bom”, na língua maia Quiché. Em maio de 2007, a certificadora modificou seu nome de *Utz Kapeh* para *UTZ Certified Good Inside* (UTZ-CERTIFIED, 2013).

⁴⁶ O protocolo *EUREP-GAP* para boas práticas agrícolas constitui a base do código de conduta. Há vários anos, varejistas líderes europeus se reuniram no para harmonizar suas normas agrícolas, frutas e produtos hortícolas. Isto se tornou conhecido como o protocolo *EUREP-GAP*. O protocolo foi desenvolvido por mais de 20 principais varejistas europeus e agora é parte da estratégia de *sourcing*, fornecendo uma garantia mínima de boas práticas agrícolas e condições sociais (PONTE, 2004 p.15).

A *UTZ* utiliza o sistema de rastreabilidade em seus produtos. Este sistema informacional permite detalhar ao comprador - via web - todo o percurso realizado pelo café desde o produtor até a torrefadora.

Inicialmente, a *UTZ* não possuía a política de premiação para os seus produtores. Entretanto, em 2003, a *UTZ* criou o sistema de premiação especificamente à produção de produtos “sustentáveis”. A premiação adotada pela *UTZ* tem como referência os preços nas Bolsas de Nova York e Londres, sendo atribuído a qualidade e o investimento em “sustentabilidade” (PONTE, 2004).

Segundo o relatório anual da *UTZ-Certified*, em 2011, a certificadora possuía mais de 160 mil produtores de café. O relatório informa ainda que naquele ano a *UTZ* distribuiu aos produtores certificados um total de 12 milhões de dólares em premiação. Os cafés certificados pela *UTZ* são cultivados em 23 países e vendidos em mais de 50 países.

De acordo com *International Trade Centre* (2013), em 2012, a produção de café com certificação *UTZ* ficou estimada em 715 mil toneladas. A empresa *Sara Lee* é a sua maior compradora. Em 2009, a empresa comprou mais de 26 mil toneladas de café certificados pela *UTZ*.

O Código Comum para a Comunidade Cafeeira (4C) (Figura 3.3) é uma certificadora que surgiu na Alemanha no ano de 2003, a partir da iniciativa da *Deutsche Gesellschaft fuer Technische Zusammenarbeit* (GTZ), em nome do Ministério Alemão de Cooperação Econômica e Desenvolvimento (BMZ), e da Associação Alemã do Café (DKV). O objetivo da 4C é de coordenar todos os setores produtivos do café através do ideário da “sustentabilidade” (4C ASSOCIATION, 2014).

Figura 3.3 - Selo 4C



A parceira realizada na 4C é público-privada, possuindo mais de 70 representantes vinculados a organizações não governamentais e governamentais, associações e cooperativas, grandes empresas de torrefação do setor e *tradings* (4C ASSOCIATION, 2014).

Segundo a revista *AgroAnalysis* (2007), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), no ano de seu surgimento, a 4C recebeu investimentos da ordem de 3,5 milhões de euros de empresas, como: *Nestlé*, *Kraft*, *Sara Lee*, *Tchibo*, *Neumann Group*, entre outros. Para aderir a 4C, os produtores, intermediários e as grandes empresas devem contribuir anualmente com um determinado valor correspondente ao tamanho da empresa.

As visitas nas propriedades são realizadas por empresas independentes que verificam se elas estão em conformidade com as normas e os padrões pré-estabelecidos pela certificadora. Para tanto, a 4C utiliza sorteios como critério de seleção para a realização destas visitas, o método adotado leva em conta a metade da raiz quadrada do número de cafeicultores de uma determinada unidade (4C ASSOCIATION, 2014).

De acordo com o relatório anual da 4C, no ano de 2012, a certificadora possuía cerca de 800 mil agricultores e trabalhadores e 299 unidades registradas em 21 países. Na safra 2011/2012 para o mês de setembro, foram produzidos cerca de 2,5 milhões de cafés certificados 4C, o que corresponde a 152 mil toneladas, mais do que o triplo da safra anterior para o mesmo mês. Naquele ano, o volume total de café com certificação 4C foi de 1,7 milhões de toneladas, tornando-a a certificadora líder em produção de café.

Em relação ao Brasil, o país foi responsável por produzir cerca de 980 mil toneladas em 568 mil hectares certificados pela 4C. Atualmente, o país possui 23 unidades certificadas (4C ASSOCIATION, 2014).

Concomitantemente ao crescimento das principais certificadoras voluntárias no mercado de cafés especiais, ocorreu a proliferação de diversas certificadoras privadas, principalmente

aquelas ligadas às grandes empresas, como: a *Nespresso AAA*, da Nestlé; e o *CAFE Practices*, da Starbucks.

No ano de 2003, a empresa Nestlé lançou o programa de certificação *Nespresso AAA* (Figura 3.4), cujo objetivo é promover a produção e o fornecimento de cafés de alta qualidade através do ideário da “sustentabilidade”. Para tanto, o programa conta com a parceria da certificadora *Rainforest Alliance*, membro da Rede de Agricultura Sustentável (NESPRESSO, 2014).

Figura 3.4 - Selo AAA



Em 2009, a marca *Nespresso* firmou o compromisso que até o final de 2013, 80% dos seus cafés seriam certificados pelo programa AAA em parceria com a *Rainforest Alliance*. Naquele ano foram certificados 84% dos cafés *Nespresso*. A demanda para este tipo de café é de 35% ao ano (NESPRESSO, 2014). Para tanto, o programa AAA conta com a participação de mais de 62 mil produtores em oito países.

Tal sucesso fez com que a Nestlé projetasse uma maior expansão no mercado de cafés especiais. Até o ano de 2020, a empresa irá certificar mais de 90 mil toneladas de café produzidas para a marca Nescafé. Além da parceria AAA e *Rainforest Alliance*, a empresa certifica ainda os seus cafés de acordo com as normas e padrões do Comércio Justo, *UTZ*, orgânico e 4C (TCC, 2012).

A empresa *Starbucks* (Figura 3.5), de Seattle, EUA, surgiu em 1971, como uma pequena torrefadora de café com princípios alternativos de comercialização ao modelo praticado pelas grandes empresas. A *Starbucks* prima pela qualidade dos grãos de café, sendo vendidos frescos e torrados.

Figura 3.5 - Selo Starbucks



Atualmente, a empresa possui uma das maiores redes de cafeterias do mundo, com mais de 18 mil lojas em 62 países. A *Starbucks* é a sétima maior empresa torrefadora do mundo. Além da comercialização de cafés especiais, a empresa comercializa também chá, água engarrafada, licores e entretenimento musicais⁴⁷ (STARBUCKS, 2014).

No ano de 2004, a *Starbucks* lançou, em parceria com a *SCS Global Services (Scientific Certification Systems)*⁴⁸, a certificação *CAFE Practices (Coffee and Farmer Equity)*, cujo objetivo é verificar o processo produtivo de café baseado nos ideários da “sustentabilidade” (aspectos sociais, ambientais e econômicos), além de premiar⁴⁹ os produtores que primam pela mais alta qualidade dos grãos.

A certificação *CAFE Practices* está presente em mais de 20 países, atendendo pequenos, médios e grandes produtores. A *CAFE Practices* adota um questionário como instrumento para obter as informações necessárias a respeito da produção dos cafés. Tal instrumento compreende 145 perguntas agrupadas em 23 indicadores de maneira a atender as regras estabelecidas pela certificadora. Ressalta-se que apesar de possuir a sua própria certificação, assim como a *Nestlé*, a *Starbucks* também promove a comercialização de outras certificadoras.

No ano de 2008, a empresa estabeleceu como meta certificar 100% dos cafés comercializados. Em 2010, das 2,7 milhões de sacas de café verde adquiridas pela *Starbucks*, cerca de 90% foram de cafés com algum tipo de certificação ou verificação (*UTZ, Rainforest*

⁴⁷ A Starbucks é proprietária da rede de entretenimento *Hear Music™ Coffeehouse* (STARBUCKS, 2014).

⁴⁸ A *SCS Global Services* é líder em certificações, auditorias, provas e elaboração de normas externas em questões ambientais, sustentabilidade e qualidade de alimentos (SCS, 2014).

⁴⁹ No ano de 2013, a *Starbucks* pagou um preço médio de 1,92 dólares por libra de premiação aos produtores (STARBUCKS, 2014).

Alliance, Comércio Justo, orgânico, 4C). Em 2013, a *Starbucks* possuía 95% dos seus cafés com alguma certificação.

No mercado de cafés especiais, desde 2000 a *Starbucks* comercializa os cafés vinculados ao Comércio Justo. Em 2013, a empresa comprou cerca de 33 milhões de libras de cafés certificados para o Comércio Justo, representando 8,4% dos cafés certificados adquiridos pela empresa (STARBUCKS, 2014).

Inicialmente, as grandes empresas do setor de café não possuíam qualquer interesse no mercado de cafés especiais, devido ao alto custo de produção e a restrita comercialização. Contudo, com o surgimento das certificadoras e a inserção dos produtos nos principais centros comerciais do mundo, as empresas passaram a ter uma maior atuação no mercado de cafés especiais confluindo para a proliferação de novas certificadoras.

Como não há um sistema de certificação com referência mundial, as certificadoras passaram a estabelecer critérios próprios e diferenciados de maneira a atender aos interesses destas empresas. Tornando-se, portanto, um produto de *marketing* e de uso político das grandes empresas de torrefação e moagem e *tradings* no mercado de café.

Por justamente querer atender aos interesses destas empresas, as certificadoras vêm exercendo uma espécie de competitividade no mercado de cafés especiais. Esta competitividade se dá através dos critérios ambientais e sociais mais maleáveis adotados por algumas certificadoras, principalmente as supracitadas (BACON, 2005), quando comparados às certificadoras que seguem os princípios da produção dos cafés orgânicos⁵⁰ e do Comércio Justo – certificação *FLO-Cert*.

O processo de certificação de qualquer produto ou produtor pode levar anos, implicando num alto custo de produção (incluindo os custos do trabalho e o custo da certificação). No mercado de café orgânico, o excesso de oferta em relação à demanda é um problema bem

⁵⁰ O cultivo dos produtos orgânicos é normatizado por autoridades governamentais, organizações internacionais (FAO/WHO *Codex Alimentarius*) e pela Federação Internacional de Movimentos da Agricultura Orgânica (IFOAM). O papel das certificadoras é o de monitorar os padrões orgânicos de produção, processamento e manuseio. Em 1991, a *Codex Alimentarius Commission*, juntamente com a FAO/WHO, desenvolveram o Programa de Normas Alimentares, com o intuito de definir normas internacionais para a produção de alimentos orgânicos, de maneira a fomentar orientações para a produção; processamento, rotulagem e a comercialização. A Federação Internacional de Movimentos da Agricultura Orgânica (IFOAM) desenvolveu um conjunto de normas para agricultura orgânica (comumente conhecido como normas básicas), que são desenvolvidos continuamente. As certificadoras não podem estabelecer as normas de produção, ficando a cargo da IFOAM de fornecer uma estrutura para que as certificadoras desenvolvam seus padrões nacionais ou regionais (PONTE, 2004).

frequente em alguns países produtores (PONTE, 2004). Devido à escassez do mercado e como forma de minimizar os custos da produção, a *Rainforest Alliance* permite que os seus cafés orgânicos certificados sejam produzidos por determinados produtos que não são aceitos pelos principais órgãos reguladores. O que acaba ferindo os princípios da produção orgânica mundial.

Outro ponto a destacar, que recai sobre todas as certificadoras supracitadas, é a não adoção do “preço mínimo” e a certificação de grandes produtores de café. O Comércio Justo, que detalharemos adiante, além de aceitar somente organizações voltadas à pequena produção de café, adota o mecanismo de “preço mínimo” como forma de assegurar um preço pré-estabelecido aos pequenos produtores frente às oscilações das principais Bolsas de Valores.

De acordo com Ponte (2004) e Kolk (2012), tanto a UTZ como a *Rainforest Alliance*, preferem adotar o princípio da “oferta e da procura” por acharem que este é o principal caminho para os produtores conseguirem um melhor preço. Haja vista que as grandes empresas do setor de café demandam grandes volumes para obter uma maior rentabilidade, o critério de “livre concorrência” adotado pela UTZ e pela *Rainforest Alliance* permite uma maior inserção dos grandes produtores no mercado de cafés especiais. Já que estes possuem as condições necessárias (armazéns, transportes, contatos com as principais empresas) para acessar o mercado.

Em relação ao custo das certificações, Pereira et. al (2007) assevera que depende do estágio que cada propriedade se encontra, como fatores: ambientais, sociais, econômicos, políticos e culturais. A alternativa encontrada por algumas certificadoras para minimizar os custos, é a adoção do mecanismo de “premiação” (Quadro 3.1). Este permite atribuir valores quanto à qualidade do produto e aos investimentos realizados na propriedade. Tornando-se, portanto, um mecanismo essencial para muitos produtores.

Quadro 3.1 - Critério* de “premiação” das certificadoras: FLO-Cert, UTZ, 4C e Rainforest Alliance

Certificadoras	FLO-Cert	UTZ	4C	<i>Rainforest Alliance</i>
“Premiação”	U\$ 1,25 por libra, mais U\$ 0,10 ¢ por libra para prêmios sociais e um prêmio extra de U\$ 0,30 ¢ por libra se o café for orgânico certificado.	U\$ 0,05 ¢ por libra para Arábica e U\$50 por tonelada métrica de Robusta. Tais valores referem-se à qualidade do produto que deve ser reconhecido pelo mercado. A UTZ não interfere nas negociações.	A premiação depende da negociação estabelecida entre o comprador - vendedor membros da 4C. A certificadora, portanto, não especifica um valor para a premiação.	O programa da <i>Rainforest</i> auxilia os agricultores a negociarem por conta própria por primar pela competitividade do mercado. A certificadora entende que os agricultores ganham mais através da eficiência, na qualidade do produto e no controle dos custos da fazenda.

* Por fazer parceria com a Rainforest Alliance, FLO-Cert, UTZ e Orgânico, tanto a AAA Nespresso bem como a Starbucks não adotam a premiação.

Fonte: SCAA (2010).

Elaboração: NASCIMENTO, R.C. 2014.

Percebe-se pelo Quadro 3.1 que a *FLO-Cert*, principal certificadora do Comércio Justo, oferece uma premiação bem acima das demais certificadoras. Ou seja, os critérios adotados pelas certificadoras supracitadas vêm dificultando ainda mais o acesso da pequena produção ao mercado de cafés especiais. Pois, além de incluir os grandes produtores, não garantem um preço mínimo e uma premiação mais atraente que cubra os custos mais elevados de produção de cafés especiais quando comparados aos convencionais.

As certificadoras *Rainforest Alliance*, *UTZ*, *4C*, *AAA Nespresso* e *CAFE Pratices*, estão presentes nas principais regiões produtoras de café do mundo, como na Região do Cerrado Mineiro. Por aderir facilmente às suas exigências, médios e grandes produtores são os seus principais clientes na região. Já os pequenos produtores, mais especificamente do município de

Patrocínio, a alternativa encontrada para agregar valor à produção se restringe quase que exclusivamente ao Comércio Justo via certificação *FLO-Cert*.

3.2 O mercado *Fair Trade* (Comércio Justo)

3.2.1 Gênese do Comércio Justo

Inspirado no sistema de Organizações do Comércio Alternativo (ATOs) – tais como: *Twin Trading*, *Oxfam Trading*, *Equal Exchange* -, de alguns países desenvolvidos, o Comércio Justo surgiu na década de 1960, como um mercado alternativo que buscava incentivar a diferenciação e a valorização da produção, com o intuito de oferecer produtos com melhor qualidade e que promovessem um menor impacto ambiental (DAVIRON; VAGNERON, 2010).

A prática comercial iniciada pelo Comércio Justo era baseada na relação direta entre as lojas e os produtores e entre as lojas e os consumidores (RAYNOLDS, 2002). Para os autores Daviron e Vagneron (2010), este tipo de relação comercial exercida inicialmente no Comércio Justo contribuiu para o processo de *descommoditização*. Isto é, pela despadronização do produto e pelo estreitamento da relação entre produtores e consumidores.

Em meados da década de 1980, o mercado do Comércio Justo possuía um baixo volume de produtos para atender a crescente demanda de consumidores dos países desenvolvidos. Para tanto, em 1988, a partir da iniciativa de algumas organizações sociais holandesas em comercializar o café de uma pequena cooperativa indígena, a UCIRI, em Oaxaca, no México, foi criada a primeira *Labelling Initiatives* (LI) ou Iniciativa Nacional para certificação dos produtos do Comércio Justo, chamada de *Max Havelaar* (BACON, 2010).

Por meio da certificação *Max Havelaar*, os produtos do Comércio Justo passaram a ser comercializados nas lojas de varejo convencionais na Holanda, e posteriormente em outros países como Bélgica, Suíça, Dinamarca, Noruega e França. Essa iniciativa serviu de referência para o surgimento de outras Iniciativas Nacionais por toda a Europa, América do Norte e Japão, como: a *Transfair*, na Alemanha, Áustria, Luxemburgo, Itália, Estados Unidos, Canadá e Japão; *Fairtrade Mark*, no Reino Unido e Irlanda; *Rättvisemärkt*, na Suécia; e *Reilu Kauppa*, na Finlândia (FAIRTRADE INTERNATIONAL, 2013a).

Com a grande expansão de Iniciativas Nacionais no mercado do Comércio Justo, elas se uniram em 1997 para criar a *Fairtrade Labelling Organizations International* (FLO), denominada atualmente como *Fairtrade International* (FLO), em Bonn, Alemanha.

3.2.2 *Fairtrade International (FLO)*

A *Fairtrade International* (FLO) tem por objetivo estabelecer um padrão mundial dos produtos do Comércio Justo, funcionando como uma espécie de guarda-chuva para as Iniciativas Nacionais (DAVIRON; PONTE, 2007).

Em 2004, a *Fairtrade International* se dividiu em duas organizações independentes, porém complementares: a *FLO* e a *FLO-Cert*. A *FLO* tem por objetivo estabelecer as normas do Comércio Justo e fornecer apoio ao produtor. Já a *FLO-Cert* é responsável em inspecionar e certificar as organizações (associações e cooperativas) de produtores e auditar os principais agentes (*tradings*, comerciantes locais) (FAIRTRADE INTERNATIONAL, 2013a).

Atualmente, a *FLO-Cert* é a principal certificadora mundial, responsável por cerca de 80% do Comércio Justo. Ela regulamenta e fiscaliza os produtores e empresas com o objetivo de garantir as normas e os padrões estabelecidos pelo selo *Fair Trade* (Figura 3.6).

Figura 3.6 - Selo Fair Trade



De acordo com o Relatório Anual 2011 - 2012 (*Fairtrade International*, 2013b), a *FLO* possui 29 Iniciativas Nacionais e 991 organizações entre associações e cooperativas ligadas à pequena produção. O número de pequenos produtores e trabalhadores participantes do Comércio Justo foi estimado em 1,2 milhão, distribuídos em 66 países.

A *FLO-Cert* certifica produtos vendidos em mais de 120 países, como: café, chá, cacau, nozes, vinhos, frutas, soja, flores, balões, entre outros. Em 2011, as vendas dos produtos certificados movimentaram aproximadamente 4,9 bilhões de euros. Os principais países consumidores dos produtos do Comércio Justo são: Grã-Bretanha, com 1,49 bilhão de euros; os EUA, com 1,03 bilhão de euros; e a Alemanha, com 400 milhões de euros (FAIRTRADE INTERNATIONAL, 2013b).

Por ser uma organização sem fins lucrativos, a *FLO* recebeu cerca de 7,1 milhões de euros subsidiados por parceiros (empresas e sociedade civil). Os principais gastos da organização foram nas áreas: de produtos e serviços, 47%; *marketing*, 16%, e recursos globais, 11% (FAIRTRADE INTERNATIONAL, 2013b).

Em 2011, foram vendidos aproximadamente 98 mil toneladas de café (torrado e instantâneo) certificados para o mercado do Comércio Justo. Dos cafés certificados, 53% eram convencionais e 47% eram orgânicos (FAIRTRADE INTERNATIONAL, 2013b).

Destaque para as empresas *Green Mountain Coffee Roasters* e a *Starbucks* que, em 2010, foram o primeiro e o segundo maior comprador do selo Fair Trade, respectivamente. A *Green Mountain Coffee Roasters* adquiriu cerca de 11.800 toneladas de cafés certificados; e a *Starbucks*, 10 mil toneladas, equivalente a 7,4% do volume total comercializado pela torrefadora (TCC, 2012).

O varejo convencional é o principal responsável pelo grande volume de produtos comercializados pelo Comércio Justo no mercado mundial. De acordo com o SEBRAE (2010), no ano de 2010, existiam mais de 120 mil pontos de vendas espalhados pelo mundo. Destaque para os Estados Unidos, com mais de 40 mil supermercados. Segundo Sweitzer (2011), apenas cinco empresas varejistas nos EUA respondiam por 75% do mercado de café *FairTrade USA* no ano de 2011: *Wall Mart Stores Incorporated*, *Starbucks Coffee Company*, *Green Mountain Coffee Roasters*, *Equal Exchange Incorporated* e *Mother Parker's Tea & Coffee Incorporated*.

A exportação do café do Comércio Justo é realizada em pequenos lotes negociados entre as associações ou cooperativas certificadas. Para tanto, a *FLO-Cert* certifica e verifica as empresas exportadoras para executar a parte logística dos cafés.

No Brasil, existem 13 empresas que possuem autorização da *FLO-CERT* para exportação do café Comércio Justo: Armajaro Agri-Commodities do Brasil (café Arábica e Robusta); Bourbon *Specialty Coffees* (café Arábica e Robusta); CarmoCoffees – Exportadora de cafés

Carmo de Minas Ltda. (café Arábica); Cia Cacique de Café Solúvel (café Arábica e Robusta); Cocam Cia de Café Solúvel e Derivados (café Arábica); Comexim Ltda (café Arábica); EXPOCACCER - Cooperativa dos Cafeicultores do Cerrado (café Arábica); ICATU Comércio Exportação e Importação Ltda. (café Arábica); SPRESS Café Importação e Exportação Ltda. (café Arábica); SMC Comercial e Exportadora de Café (café Arábica); Syngenta *Crop Protection* S.A (café Arábica); MC *Coffee* do Brasil Ltda.; e VOLCAFE Ltda. (FLO-CERT, 2014).

3.2.3 O “sistema” Comércio Justo

O Comércio Justo se diferencia das outras certificadoras pela premiação pelo preço mínimo como mecanismos redistributivos. É de inteira responsabilidade da *FLO* estabelecer os valores do preço mínimo e da premiação no Comércio Justo (FAIRTRADE INTERNATIONAL, 2013a).

A premiação⁵¹ é um valor adicional a ser pago pelos importadores integrantes do Comércio Justo junto às associações ou cooperativas. Estas, por sua vez, em comum acordo, devem investir em áreas sociais e/ou ambientais. Segundo o relatório da *FLO*, em 2011, foram distribuídos mais de 62,8 milhões de euros em prêmios. A premiação para as organizações produtoras de café ficou estimada em 28,9 milhões de euros.

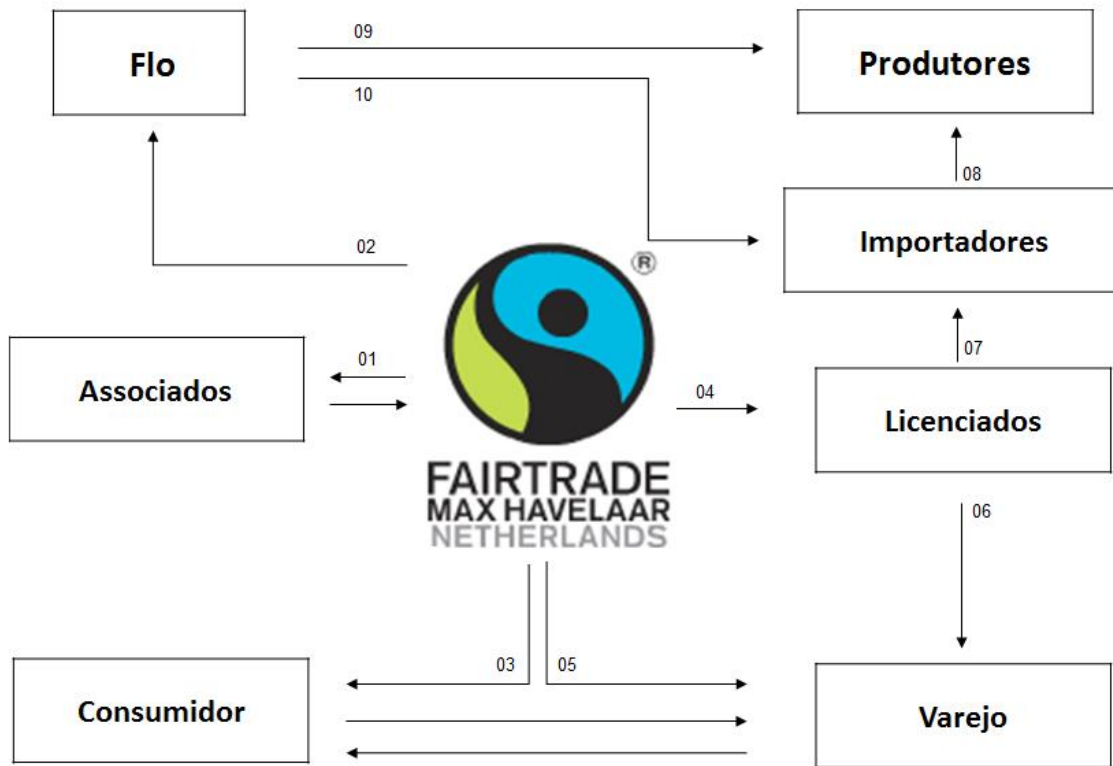
O preço mínimo de café foi estabelecido pela primeira vez em 1988, estimado com base em estudos da produção e do custo de vida das famílias produtoras de café - de modo a cobrir os custos da produção e de promover acesso ao mercado. Todavia, a *FLO* não respeita as variações regionais de custo e a opinião dos produtores, como abordaremos adiante.

O valor do preço mínimo é atrelado ao mercado do café convencional negociado nas Bolsas de Nova York e Londres, dependendo do tipo de café (Arábica ou Robusta). Caso ocorra uma forte depreciação nos preços do café convencional, os pequenos produtores certificados pelo Comércio Justo têm assegurado o preço mínimo pré-estabelecido (FAIRTRADE INTERNATIONAL, 2013a).

A Figura 3.7 apresenta a Iniciativa Nacional, *Max Havellar*, da Holanda, para facilitar o entendimento do funcionamento do sistema Comércio Justo:

⁵¹ Os cafés orgânicos certificados pela *FLO* são acrescidos de uma premiação extra como forma de incentivo a produção de produtos orgânicos (FAIRTRADE INTERNATIONAL, 2013a).

Figura 3.7- O sistema Comércio Justo



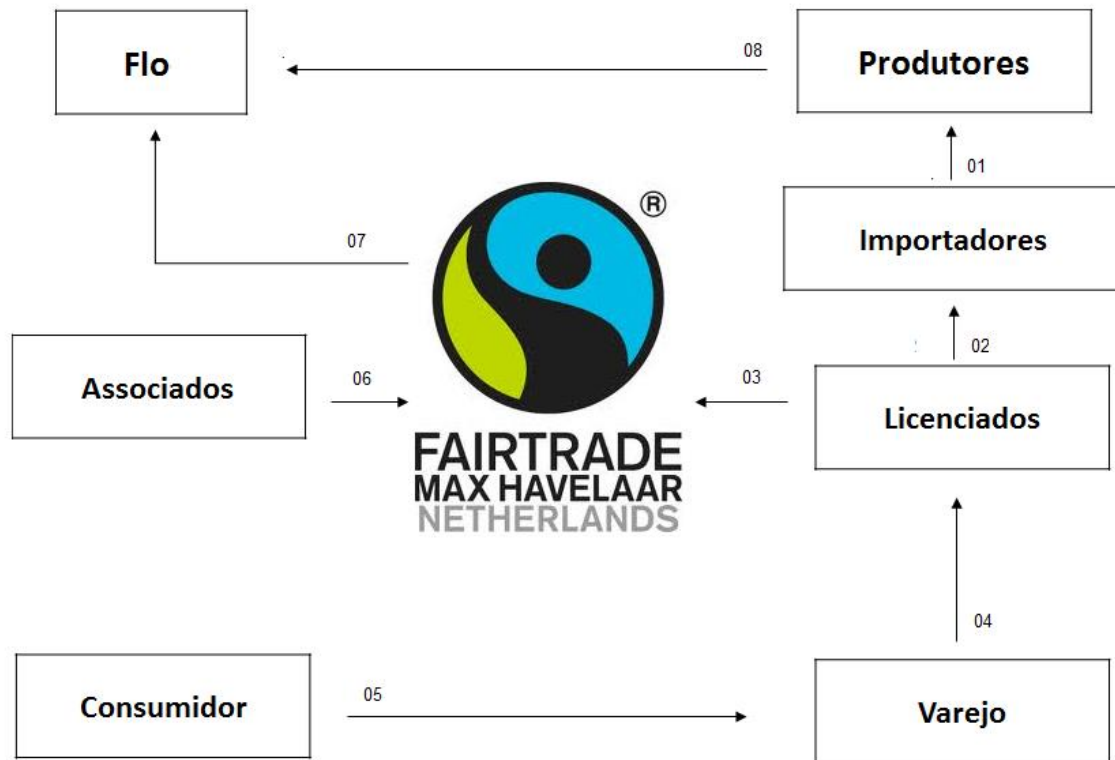
Fonte: SEBRAE (2010).

Elaboração: NASCIMENTO, R.C. 2013.

Os associados (empresas e a sociedade civil) garantem recursos financeiros e apoio às Iniciativas Nacionais de Certificação. Estas, por sua vez, são responsáveis por: incentivar ações sociais aos associados (01); ajudar a definir os critérios internacionais de certificação junto a *FLO* (02); realizar o *lobby* comercial a órgãos governamentais e ações de incentivo ao consumo dos produtos para o público em geral (03); prospectar licenciados para a fabricação de produtos e conceder as licenças de uso do selo (04); e realizar ações de *marketing* as lojas (varejo) (05). Os lojistas expõem os produtos e os consumidores os compram. Os licenciados dão suporte de *marketing* às lojas (06) e pagam os importadores (07). Os importadores, por sua vez, pagam os produtores (08). A *FLO* é responsável por certificar e monitorar as ações dos produtores (09) e importadores (10) (SEBRAE, 2010).

O esquema seguinte aborda o funcionamento do sistema financeiro do Comércio Justo (Figura 3.8):

Figura 3.8 - O sistema financeiro do Comércio Justo



Fonte: SEBRAE (2010).

Elaboração: DO NASCIMENTO, R.C. 2013.

O produtor recebe do importador o preço mínimo estabelecido pela *FLO*, além da premiação (01). O importador vende o produto para o licenciado (02), quando não é o próprio importador o licenciado e varejista. O licenciado paga a taxa de licença à Iniciativa Nacional (03) e vende o produto ao varejista (04). Este, por sua vez, recebe o preço final do consumidor. A Iniciativa Nacional recebe as contribuições de seus associados e paga a *FLO*. Após 2003, os pequenos produtores representados por suas associações e cooperativas passaram a pagar uma taxa a *FLO* (08) para obter a certificação e inserir o produto junto ao sistema Comércio Justo (SEBRAE, 2010), como explicaremos mais adiante.

3.3 As contradições no mercado do Comércio Justo

A inserção do café no mercado do Comércio Justo surgiu como uma tentativa de resposta da pequena produção ao promover o processo de *descommoditização* (DAVIRON; VAGNERON, 2010). Entretanto, por estar inserido num contexto político e econômico globalizado, o Comércio Justo vem sofrendo um processo de *recommoditização* (DAVIRON; VAGNERON, 2010) com a criação de novos padrões produtivos estabelecidos pelas certificadoras, retirando a identidade do produtor e permitindo às grandes empresas internacionais a fácil substituição dos fornecedores.

Para Harvey (2005b), por meio da renda monopolista, a singularidade e a particularidade tornam-se atributos de suma importância para definir uma mercadoria ou local de qualidade especial devido ao controle exclusivo, de valor único. Tem-se assim, um possível aumento no fluxo de renda dos atores sociais.

Todavia, a partir da fácil negociação e do uso do *marketing* essas mercadorias tendem a não serem únicas ou especiais, pois “quanto mais facilmente negociáveis são tais itens ou eventos, menos eles proporcionam a base para a renda monopolista” (HARVEY, 2005b, p. 223).

Portanto, as mercadorias especiais que deveriam se tornar uma renda para os atores sociais pelo viés do monopólio, contraditoriamente vem se tornando monopolizadas pelas grandes empresas internacionais sob a tutela das certificadoras, conformando assim, para o processo de *(re)commoditização*.

Para Daviron e Vagneron (2010), a *commoditização* é aquela em que ocorre uma homogeneidade do produto – café do tipo *blend* -, que implica na semelhança entre os diferentes produtos e na fácil substituição de fornecedores. Deste modo, segundo os mesmos autores, a partir da padronização e normatização estabelecidas pelas certificadoras, o Comércio Justo aponta para o processo de *(re)commoditização*: ao permitir a inserção dos produtos certificados às prateleiras dos supermercados; restaurar a distância na relação comercial entre produtor e consumidor; e reintroduzir a fácil substituição dos fornecedores à jusante.

A prática de certificação com padrões pré-estabelecidos leva à fácil substituição de fornecedores, o que permite a inserção dos produtos certificados junto às prateleiras dos supermercados de modo a competir com os produtos convencionais. Restaura-se assim, um

distanciamento na relação comercial, “mais uma cortina foi feita entre o consumidor e o produtor” (DAVIRON; VAGNERON, 2010, p. 22).

A fácil substituição de fornecedores propicia também condições de competitividade entre os diversos grupos de produtores, pois nem todos os cafés certificados são comercializados no Comércio Justo. Os autores Eberhart e Chaveau (2002) afirmam que, no ano de 2000, 40% das organizações (associações ou cooperativas) produtoras de café certificados pela *FLO* nunca tiveram uma única ordem de compra.

Le Velly (2007) acrescenta que, ao todo, apenas um quinto destes cafés é comprado pelo preço mínimo determinado pela *FLO*. O restante é vendido a preços do mercado convencional (cotação na Bolsa de Valores) ou um pouco acima, quando são atribuídas qualidades mais específicas ao grão de café.

Vale salientar que a *FLO* certifica somente as associações e cooperativas ligadas à pequena produção, e não o produto em si. Portanto, estes produtos não são de exclusividade do Comércio Justo, podendo ser negociados e comercializados nos mercados convencionais por estas mesmas entidades certificadas.

Outra questão que tem gerado muita controvérsia no Comércio Justo é em relação à defasagem no valor do preço mínimo para os pequenos cafeicultores certificados. Segundo Calo e Wise (2005) e Bacon (2010), entre as décadas de 1980 e 2000, os preços mínimos estipulados pela *FLO* para a América Latina permaneceram praticamente inalterados.

Calo e Wise (2005) calcularam a variação do preço mínimo estabelecido pela *FLO* junto aos pequenos produtores do México de acordo com a inflação daquele país. O estudo revelou que, em 10 anos, o valor do preço mínimo estabelecido pela *FLO* aos pequenos cafeicultores sofreu uma queda de 75% em relação à inflação do México.

Baseado no índice de preços ao consumidor dos EUA, Bacon (2010) demonstrou uma queda de 41% em termos reais no valor do preço mínimo pago aos pequenos cafeicultores dos países integrantes da *Coordinadora Latinoamericana y del Caribe de Pequeños Productores de Comercio Justo* (CLAC)⁵², entre os anos de 1988 a 2008.

⁵² Os países integrantes do CLAC são: Argentina, Belize, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, Ilhas de Barlavento, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, R. Dominicano e Venezuela (CLAC, 2013).

Para Jaffee (2007), a crescente expansão do Comércio Justo promoveu uma luta pelo poder. De um lado, os pequenos cafeicultores localizados nos países periféricos, e de outro, as grandes empresas internacionais de torrefação e moagem e *tradings*.

De maneira a garantir a presença do café do Comércio Justo no mercado varejista e obter maior lucratividade, as empresas internacionais vêm pressionando a *FLO* e algumas Iniciativas Nacionais para abaixar, ou até mesmo, extinguir o valor do preço mínimo pago aos pequenos cafeicultores. Estes, por sua vez, reivindicam o aumento no valor do preço mínimo que compense a inflação e os custos da produção de acordo com cada região e país (JAFEE, 2007).

É tamanha esta luta que, em novembro de 2011, o jornal *The New York Times* publicou uma matéria relatando o rompimento da *Fair Trade USA* com a *Fairtrade International (FLO)*. A alegação da entidade norte-americana consistiu no desejo de realizar uma ampla mudança: designar o selo do Comércio Justo para as grandes plantações de café, o que era proibido; e colocar o seu selo em produtos que possuem menos de 10% de ingredientes vindos do Comércio Justo, cujo limite atual é de 20%.

A *Fair Trade USA* alegou ainda as altas taxas de licenciamento cobradas pela *FLO* às empresas. Em 2010, as empresas que venderam os produtos do Comércio Justo pagaram a *FLO* cerca de 6,7 milhões de dólares somente em taxas de licenciamento. Para a *Fair Trade USA*, a partir da menor restrição imposta pela *FLO*, as grandes empresas projetam um aumento na venda dos produtos do Comércio Justo resultando em ganhos financeiros para os pequenos produtores e trabalhadores. Em 2010, as vendas de produtos do Comércio Justo nos EUA ficaram estimadas em 1,3 bilhão de dólares. Com esta desvinculação, a *Fair Trade USA* pretende duplicar suas vendas até 2015.

No Brasil, existem 25 organizações (cooperativas e associações) de pequenos produtores de café com o selo *Fair Trade* inspecionadas pela *FLO-CERT* (FLO-CERT, 2013). Em 2010, a partir da parceria de pequenos produtores de café do município de Patrocínio (MG) com instituições públicas e cooperativas da região do Cerrado Mineiro, criou-se a Associação dos Pequenos Produtores do Cerrado (APPCER). A primeira associação de café do Cerrado Mineiro a possuir o selo *Fair Trade*.

Com o intuito de diferenciar qualitativamente e agregar valor à produção, os pequenos produtores de café de Patrocínio (MG), através da APPCER, passaram a constituir o *circuito espacial produtivo* (SANTOS, 2008, 2012c; MORAES, 1985; ARROYO, 2001; SANTOS;

SILVEIRA, 2001; CASTILLO; FREDERICO, 2010b) do café do Comércio Justo no Cerrado Mineiro, analisado a seguir.

O circuito espacial produtivo do café do Comércio Justo em Patrocínio/MG: *anticommodity* ou mais uma *commodity* agrícola (*recommoditização*)?

4.1 A noção de circuito espacial produtivo e escala geográfica

O atual período da globalização (SANTOS, 2012c) possui como característica marcante, dentre outras, o aumento dos fluxos mundiais. Para Castillo e Frederico (2010b, p. 462), isto “não seria possível sem uma base geográfica, constituída por uma esfera material e uma esfera normativa na escala mundial”.

A esfera material é marcada pela expansão e modernização dos sistemas de telecomunicações e de transportes. Já a esfera normativa é constituída por um conjunto de regras impostas pelos agentes (Organização Mundial do Comércio; Organização Mundial de Café; entre outros) que passaram a regular - tecnicamente e politicamente - os principais mercados internacionais, através das padronizações produtivas; certificações de qualidade de produtos e serviços (ISO's, selos de certificações, entre outros) e a conversão de alguns bens em *commodities* (CASTILLO; FREDERICO, 2010a).

Diante disso, os conceitos de *circuito espacial produtivo* e de *círculos de cooperação* (SANTOS, 2008, 2012c; MORAES, 1985; ARROYO, 2001; SANTOS; SILVEIRA, 2001; CASTILLO; FREDERICO, 2010b) tornam-se fundamentais para o entendimento da organização, da regulação e do uso dos territórios.

A análise dos *circuitos espaciais produtivos* e dos *círculos de cooperação* permite captar os fluxos que perpassam as diferentes etapas da produção (produção, distribuição, troca e consumo) espacialmente fragmentadas, além de identificar os agentes que detêm o poder de regulação da produção, como propõem Santos (2008, 2012c), Moraes (1985), Arroyo (2001), Santos; Silveira (2001) e Castillo; Frederico (2010b):

Os *circuitos espaciais de produção* pressupõem a circulação de matéria (fluxos materiais) no encadeamento das instâncias geograficamente separadas da produção, distribuição, troca e consumo, de um determinado produto, num movimento permanente; os *círculos de cooperação no espaço*, por sua vez, tratam da comunicação, consubstanciada na transferência de capitais, ordens, informação (fluxos imateriais), garantindo os níveis de organização necessários para articular lugares e agentes dispersos geograficamente, isto é, unificando, através de comandos centralizados, as diversas etapas, espacialmente segmentadas, da produção.

As diversas etapas da produção referem-se à *produção em si, distribuição, troca e consumo*. Para Santos (2012b), a *produção em si* é entendida como espaço-valor, cuja aferição está atrelada a sua prestabilidade junto ao processo produtivo e da parte que toma na realização

do capital. A *distribuição* numa perspectiva espacial remete a origem do produto e suas exigências específicas quanto ao transporte, na qual cada empresa leva em conta as condições necessárias (técnicas, normativas, econômicas, financeiras e sociais) que cada região e/ou local possui no intuito de obter maior rentabilidade. A *troca* é o poder de mercado ou político que cada empresa possui em alcançar mais ou menos rapidamente o seu produto nos diferentes mercados. Já o *consumo* confere a disponibilidade financeira (créditos) e a acessibilidade do bem ou serviço demandado (física ou tempo). Importante ressaltar a indissociabilidade entre as diferentes instâncias, destacando, como ressaltado por Marx (2008) que as diferentes etapas da produção se realizam de forma paralela e concomitante, cabendo sua diferenciação apenas para fins operacionais de investigação.

Em suma, a noção de circuito espacial produtivo remete a centralidade da circulação material no que tange a sucessão das diversas etapas da produção, tendo “a condição do espaço como variável ativa da reprodução social; e o enfoque centrado na atividade produtiva dominante” (CASTILLO; FREDERICO, 2010b, p. 463).

Para entendermos um pouco mais a dinâmica estabelecida pelos agentes que compõem o circuito espacial produtivo, é de suma importância também tentarmos compreender a ideia de *escala geográfica*. Esta é entendida, como a “arena e momento, em que relações de poder sócio-espaciais são contestadas e compromissos são negociados e regulados. A escala é o resultado e a consequência dos conflitos sociais por poder e controle” (SWYNGEDOUW, 1997, p. 140).

Ressalta-se que a noção de *escala* possui diversas interpretações que são assumidas por outras ciências (Física, Biologia, Geologia, entre outros) além da Geografia (FREDERICO, 2014b). Numa concepção geográfica, por muitos anos a ideia de escala ficou confinada a Cartografia e a Geografia Regional Clássica⁵³.

Contundo, o presente estudo vai ao encontro com aquilo que propõe Frederico (2014), baseado em diversos autores como: Smith (1992); Marston (2000); Swyngedouw (2004); Silveira (2004); Santos (2012a).

⁵³ “Em nossa seara, segundo o Dicionário de Geografia Humana (JOHNSTON; GREGORY; SMITH, 1994), a noção de escala, numa perspectiva mais técnica, refere-se ao nível de representação, algumas vezes chamado nível de resolução. De acordo com o mesmo Dicionário, até meados do século XX, a noção estava amplamente confinada à perspectiva cartográfica e à Geografia Regional. Na Cartografia, escala é concebida como a relação entre a distância no mapa e a correspondente distância na realidade. Na Geografia Regional, a escala era reconhecidamente uma importante questão ao se descrever e caracterizar as áreas de estudo (como os denominados *pays* na geografia clássica francesa)” (FREDERICO, 2014b, p. 40).

a escala não é e nunca pode ser o ponto de partida para uma teoria sócio-espacial, ela deve ser entendida como uma consequência, uma manifestação da extensão das ações. Dessa forma, seus limites não podem ser definidos *a priori*, mas interpretados como o resultado temporário da extensão dos eventos (FREDERICO, 2014b, p. 41).

Santos (2012a, p. 151) define a escala como “um limite e um conteúdo, que estão sempre mudando, ao sabor das variáveis dinâmicas que decidem sobre o acontecer regional ou local”. Ao analisar a relação entre evento e escala, o autor distingue a “escala de origem” da “escala de impacto”. A “escala de origem” refere-se às variáveis envolvidas na produção do evento, está relacionada com a força de seu emissor. Já a “escala de impacto”, por sua vez, é a extensão dos eventos, é a área de ocorrência.

As decisões tomadas por uma grande *trading* internacional, por exemplo, em querer comprar mais ou menos café no mercado, causará um impacto em todo o circuito espacial produtivo mundial de café. Já a decisão de uma pequena corretora terá um impacto somente local ou regional.

De maneira a combater a força desigual atribuída aos agentes e a abrangência de suas ações, Smith (2004) propõe a ideia de “salto de escala” (*jumping of scale*). Para Frederico (2014b, p. 41), o salto de escala “trata-se da força que um determinado agente possui em transcender a sua escala de origem, desde o local até o global. Essa noção pode nos auxiliar na compreensão de como cada agente se insere dentro dos circuitos espaciais produtivos”.

Este é o caso das *tradings* internacionais, que contam com uma ampla estrutura logística (caminhões, armazéns e navios transoceânicos) e escritórios especializados, ambos estrategicamente localizados nos principais países produtores e consumidores.

Portanto, a noção de escala geográfica aqui adotada além de oferecer uma perspectiva transescalar, nos permite verificar também como cada agente atua em diferentes escalas de acordo com a sua força e abrangência.

4.2 O circuito espacial produtivo do café *commodity* em Patrocínio/MG

No Brasil, a conformação de uma política neoliberal e a financeirização dos mercados, vem promovendo o aumento das exportações de produtos primários ou semielaborados (mineral ou agrícola) confluindo ainda mais para a exacerbação das especializações regionais produtivas. Para Frederico (2012, p. 04), “presenciamos o imperativo das exportações, presente no discurso e

nas políticas do Estado e na lógica das empresas, que tem promovido uma verdadeira *commoditização* da economia e do território”.

A lógica das *commodities* é entendida não somente como uma invenção econômico-financeira, em que um produto primário ou semielaborado possui certa padronização mundial e seu preço é cotado nos mercados financeiros internacionais - em ações das Bolsas de Valores (Nova York (ICE) e Chicago) -, mas também como uma expressão política e geográfica (FREDERICO, 2012).

As *commodities* agrícolas - como o caso do café - promovem a exacerbação de especializações regionais produtivas resultando no enfraquecimento e na maior submissão do produtor local a uma lógica global. Ou seja, opõe os agentes atrelados ao lugar ou região aos agentes ligados às grandes empresas internacionais de torrefação, moagem e *tradings*. Portanto, quanto maior a especialização produtiva dos lugares, maior será o distanciamento dos locais de produção dos de consumo.

O Brasil é o principal produtor mundial de café *commodity* com 49 milhões de sacas de 60 kg na safra 2012/2013 (CONAB, 2014). O país é também o maior exportador de café do mundo, com 32 milhões de sacas embarcadas entre abril de 2013 e março de 2014 (CECAFÉ, 2014). O mercado interno é o segundo maior do mundo, com 20,08 milhões de sacas consumidas em 2013 (ABIC, 2014). Os principais estados produtores de café são: Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Bahia, Paraná e Rondônia. Juntos são responsáveis por 97,9% da produção nacional, com destaque para Minas Gerais (55,1%), Espírito Santo (24,8%) e São Paulo (9,2%) (CONAB, 2014).

O país produz duas variedades de café: Arábica (*Coffea arábica L.*) e Robusta/Conillon (*Coffea canephora L.*). O café da variedade arábica tem como característica principal a melhor qualidade da bebida, porém possui menor produtividade e maiores custos produtivos. Essa variedade consegue obter acima dos 80 pontos requeridos pela SCAA, o que eleva o seu preço no mercado. Já a Robusta/Conillon, por ser uma variedade de menor qualidade, possuindo um preço muito abaixo do mercado quando comparado ao café da variedade Arábica, é utilizada principalmente como matéria-prima para o café solúvel e na composição dos *blends*.

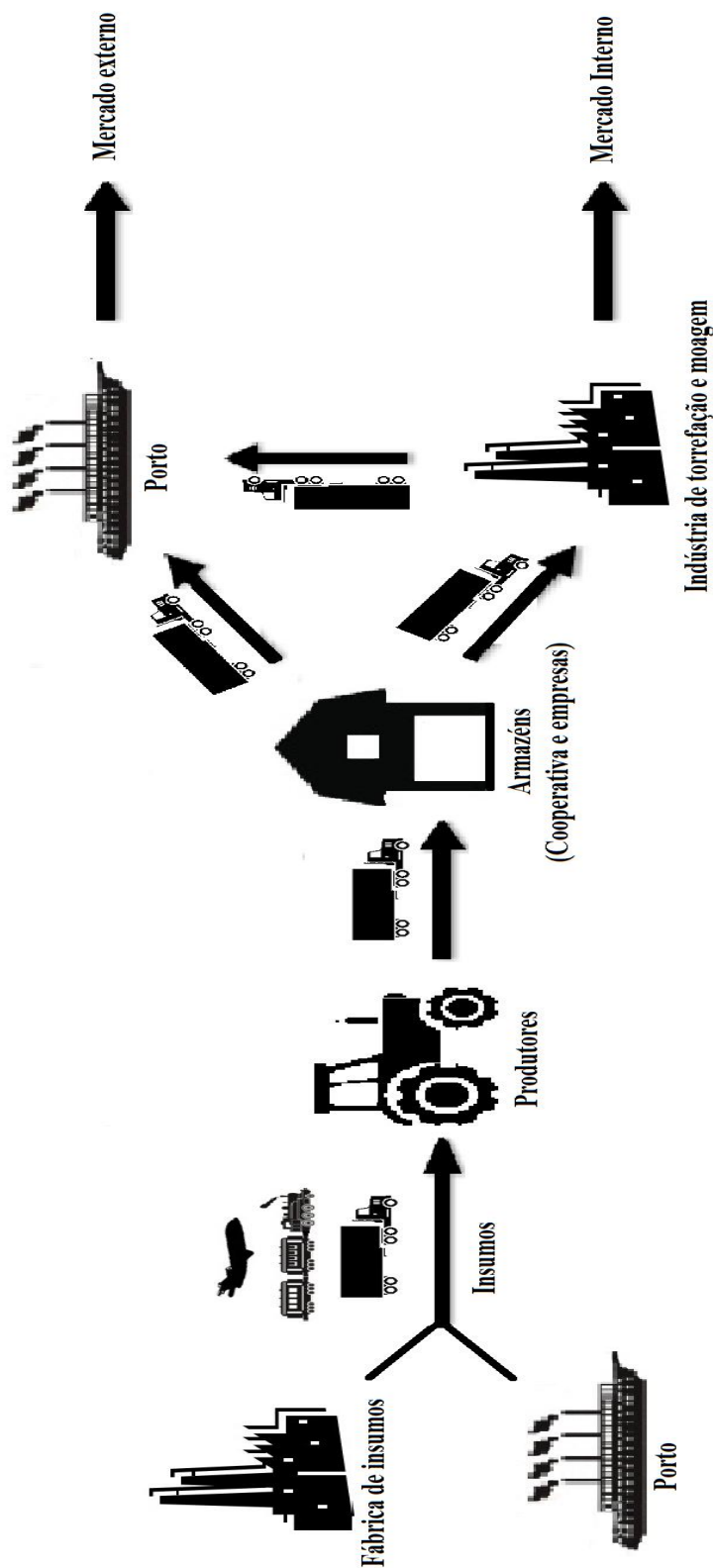
No ano de 2012/2013, a produção nacional de café arábica (*Coffea arábica L.*) ficou estimada em 38 milhões de sacas, representando 77% da produção total de café. Já o café do tipo

Robusta/Conillon (*Coffea canephora* L.) ficou estimado em 11 milhões de sacas, o equivalente a 23% da produção total de café produzido no Brasil (CONAB, 2014).

Como relatado anteriormente, Patrocínio é um dos maiores produtores de café *commodity* do país. No município, são produzidas as variedades Arábica e Robusta/Conillon. De acordo com o Censo Agropecuário de 2006, a produção de café Arábica em grão (verde) foi de 41.697 toneladas, em 943 estabelecimentos agropecuários, enquanto a de café Robusta/Conillon foi de 317 toneladas em apenas oito unidades.

Diante disso, a Figura 4.1 mostra como está estabelecido o circuito espacial produtivo do café *commodity* no município de Patrocínio.

Figura 4.1- Circuito espacial produtivo do café *commodity*



Os fluxos materiais que perpassam e estruturam o circuito espacial produtivo do café *commodity* em Patrocínio vão desde as propriedades rurais, armazéns, até o mercado nacional e internacional (Ásia, Europa e EUA).

Devido à escassez de N (nitrogênio), P (fósforo) e K (potássio) no Brasil, estes produtos em sua grande maioria são importados. Os principais países exportadores de NPK para o mercado nacional são: Rússia, Ucrânia, Índia, Egito e China para a demanda de nitrogênio; Rússia, Marrocos, Estados Unidos, Israel e Tunísia para fósforo; e Rússia, Bielorrússia, Canadá, Alemanha e Israel para o de potássio (SEAE, 2014).

Os produtos importados (NPK) chegam ao país com destino às fábricas de fertilizantes, que apenas misturam a matéria-prima para posteriormente serem fornecidos aos produtores. Durante este processo, os fertilizantes são transportados através de hidrovias, rodovias e ferrovias.

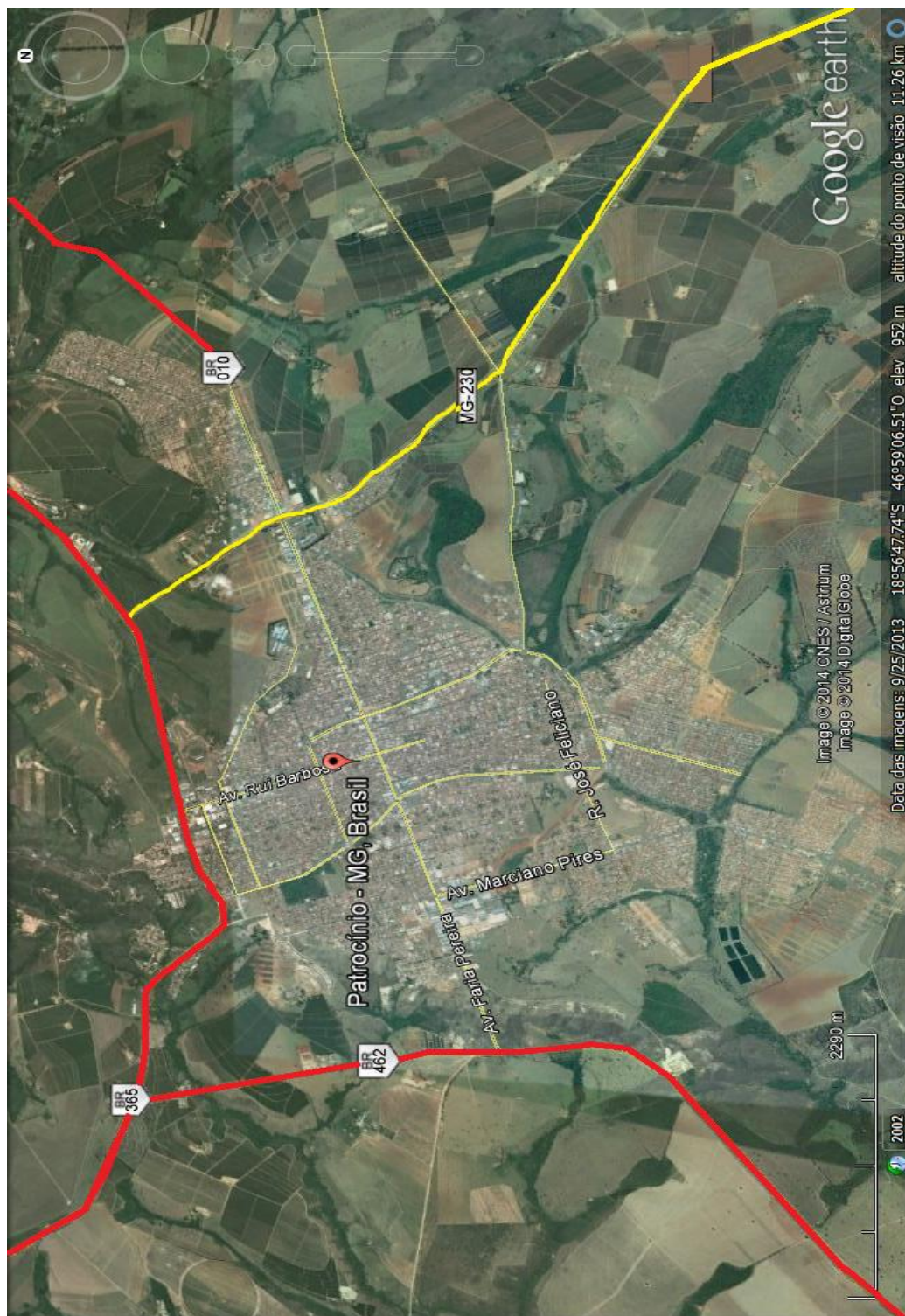
Com relação à atividade produtiva, após a colheita, o café em coco é beneficiado geralmente na própria propriedade. Este processo ocorre por meio da retirada da casca e mucilagem e da secagem do grão verde. Em seguida, o café beneficiado é rebeneficiado - separação dos grãos por tamanho, cor, densidade e qualidade da bebida -, na maioria das vezes pelas cooperativas, corretores e *tradings*. Depois desta etapa, o café rebeneficiado é estocado nos armazéns. Para, enfim, serem escoados – principalmente por caminhões – até as indústrias nacionais de solúvel e de torrefação e moagem, de modo a serem processados, ou vendidos como café verde junto ao mercado externo.

A transformação da matéria-prima dá origem a três produtos: o café torrado, o café torrado e moído e o café solúvel. Estes produtos, por sua vez, podem dar origem aos chamados “subprodutos”, como: *cappuccino*, balas, bolos, sorvetes, bebidas não alcoólicas, entre outros. A grande maioria da produção realizada pela indústria nacional de torrefação e moagem atende ao mercado interno. Já a indústria nacional de solúvel ocorre de maneira inversa, sua produção atende principalmente ao mercado externo.

O principal sistema modal utilizado para o escoamento do café *commodity* de Patrocínio para os portos ou indústrias cafeeiras é o rodoviário. Para tanto, o município conta com quatro rodovias: três federais (BR-010; BR-365; BR-462) e uma estadual (MG-230) (Figura 4.2). Destaque para a rodovia BR-365, utilizada pelas transportadoras como via de acesso entre

Patrocínio até o Porto de Santos – maior porto do país e principal porto de embarcações de café para o mercado externo.

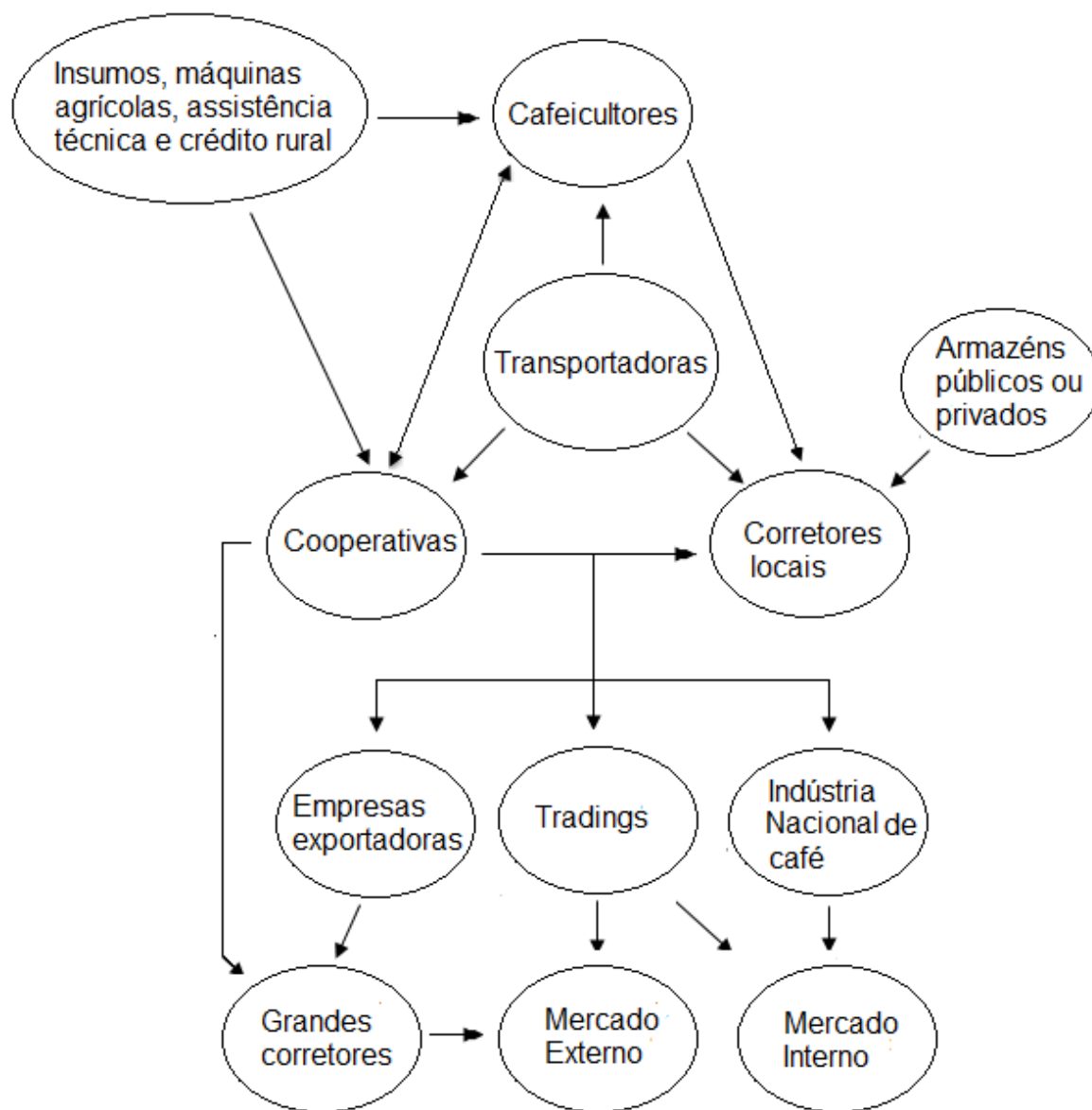
Figura 4.2 - Sistema modal rodoviário (federal, em vermelho; estadual, em amarelo) de Patrocínio



Fonte: Google Earth, (2014).
Elaboração: NASCIMENTO, R.C. 2014.

A partir da formação dos fluxos materiais tem, por conseguinte, a constituição dos fluxos imateriais (círculos de cooperação) do café *commodity* em Patrocínio, como esboçado a seguir (Figura 4.3):

Figura 4.3 - Círculos de cooperação do café *commodity*



Elaboração: NASCIMENTO, R.C. 2014.

Como vimos anteriormente, a partir da década de 1990, o Estado brasileiro realizou uma série de privatizações nas principais empresas do ramo de fertilizantes (Fosfértil; Goiasfértil; Ultrafértil; Indag e Arafértil).

Em Patrocínio, por ser o maior produtor de café *commodity* do país, a atuação das grandes corporações de fertilizantes se faz presente através da Vale Fertilizantes e Bunge Fertilizantes. A empresa Vale Fertilizantes é uma das maiores produtoras mundiais de fertilizantes. Com uma de suas unidades de produção em Patrocínio, a empresa possui o Projeto Salitre, com investimentos da Bunge Fertilizantes de aproximadamente dois bilhões de reais, um complexo industrial com capacidade de extrair o fosfato (retirado da mina de rocha fosfática) no município de Serra do Salitre/MG e processado em Patrocínio. O projeto que foi anunciado oficialmente em 2010, no entanto, ainda não possui prazo para o seu início.

No Quadro 4.1 é possível verificar algumas empresas ou cooperativas que disponibilizam a venda de insumos agrícolas em Patrocínio.

Quadro 4.1 - Empresas comerciais ligadas no ramo de insumos agrícolas

Ramo	Empresas
Insumos agrícolas	Agrocerrado Produtos Agrícolas e Assistência Técnica; Agroquima Produtos Agropecuários Ltda; COOPA - Cooperativa Agropecuária de Patrocínio Ltda; Bom Negócio Produtos Agropecuários; Paulo Cesar de Almeida Sementes Padrão; Sagra Insumos Agropecuários; A Veterinária Comércio de Produtos Agropecuários Ltda; Paranaíba Insumos Agrícolas Ltda; Cerrado Fértil Agronegócios; Cultiva Agronegócios Monte; Cultura Agronegócios Ltda; Multimix Agropecuária Ltda; Parceira Agronegócios; Patroagro; Empresa Agrícola Folhados S/A; Reunidas Agropecuária; Terra Agronegócios; Biocoffee; Cerrado Coffee do Brasil S/A; Floresta Café; Tuagro Agrícola; Café Acaia Comercial Ltda; Café Constante; Café Regional do Cerrado Ltda; Cafeeira Catuai Ltda; Patrocafé Comércio de Café e Cereais Ltda; Valcafé; Agricon Agropecuária Ltda; Agrícola Aliança Ltda; Fertilizantes Fosfatados S/A; Floema Nutrição Vegetal; Nitroquímica Fertilizantes Ltda; Polofértil Ltda; Serrana Fértil; Solorico Fertilizantes; Superfértil Fertilizantes.

Fonte: patrociniofacil.com.br, guiamais.com.br

Elaboração: NASCIMENTO, R. C. 2014.

Em relação ao ramo de insumos, ressalta-se também que boa parte da aquisição dos produtos é realizada por meio de cooperativas, como a COOPA (Cooperativa Agropecuária de Patrocínio Ltda.), maior cooperativa agrícola da Região do Cerrado Mineiro, como destacado mais adiante. A compra de insumos via cooperativa traz vantagens para os produtores por possuir preços mais acessíveis que os praticados pelo mercado, devido às compras conjuntas. Além disso, muitas cooperativas possuem em sua política facilidades no pagamento das aquisições por meio de acordos para saldar a dívida somente após a colheita do café.

Uma das principais características da cafeicultura de Patrocínio é o intenso uso de sistemas técnicos agrícolas. Para tanto, o município possui diversas empresas locais voltadas para o setor de máquinas e equipamentos agrícolas que oferecem serviços desde assistência técnica até a comercialização de tratores, colheitadeiras e máquinas para irrigação⁵⁴ (Quadro 4.2).

Quadro 4.2 - Empresas comerciais ligadas ao ramo de máquinas e equipamentos agrícolas e sistema de irrigação

Ramo	Empresas
Máquinas e equipamentos	Comercial de Peças e Serviços Agrícolas Rodrigues Reis; Agrocerrado Produtos Agrícolas e Assistência Técnica Ltda; Park Máquinas Agrícolas e Peças; Prensar Peças e Máquinas Agrícolas; Terra Máquinas Agrícolas; Tracan Máquinas e Sistemas para Agricultura; Mercantil JP de Tratores Ltda; Parceira Agronegócios; Força Agrícola; Agrícola Aliança Ltda.
Irrigação	Hitroplan Irrigação e Planejamento Ltda; Analisa Sistemas de Irrigação; Iengep Fertirrigação e Biodigestores; Irriger Tecnologia e Serviços de Irrigação; Gotejar Sistemas de Irrigação Ltda.

Fonte: patrociniofacil.com.br, guiamais.com.br

Elaboração: NASCIMENTO, R. C. 2014.

Segundo Santos (2012b), uma vez que a área de mercado tem se ampliado e se estendido para todo o território nacional ou para além dele, “é indispensável transformar as *massas* produzidas em *fluxos*, para reaver o dinheiro investido e reiniciar o ciclo produtivo. Quem fizer mais rapidamente terá condições para torna-se o mais forte” (SANTOS, 2012b, p. 83).

Com o intuito de garantir uma maior rentabilidade às empresas, é de suma importância que as regiões competitivas disponham de uma logística eficiente. Numa tentativa de compreender o termo *logística* em sua dimensão geográfica, Castillo e Frederico (2010a, p. 21) propõem a seguinte definição:

⁵⁴ “A técnica de irrigação localizada (por gotejamento ou microaspersão) é muito difundida, ainda que as maiores propriedades utilizem sistemas mais modernos como os de aspersão por pivô central – apenas 03 propriedades utilizavam em 2006 o pivô central para irrigação de cafezais em Patrocínio, com área total de 670 hectares, demonstrando o caráter seletivo de seu emprego.” (PEREIRA, 2014, p.247).

como o conjunto de competências infra-estruturais (transportes, armazéns, terminais multimodais, portos secos, centros de distribuição etc.), institucionais (normas, contratos de concessão, parcerias público-privadas, agências reguladoras setoriais, tributação etc.) e operacionais (conhecimento especializado detido por prestadores de serviços ou operadores logísticos) que, reunidas num subespaço, podem conferir fluidez (ARROYO, 2001; 2005) e competitividade aos agentes econômicos e aos circuitos espaciais produtivos. Trata-se da versão atual da circulação corporativa (CASTILLO, 2007 e 2008).

Castillo e Frederico (2010a) afirmam ainda que o entendimento de logística como expressão atual da circulação corporativa nos permite compreender a racionalidade - otimização - em cada território, quanto ao uso da combinação de técnicas avançadas com técnicas mais ou menos precárias que interligam espaços competitivos da produção junto aos centros mais dinâmicos de consumo.

Devido ao distanciamento entre as regiões produtoras com os portos exportadores e os locais de consumo, o sistema de armazenamento é um dos principais elos logísticos dos diversos circuitos espaciais produtivos agrícolas (FREDERICO, 2010). Este tipo de sistema técnico se torna essencial em todas as instâncias produtivas dos produtos agrícolas (produção em si, distribuição, troca e consumo) por conferir uma maior estratégia na logística da produção. Pois ele “permite cadenciar a circulação dos grãos no tempo, por meio da formação de estoques reguladores e estratégicos, e no espaço” (FREDERICO, 2010, p. 03).

De acordo com Frederico (2010), os armazéns podem ser classificados de acordo com a sua: *localização*, *modalidade* e *controle*. A *localização* pode ser classificada em unidades de fazenda⁵⁵, silos coletores, intermediários e terminais (portos). A *modalidade* se divide em armazéns convencionais ou silos graneleiros. Os armazéns convencionais⁵⁶ são destinados ao armazenamento de produtos ensacados. Já os silos graneleiros, além de armazenarem os grãos, possuem sistemas técnicos capazes de promover o beneficiamento e a conservação do grão, permitindo que a massa possa ser guardada por um maior período de tempo. No caso do *controle*, os armazéns podem ser privados (empresas ou produtores) ou públicos (governamentais ou controlado pelas cooperativas).

⁵⁵ “No caso brasileiro, os principais problemas se referem ao déficit de unidades de fazenda, o que torna a logística dos grãos ineficiente ao sobrecarregar as unidades terminais em determinados períodos do ano, e também torna os produtores dependentes das unidades armazenadoras das grandes empresas exportadoras” (FREDERICO, 2010, p. 04).

⁵⁶ Os armazéns convencionais “eram preponderantes no território brasileiro até o final da década de 1970, quando havia o predomínio da produção de café e açúcar” (FREDERICO, 2010, p. 04).

Sendo assim, Patrocínio conta com 19 armazéns convencionais e nove a granel, totalizando 28, cuja capacidade de armazenagem é de aproximadamente 215 mil toneladas (CONAB, 2013). Dentre os vinte e oitos armazéns presentes no município, quatro são públicos - um governamental (CASEMG) e três pertencentes às cooperativas (COOPA; Cooperativa dos Produtores de Grãos de Patrocínio e a EXPOCACCER) -; os demais são privados (Quadro 4.3).

Quadro 4.3 - Empresas e cooperativas do ramo de armazéns em Patrocínio

Ramo	Empresas e cooperativas
Armazéns	Dollar Café Armazéns Gerais; Sianor Armazéns Gerais Ltda; CASEMG - Companhia de armazém e silos do Estado de Minas Gerais; Acaia Armazéns Gerais Ltda; ADM Armazéns Gerais Ltda; Alto Paranaíba Armazéns Gerais Ltda; Armazéns Gerais Leste de Minas Ltda; Café América Ltda; Cafeeira Porta do Céu Ltda; COOPA - Cooperativa Agropecuária de Patrocínio Ltda; Cooperativa dos Produtores de Grãos de Patrocínio; Empresa Agrícola Folhado S/A; EXPOCACCER - Cooperativa dos Cefeicutores do Cerrado Ltda; Lider Armazéns Gerais Ltda; Novaagri Infraestrutura de Armazenagem e Escoamento Agrícola S/A; Patrocafé Armazéns Gerais Ltda; Regional Nutrição e Química Ltda; Reunidas Armazéns Gerais Ltda; Rio Branco Alimentos S/A.

Fonte: CONAB (2014).

Elaboração: NASCIMENTO, R. C. 2014.

Como identificado anteriormente, o escoamento do café *commodity* de Patrocínio é realizado por meio de rodovias. Juntamente com as empresas de armazenamento, as transportadoras é outro ramo de suma importância para o município (Quadro 4.4). Pois é esse setor que promove o deslocamento do grão das propriedades até as cooperativas ou armazéns (pública ou privada) e das cooperativas ou armazéns até o destino final.

Quadro 4.4 - Empresas do ramo de transportes em Patrocínio

Ramo	Empresas
Transportes	Transcer Transportadora Ltda, Rodonaves Transportadora; Minas Café Transporte Ltda; Real Cargas Ltda; Transportadora Rotacafé Ltda;

Fonte: patrociniofacil.com.br, guiamais.com.br

Elaboração: NASCIMENTO, R. C. 2014.

Das cinco empresas transportadoras, destaca-se a Real Cargas Ltda. e a Transportadora Rotacafé Ltda. A primeira possui seu escritório sediado no município de São Paulo/SP e atua em diferentes municípios do Brasil, seja através de rodovias ou também por transporte aéreo. Já a segunda possui sua sede central no município de Patrocínio, com filiais em Varginha/MG, Santos/SP, Franca/SP e Catalão/GO. Apesar de realizar o transporte de diversos ramos produtivos, sua maior especialidade é o escoamento da produção cafeeira. Os caminhões da empresa são rastreados via satélite com o objetivo de otimizar e controlar os fluxos e evitar roubos de cargas.

Ao longo do circuito espacial produtivo do café *commodity*, a maior presença de empresas de armazenamento e de transportes nas regiões cafeeiras confere um maior poder de atuação dos agentes responsáveis pelo fluxo de comercialização (compra e venda). Como é o caso das corretoras, que dependem diretamente dos armazéns, para estocar e negociar significativos volumes de café, e das transportadoras, para efetuar o escoamento do grão.

As corretoras atuam de forma independente ou são contratadas por empresas exportadoras e torrefadoras. Para tanto, é necessário que elas negociem junto aos produtores e cooperativas grandes volumes de café no intuito de ter um maior poder de barganha e obter melhores valores em suas negociações, retirando assim, certa porcentagem na venda. Após adquirir o produto dos cafeicultores ou cooperativas, os corretores repassam o café para a indústria - de torrefação e moagem e de solúvel - e para os exportadores ou importadores localizados nos países importadores. Em suma, a atuação dos corretores é de intermediar a comercialização de café *commodity*, consistindo em barganhar preços mais baixos junto aos produtores ou cooperativas de maneira a elevar o seu ganho de corretagem (Quadro 4.5).

Quadro 4.5 - Empresas do ramo de corretagem em Patrocínio

Ramo	Empresas
Corretoras	Albacafé Corretora; Ouro Verde Corretora de Café Ltda; Valcafé Corretagens de Café; Porto Corretora de Café e Cereais Ltda; UMCAFÉ Corretora de Café; União Corretora de Café; Grão Corretora; Mundo Novo Corretora de Café; Café Forte Ltda.

Fonte: patrociniofacil.com.br, guiamais.com.br

Elaboração: NASCIMENTO, R. C. 2014.

Os cafeicultores (pequeno, médio ou grande), não necessariamente pertencentes à região do Cerrado Mineiro, chegam a pagar às corretoras algo em torno de 5% sobre o valor do preço adquirido nas negociações. Dependendo do porte da corretora (pequeno, médio ou grande), a comercialização do café *commodity* pode ser realizada com as empresas de exportação, torrefadoras nacionais, *tradings* ou até mesmo com as grandes cooperativas e corretoras de maior porte.

Em Patrocínio, a EXPOCACCER – cooperativa da Região Cafeeira do Cerrado Mineiro - é a principal concorrente no mercado de café *commodity* das corretoras locais. Porém, na maioria das vezes, a Cooperativa e os corretores também atuam como parceiros, devido à necessidade de ambas as partes de encontrar novos compradores e na utilização dos armazéns da Cooperativa por parte das corretoras.

Muitas firmas de corretagem de Patrocínio e a EXPOCACCER possuem profissionais especializados em degustar o café, os chamados degustadores. Tal especialização técnica tem por objetivo classificar e atribuir, sempre de acordo com as normas da SCCA, a pontuação dos grãos que serão negociados no mercado interno e externo.

Com o objetivo de alavancar uma maior lucratividade, as firmas exportadoras (Quadro 4.6) compram cafés de diferentes qualidades de diversas regiões, a preços mais baixos, com o intuito de misturá-los e produzir o *blend* (ANDRADE, 1994). De acordo com Andrade (1994), essas empresas produzem o *blend* por possuírem certo conhecimento dos diversos padrões de café que cada mercado exige, desde os mais nobres até os de qualidade inferior.

Quadro 4.6 - Empresas do ramo de exportação de café *commodity* em Patrocínio

Ramo	Empresas
Exportadores	Atlântica Exportação e Importação Ltda; Patrofértil Comércio e Representações Ltda; Agro Minas Comércio e Exportação de Café; Café Acaia Comércio Ltda; Campos Altos Comercialização e Exportação de Café Ltda; Cerrado Brasil Comércio e Exportação; JR Indústria e Comércio de Café e Cereais Ltda; Merlin Coffee Representações; Patrominas Indústria e Comércio de Café; Stockler Comercial Exportadora Café; VR Comércio e Representações de Café; Cafeal Agrícola; Isratec Indústria e Comércio Ltda; Costa Café Comércio Exportação e Importação Ltda; Kava Assessoria em Mercado de Café; Mercantil Importação e Exportação do café do Triângulo Mineiro; Nacional Comércio e Exportação de Café e Cereais Ltda.

Fonte: patrociniofacil.com.br, guiamais.com.br

Elaboração: NASCIMENTO, R. C. 2014.

As empresas exportadoras existentes em Patrocínio não realizam somente transações de compra e venda de grãos, elas também importam insumos e maquinários necessários à produção, além de conceder crédito agrícola. Exemplo disso é a empresa Café Acaia Comércio Ltda pertencente ao Grupo Acaiá (Acaiá Assessoria em Negócios do Café; Acaiá do Cerrado – *Trading Coffee*; e Acaiá Armazéns Gerais Ltda). Esta empresa oferece serviços de corretagem de cafés (mercado físico, de futuros e Cédula de Produto Rural – CPR), assessoria com análise e posição de mercado e exportação direta em parceria com a empresa *Trading Coffee* (GRUPO ACAIA, 2014).

Em relação aos mercados, caso o fluxo de comercialização seja voltado para o mercado interno, o café verde segue para as torrefadoras e para as indústrias de café solúvel; e no externo, o café verde segue para as empresas (indústrias e torrefadoras) importadoras.

A produção nacional de café torrado/moído é vendida quase que exclusivamente para o mercado interno. Segundo Ribeiro (2000), a indústria de torrefação e moagem opera com grande

concorrência e baixo nível tecnológico. Isto faz com que a disputa do mercado se dê pelo baixo custo de investimentos, o que não privilegia a diferenciação e a qualidade do produto.

Nos últimos anos, as empresas líderes do mercado nacional foram adquiridas pelas grandes empresas internacionais. A norte-americana Sara Lee, por exemplo, adquiriu as marcas: Café do Ponto, Selete, União, Caboclo, Moka e Damasco, e formou o Grupo D.E Cafés do Brasil Ltda. A israelense Strauss-Elite constituiu uma *joint-venture* com a empresa brasileira Três Corações e a Torrefadora Nova Suíça foi adquirida pela italiana Segafredo.

Após pouco mais de uma década, em 2010, as dez principais empresas respondiam por 75% do total produzido, enquanto, em 2003, o índice era de pouco mais de 40% (percentual representado apenas pelas duas primeiras colocadas em 2010) (FREDERICO, 2014b, p. 44).

O Quadro 4.7 a seguir apresenta o ranking das cinco principais empresas do setor de café torrado e moído do Brasil no ano de 2013.

Quadro 4.7 - Ranking nacional das empresas de café torrado/moído no ano de 2013

Empresas	Ranking
Três Corações - Strauss-Elite	1º
D.E Cafés do Brasil – Sara Lee	2º
Marata	3º
Melitta⁵⁷	4º
Mitsui⁵⁸	5º

Fonte: ABIC (2014).

Elaboração: NASCIMENTO, R.C. 2014.

Em relação à indústria nacional de café solúvel⁵⁹, boa parte dos produtos é voltada para o mercado de exportação (Quadro 4.8). Ribeiro (2000) destaca que apesar do Brasil ser um dos

⁵⁷ Empresa de capital alemão

⁵⁸ Empresa de capital japonês que possui as marcas: Café Brasileiro; Café 3 fazendas; Café Bandeira; Café no Bulê; Café Premiado.

líderes neste setor, a produção do café solúvel nacional vem enfrentando forte concorrência no mercado mundial em função do baixo preço da matéria-prima, devido à produção de café Robusta pelo Vietnã.

Quadro 4.8 - Ranking nacional das empresas exportadoras de café solúvel no ano de 2013

Empresas	Ranking
Cacique	1º
Nestlé	2º
Iguaçu⁶⁰	3º
Cocam⁶¹	4º
Realcafé	5º

Fonte: MDIC (2014).

Elaboração: NASCIMENTO, R.C. 2014

Em função dos baixos custos de produção da cafeicultura brasileira, que tem resultado na inserção no mercado externo de um produto com baixa qualidade e baixa capacidade de agregação de valor, o Brasil se destaca como o maior exportador de café verde (em grãos) do mundo. Destaque para as *tradings* e algumas cooperativas nacionais como os principais agentes comercializadores do café verde para o mercado externo (Quadro 4.9).

⁵⁹ “No que se refere à tecnologia de processamento, existem dois métodos de preparo do solúvel: *freeze* e *spray-drying*. O *freeze* (processo de congelamento e sublimação) é considerado superior, pois durante o processo de secagem reduz a perda dos componentes aromáticos do extrato. No *spray-drying* (processo de pulverização do extrato a partir da evaporação) durante processo de fabricação perde grande parte dos componentes aromáticos. Apesar de o *freeze-dry* ser 30% mais caro que o *spray-drying*, a sua procura tem aumentado nos mercados tradicionais consumidores de solúvel em função da qualidade final do produto que mantém mais as características naturais do café” (SAES; NAKAZONE, 2002, p.63).

⁶⁰ Em *joint-venture* com a Coca-Cola, o Café Iguaçu, de capital japonês, adquiriu a marca Macsol.

⁶¹ Empresa de capital holandesa.

Quadro 4.9 - Ranking nacional das empresas exportadoras de café verde no ano de 2013

Empresas	Ranking
COOXUPÉ	1º
EISA S/A - Ecom	2º
Terra Forte	3º
Outspan - Olam	4º
Unicafé	5º
Stockler - Neumann Gruppe	6º
Guaxupé	7º
Atlântica	8º
Volcafé - ED&F Man	9º
Tristão	10º
EXPOCACCER	11º

Fonte: MDIC (2014).

Elaboração: NASCIMENTO, R.C. 2014

Tais dados deixam claro o maior poder de negociação - desde a compra do café até a comercialização nos principais mercados mundiais - que as grandes *tradings* e as indústrias de torrefação e moagem exercem no mercado mundial de café. O que conflui para que essas empresas obtenham um salto de escala dentro do circuito espacial produtivo de café *commodity*.

4.3 Os circuitos espaciais produtivos dos cafés especiais em Patrocínio: certificações *Rainforest, UTZ, 4C, CAFE Practices, Nespresso AAA*

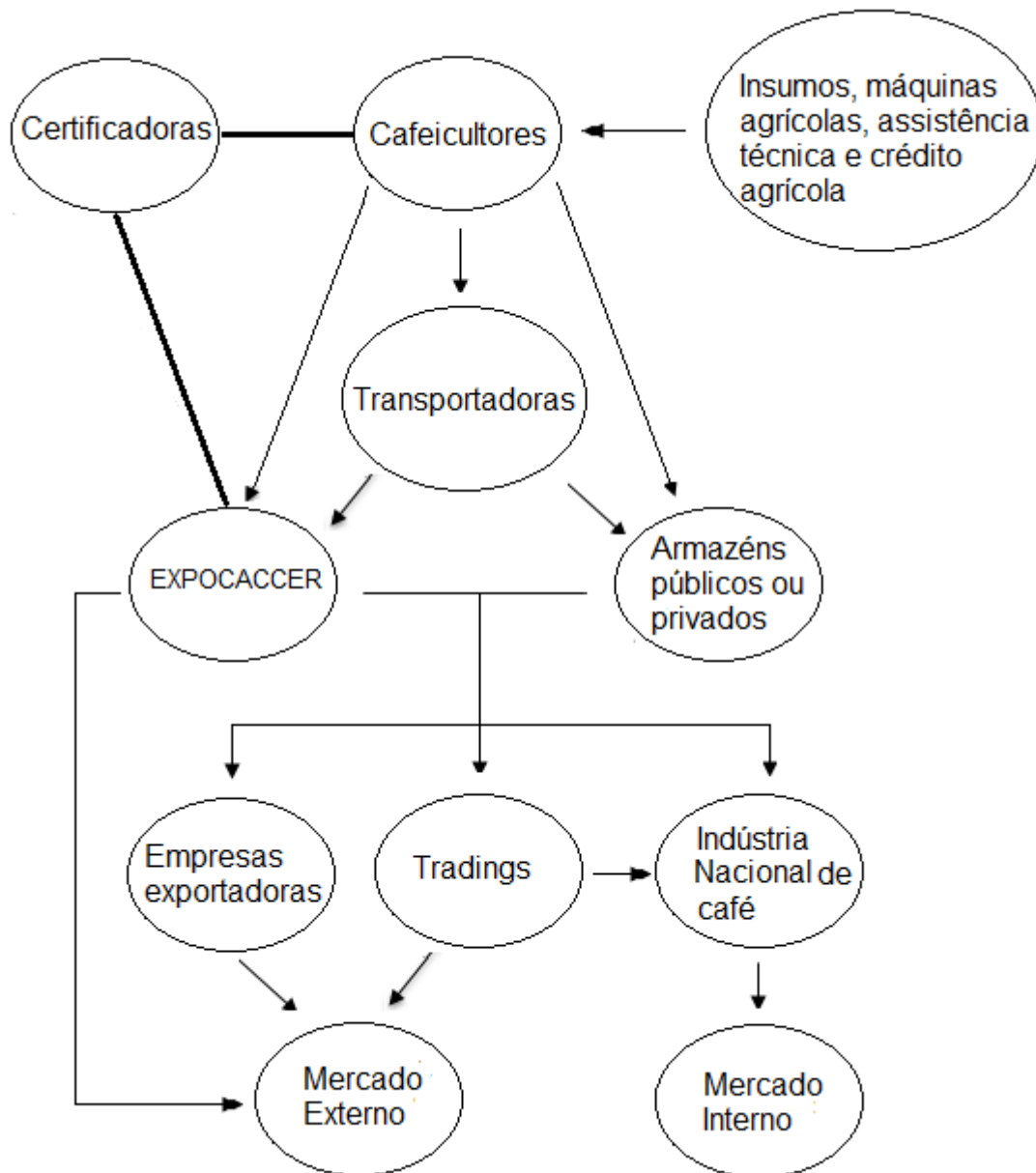
Como visto anteriormente, desde a década de 1990, a Região do Cerrado Mineiro vem se destacando como uma das principais regiões cafeeiras do país na produção e comercialização de cafés especiais, por agregar valor à produção e qualidade ao produto.

Os cafés especiais (cafés de altitude, Cereja Descascada, com certificados e peneira graúda) representam cerca de 30% do total dos cafés comercializados na Região Cafeeira do Cerrado Mineiro, que gira em torno de cinco a seis milhões de sacas. Atualmente, os cafeicultores de Patrocínio, sobretudo médios e grandes produtores, contam em suas propriedades com uma gama de certificadoras para a produção de seus cafés especiais, como: *Rainforest, UTZ, 4C, CAFE Practices, Nespresso AAA*.

Os circuitos espaciais produtivos⁶² dos cafés especiais com certificação *Rainforest, UTZ, 4C, CAFE Practices, Nespresso AAA* de Patrocínio é basicamente o mesmo do café *commodity*. Já em relação aos círculos de cooperações (Figura 4.4), as certificadoras se diferenciam pela não atuação das corretoras. Devido ao baixo volume negociado e por possuir um mercado restrito - quando comparado com o café convencional -, a comercialização dos cafés especiais certificados não é atrativo para as corretoras, principalmente as locais. Já que estas demandam de grandes volumes de café para manter-se no mercado.

⁶² Apesar do Comércio Justo também ser certificado, separamos do circuito dos cafés especiais certificados devido à inserção somente de pequenos produtores.

Figura 4.4 - Círculos de cooperação dos cafés certificados



Elaboração: NASCIMENTO, R. C. 2014.

As certificadoras têm o papel de conferir as normas e os padrões produtivos dos cafeicultores e da EXPOCACCER. Os insumos, as máquinas e equipamentos, a assistência técnica e o crédito rural podem ser adquiridos através das empresas públicas, privadas e cooperativas da região. No caso dos caminhões que transportam os grãos da fazenda até os armazéns, ficam a cargo de cada produtor. Devido à maior participação dos grandes produtores

nos circuitos espaciais produtivos de cafés certificados, muitos possuem armazéns e caminhões próprios para estocar e escoar os seus cafés até o destino final.

A EXPOCACER (Foto 4.1) é o principal centro logístico (armazenagem e transporte) e comercializador dos cafés especiais certificados do município de Patrocínio.

Foto 4.1 - Armazém EXPOCACER, município de Patrocínio



Foto: NASCIMENTO, R.C. 2013.

Ela é uma cooperativa do Sistema Café do Cerrado criada em 1993, no município de Patrocínio, juntamente com as cooperativas de Araguari e Monte Carmelo. Inicialmente, a Cooperativa funcionava como um sistema de condomínio para armazenamento de café. Posteriormente, passou a realizar também a comercialização do café.

Em 1995, a EXPOCACER se tornou a central das cooperativas de Patrocínio, Araguari e Monte Carmelo. Em 1999, a cooperativa de Patrocínio assumiu sozinha a EXPOCACER devido ao baixo preço do café no mercado internacional, ao baixo volume comercializado e ao elevado custo de manutenção da exportadora.

A atual estrutura administrativa da EXPOCACER é composta por uma diretoria profissional, não sendo composta por produtores, mas por um conselho administrativo de 40 associados eleitos pelos cooperados. A Cooperativa tem como objetivo operacionalizar a logística e a comercialização de café de todas as cooperativas e associações filiadas. Além de representar politicamente a Região do Cerrado Mineiro.

Atualmente, a EXPOCACCER possui aproximadamente 400 cooperados, oito armazéns com capacidade para 800 mil sacas de café e com estruturas adaptadas para *Big Bag* (saco com capacidade para 25 sacas de 60kg) (Foto 4.2).

Foto 4.2 - *Big Bag*



Foto: NASCIMENTO, R.C. 2013.

A EXPOCACCER prepara todos os cafés que entram na Cooperativa, sem efetuar a comercialização da “Bica Corrida” (café sem nenhum tipo de seleção ou padronização). Portanto, o café recebido já é beneficiado, para em seguida ser rebeneficiado, onde são retiradas amostras de todas as sacas para degustação e classificação (Foto 4.3). Para tanto, a EXPOCACCER possui funcionários com a mesma formação dos provadores dos concursos internacionais, facilitando a formação de *blends* de acordo com as demandas do mercado internacional.

Foto 4.3 - Café sendo classificado



Foto: NASCIMENTO, R.C. 2013.

Depois de serem rebeneficiados, os grãos dos cafés são rastreados e armazenados com o nome do produtor, separado e classificado por lote, não havendo a padronização dos cafés (mistura de cafés com mesmas características de diferentes produtores) (Foto 4.4). A Cooperativa possui as certificações para *Rainforest*, *UTZ*, *4C*, *CAFE Practices*, Comércio Justo, *Nespresso AAA*.

Foto 4.4 - Saca de café certificado pela Rainforest armazenado na EXPOCACCER



Foto: NASCIMENTO, R.C. 2013.

Nas propriedades cafeeiras localizadas na Região do Cerrado Mineiro, destaque para a *Rainforest Alliance* e a *UTZ*. De acordo com os dados da Federação dos Cafeicultores (2014), a *Rainforest Alliance* possui 38 certificados emitidos na região, numa área de 92.606 ha, o que corresponde a 55% de toda área plantada na região. Já a *UTZ*, emitiu 57 certificações para 171 propriedades.

O que difere a EXPOCACCER das demais cooperativas e *tradings* é a diversidade de formas de comercialização e a diferenciação da qualidade do café. Para tanto, a EXPOCACCER é parceira do grupo australiano, *Macquarie*, empresa líder em prestações de serviços bancários, financeiros, consultoria e de gestão de fundos e investimentos. No Brasil, a *Macquarie* possui seu escritório na cidade de São Paulo. O objetivo desta empresa consiste em auxiliar seus parceiros quanto à estrutura de financiamentos de longo prazo para o setor de agronegócio, que inclui pré-financiamento para exportação; financiamento para estoques e armazenagem de produtos; além de projetos de expansão de capacidade agroindustrial (MACQUARIE, 2014).

Todos os lotes certificados e armazenados pela EXPOCACCER são rastreados, classificados, com identidade do produtor (nome, fazenda e corredor e quadra de onde foi colhido). A rastreabilidade e as certificações chegam a agregar entre 10% a 20% de ágio no valor da saca. A EXPOCACCER foi pioneira na busca de certificações e rastreabilidade, buscando agregar valor ao café, além de fornecer o mesmo padrão continuamente aos clientes. A

Cooperativa também fornece sacarias com logos personalizados, além de preparar *blends* especiais, com características organolépticas específicas e história de produção. Estes lotes possuem um nome próprio, sendo criado pela Cooperativa ou requerido pelo comprador.

A EXPOCACCER comercializa cerca de 15% dos cafés produzidos na Região do Cerrado Mineiro. Metade da sua comercialização é vendida como cafés especiais, acima de 80 pontos da SCAA, com certificação (*FLO*, *Rainforest*, *UTZ*, *4C*, *CAFE Practices*, *Nespresso AAA*) e com padrões específicos.

Na safra 2012/2013, das 300 mil sacas de cafés finos aproximadamente comercializados pela Cooperativa, apenas 10 mil sacas, o que correspondente a cerca de 7% do total, foram vendidos para as cafeterias brasileiras localizadas nos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio de Janeiro e Minas Gerais. As principais empresas concorrentes da EXPOCACCER são: Cooxupé, Veloso, Stockler, EISA, Outspan e Sara Lee.

Ressalta-se que ao mesmo tempo em que ocorre esta concorrência, ocorre também parcerias entre a EXPOCACCER e as empresas citadas. A parceria com a Cooxupé, por exemplo, se dá através da certificação AAA. A cooperativa da Região Sul de Minas possui na Região do Cerrado Mineiro cerca de 699 cooperados. Muitos cooperados da Cooxupé de Patrocínio armazenam os seus grãos de café na própria EXPOCACCER, já que esta possui a certificação AAA. Tal prática é bem comum também pelos cafeicultores certificados pela AAA que comercializam seus cafés pela *Stockler*.

O escoamento das sacas de café realizado pela EXPOCACCER, seja para o Porto de Santos, seja para o mercado interno, ocorre de duas maneiras: sacarias ou a granel. Em sacarias, a Cooperativa contrata as transportadoras locais. Já o transporte a granel é feito por transportadoras especializadas da Região Sul de Minas, como a Nova Safra e a Monte Santo.

A maior parte dos cafés certificados, cerca de 70%, é transportada em caminhões graneleiros, devido à distância relativamente grande do Porto de Santos (cerca de 800 km). Um contêiner estufado a granel chega a carregar até 360 sacas, enquanto em sacaria não ultrapassa os 320 sacos. Os cafés certificados são escoados a granel. No momento do deslocamento, os lotes de diversos produtores são misturados de acordo com as suas características, contendo o nome dos produtores e a origem dos cafés. Neste caso, o lote é lacrado e somente aberto no exterior, não sofrendo nenhum tipo de alteração ou intervenção na carga.

O despacho aduaneiro dos cafés exportados (certificados ou não) é feita pelo despachante, localizado em Santos. A Cooperativa solicita ao despachante o desembaraço da carga nas condições especificadas pelo cliente: data e forma de transporte. As principais empresas que efetuam o despacho da carga para o mercado externo são: a dinamarquesa *Maerks* e a suíça *MSC*.

Por fim, a atuação das empresas exportadoras, *tradings* e as indústrias de torrefação e moagem nacionais no círculo de cooperação dos cafés certificados são as mesmas do café convencional.

No caso específico dos cafés especiais certificados, a EXPOCACCER de certa forma exerce um “salto de escala” no circuito espacial produtivo. Pois, além de realizar praticamente toda a parte logística dos produtos, ela concentra também boa parte dos cafés certificados produzidos na região. O que confere à Cooperativa um maior poder de negociação junto aos principais compradores do mercado de cafés especiais.

4.4 A formação da Associação dos Pequenos Cafeicultores do Cerrado (APPCER) e a constituição do circuito espacial produtivo do café do Comércio Justo em Patrocínio

Com o intuito de inserir seus produtos no mercado de café, os pequenos produtores de Patrocínio passaram a constituir o circuito espacial produtivo do Comércio Justo (*Fair Trade*) através da organização de uma associação voltada à produção de cafés certificados.

Para os pequenos produtores, a organização em associações voltadas à produção de cafés certificados é de certo modo um meio interessante de se alcançar um “salto de escala” no circuito espacial produtivo. De acordo com Daviron e Ponte (2007), a iniciativa destas associações é uma forma de agregar valor “material”, “simbólico” e de “serviços personalizados” à produção cafeeira.

Os atributos “materiais” referem-se à qualidade do produto, medido sensorialmente ou por instrumentos tecnológicos (aroma, cor, defeitos, impurezas, umidades, sabor, tamanho). Os atributos “simbólicos” são inerentes à reputação do produto, como a origem, o modo de vida do produtor, os saberes locais e uma produção que leve em conta preocupação com os recursos naturais e com a distribuição de renda. Os atributos simbólicos são reconhecidos pelas marcas comerciais, certificações (como do Comércio Justo ou orgânico) ou através de Indicações Geográficas. Os “serviços personalizados” referem-se às relações interpessoais entre os

produtores e os consumidores. Uma forma de trabalho com dimensões afetivas, como os praticados nas cafeterias.

Devido à larga experiência na formação de associações voltadas para o mercado do Comércio Justo (como as associações da Região Sul de Minas), o SEBRAE-MG e o Banco do Brasil, através do Programa Desenvolvimento Regional Sustentável⁶³, se reuniram com as principais cooperativas da região com o intuito de fomentar uma associação no Cerrado Mineiro para o mercado alternativo de café.

A partir desta iniciativa, no ano de 2010, foi estabelecida a parceria entre os pequenos produtores de café da Comunidade do Esmeril, no município de Patrocínio, a EXPOCCACER, a COOPACREDI-Patrocínio e a COOPA, para criar a Associação dos Pequenos Produtores do Cerrado (APPCER). Primeira associação de pequenos produtores do Cerrado Mineiro e também a primeira a ter o selo *Fair Trade* na região.

A existência de um assentamento de Reforma Agrária naquela comunidade facilitou a criação da Associação e a certificação junto ao Comércio Justo. O assentamento de terras na Comunidade do Esmeril se deu no final da década de 1990. A maioria dos assentados nasceu no próprio município, e muito destes começaram a trabalhar com o café somente na década de 2000. A forte tradição na organização dos produtores fez com que em apenas um ano a Associação fosse certificada pela *FLO* para o Comércio Justo, enquanto em outras regiões brasileiras a certificação chega a demorar em média três anos.

Atualmente, a Associação possui 59 membros e dois núcleos - do Esmeril e da Lagoa Seca -, ambos pertencentes ao município de Patrocínio. A maioria dos associados é oriunda da mesorregião do Triângulo Mineiro/Ato Paranaíba (MG) e do norte paranaense. Sua sede está localizada no edifício da própria EXPOCACCER (Foto 4.5).

⁶³ O Programa Desenvolvimento Regional Sustentável, do Banco do Brasil, consiste em conceder créditos para custeio, investimento ou comercialização, para pequenos produtores, cooperativas, pequenos empresários, entre outros (BB, 2014).

Foto 4.5 - Sede da APPCER



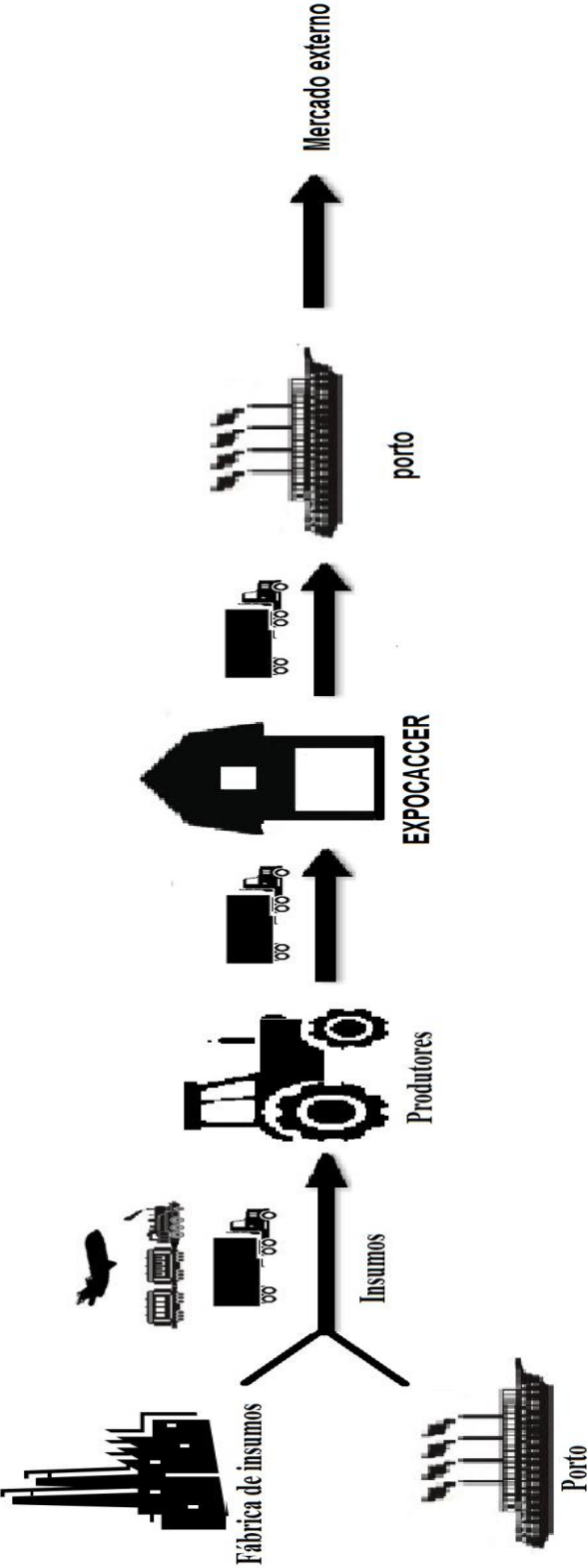
Foto: NASCIMENTO, R.C. (2013).

Os principais objetivos da Associação consistem em: representar os pequenos produtores junto a Federação dos Cafeicultores da Região do Cerrado Mineiro; proporcionar as condições necessárias para a produção; e incentivar os produtores a comercializarem os cafés certificados no mercado do Comércio Justo, garantindo agregação de valor tanto aos produtores como à Associação.

Para se tornar membro da APPCER, o produtor deverá estar de acordo com uma série de critérios estabelecidos pelos associados, como por exemplo: a área da propriedade tem que ser de até quatro módulos (no máximo 160 hectares), pelas normas estabelecidas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário; o café deverá ser a principal renda da família; não pode ter empregado(s) fixo(s), somente trabalhador(es) temporário(s); médios e grandes produtores podem se associar, desde que estes comercializem metade dos cafés produzidos pela Associação junto ao Comércio Justo.

A seguir um esboço do circuito espacial produtivo do café Comércio Justo realizado pela APPCER no município de Patrocínio (Figura 4.5).

Figura 4.5 - Circuito espacial produtivo do café do Comércio Justo



No ramo de produção de insumos agrícolas, além de possuir as empresas Vale e Bunge, Patrocínio conta também com a presença da empresa suíça *Syngenta*. A *Syngenta*, empresa que atua diretamente no mercado cafeeiro, é uma das maiores produtoras de sementes e defensivos agrícolas do mundo.

A *Syngenta* possui o programa *Nucoffee*, voltado para o mercado de cafés especiais, constituindo-se como uma concorrente direta do programa Nucoopp, da EXPOCACCER, como veremos mais adiante. No programa *Nucoffee*, a empresa oferece insumos químicos e assistência técnica em troca de cafés de qualidade superior.

Após a colheita, o café em coco é beneficiado, seja pelo equipamento da própria Associação ou de terceiros. Em seguida, o café beneficiado é encaminhado até a EXPOCACCER - principal comprador de café do Comércio Justo da APPCER -, através de caminhões pagos pelos próprios produtores.

Por fazer parte de uma organização certificada, os cafés produzidos pelos pequenos produtores vinculados a APPCER são obrigatoriamente rebeneficiados, etapa realizada pela EXPOCACCER. Com a classificação do produto, tal procedimento representa um salto escalar para os pequenos produtores associados à APPCER por resultar numa agregação ainda maior ao valor da produção, como assevera Frederico (2014b).

O controle do rebeneficiamento pode representar um salto escalar para um grande número de pequenos produtores. Apesar da significativa participação dos cafeicultores em associações formais e cooperativas, ainda é grande o número daqueles que não fazem parte de nenhuma organização e que negociam o café diretamente com atravessadores locais, sem a realização de nenhum tipo de classificação do produto. Durante trabalho de campo nos municípios da região do Caparaó, no estado do Espírito Santo, era recorrente ver pequenos cafeicultores vendendo seu café sem nenhum tipo de classificação para corretores locais, que após adquirir os grãos pelo menor preço possível (abaixo da cotação de mercado), os separavam pelo tipo de peneira, defeitos e qualidade da bebida, conseguindo assim obter preços diferenciados de acordo com a qualidade do lote. [...] ao vender o café para corretores locais, os cafeicultores limitam sua escala de ação dentro do circuito espacial produtivo, ao aumentar o número de intermediários entre eles e o consumidor final, auferindo consequentemente menores preços (FREDERICO, 2014b, p.43).

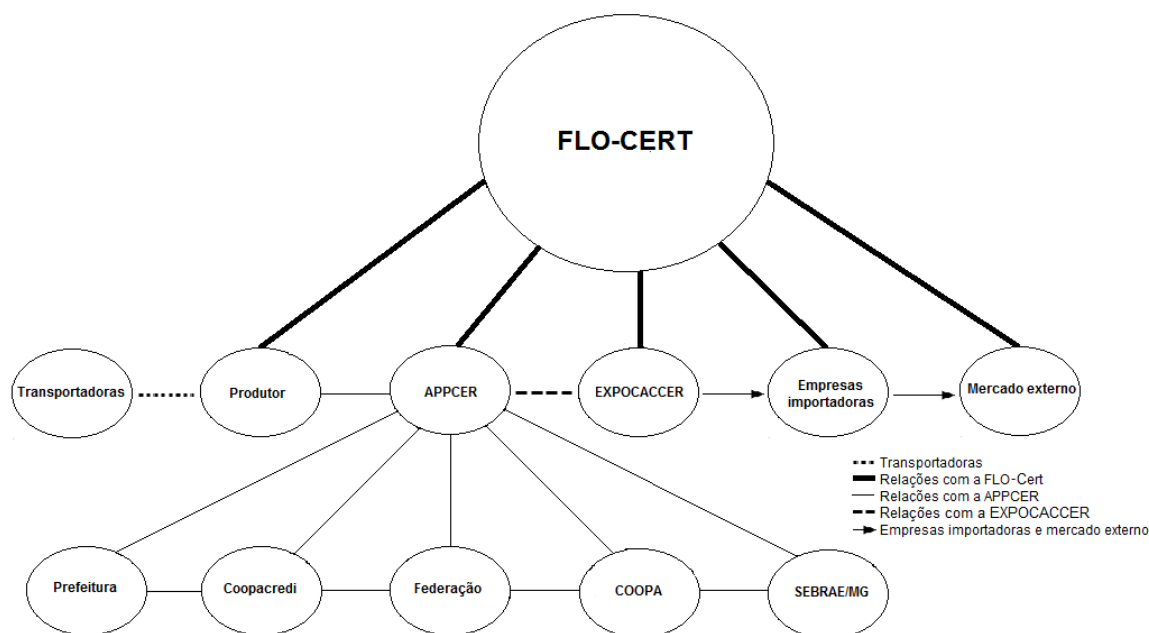
Depois do processo de rebeneficiamento, o café é estocado e escoado até o mercado externo. Ressalta-se que muitos associados APPCER armazenam seus cafés por um determinado período de tempo. Tal procedimento tem por objetivo conseguir melhores preços nas sacas para depois vendê-los no mercado convencional ou no próprio Comércio Justo. Para tanto, os

associados APPCER que são cooperados EXPOCACCER pagam mensalmente cerca de 0,60 centavos de real por saca para armazenar os seus cafés em grãos.

Grosso modo, a estrutura do circuito espacial produtivo do café Comércio Justo de Patrocínio é praticamente o mesmo do café convencional para a exportação: insumos; produtor; armazéns, principalmente da EXPOCACCER; porto e mercado externo.

No entanto, a diferença consiste num maior poder da certificadora (*FLO-Cert*) em conferir e verificar todas as etapas de produção, desde o produtor até o mercado externo. Isto pode ser percebido no círculo de cooperação (Figura 4.6) estabelecido pela APPCER, que também mantém uma série de relações com as cooperativas locais, assegurando assistência técnica; participação em eventos (nacional ou internacional); crédito agrícola e uma maior fluidez da produção.

Figura 4.6 - Círculo de cooperação do café do Comércio Justo



Elaboração: NASCIMENTO, R. C (2014).

Transportadoras

Fica a cargo dos produtores associados de contratar os caminhões que irão transportar o café em grão de suas fazendas até os armazéns da EXPOCACCER. Muitos desses caminhões são pertencentes às transportadoras locais citadas anteriormente. A partir de então, a EXPOCACCER se torna a responsável pelo contrato e custos dos caminhões que irão até o Porto de Santos.

Relações com a FLO-Cert

A *FLO-Cert* é a certificadora dos cafés produzidos pela APPCER, portanto é ela quem verifica e estabelece um padrão produtivo a ser comercializado nos estabelecimentos credenciados pelo Comércio Justo.

Para tanto, os produtores associados deverão seguir uma série de critérios e normas de produção, como por exemplo: o não uso de certos produtos químicos na produção; os produtos químicos aceitos deverão ser lacrados e separados dos outros materiais; coleta seletiva; uso de acessórios voltados à segurança do trabalho; entre outros.

A *FLO-Cert* também realiza auditorias anuais nas associações certificadas. Assim como as suas exigências, os custos da certificação aumentam de forma gradativa. Atualmente, a APPCER paga entre três a quatro mil reais por ano pela certificação. As etapas iniciais consistiram na instalação da coleta seletiva nas propriedades (Foto 4.6); adequação quanto ao uso (ainda é possível o uso de agrotóxicos de tarja amarela) e armazenamento dos produtos químicos (após a aplicação, estes materiais químicos devem passar por um processo de tríplex lavagem e serem armazenados dentro de uma caixa fechada, identificada e com cadeado); kits IPI (máscaras, luvas, botas, entre outros); além de iniciarem o processo de construção de fossas sépticas.

Foto 4.6 - Coleta seletiva



Foto: NASCIMENTO, R.C. 2013.

Um exemplo apresentado pelos associados a respeito das futuras etapas estabelecidas pela *FLO-Cert*, é que no sexto ano, ou etapa seis, os associados deverão adequar as suas propriedades quanto à separação dos agrotóxicos. Nesta etapa, o uso de agrotóxicos de tarja amarela não será mais permitido. E os produtos químicos permitidos, além de serem armazenados dentro de uma caixa fechada, identificada e com cadeado, deverão ser guardados num determinado ambiente específico, de forma isolada. Ou seja, a cada ano aumenta o rigor das exigências e os custos da certificação.

Apesar de tais exigências, a saca vendida no mercado do Comércio Justo é muito mais rentável para os produtores associados do que as vendas no mercado convencional. Em entrevista realizada no dia 23 de maio de 2013 com alguns produtores associados foi relatado que na safra 2011-2012, enquanto a saca para o Comércio Justo foi vendida por aproximadamente 570 reais; a saca convencional estava em 490 reais. Dos 80 reais de ágio por saca, 47 reais foram destinados à Associação, para investimentos sociais nas comunidades rurais e para melhorias das propriedades associadas e o restante, em torno de 30 reais, foi destinado para os próprios produtores.

Neste mesmo ano, a APPCER arrecadou 180 mil reais em premiações. No período de set/2012 – set/2013, a premiação se aproximou de 500 mil reais, sendo pago em torno de 40 a 50

reais por saca. O volume total desta premiação é administrado pela APPCER, para ser investido em ações ambientais ou sociais de comum acordo entre os associados.

Os associados têm como meta destinar 25% da premiação para a melhoria da qualidade e produtividade do café dos seus associados, o restante será utilizado para estruturação da organização, atividades socioeducativas dos associados e familiares.

Deste modo, o valor da premiação foi repartido da seguinte maneira: na aquisição de 01 fossa séptica; 01 kit IPI (máscaras, luvas, botas, entre outros); 10 bolsas de estudos para o curso de inglês para os associados (70% da mensalidade); 10 bolsas de estudo de informática para os associados (70% da mensalidade); 01 bolsa de estudo para os associados em qualquer curso superior de até 500 reais (70% da mensalidade). Como ação social, a APPCER ajudará na infraestrutura de uma creche, sendo investidos: quatro mil reais na aquisição de uniformes e 1.500 reais numa brinquedoteca.

A EXPOCACCER é a compradora dos cafés do Comércio Justo produzidos pela APPCER, como veremos mais adiante. Cabe a ela, portanto, repassar o valor da premiação à Associação. Após comprar os cafés do Comércio Justo, a EXPOCACCER os negocia com as importadoras (torrefadoras e *tradings*) credenciadas. Nesta transação comercial, a Cooperativa chega a ganhar entre 20 a 30 reais acima daquilo que foi vendido pelos produtores da APPCER.

As importadoras, por sua vez, também seguem as regras da certificadora antes de colocar os produtos nas prateleiras dos mercados (cafeterias, supermercados, lojas de conveniências, entre outros).

A *FLO-Cert* pode advertir ou até mesmo excluir as entidades participantes (associações, cooperativas e empresas) em caso do não cumprimento das regras do Comércio Justo.

Relações com a APPCER

A parceria entre APPCER e a Prefeitura Municipal de Patrocínio se dá por meio do Conselho Comunitário Rural, sendo firmado um convênio para a aquisição (comodato) de um trator, um pulverizador e uma máquina de beneficiar café. De acordo com o relato da Associação, cerca de 90% dos produtores associados realizam a colheita mecanizada, por meio do aluguel de máquinas e uso de implementos agrícolas próprios (tratores, pulverizadores, roçadeira, secadores, entre outros).

O SEBRAE-MG, por sua vez, promove programas de capacitação em gestão e de mão-de-obra aos associados da APPCER. Além de estimular o acesso aos mercados internacionais, como na participação em feiras promovidas pela Associação de Cafés Especiais dos Estados Unidos - *Specialty Coffee Association of America (SCAA)*.

Por estar inserida na Região do Cerrado Mineiro, a APPCER também está vinculada a Federação dos Cafeicultores do Cerrado. O que permite aos produtores associados participarem das decisões políticas e usufruir de todos os aparatos organizacionais inseridos no “Sistema Café do Cerrado”. Os cafés produzidos pelos produtores APPCER além de serem certificados para o Comércio Justo, também podem ser certificados com o selo de Indicação de Origem da Região do Cerrado Mineiro, agregando ainda mais valor à produção.

De maneira a ter um maior controle dos associados quanto às averiguações realizadas pela *FLO-Cert*, a APPCER realiza auditorias internas (adequação das propriedades às normas ambientais, trabalhistas, de rastreabilidade e de técnicas de manejo) supervisionadas por um técnico agrícola contratado (*checklist*), além de possuir uma comissão de agricultura, meio ambiente e de produção. Para tanto, a APPCER também promove diversos cursos com os produtores associados sobre questões administrativas (planilha de custos e produtividade), técnicas de manejo adequadas, comercialização antecipada das safras, rastreabilidade, alta produtividade e mecanização da colheita. Além de promover cursos sobre a importância de ser cooperado.

Quanto às cooperativas da região, 95% dos produtores APPCER são cooperados à COOPA, e 90% são cooperados à EXPOCACCER. Apesar da baixa adesão entre os associados pela COOPACREDI-Patrocínio⁶⁴, em comparação às cooperativas citadas, ela é responsável em conceder crédito agrícola com juros abaixo dos praticados pelo mercado e por participar de alguns projetos em parceria com COOPA e EXPOCACCER.

Em relação à parceria entre a COOPA e a APPCER, esta se dá através do suporte estrutural para eventos, encontros e seminários, além de fornecer insumos e produtos agropecuários.

⁶⁴ Esta baixa adesão pela COOPACREDI muito se dá devido a não necessidade de crédito agrícola por parte dos pequenos produtores da APPCER, além que estes também são cooperados das duas maiores cooperativas da região (COOPA e EXPOCACCER). Ressalta-se que os lucros das cooperativas são distribuídos entre todos os cooperados, assim como as perdas.

Ressalta-se que atualmente, a COOPA⁶⁵ possui mais de 2.700 cooperados, sendo a maior cooperativa da Região do Cerrado Mineiro em número de cooperados. Além de possuir sua sede em Patrocínio (Foto 4.7), a Cooperativa está presente em 13 municípios da região: Abadia dos Dourados, Araxá, Campos Altos, Coromandel, Cruzeiro da Fortaleza, Guimarânia, Ibiá, Iraí de Minas, Monte Carmelo, Patos de Minas, Perdizes, Pratinha e Serra do Salitre.

Foto 4.7 - Sede da COOPA, município de Patrocínio



Foto: NASCIMENTO, R.C. 2013.

A estrutura da COOPA é composta pelo Laticínio COOPA; Fábrica de Rações e Sais Minerais; Loja Agroveterinária; supermercado e da Administração, em Patrocínio. Em Coromandel, uma Loja Agroveterinária e um supermercado; e uma Loja Agroveterinária em Serra do Salitre e outra em Ibiá.

A COOPA também mantém relações com a APPCER por meio do Projeto Educampo, em parceria com o SEBRAE/MG e a EXPOCACCER, que consiste no auxílio técnico e administrativo junto aos pequenos produtores de café.

⁶⁵ A COOPA possui mais de 350 profissionais, entre técnicos agrícolas e agrônomos que auxiliam os produtores cooperados através de diversos projetos em cooperação com outras cooperativas e entidades privadas sem fins lucrativos da região, como: o Dia de Cooperar (Dia C), através da parceria com a EXPOCACCER, Unimed Patrocínio, Sincoob/Coopacred, Coopercac, Cemil, entre outros, cujo intuito de promover diversas iniciativas individuais ou coletivas que priorizem o trabalho voluntário; a COOPA Jovem, que tem por objetivo de promover e vivenciar o cooperativismo entre os jovens.

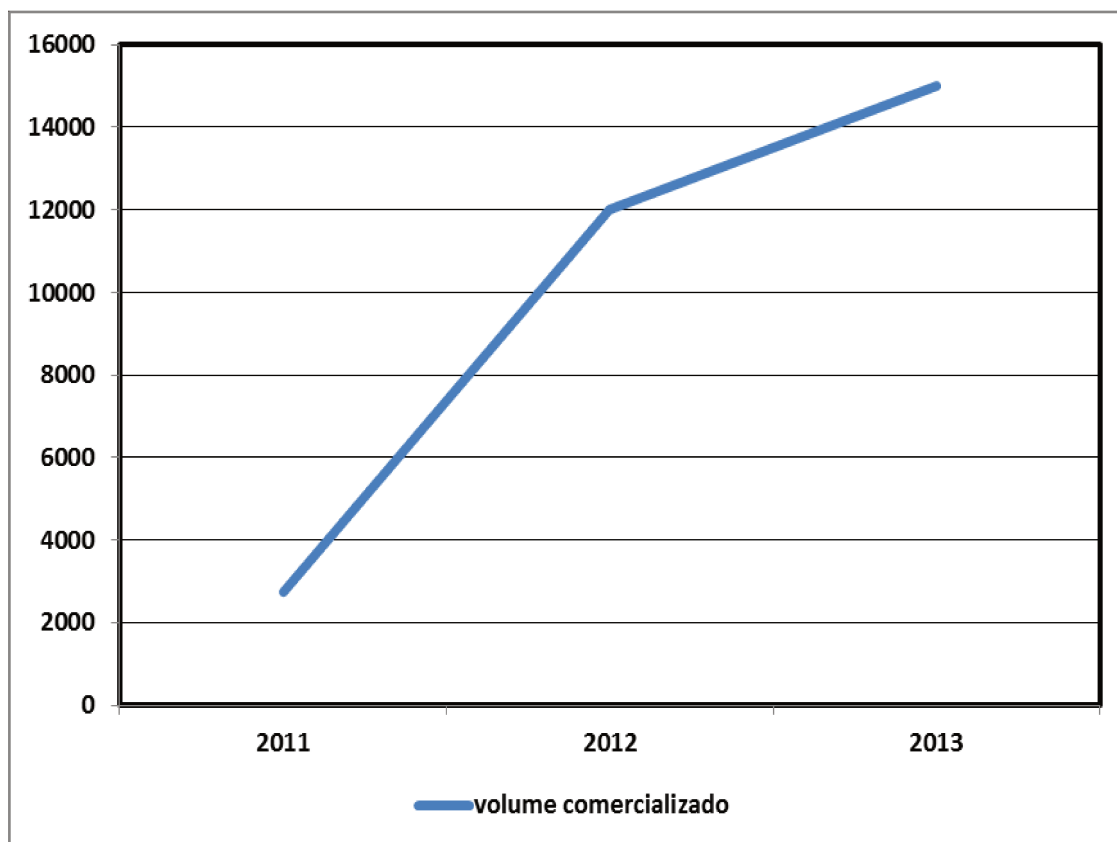
O Projeto Nucoopp, Núcleo de Cooperativismo do Pequeno Produtor de Patrocínio, é outro projeto que consiste numa ampla parceria entre as cooperativas locais (EXPOCACCER, COOPA e a COOPACREDI) com a APPCER. O Nucoopp teve início no começo da década de 2000, com o objetivo de conferir maior suporte e auxílio técnico (desde a produção, processamento até a comercialização final) para a pequena produção da Região do Cerrado Mineiro. De maneira a oferecer serviços de orientações técnicas quanto à qualidade, o gerenciamento de custos, as consultorias comerciais e o acesso facilitado ao crédito e insumos agrícolas.

Relações com a EXPOCACCER

Além dos diversos projetos citados anteriormente, a EXPOCACCER é a cooperativa responsável pelo armazenamento dos grãos de cafés do Comércio Justo produzidos pela APPCER. Sendo assim, a *FLO-Cert* estabelece uma série de auditorias anuais na cooperativa, inspecionando questões organizacionais e trabalhistas.

A EXPOCACCER também é a maior compradora dos grãos de cafés produzidos pela Associação. Na safra 2011-2012, a APPCER comercializou (convencional ou Comércio Justo) entre 12 a 13 mil sacas. Do total comercializado pela Associação (Gráfico 4.1), a EXPOCACCER adquiriu 95% das sacas. Deste montante adquirido pela cooperativa, 75% foram vendidos somente para o mercado do Comércio Justo.

Gráfico 4.1 - Volume total de café comercializado (convencional ou Comércio Justo) pela APPCER



Fonte: APPCER (2013)

Elaboração: NASCIMENTO, R.C (2014)

Os principais destinos dos cafés (certificados ou convencional) produzidos pela APPCER são: Austrália, Japão, Coréia do Sul, Itália, Áustria, Canadá e EUA. Ressalta-se que os associados não conhecem as empresas que negociaram com a EXPOCACCER.

Toda a parte de escoamento, caminhões via granel, das sacas de café do Comércio Justo até o Porto de Santos é a mesma das demais certificadoras relatadas anteriormente.

Empresas importadoras e mercado externo

Para as empresas importadoras se inserirem no mercado do Comércio Justo, é necessário que estas sigam as normas da *FLO-Cert*. Primeiramente, após o pagamento de uma taxa inicial de certificação, os comerciantes recebem uma “Permissão para Comercializar” com validade de

nove meses. Esta permissão é uma autorização temporária para iniciar as negociações sob as condições do Comércio Justo, na qual num prazo de aproximadamente seis meses é realizada uma auditoria interna. Somente após a aprovação desta auditoria é que a empresa receberá a certificação para os produtos do Comércio Justo. Em suas auditorias, a *FLO-Cert* adota o critério de confidencialidade, sendo divulgado somente com o consentimento do auditado, ou por meio judicial.

4.5 O café do Comércio Justo de Patrocínio: *commodity* ou *anticommodity*?

Como mencionado anteriormente, com a globalização, o circuito espacial produtivo de café convencional, anteriormente regulado pelos acordos interestatais, passou a ser regulado pelas grandes empresas internacionais de torrefação e moagem e *tradings*. No mercado mundial de café, enquanto as *tradings* constituíram um verdadeiro oligopsônio na aquisição dos grãos, as empresas de torrefação e moagem, por sua vez, conformaram um oligopólio na venda do café processado.

Numa tentativa de se contrapor à lógica das *commodities* e aos agentes intermediários, a produção de café do Comércio Justo tem como objetivos agregar valor à produção, conferir identidade ao produtor e oferecer produtos de melhor qualidade e que promovam um menor impacto ambiental.

Essa iniciativa é compartilhada entre os pequenos produtores do município de Patrocínio, através da organização da Associação dos Pequenos Produtores do Cerrado (APPCER), que passaram a constituir um novo circuito espacial produtivo do café naquele município.

No presente capítulo, verificou-se que o município em questão é um dos maiores produtores de café convencional do país e um dos principais comercializadores de cafés especiais da Região do Cerrado Mineiro. Deste modo, consideramos que em Patrocínio convergem três circuitos vinculados à produção de café: convencional, cafés especiais certificados e do Comércio Justo.

No circuito espacial produtivo do café convencional, evidencia-se um maior poder exercido pelas grandes empresas do setor perante aos agentes locais. Este poder ao mesmo tempo em que permite às grandes empresas transporem escalas mais facilmente, torna os agentes locais

da produção, sobretudo, os pequenos produtores, mais vulneráveis as crescentes oscilações dos preços dos mercados internacionais.

Como alternativa à produção de café convencional, o mercado de café especial se torna uma opção válida por agregar valor à produção e promover a qualidade do produto. Em Patrocínio, podemos afirmar que existem dois tipos de circuitos espaciais produtivos vinculados aos cafés especiais certificados. Um é inteiramente ligado aos médios e, sobretudo, aos grandes produtores; e o outro somente à pequena produção.

No circuito espacial produtivo dos cafés especiais com certificação *Rainforest*, *UTZ*, *4C*, *CAFE Practices*, *Nespresso AAA* percebe-se um salto escalar estabelecido pela EXPOCACCER, por deter certo controle da comercialização e da logística na região. Apesar disso, tanto a Cooperativa como os produtores, continuam dependentes das grandes empresas. Além de serem as maiores compradoras desse tipo de café, algumas dessas empresas são as principais responsáveis pela certificação do próprio produto conferindo novamente um salto escalar no circuito de café.

A alternativa encontrada pelos pequenos produtores de Patrocínio foi vincular a produção dos seus cafés ao Comércio Justo. No circuito espacial produtivo do café Comércio Justo estabelecido pela APPCER e seus consequentes círculos de cooperação, percebe-se que há uma grande interação entre os pequenos produtores Associados com os principais agentes governamentais e cooperativas locais e entidades privadas (SEBRAE/MG). Estes agentes são responsáveis por conferir aos associados boa parte da estrutura necessária de maneira a minimizar as ações dos agentes intermediários. De certo modo, isto tem permitido aos pequenos produtores de Patrocínio alguns saltos escalares dentro do circuito de café, como citado anteriormente.

As associações não possuem meios legais para exercer ações mercantis como as cooperativas (ANDRADE, 1994) e os pequenos produtores da APPCER não possuem qualquer interesse em formar uma nova cooperativa no município. Sendo assim, mesmo a EXPOCACCER agindo como se fosse uma grande *trading* - o maior comprador e revendedor dos cafés do Comércio Justo produzidos pela APPCER e detendo certo controle logístico da produção -, a Cooperativa é de suma importância para a Associação por ser o principal responsável pela comercialização dos seus cafés no Comércio Justo. O que tem permitido a inserção dos cafés dos pequenos produtores no mercado de cafés especiais.

Como relatado anteriormente, a empresa *Syngenta* também possui um grande interesse pelos cafés dos pequenos produtores da APPCER. Tal interesse poderá propiciar aos Associados mais uma via de comercialização para os seus cafés no mercado do Comércio Justo. No entanto, vale lembrar que a *Syngenta* não possui qualquer compromisso com a região como a EXPOCACCER.

Apesar do Comércio Justo ter surgido como um mercado alternativo vinculado à pequena produção, a certificação da produção promove uma padronização e normatização. Isto tem retirado a identidade do produtor por permitir às grandes empresas a fácil substituição dos fornecedores, distanciando cada vez mais o produtor do consumidor final.

Deste modo, a pequena produção de café do Comércio Justo de Patrocínio conforma-se como uma *recommoditização* (DAVIRON; VAGNERON, 2010), devido à criação de novos padrões produtivos impostos pelas certificadoras e pela crescente participação das grandes empresas do setor no mercado de cafés especiais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da segunda metade do século XX, o Estado foi o principal articulador e financiador dos agentes responsáveis pela modernização da agricultura brasileira. No caso da produção dos cafés nos cerrados, os programas de colonização e expansão da fronteira agrícola, somados às menores rugosidades (SANTOS, 2012a) e aos incentivos estatais de renovação e modernização da cafeicultura permitiram a sua implantação e rápida difusão.

Em relação ao Cerrado Mineiro, estes eventos fizeram com que a cafeicultura passasse a ser praticada em propriedades maiores, com maior intensidade em capital e organização, sendo caracterizada pelo intenso uso de sistemas técnicos agrícolas modernos (tratores, irrigação, entre outros), pelo aumento da área e da produção.

Naquele momento, enquanto a produção cafeeira nacional era normatizada e regulamentada pelo IBC, a sua comercialização era determinada pelos AICs . Com o maior controle do Estado no mercado de café, o seu preço no mercado futuro era relativamente estável e previsível. Este tipo de política, de certo modo, protegia os agentes ligados às regiões produtoras em relação ao poder de atuação das grandes empresas no circuito espacial produtivo do café (PONTE, 2001).

No final da década de 1980, essa situação mudou significativamente. Com a globalização (SANTOS, 2011; 2012a), ocorreram mudanças de ordem técnica (tecnologias informacionais) e política (neoliberalismo e financeirização) nos mercados mundiais. A regulação mundial do café, antes gerida pelo Estado, cedeu lugar a maior atuação das grandes empresas de torrefação e moagem e *tradings*.

No Cerrado Mineiro, a cafeicultura moderna fortemente regulada pelo Estado paulatinamente foi substituída por uma cafeicultura científica globalizada (FREDERICO, 2012). A especialização produtiva do Cerrado Mineiro, ao reunir fatores produtivos (novos sistemas técnicos agrícolas; diferentes formas de trabalho e emprego; acesso ao crédito agrícola; entre outros) permitiu uma elevada produção e produtividade, tornando-o uma região competitiva agrícola (CASTILLO; FREDERICO, 2010a).

As modificações ocorridas na regulação da produção mundial de café constituíram um verdadeiro “paradoxo” (DAVIRON; PONTE, 2007). Se por um lado as grandes empresas

diversificaram suas formas de inserção no mercado e se apropriaram de um percentual maior do valor final do produto; por outro lado, os pequenos produtores diminuíram sua participação no valor final e passaram a receber os menores preços históricos.

Em contrapartida, sob a égide do capitalismo cultural (ŽIŽEK, 2011), pequenas torrefadoras e comerciantes localizados nos países centrais passaram a incentivar a pequena produção de café de maneira a garantir uma qualidade superior aos produtos comercializados nos mercados convencionais, fazendo emergir os chamados cafés especiais.

De modo a conferir um maior valor agregado à produção e com qualidade superior, os cafés especiais foram inseridos em canais alternativos de comercialização, como é o caso do Comércio Justo. Este tipo de comercialização foi apontado pelos autores Daviron e Vagneron (2010) como uma forma de *descommoditização*, por não estar sujeito às mesmas formas de padronização impostas pelo mercado de *commodities*.

Inicialmente, os altos custos da produção e a comercialização restrita dos produtos não atraíam as grandes empresas do setor para o mercado de cafés especiais. No entanto, com a globalização e respaldadas pelo viés ideológico da “sustentabilidade”, as certificadoras surgiram com o propósito de padronizar e normatizar a produção dos cafés especiais.

Tais propósitos confluíram para o maior interesse das grandes empresas do setor que viram neste mercado novas formas de acumulação. Isto vem resultando na expansão comercial dos cafés especiais e na proliferação de novas certificadoras com critérios mais maleáveis de certificação junto aos produtores.

As certificadoras líderes do mercado, como: *UTZ, Rainforest Alliance, AAA Nespresso, 4C e CAFE Pratices*, estão presentes nas principais regiões produtoras de café do mundo, como na Região do Cerrado Mineiro. Os critérios adotados por tais certificadoras, além de permitir a inserção dos grandes produtores no mercado de cafés especiais, não garantem um preço mínimo e uma premiação mais atraente para os pequenos produtores.

A alternativa encontrada pelos pequenos produtores da região, especificamente do município de Patrocínio, foi criar a APPCER e vincular a produção de café ao mercado do Comércio Justo.

A *FLO-Cert* é a certificadora responsável por fiscalizar anualmente os produtores, as cooperativas e as empresas pertencentes ao Comércio Justo, com o objetivo de garantir as normas e os padrões estabelecidos pelo selo *Fair Trade*.

No mercado do Comércio Justo, o mecanismo de “preço mínimo” é uma forma de assegurar aos pequenos produtores um preço pré-estabelecido. Mesmo havendo defasagem no valor do “preço mínimo” (CALO; WISE, 2005; BACON, 2010), este mecanismo é de suma importância para os pequenos produtores por minimizar a dependência das constantes oscilações de preços do mercado internacional (Bolsas de Nova York e Londres).

Além do “preço mínimo”, o Comércio Justo adota também o mecanismo de “premiação”, o que permite atribuir valores quanto à qualidade do produto e aos investimentos realizados na propriedade. Como vimos no capítulo três, dentre as certificadoras líderes do mercado de cafés especiais, a do Comércio Justo possui um dos maiores valores de “premiação”.

Para termos a real ideia da importância de tais mecanismos, os cafés comercializados no mercado de Comércio Justo garantiram aos produtores APPCER valores superiores aos comercializados no mercado convencional. Como vimos anteriormente, na safra 2011/2012, os produtores Associados chegaram a obter com o café comercializado no mercado do Comércio Justo um ágio de 80 reais por saca frente ao mercado convencional. Do total deste valor, pouco mais de 30 reais (“preço mínimo”) foram destinados aos produtores, e 47 reais (“premiação”) foram destinados à Associação, para investimentos sociais nas comunidades rurais e melhorias nas propriedades dos próprios associados.

Em entrevista realizada no trabalho de campo, no dia 23 de maio de 2013, mesmo sendo vinculados ao Comércio Justo, os associados da APPCER sabem que são totalmente dependentes do mercado externo. Dessa forma, uma das maneiras encontradas para reter certa autonomia política e agregar valor aos seus cafés é a criação de articulações com agentes governamentais (Prefeitura de Patrocínio), cooperativas locais (Federação dos Cafeicultores, COOPA, COPACREDI e EXPOCACCER) e entidades privadas (SEBRAE/MG).

Estes agentes asseguram o suporte necessário para a produção de café pela APPCER: máquinas e equipamentos; assistência técnica; participação em eventos internacionais; representação política de interesse local; créditos agrícolas; comercialização; entre outros. Cabe lembrar também que todas as decisões tomadas entre os agentes supracitados e a APPCER são estabelecidas em comum acordo.

Como abordado no segundo capítulo, em Patrocínio é muito comum à prática do aluguel de máquinas e equipamentos por meio de empresas terceirizadas e entre os próprios produtores, associações e cooperativas. A partir da parceria com a Prefeitura, por meio de um convênio para

a aquisição (comodato) de máquinas e equipamentos (trator, pulverizador e máquina de beneficiar café), os produtores associados conseguem diminuir a dependência de terceiros no período de colheita - momento de maior custo produtivo devido à necessidade de contratação de mão de obra.

Como o Comércio Justo é um mercado restrito, a experiência do SEBRAE-MG neste tipo de mercado é um grande diferencial para a comercialização dos cafés dos pequenos produtores da APPCER. Pois, além de oferecer cursos de capacitação em gestão e capacitação da mão de obra aos associados, a entidade possibilita também a participação na feira promovida pela SCAA - associação de reconhecimento mundial que estabelece os padrões necessários para obter a produção da mais alta qualidade dos grãos de café.

Por ser uma associação vinculada a Federação dos Cafeicultores do Cerrado, a APPCER também serve como uma plataforma política da pequena produção. Uma conquista de grande representatividade para os pequenos produtores do Cerrado Mineiro. Esta vinculação também permite aos produtores APPCER usufruir de todos os aparatos organizacionais (associações e cooperativas) inseridos no Sistema Café do Cerrado.

Em relação às cooperativas locais, são de suma importância que os produtores associados sejam cooperados nas três cooperativas parceiras (COOPA, COOPACREDI e EXPOCACCER). Pois, além de adquirirem produtos ou créditos agrícolas abaixo do preço praticado pelo mercado, os lucros dessas cooperativas são divididos entre os próprios cooperados.

Além de obterem uma renda extra através da comercialização nas cooperativas, os produtores associados podem adquirir também créditos agrícolas mais atrativos. Para estabelecer certo padrão produtivo, a *FLO-Cert* realiza auditorias anuais junto aos estabelecimentos credenciados para o Comércio Justo. Caso haja a necessidade de alguma adequação na propriedade, a COOPACREDI se responsabiliza pelo fornecimento do crédito necessário, sem necessariamente depender dos altos juros cobrados pelos bancos privados.

A COOPA possibilita aos produtores cooperados alguns produtos agrícolas com valores abaixo do praticado pelo mercado. Já a comercialização dos cafés da APCCER pela EXPOCACCER é uma importante alternativa para os pequenos produtores. Pois, além de inserir os seus cafés num mercado muito restrito, a margem de lucro obtida pela EXPOCACCER, através de todas as comercializações realizadas pela cooperativa (cafés especiais ou *commodity*), são divididos entre os seus cooperados. Portanto, os pequenos produtores da APPCER

cooperados da EXPOCACCER ganham com a venda no mercado do Comércio Justo (um ágio muito maior que no mercado convencional) e também com o rateio da Cooperativa.

A parceria com a EXPOCACCER permite aos produtores Associados transpor escalas no circuito espacial produtivo do café do Comércio Justo, por meio do rebeneficiamento realizado pela Cooperativa. Ao excluir a ação das corretoras no circuito espacial produtivo, o processo de rebeneficiamento realizado pela EXPOCACCER diminui o número de intermediários entre os produtores e os consumidores e confere melhores preços ao café, agregando um valor ainda maior a produção.

Apesar de permitir transpor escala nesta etapa da produção, o café do Comércio Justo da APPCER configura-se como mais uma *commodity* agrícola. A padronização produtiva conduzida pela certificação tem levado o Comércio Justo a sofrer um processo de *recommoditização* (DAVIRON; VAGNERON, 2010): ao permitir a inserção dos produtos certificados nas prateleiras dos supermercados; ao restaurar a distância na relação comercial entre produtor e consumidor; e ao reintroduzir a fácil substituição dos fornecedores à jusante. Ou seja, a padronização do Comércio Justo vem retirando a identidade do produtor e permitindo às grandes empresas internacionais a fácil substituição dos fornecedores de matéria-prima.

Portanto, a cooperação estabelecida entre os agentes atuantes no circuito espacial produtivo do café do Comércio Justo de Patrocínio é essencial para os pequenos produtores APPCER. Por garantir meios que permitam inserir os seus produtos no mercado de café e ao menos assegurar valores superiores ao conseguido no mercado convencional, apesar do mercado de Comércio Justo se comportar de forma contraditória como uma *commodity*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

4C ASSOCIATION, Código Comum para a Comunidade de Café. *Expanding the community. Annual Report 2012*. Disponível em: <<http://www.4c-coffeeassociation.org/>>. Acesso em: 13 de mai. 2014.

AAA, NESPRESSO. *History of the Nespresso AAA sustainable quality program*. Disponível em: <<http://www.nestle-nespresso.com/ecolaboration>>. Acesso em: 13 de mai. 2014.

AB'SÁBER, A. **Os domínios de natureza no Brasil**: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003, 159 p.

ABIC, Associação Brasileira da Indústria de Café. **Indicadores da Indústria de Café no Brasil**, 2012. Disponível em: <<http://www.abic.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=61>>. Acesso em: out. 2013.

ACA, Associação dos Cafeicultores de Araguari. **Objetivo**. Disponível em: <<http://aca.com.br/aca/objetivo>>. Acesso em: out. 2012

AGROANALYSIS. **Certificação e café 4C**. A revista de Agronegócios da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Disponível em: <http://www.agroanalysis.com.br/materia_detalhe.php?idMateria=345>. Acesso em: 13 de mai. 2014.

ANDA, Associação Nacional para a Difusão de Adubos. **Investimentos no Brasil**, 2011. Disponível em: <<http://www.anda.org.br/multimedia/investimentos.pdf>>. Acesso em: out. 2013.

ANDRADE, R. G. R. **A expansão da cafeicultura em Minas Gerais**: da intervenção do Estado a liberalização do mercado. Dissertação (Mestrado em Economia). Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Belo Horizonte, MG, 1994.

ANTAS JR, R. M. A norma e a técnica como elementos constitutivos do espaço geográfico: considerações sobre o ressurgimento do pluralismo jurídico. In: Maria Adélia de Souza. (Org.). **Território brasileiro: usos e abusos**. Campinas: Edições Territorial, 2003.

ARACRI, L. A. S. A difusão de inovações numa perspectiva crítica: práticas espaciais e a implantação da “agricultura de precisão” na microrregião de Canarana – MT. In: **XV Encontro Nacional de Geógrafos: O Espaço Não Pára**. Por uma AGB em Movimento, 2008, São Paulo. XV Encontro Nacional de Geógrafos: O Espaço Não Pára. Por uma AGB em Movimento. 2008.

BACEN, Banco Central do Brasil. **Anuário Estatístico de Crédito Rural**, Brasília. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?RELRURAL>>. Acesso em: 03 de nov. 2013

BACHA, C. J. C. **Evolução recente da cafeicultura mineira**: determinantes e impactos. 1988. 440f. Tese (Doutorado em Economia). Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 1988.

BACON, Christopher M. *Confronting the coffee crisis: Can Fair Trade, Organic, and Specialty Coffees reduce the vulnerability of small-scale farmers in Northern Nicaragua?* World Development, vol. 33, p. 497-511. Center for Global, International and Regional Studies, University of California, Santa Cruz, USA, 2004.

_____, Christopher M. *Confronting the coffee crisis: can fair trade, organic, and specialty coffees reduce small-scale farmer vulnerability in Northern Nicaragua?* World Development, vol. 33, nº 3, pp. 497-511, 2005.

_____, Christopher M. *Who decides what is fair in fair trade? The agri-environmental governance of standards, access, and price.* Journal of Peasant Studies, 37:1, 111 – 147, 2010.

BB, Banco do Brasil. **Desenvolvimento Regional Sustentável**. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/unv/CartilhaDRS.pdf>>. Acesso em: 31 de ago. 2013.

BNDES, Banco Nacional do Desenvolvimento. **A indústria química e o setor de fertilizantes**. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro60anos_perspectivas_setoriais/Setorial60anos_VOL2Quimica.pdf>. Acesso em: 27 de out. 2013.

BOLTANSKI L; CHIAPELLO, E. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes - WMF, 2009. 701p.

CAGED, Cadastro Geral de Empregos e Desempregos. **Perfil do Município**, Brasília. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/pdet/o_pdet/reg_admin/caged/apres_caged.asp>. Acesso em: out. 2013.

CACER, Conselho das Associações de Cafeicultores do Cerrado. **Café produzido com atitude**: ético, rastreável e de alta qualidade. Disponível em: <http://www.cerradomineiro.org/pdf/cerrado_port.pdf>. Acesso em: nov. 2012.

CHAGAS, I. S. P; CONSENTINE, T. F; CASTRO JÚNIOR, L. G; SILVA, E. C; SCOTT, F. A. Avaliação do mercado dos cafés especiais. **SOBER 47º Congresso**: Desenvolvimento rural e sistemas agroalimentares: os agronegócios no contexto de integração das nações. Porto Alegre, 26 a 30 de julho de 2009.

CALO, M; WISE, T. A. *Revaluing peasant coffee production: organic and Fair Trade markets in Mexico*. Tufts University, Medford, Mass: Global Development and Environment Institute, 2005. 57 p.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo, SP: Paz e Terra, 4ª ed., 2000. 617 p.

CASTILLO, Ricardo. **Agronegócio e logística em áreas de cerrado**: expressão da agricultura científica globalizada. Revista da ANPEGE, v.3, p. 21 – 27. 2007a.

_____, Ricardo. Agroindústria: repercussões socioterritoriais. In: **III Semana de Geografia**: A questão sociedade-natureza na pesquisa e no ensino de Geografia, 2007, Irati. Anais da III Semana de Geografia de Irati – 25 a 29 de junho de 2007. Universidade do Centro-Oeste, Campus de Irati, 2007b.

_____, Ricardo. Região competitiva e logística: expressões geográficas da produção e da circulação no período atual. In: **IV Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional**, 2008, Santa Cruz do Sul RS. Anais do IV Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul RS: Unisc, 2008.

CASTILLO, R.; FREDERICO, S. **Dinâmica regional e globalização**: espaços competitivos agrícolas no território brasileiro. Mercator (Fortaleza), v.9, n.18, p. 17-26, 2010a.

_____, R.; FREDERICO, S. **Espaço geográfico, produção e movimento**: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. Sociedade & Natureza (UFU. Online), v. 22, p. 461-474, 2010b.

CECAFÉ, Conselho dos Exportadores de Café do Brasil. **Exportações de Café Novembro de 2012**. Disponível em: <<http://www.cncafe.com.br/ba/file/CECAFÉ%20-%20Resumo%20das%20Exportacoes%20de%20Café%20NOVEMBRO%202011.pdf>>. Acesso em: mai. 2012.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996. 335 p.

CLEPS JUNIOR, João. **Dinâmica e estratégias do setor agroindustrial do cerrado**: o caso do Triângulo Mineiro. 1998. 291f. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”. UNESP – Campus Rio Claro, São Paulo, 1998.

CONAB, Companhia Nacional de Abastecimento. Quarta Estimativa/Dezembro 2012. **Acompanhamento da Safra Brasileira (Café)**: Safra 2012. Brasília: Conab, 2012.

COURVILLE, S. *Organic and Social Certifications: recent developments from the global regulators*. In: BACON, C; ERNESTO MÉNDEZ, V; GLIESSMAN, S. R; GOODMAN, D; FOX, J. A (ed.). *Confronting the coffee crisis*: Fair trade, sustainable livelihoods and ecosystems in Mexico and Central America. Massachusetts Institute of Technology (MIT), p 189 – 310. 2008.

DAVIRON, B.; PONTE, S. *Le paradoxe du café*. Paris: Éditions Quae, 2007. 360 p.

DAVIRON, B.; I. VAGNERON, 2011. "*From commoditisation to de commoditisation... and back again*". Discussing the role of sustainability standards for agricultural products", Working Paper - UMR MOISA, 2010. 32 p.

DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no desenvolvimento recente da economia brasileira**. 1984. 321f. Tese (Doutorado em Economia). Departamento de Economia e Planejamento do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) – Campus Campinas, São Paulo, 1984.

_____, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965 – 2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012. 144 p.

EBERHAT, C; CHAUVEAU, C. *Etude du commerce equitable dans la filiere cafe en Bolivie*. Centre International de Coopération Pour le Développement Agricole (CICDA), 2002. 69 p.

ELIAS, D. **Globalização e Agricultura: a região de Ribeirão Preto/SP**. Edusp – Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. 480 p.

_____, D. Agricultura e produção de espaços urbanos não metropolitanos: notas teórico-metodológicas. In: SPOSITO, Maria Encarnação B. (Org.) **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____, D. **Agronegócio e novas regionalização no Brasil**. In: Revista Brasileira Estudos Urbanos e Regionais, vol.13, nº2, 2011.

EMBRAPA-CAFÊ, Empresa Brasileira de Pesquisa – Café. **Histórico**. Disponível em: <<http://www.sapc.embrapa.br/index.php/portal/historico>>. Acesso em: nov. 2012.

EXPOCACCER, Central das Cooperativas dos Cafeicultores do Cerrado Mineiro. **Certificações**. Disponível em: < <http://www.expocaccer.com.br/cafecerrado.html>>. Acesso em: 03 de nov. 2013.

FAIRTRADE, Foundation. *Fairtrade labelling international history*. Disponível em: <http://www.fairtrade.org.uk/what_is_fairtrade/history.aspx>. Acesso em: 03 nov.2012.

FEDERAÇÃO DOS CAFEICULTORES, Cerrado Mineiro. **A região**. Disponível em: <<http://cerradomineiro.org/regiao/a-regiao/>>. Acesso em: 03 de nov. 2012.

FERNANDES, B. M. **A questão agrária no limiar do século XXI**. Espaço e Geografia, Brasília, v. 4, n. 01, p. 07-24, 2001.

FIBL, *Forschungsinstitut für biologischen Landbau*. **Organic agriculture worldwide: key results from the FiBL-IFOAM survey on organic agriculture worldwide 2013**. Disponível em: <<http://orgprints.org/22349/28/fibl-ifoam-2013-global-data-2011.pdf>>. Acesso em: 15 de jul. 2013.

FLO, Fairtrade International. *History of Fairtrade*. Disponível em: <<http://www.fairtrade.net/history-of-fairtrade.html>>. Acesso em: 15 de jul. 2013a.

_____, Fairtrade International. *Annual Report 2011 – 2012: For producers, with producers*. 2013. Disponível em: <http://www.fairtrade.net/fileadmin/user_upload/content/2009/resources/2011-12_AnnualReport_web_version_small_FairtradeInternational.pdf>. Acesso em: 15 de jul. 2013b.

FLO-CERT. *Operators*. Disponível em: <<http://www.flo-cert.net/flo-cert/29.html>>. Acesso em: 19 de jun. 2014.

FREDERICO, Samuel. **O Novo Tempo do Cerrado: Expansão dos Fronts Agrícolas e Controle do Sistema de Armazenamento de Grãos**. São Paulo: Annablume, 2010. 259 p.

_____, Samuel. Regiões competitivas e modernização agrícola: Da cafeicultura tradicional à cafeicultura científica globalizada. In: FERREIRA, D. A. O. *et al.* (org.). **Estudos agrários: a complexidade do rural contemporâneo**. São Paulo: Cultura Acadêmica, p. 181-198, 2011.

_____, Samuel. **Expansão da fronteira agrícola moderna e consolidação da cafeicultura científica globalizada no Oeste da Bahia**. Boletim Campineiro de Geografia. v. 2, n. 2, p. 279 – 301. 2012.

_____, Samuel. **Agricultura científica globalizada e fronteira agrícola moderna no Brasil**. Confins [Online], 17 | 2013. Disponível em: <<http://confins.revues.org/8153>>. Acesso em: jul. 2013a.

_____, Samuel. **Lógica das commodities, finanças e cafeicultura**. Boletim Campineiro de Geografia, v. 3, n. 1, p. 97 – 116. 2013b.

_____, Samuel. **Globalização, competitividade e regionalização: a cafeicultura científica globalizada no território brasileiro**. GEOSUP - Espaço e Tempo, São Paulo, vol. 18, nº 1, p. 55-77, 2014a.

_____, Samuel. **Circuito espacial produtivo do café e o jogo de escalas**. Mercator, Fortaleza, v. 13, n. 1, p. 37-48, jan./abr. 2014b.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Complexos agroindustriais e outros complexos**. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA, v. 21, set/dez, p. 05 – 34. 1991.

_____, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Instituto de Economia – IE. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, São Paulo, 1996. 217 p.

GOODMAN, D. The international coffee crisis: a review of the issues. In: BACON, C; ERNESTO MÉNDEZ, V; GLIESSMAN, S. R; GOODMAN, D; FOX, J. A (ed.). **Confronting**

the coffee crisis: Fair trade, sustainable livelihoods and ecosystems in Mexico and Central America. Massachusetts Institute of Technology (MIT), p 03 – 25. 2008.

GUIMARÃES, E, N.; LEME, H, J, C. Caracterização histórica e configuração espacial da estrutura produtiva do Centro-Oeste. In: HOGAN, D. J.; CARMO, R. L.; CUNHA, J. M. P.; BAENINGER, R. (org.). **Migração e ambiente no Centro-Oeste**. Campinas, NEPO/UNICAMP: PRONEX, 2002, p. 17-85.

HARVEY, D. *A brief history of neoliberalism*. Oxford, University Press. 2005a. 247 p.

HARVEY, D. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005b. 252 p.

HEREDIA, B.; PALMEIRA, M.; LEITE, S.P. **Sociedade e economia do “agronegócio” no Brasil**. Revista Brasileira de Ciências Sociais Vol. 25 n° 74, p. 159 – 196. outubro/2010.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário**. Brasília. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/detalhes.php?id=720>>. Acesso em: mai. 2013.

IMAFLORA, Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola. **A busca pela sustentabilidade no campo**: 10 anos da certificação agrícola no Brasil. Piracicaba, São Paulo. Imaflora, 2012. 132p.

IPEADATA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Regional**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: nov. 2012.

JESUS, C. M. ; COUTO, E. P. ; ORTEGA, A. C. . *Coordinación de intereses en el café de Brasil: el caso del café de la región del cerrado*. In: **II Congreso Latinoamericano de Historia Económica**, 2010, Ciudad de México. Anales del II Congreso Latinoamerica de Historia Económica. Mexico: CADHLE, 2010. Ciudad de México, 2010. v. 1. p. 1-26.

KAGEYAMA, A. *et ali* (Coord.). O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G., GASQUES, J.G., VILLA VERDE, C. **Agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 1990.

KOLK, Ans. *Towards a sustainable coffee market? Paradoxes faced by a multinational company*. Corporate social responsibility and environmental management. Chichester: Wiley, ISSN 1535-3958, ZDB-ID 20779641. Vol. 19, 2012, 2, p. 79-89.

KULAI, Y.; FERNANDES, F.R.C. Panorama dos agromineiras no Brasil: atualidade e perspectivas. p 01 – 21. 2010. In: FERNANDES, F.R.C; DA LUZ, A.B; CASTILHOS, Z.C. **Agrominerais para o Brasil**. Ministério da Ciência e Tecnologia (CTEM). 2010, 302p.

LE VELLY, R. *Is large-scale fair trade possible?* In: Edwin Zaccai (ed.). **Sustainable consumption, ecology and fair trade**, London: Routledge, p. 201–215, 2007.

LOJKINE, J. **A revolução informacional**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002. 318 p.

MAPA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano Agrícola e Pecuário 2012/2013**. Brasília – DF, 2012.

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social**. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1991.

MARSTON, S. *The social construction of scale*. Progress in Human Geography 24(2), 2000. p. 219–242.

MARX, Karl. **A contribuição à crítica da economia política**. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 228p.

MAZZALI, Leonel. **O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização em rede**. São Paulo: Editora UNESP, 2000. 175 p.

MDIC, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Balança comercial brasileira: Trading companies**. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=3371>>. Acesso em: 13 de mai. de 2014.

MORAES, A. C. R. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2ª ed., 2005, 154p.

MORAIS; M. O. **O café do Cerrado em Patrocínio – (MG), um exemplo do processo de modernização da agricultura brasileira**. 2006, 116. Dissertação (Mestrado em Geografia). Departamento de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2006.

MÜLLER, G. **Cem anos de República: notas sobre as transformações estruturais no campo**. Estudos Avançados. São Paulo, vol.3, n.7, p.109-136, dez. 1989.

NEUMAN, W. *A question of fairness*. *The New York Times*, 23 de nov. 2011. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2011/11/24/business/as-fair-trade-movement-grows-a-dispute-over-its-direction.html?ref=williamneuman&_r=0>. Acesso em: 20 de jul. 2013.

NASCIMENTO, R. C. **O uso do biofertilizante em áreas agrícolas no solo do Cerrado da região do Alto Paranaíba (MG)**. Boletim Goiano de Geografia (Impresso). , v.30, p.55 - 66, 2010.

NASCIMENTO, R. C, RODRIGUES, G. S. S. C. **Impactos ambientais da suinocultura no município de Uberlândia (MG): possibilidades de sua mitigação por meio do uso de biodigestores**. Caminhos de Geografia (UFU). , v.13, p.230 - 243, 2012.

ORGANIC MONITOR. *Proliferation of food eco-labels to continue*. Disponível em: <<http://www.organicmonitor.com/r0801.htm>>. Acesso em: 25 de jul. 2013.

OIC, Organização Internacional do Café. **Perspectivas do consumo mundial de café.** Disponível em: <<http://www.ico.org>>. Acesso em: nov. 2012.

ORTEGA, A. C.; JESUS, C. M de; MOURO, M. C. **Mecanização e emprego na cafeicultura do Cerrado Mineiro.** Revista ABET, vol. 3, n. 3, p. 58 – 82, 2009a.

_____, A. C.; JESUS, C. M de. Café do Cerrado: certificação de origem, nova sociologia econômica e desenvolvimento territorial rural. In: **I Seminário Nacional de Sociologia Econômica**, 2009, Florianópolis. Anais do I Seminário Nacional de Sociologia Econômica. Florianópolis: UFSC, v. 1. 2009b.

_____, A. C.; JESUS, C. M de. **Território café do Cerrado:** transformações na estrutura produtiva e seus impactos sobre o pessoal ocupado. Revista de Economia e Sociologia Rural, Piracicaba, SP, vol. 49, nº 03, p. 771-800, jul/set 2011 – Impressa em novembro 2011.

OGASAWARA, E.; KULAIF, Y.; FERNANDES, F.R.C. A indústria brasileira de fertilizantes (cadeia NPK, enxofre, rocha fosfática e potássio) – projeções de 2010 a 2030. p 145 – 168. 2010. In: FERNANDES, F.R.C; DA LUZ, A.B; CASTILHOS, Z.C. **Agrominerais para o Brasil.** Ministério da Ciência e Tecnologia (CTEM). 2010, 302p.

OXFAM. **Pobreza em sua xícara:** o que há por trás da crise do café. 2002. 58 p. Disponível em: <
http://www.melles.com.br/site_novo/fpc/Material%20Oxfam%20e%20McKinsie/Pobreza%20em%20sua%20X%C3%ADcara%20-%20Oxfam.pdf>. Acesso em: jul. 2013.

PECK, J; TICKEL, A. Neoliberalizing space. In: BRENNER, N.; THEODORE, N.. **Spaces of Neoliberalism:** urban restructuring in North America an West Europe. Malden, USA: Blackwell Publishing, 2002. 33-57p.

PEREIRA, S. P; BLISKA, F. M. M; GIOMO, G. S. **Custos e benefícios dos processos de certificação em andamento no Brasil.** Disponível em: <
http://www.sbicafe.ufv.br/bitstream/handle/10820/1945/179995_Art345f.pdf?sequence=1>. Acesso em: 20 de mai. 2014.

PEREIRA, M. F. V. **Globalização, especialização do território e divisão do trabalho:** Patrocínio e o café do cerrado mineiro. Cuadernos de Geografia, Revista Colombiana de Geografia. Vol. 23, n.º 2, jul.-dic. de 2014. ISSN 0121-215X (impreso). Bogotá, Colômbia. 239-254p.

PÊSSOA, V.L.S. **Ação do Estado e as transformações agrárias no Cerrado das Zonas de Paracatu e Alto Paranaíba.** 1988. 239f. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”. UNESP – Campus Rio Claro, São Paulo, 1988.

PONTE, S. *The “Latte Revolution”? Winners and losers in the Restructuring of the Global coffee marketing chain.* Centre for Development Research, Copenhagen, 2001. 35 p.

_____, *S. Standards, Trade and Equity: Lessons from the Specialty Coffee Industry*. Centre for Development Research, Copenhagen, 2002. 43 p.

_____, *S. Standards and Sustainability in the coffee sector: A global value chain approach*. International Institute for Sustainable Development (IISD), 2004. 49 p.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A Globalização da natureza e a natureza da globalização**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. v. 1. 461 p.

PDET, Programa de Disseminação de Estatística do Trabalho. **Perfil do Município**, Brasília. Disponível em < http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php>. Acessado em: 03 de nov. de 2013.

RAINFOREST Alliance. *Annual Report 2012*: Climate change. Disponível em: <http://www.rainforestalliance.org/sites/default/files/publication/pdf/AR2012_spreads-optimized.pdf>. Acesso em: 15 de jul. 2013.

RAYNOLDS, L. *Consumer/Producer Links in Fair Trade Coffee Networks*. Sociologia Ruralis, 42(4): p. 404-424, 2002.

SAES, M. S. M. **A racionalidade econômica da regulamentação no mercado brasileiro de café**. 1995. 163f. Tese (Doutorado em Economia). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, USP. São Paulo. 1995.

_____, M. S. M. **Estratégias de diferenciação e apropriação da quase-renda na agricultura: a cafeicultura de pequena escala**. 2008. 162f. Tese (Livre Docência). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, USP. São Paulo. 2008.

SAES, M. S. M.; JAYO, M.; SILVEIRA, R. L. F.. Cacer: coordenando ações para a valorização do café do cerrado. In: **VII Seminário Internacional PENSA de Agribusiness**, 1997, Águas de São Pedro-SP. VII Seminário Internacional PENSA de Agribusiness. Águas de São Pedro, 1997.

SAES, M. S. M.; NAKAZONE, D. **Estudos da competitividade de cadeias integradas no Brasil**: impactos das zonas de livre comércio. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2002. 133p.

SALIM, Celso Amorim. As políticas econômicas e tecnológicas para o desenvolvimento agrário das áreas de cerrados no Brasil: Avaliação e perspectivas. **Cad. Dif. Tecnol.** Brasília: [s.n.], v.3, n.2, p. 297-342, maio/ago. 1986.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1993. 157p.

_____, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-científico-informacional**. São Paulo: Edusp, 5ª ed., 2008. 176 p.

_____, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 20ª ed., 2011. 174 p.

_____, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 7ª ed., 2012a. 392p.

_____, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Edusp, 5ª ed., 2012b. 120 p.

_____, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Edusp, 6ª ed., 2012c. 136 p.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001. 473 p.

SCAA, Specialty Coffee Association of America. **History**. Disponível em: <<http://www.scaa.org/?page=history>>. Acesso em: 13 de mai. 2014.

_____, Specialty Coffee Association of America. **Sustainable coffee certifications: a comparison matrix** (2010). Disponível em: <<https://www.scaa.org/PDF/Sustainable%20Coffee%20Certifications%20Comparison%20Matrix%202010.pdf>>. Acesso em: 15 de mai. 2014.

SEAE, Secretaria de Acompanhamento Econômico. **Panorama do mercado de fertilizantes**. Ministério da Fazenda. Disponível em: < <http://www.seae.fazenda.gov.br/central-de-documentos/panoramas-setoriais/Fertilizantes.pdf>>. Acesso em: 20 de abr. de 2014.

SEBRAE, Serviço brasileiro de apoio às micros e pequenas empresas. **Rentabilidade**. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/customizado/uasf/gestao-financeira/analise-financeira/3_rentabilidade.pdf>. Acesso em: out. 2013.

_____, Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas. **Relatório da Pesquisa Mundial do Comércio Justo (2010)**. Brasília – DF, 2011.

SECEX, Secretaria de Comércio Exterior. **Balança comercial brasileira por município**. Disponível em: < <http://www.mdic.gov.br/sitio/sistema/balanca/>>. Acesso em: 05 de fev. de 2014.

SILVA, L. F.; **A cafeicultura brasileira no modelo tecnológico produtivo (1960/1990)**. 1994. 95 f. Dissertação (Mestrado em Política Científica e Tecnológica), Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1994.

SILVA, F. P. **Financiamento na cadeia de grãos no Brasil**: o papel das *tradings* e fornecedores de insumos. 2012. 114 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2012.

SILVEIRA, M. L. **Escala geográfica: da ação ao império?** Terra Livre, Ano 20, v.2, n.23, jul./dez. 2004.

SMITH, N. *Contours of a Spatialized Politics: Homeless Vehicles and the Production of Geographical Scale*. Duke University Press, N° 33, 1992. p.54-81.

SOUZA, Maria Célia M. **Cafés sustentáveis e denominação de origem:** a certificação de qualidade na diferenciação de cafés orgânicos, sombreados e solidários. 2006. 177 f. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental). Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

STARBUCKS, CAFE Practices. *Starbucks global responsibility report: goals and progress 2013*. Disponível em: <<http://globalassets.starbucks.com/assets/98e5a8e6c7b1435ab67f2368b1c7447a.pdf>>. Acesso em: 13 de mai. 2014.

SWEITZER, Laura Ann. O Comércio Justo como ferramenta de valorização para o mercado de café. **19º Seminário do Café Cerrado 2011**. Patrocínio/MG, em 29 de set. de 2011.

SWYNGEDOUW, E. Scaled geographies: Nature, Place, and the Politics of Scale. In: Sheppard, E.; McMaster, R. B., *Scale and Geographic Inquiry*. Nature, Society, and Method. Malden, USA: Blackwell Publishing. 2004. p. 129 – 153.

TALBOT, J. M. *Grounds for agreement: The political economy of the coffee commodity chain*. Lanham, MD: Rowman and Littlefield Publishers, INC. 2004. 237 p.

TCC, Tropical Commodity Coalition. *Coffee Barometer, 2012*. Disponível em: <http://www.newforesight.com/sites/default/files/newforesight/TCC_CoffeeBarometer2012.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2013.

TOPIK, S. *The integration of the World Coffee Market*. In: TOPIK, S.; CLARENCE-SMITH, W. G. *The global coffee economy in Africa, Asia, and Latin America, 1500-1989*. New York: Cambridge University Press, 2003. p. 21-49.

_____, S. *Historicizing Commodity Chains: Five hundred years of the global coffee commodity chain*. In: *Frontiers of commodity chain research*. Jennifer Bair (ed.). Stanford University Press. Stanford, California, p 37 – 62. 2009.

UTZ, Certified. *Annual Report 2011*. Disponível em: <<https://www.utzcertified.org/attachments/article/2568/UTZ-AR-2011-light.pdf>>. Acesso em: 15 de jul. 2013.

ŽIŽEK, S. **Primeiro como tragédia, depois como farsa**. São Paulo: Boitempo, 2011. 133p.